PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Leonice Fazola de Quadros

“Padrões e desvios”: racismo estrutural e controle social da pobreza no acolhimento institucional de crianças e adolescentes na cidade de São Paulo

SÃO PAULO
2025

Leonice Fazola de Quadros

“Padrões e Desvios”: racismo estrutural e controle social da pobreza no acolhimento institucional de crianças e adolescentes na cidade de São Paulo

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTORA em **História Social**, sob a orientação da Professora Doutora Denise Bernuzzi de Sant’Anna.

SÃO PAULO
2025

BANCA EXAMINADORA

_____
Profa. Dra. Denise Bernuzzi Sant'Anna (Orientadora)

_____
Profa. Dra. Abigail Silvestre Torres (Suplente)

_____
Prof. Dr. Amailton Magno Azevedo

_____
Profa. Dra. Ana Karina Martins

_____
Profa. Dra. Maria Izilda S. de Matos (Suplente)

_____
Profa. Dra. Luiza Aparecida Barros

_____
Prof. Dr. Luiz Antonio Dias

Dedicatória de reparação histórica:

A todas as mulheres negras que, ao longo da história, foram tratadas como sujas, perigosas e desumanizadas, mas que nunca deixaram de lutar, trabalhar, sonhar e existir. Dedico este trabalho às lutas contra o sexismo, o racismo e as inúmeras formas de opressão. Que cada página desta tese seja um passo a mais no caminho de reparação histórica e da queda dos privilégios brancos.

Dedico este trabalho a Maju e Aisha, que me ensinaram novas formas de ser e existir, compartilhando comigo o tempo, o cansaço e o amor incondicional. A vocês, que me acompanham entre livros, brinquedos, choros e descobertas, entrego este esforço como prova de que é possível seguir sonhando, mesmo nos dias mais difíceis e na dura tarefa de maternar outro ser, dando novo significado ao meu caminhar.

AGRADECIMENTOS

Ingressei no doutorado há anos que nem me lembro mais (tamanha a transformação que vivi), a pandemia fez isso com a gente. Mas, assim como o doutorado atravessou a pandemia, eu também me transformei profundamente, assim como o mundo, antes e depois dela. Não imaginava a quantidade de acontecimentos e lutos pelo caminho, mas muitas foram as alegrias.

Essa jornada foi cheia de perdas e ganhos, mas cheguei em meu destino. As viagens são assim: repletas de novidades e imprevistos, mas também trazem a alegria da chegada. Sinto que estive distante por tanto tempo. Mas, agora que a jornada se encerra, sinto algo curioso: há uma alegria imensa em ver o resultado, em saber que aprendi tanto no percurso que quase sinto que deveria voltar e refazê-lo, mas com os olhos da pessoa que me tornei.

Talvez seja esse o verdadeiro sentido da pesquisa – uma travessia que nunca acaba, pois ao final dela já somos outros e, sendo outro o olhar, torna a pesquisa novos questionamentos e o desejo de querer recomeçar. A gente reclama do cansaço, das noites sem fim, das dores do caminho, mas, logo depois, sente vontade de partir novamente. Parece contraditório, e é. Assim é a vida e assim somos nós, cheios de conexões complexas e um desejo novo, mesmo que esse novo seja, de certa forma, um retorno ao ponto de partida – só que transformados.

Agradeço às minhas filhas, que me escolheram para ser mãe e deram um novo significado à minha caminhada. A vocês, que foram parte essencial desse percurso, entre choros, mamadeiras, abraços e descobertas, ofereço este trabalho como prova de que conhecimento e afeto caminham juntos.

Agradeço às mulheres pretas e periféricas por compartilharem comigo suas histórias ao longo desses quase 15 anos de DPESP. Espero ter conseguido apresentar um pouco de suas jornadas com o respeito e a dignidade que merecem, e que suas histórias sejam contadas com a delicadeza que merecem.

Agradeço também a todas as mulheres periféricas, mães, trabalhadoras e pesquisadoras que, como eu, trilham caminhos árduos para existir e resistir na academia. Que nossa presença continue a desafiar o que nos foi negado e a abrir espaços para tantas outras que virão. E para as acadêmicas pretas, meu agradecimento e respeito, pois seus caminhos são ainda mais árduos, mas sua resistência tem escurecido a academia.

Agradeço aos meus pais, por toda a luta e resistência em educar seus filhos na favela, em meio a tanta violência, e ainda assim permeada de afeto e zelo. Ao meu pai, que até os últimos dias de sua vida foi solidário com as vítimas da Covid-19, entre vítimas e familiares, oferecendo sua casa e sua família para garantir a segurança alimentar da favela em meio à pandemia.

Agradeço o privilégio de trabalhar em casa e me resguardar durante a pandemia, enquanto outras trabalhadoras e trabalhadores da rede socioassistencial estiveram na linha de frente, prestando serviço à sociedade. Registro aqui não apenas minha gratidão, mas também meu respeito e minha consciência de que muitos não tiveram essa escolha.

A tese que apresento carrega, de forma modesta, uma homenagem àqueles que não sobreviveram para contar suas próprias histórias. O sofrimento e o adoecimento de tantas pessoas tornaram-se parte do cotidiano, assim como a dor silenciosa da insegurança alimentar. Vi trabalhadores seguindo em frente sem pausa, sem escolha, enfrentando o risco de perder a própria vida, enquanto as desigualdades sociais se escancararam ainda mais, separando aqueles que puderam se proteger daqueles que não tiveram essa possibilidade.

Aos meus irmãos e sobrinho e sobrinhas, por todos os momentos de alegria, que fizeram possível acreditar que a vida vale a pena. Agradeço aos familiares que suportaram comigo tantas dores e amores. Foram momentos de grandes perdas e tristezas, mas também de afetos e alegrias que tornaram essa jornada possível.

Aos nascimentos e às mortes ao longo do caminho, reconheço que a vida é feita de ciclos... Encarar que alguns se iniciam trazendo grandes alegrias, enquanto outros se encerram revela que toda viagem tem um fim e que o percurso precisa ser concluído.

Aos amigos que, direta ou indiretamente, fortaleceram a luta. Agradeço aos colegas que tornaram essa viagem possível e mais afetuosa nos momentos de grande turbulência.

Às minhas estagiárias e ex-estagiárias, Thayná, Liz e Pamela, que suportaram uma supervisora atribulada durante um período tão importante de formação e contribuíram tanto para que os processos e registros fossem catalogados.

À “banca preta” – Danielle Augusto e Simone Santos –, colegas de trabalho e amigas de vida, que trouxeram leituras e críticas tão importantes na tecedura desta escrita. Agradeço às amigas que, com suas leituras generosas, suas provocações

intelectuais e seu acolhimento, ajudaram a dar forma a estas páginas. Cada troca, cada escuta, cada palavra foi um alicerce. Eu não ando sozinha – caminho acompanhada por quem acredita na partilha do conhecimento e na força dos laços que nos sustentam. “É tão bonito quando a gente entende que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá. E é tão bonito quando a gente sente que nunca está sozinho por mais que pense estar” (Gozaguinha, 1982).

Esta tese não é fruto de um caminho solitário. Ela foi construída com muitas mãos, sustentada por laços de afeto, acolhida por encontros e atravessada por histórias que me moldaram ao longo da jornada.

Agradeço à Escola da Defensoria Pública (EDEPE) pelo apoio financeiro em todas as fases dessa formação.

Agradeço ao Coletivo Antirrascita da DPESP, que tem me ajudado a ser menos racista e mais antirracista.

Agradeço aos professores e às professoras do Programa de História por receberem uma estrangeira em sua terra, assistente social desejando ser também historiadora, com tanto afeto e respeito, e por tudo o que contribuíram para eu desbravar esse novo continente, desconhecido e amado por mim ao longo de todo o percurso. Agradeço aos professores com quem compartilhei afeto e intimidades, que me acolheram em momentos de angústia. E que durante as aulas por tela na pandemia ouviram choros e viram muitas risadas infantis. Entre mamadeiras e aulas, trocamos tantas histórias de afeto e conhecimento. Meus sinceros agradecimentos a todas e todos.

Agradeço aos professores que compuseram a banca de qualificação, que aceitaram de pronto o convite para contribuir para o conhecimento e a pesquisa, inspirando para que mais mulheres pesquisadoras possam ocupar esse espaço. Agradeço pelo direcionamento da pesquisa e todas as contribuições, que foram norteadoras no ajuste da rota e profundidade da pesquisa. Agradeço ainda à banca de avaliação, que foi escolhida com muito respeito. Às mulheres da banca, Profa.Dra. Luiza Aparecida Barros e Profa. Dra. Ana Karine Martins, pesquisadoras cujos escritos influenciaram minha direção na tecedura da escrita. Pelas pessoas e profissionais que são, nutro imensa admiração profissional e pessoal. Aos homens escolhidos, Prof. Dr. Luiz Antônio Dias e Prof. Dr. Amailton Magno Azevedo, meu respeito e admiração, pois foram chamados para compor a banca por suas contribuições na história e na pesquisa com temas que direcionam muitos dos meus escritos. E agradeço muito às

suplentes Profa. Dra. Abigail Silvestre Torres e Profa. Maria Izilda Santos de Matos, que se dispuseram a contribuir comigo na construção de conhecimento.

Agradeço à minha orientadora Profa. Dra. Denise Bernuzzi de Sant'Anna por todas as orientações, leituras, discussões, reflexões, críticas e elogios, além de ser grata por toda a sensibilidade nos momentos sensíveis. Agradeço pela disponibilidade e paciência, sem as quais esta empreitada não seria possível.

Esta tese não é apenas minha, ela foi tecida por muitas mãos, bordada em conversas incontáveis, fortalecida pelo afeto e pelo compromisso coletivo.

RESUMO

QUADROS, Leonice Fazola de. “Padrões e Desvios”: racismo estrutural e controle social da pobreza no acolhimento institucional de crianças e adolescentes na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2025.

Esta tese investiga como o racismo estrutural e as práticas institucionais de controle social da pobreza se materializam nos registros sobre as casas das mulheres pretas, pobres e mães na cidade de São Paulo, entre os anos de 2010 e 2020. A pesquisa parte da análise da história recente dos processos judiciais de acolhimento institucional de crianças e adolescentes. No primeiro capítulo, trata-se dos sujeitos: a história das “10 Marias”, os agentes de Estado e eu. As Marias contam a história de mulheres cujas trajetórias foram registradas no meu diário de campo ao longo de quase 15 anos de atuação na Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Mas suas vidas não acontecem no vazio. O espaço que habitam – a favela – não é apenas um cenário, mas parte essencial da forma como vivem e resistem. O território influencia suas relações, suas oportunidades e seus desafios. Assim, o segundo capítulo trata do inventário da falta e do território, pois a favela não é apenas um local geográfico, mas um campo de disputas e de construção de narrativas. A favela da Água Vermelha é o cenário que escolhi por motivos afetivos e onde minha vida novamente se entrelaça com a delas, agora não mais como profissional, mas como favelada. É no inventário da falta que se percebem os dispositivos estruturais que perpetuam ciclos históricos de exclusão. No terceiro capítulo, o banheiro, enquanto espaço físico e simbólico, emerge como um elemento-chave na construção de discursos. A pesquisa articula dimensões históricas, sociais e espaciais para demonstrar que o banheiro, longe de ser um espaço banal, é um campo político carregado de significados sociais e simbólicos. O quarto capítulo discute sobre sujeira, desorganização e moralidade, justificando práticas de vigilância e controle sobre corpos negros, pobres e periféricos. O Estado exerce sua fiscalização por meio de agentes que se tornam interlocutores no controle dos corpos, impondo punições que não se manifestam fisicamente, mas minam a autoestima e qualquer possibilidade de reestruturação física e mental do sujeito, que é submetido a inúmeras violências desde o nascimento. Os registros são, portanto, a materialização desse controle e desempenham um papel central na construção das ideias de desvio e padrões, reforçando discursos moralistas e higienistas por meio da leitura de subjetividades racializadas sobre o que é sujo ou limpo, organizado ou desorganizado, apropriado ou inadequado, perigoso ou inofensivo. Dialogando com estudos urbanos, teoria social e história cultural, numa pesquisa interdisciplinar, ainda que histórica, esta tese articula conceitos e metodologias que ajudam a compreender como os discursos acerca de sujeira e desorganização operam como dispositivos de exclusão racial, eugenia e criminalização da pobreza. Ao longo dos capítulos, busca-se desvelar como essas práticas se inscrevem no cotidiano das Marias na cidade de São Paulo.

Palavras-chave: racismo estrutural; eugenia e higienismo; território e exclusão social; acolhimento institucional de crianças e adolescentes; sujidade e abjeção; favela e perigo.

ABSTRACT

QUADROS, Leonice Fazola de. “Patterns and Deviations”: Structural Racism and Social Control of Poverty in the Institutional Reception of Children and Adolescents in the City of São Paulo. Thesis (Doctorate in Social History) – Graduate Program in Social History, Pontifical Catholic University of São Paulo, São Paulo, 2025.

This dissertation investigates how structural racism and institutional practices of social control of poverty materialize in records concerning the homes of Black, poor, and mothering women in the city of São Paulo between 2010 and 2020. The research is based on an analysis of the recent history of judicial processes related to the institutional reception of children and adolescents. In the first chapter, the focus is on the subjects: the history of the “10 Marias,” state agents, and myself. The Marias tell the stories of women whose trajectories were recorded in my field diary over nearly 15 years of work at the São Paulo State Public Defender’s Office. But their lives do not unfold in a vacuum. The space they inhabit—the favela—is not merely a backdrop but an essential part of how they live and resist. The territory shapes their relationships, their opportunities, and their challenges. Thus, the second chapter addresses the inventory of absence and territory, as the favela is not just a geographic location but also a space of disputes and narrative construction. The Água Vermelha favela is the setting I chose for affective reasons, a place where my life intertwines with theirs once again—no longer as a professional but as a favelada myself. In this inventory of absence, the structural mechanisms that perpetuate historical cycles of exclusion become evident. In the third chapter, the bathroom, as both a physical and symbolic space, emerges as a key element in the construction of discourses. The research weaves together historical, social, and spatial dimensions to demonstrate that the bathroom, far from being a banal space, is a political field loaded with social and symbolic meanings. The fourth chapter discusses dirt, disorder, and morality, which serve to justify practices of surveillance and control over Black, poor, and peripheral bodies. The State exercises its surveillance through agents who become intermediaries in the disciplining of bodies, imposing punishments that are not physical but erode self-esteem and any possibility of physical and mental restructuring. These individuals are subjected to multiple layers of violence from birth. Records, therefore, are the materialization of this control and play a central role in constructing ideas of deviation and standards, reinforcing moralist and hygienist discourses through racialized readings of what is dirty or clean, organized or disorganized, appropriate or inappropriate, dangerous or harmless. Engaging with urban studies, social theory, and cultural history, this interdisciplinary—though historically grounded—dissertation articulates concepts and methodologies that help to understand how discourses on dirt and disorder function as devices of racial exclusion, eugenics, and the criminalization of poverty. Throughout the chapters, the research seeks to unveil how these practices inscribe themselves into the daily lives of the Marias in the city of São Paulo.

Keywords: structural racism; eugenics and hygienism; territory and social exclusion; institutional reception of children and adolescents; dirt and abjection; favela and danger.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Marias..... 56
Quadro 2 – Posicionamento profissional..... 59
Quadro 3 – As profissionais..... 61
Quadro 4 – Idade..... 65
Quadro 5 – Cor..... 66
Quadro 6 – Trabalho..... 67
Quadro 7 – Escolaridade..... 69
Quadro 8 – Relacionamentos..... 71
Quadro 9 – Histórias de vida..... 75
Quadro 10 – “Falas” das Marias..... 77
Quadro 11 – Maria Eleonor..... 83
Quadro 12 – Maria Carolina..... 84
Quadro 13 – Maria Sophia..... 85
Quadro 14 – Maria Luiza..... 86
Quadro 15 – Maria Dolores..... 87
Quadro 16 – Maria Lúcia..... 88
Quadro 17 – Maria Isabel..... 89
Quadro 18 – Maria Alice..... 90
Quadro 19 – Maria Júlia..... 91
Quadro 20 – Maria Eulália..... 92
Quadro 21 – Inventário da falta..... 97
Quadro 22 – O território..... 102
Quadro 23 – Ausência de moradia digna..... 116
Quadro 24 – Banho, banheiro e acesso à água..... 154
Quadro 25 – Limpo e organizado..... 206
Quadro 26 – Sujo e desorganizado..... 206

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Possíveis “Marias”.....82
Figura 2 – Eu na casa dos meus pais aos 17 anos - anos 90..... 100
Figura 3 – Ribeirão Água Vermelha e entorno..... 132
Figura 4 – Ribeirão Água Vermelha..... 132
Figura 5 – Apresentação de talentos das crianças, década de 1980..... 133
Figura 6 – Ensaio da banda na casa do Eufrazio, década de 1980..... 134
Figura 7 – Apresentação no show de talentos, década de 1980..... 134
Figura 8 – Dona Lídia, a benzedeira da região, início da década de 1980.....135
Figura 9 – Reforma da casa de meus pais, década de 1990.....136
Figura 10 – Casa de meus pais. Na foto, minha mãe Maria S. – Dona Sônia – final da década de 80..... 137
Figura 11 – Casa de meus pais, início da década de 1990..... 138
Figura 12 – Casa de meus pais, 1999..... 138
Figura 13 – Casas na beira do córrego sendo ampliadas para cima.....140
Figura 14 – Viela particular 3..... 140
Figura 15 – Avenida Água Vermelha, início da década de 1980..... 141
Figura 16 – Homens e crianças da comunidade em início de ocupação, década de 1980..... 141
Figura 17 – Eu com meu irmão Sandro no início da ocupação, na década de 1980..... 142
Figura 18 – Homens e crianças da comunidade década de 1990 – na foto, meu irmão Sandro é um menino e a única pessoa branca na foto.....142
Figura 19 – Crianças na favela, início da década de 1980..... 143
Figura 20 – Favela da Água Vermelha, Jardim Robrú, década de 1980..... 144
Figuras 21 e 22 – Avenida Água Vermelha, suposta inauguração da creche, anos 1990..... 145
Figura 23 – Crianças e adultos moradores da Viela 3, final da década de 1980.....145
Figuras 24 a 26 – Nova ocupação na favela Água Vermelha, 2020.....146
Figura 27 – Mohenjo-daro, surgiu há quase 4.500 anos.....159
Figura 28 – Latrina no templo de Habu em Luxor.....160
Figura 29 – Brincadeiras no rio - povo Laklãnõ.....176
Figura 30 – Quilombo da Fazenda.....178
Figura 31 – Quilombo em Ubatuba..... 179

Figura 32 – Propaganda de um empreendimento imobiliário..... 190
Figura 33 – Propaganda de um empreendimento imobiliário..... 190
Figuras 34 a 36 – Mulheres etíopes dando banho nos filhos.....192
Figura 37 – Lavadeiras em São Paulo, década de 1900..... 193
Figuras 38 e 39 – A mina na Av. Água Vermelha..... 198
Figura 40 – Banheira no Solar da Marquesa de Santos em São Paulo.....204
Figuras 41 a 43 – Lavagem das mãos na Etiópia.....220
Figuras 44 a 46 – Refeições na Etiópia..... 220
Figura 47 – *Capitão*, de Larissa de Souza (2022).....221
Figura 48 – Banhistas no rio Ganges (Varanasi, Índia)..... 225
Figura 49 – Banho de ervas.....227
Figura 50 – Banho nas religiões de matriz africana - Guerreiros da Jurema.....228
Figura 51 – “Anjo” e “diabo”..... 248
Figura 52 – Anjinhos..... 249
Figuras 53 a 58 – Publicidades antigas de marcas de sabão.....250
Figura 59 – “Embranquece e cura a pele”.....251
Figura 60 – Campanha publicitária no século XXI..... 251
Figura 61 a 63 – Publicação em grupo de funcionários do MPSP.....253

Lista de abreviaturas e siglas

AS	Assistente Social
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CAM	Centro de Atendimento Multidisciplinar
CAPSadulto	Centro de Atenção Psicossocial Adulto
CAPSad	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas
CAPSij	Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil
CDCM	Centro de Defesa e de Convivência da Mulher
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CT	Conselho Tutelar
DEPLAN	Diretoria de Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça
DPESP	Defensoria Pública do Estado de São Paulo
DPF	Destituição do poder familiar
IBDFRAM	Instituto Brasileiro de Direito de Família
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MP	Ministério Público
PS	Psicólogo/a
SAICA	Serviço de Acolhimento de Criança e Adolescente
TJ	Tribunal de Justiça
UBS	Unidade Básica de Saúde
UVIS	Unidade de Vigilância em Saúde
UNIFEM	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
SUVIS	Supervisão de Vigilância em Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 17

I – OS SUJEITOS..... 43

1.1 As instituições e o Estado: a reafirmação de um pacto nas estruturas e práticas institucionais..... 43

1.2 Eu..... 45

1.3 Elas, as Marias..... 56

1.3.1 Da denúncia ao retorno (ou não)..... 62

1.3.2 As dez Marias..... 77

2 – INVENTÁRIO DA FALTA: TERRITÓRIO e EXCLUSÃO SOCIAL..... 97

2.1 Raízes da exclusão social no Brasil: intersecções entre racismo estrutural e dívida histórica..... 102

2.1.1 Industrialização e urbanização no Brasil: saúde pública e racismo..... 108

2.1.2 A cidade que se queria pura: São Paulo desejou o higienismo e alcançou a eugenia..... 112

2.1.3 Da insegurança do aluguel à ocupação: moradia como direito e reparação histórica..... 116

2.2 Esquecimento, apagamento histórico e exclusão social do extremo leste da cidade de São Paulo..... 121

2.2.1 Do Tatuapé para lá: fronteiras invisíveis e desigualdade na São Paulo periférica..... 125

2.2.2 De São Miguel ao Itaim Paulista: da exploração dos povos indígenas, negros e nordestinos à exclusão social de seus descendentes..... 128

2.2.3 Favela da Água Vermelha: território de sangue, desafios e resistências..... 131

2.3 O papel das elites e a manutenção da pobreza..... 146

3 – ÁREA "MOLHADA": BANHEIRO..... 154

3.1 Pelos canos da casa..... 154

3.1.1 Os banheiros e o banho: uma perspectiva não ocidental contemporânea..... 157

3.1.2 Higiene e saneamento na Roma Antiga..... 163

3.2 Do fedor medieval à imposição europeia de higiene nas colônias..... 165

3.2.1 Ambiguidade e as práticas na história da higiene ocidental..... 167

3.2.2 O banheiro na sociedade capitalista: quem tem direito à dignidade?..... 172

3.2.3 Colonialidade e racismo: desumanização, racialização e marginalização no acesso ao banheiro..... 176
3.3 Distinção e status..... 186
3.3.1 Os rios de São Paulo no século XIX: lavadeiras, fugidos e a remoção da população negra..... 193
3.3.2 Acesso à água e ao saneamento básico na favela..... 196
3.3.3 A mina, a bica..... 197
3.3.4 O banho, sujidade e desigualdade social..... 202

4 – PERCEPÇÕES CULTURAIS..... 206
4.1 Valores sociais e culturais da sujidade..... 219
4.1.1 A transitoriedade do sujo e do puro: dinâmicas culturais e religiosas..... 223
4.1.2 Sujidade e ordem social..... 229
4.1.3 Controle, disciplina e punição..... 232
4.1.4 Sujidade e divisão do trabalho..... 234
4.1.5 Desorganização e normas culturais..... 235
4.1.6 Abjeção e transgressão..... 243
4.2 Práticas de higiene e aparência..... 245
4.2.1 Na corte do sabão: o cheiro do racismo impregnando histórias..... 246

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 258

REFERÊNCIAS..... 270

INTRODUÇÃO

Foram anos difíceis os da pandemia da Covid-19. No meio do meu doutorado, vi o mundo se reorganizar em telas, enquanto a vida real seguia, não em pausa, mas em um estado de “câmera lenta”. Foram dias densos, tensos e atravessados por uma atmosfera quase ficcional, mas de uma brutalidade concreta.

Lamentarei a pandemia por muitas razões, mas, no contexto desta pesquisa, sobretudo pela impossibilidade de trazer as vozes das mulheres – sujeitos que permeiam a pesquisa e provocam reflexões e críticas nesta investigação. Sendo assim, busco dialogar com elas a partir das percepções dos atendimentos que realizei na DPESP, nos quase 15 anos de atuação na instituição, trazendo para o debate meu *diário de campo,* com fragmentos das histórias de dez mulheres que chamarei pelo pseudônimo de Maria. Assim, essas “10 Marias” estão na sustentação da escrita desta tese. Trarei ainda recortes dos registros dos processos judiciais de acolhimento e destituição do poder familiar - DPF de crianças e adolescentes das Varas da Infância e da Juventude da cidade de São Paulo.

Os quadros com trechos são fragmentos dos registros retirados, portanto, dos processos judiciais de acolhimento institucional de crianças e adolescentes e destituição do poder familiar- DPF. Os documentos analisados são os que compreendem o período de 2010 a 2020. Infelizmente, esses não podem ocupar o espaço dos anexos, pois são documentos da história recente e de pessoas vivas. Esses registros são parte do processo judicial, mantidos como prova nas ações judiciais. São documentos escritos por diversos profissionais que atuam na rede de proteção social de crianças e adolescentes e suas famílias. Portanto, esses documentos são avaliações de profissionais baseadas nas políticas públicas que auxiliam a juíza ou o juiz a tomar uma decisão entre desacolher essa criança ou adolescente em favor dos pais ou de algum familiar responsável, ou destituir a mãe e o pai, quando presente, do poder familiar e colocar essa criança ou adolescente disponível no cadastro de adoção. Entre esses documentos há laudos, estudos sociais, pareceres psicológicos, laudo de interdição da defesa civil, relatórios e entrevistas, registros sobre visita domiciliar, assunto que apresentarei brevemente nos capítulos seguintes. Ao longo dos capítulos, tentarei apresentar uma análise que reconhece, acolhe e questiona a temática escolhida e que está intimamente comprometida com ela.

Em meu diário de campo estão registradas algumas das manifestações de indignação, vergonha, raiva, tristeza, além de muita resistência por parte das mulheres. Também há registros de algumas declarações em relação aos profissionais que vão à casa dessas mulheres, em “visita domiciliar”[1], além das reações diante das questões sobre a sujeira, a desorganização e a listagem de seus bens móveis. Foi a partir dessas manifestações e desses registros, além da indignação diante deles, que partiu o desejo de levar esta pesquisa ao doutorado. Tive a oportunidade de, muitas vezes, nesses quase quinze anos, perguntar para as mulheres inquiridas sobre os sentimentos experimentados ao receberem profissionais em sua casa. Portanto, tomo a liberdade de reconstituir alguns dos diálogos e percepções dessas mulheres, tendo em vista as várias anotações em meu diário.

Com o objetivo de apresentar a percepção dessas mulheres, destaco, no começo de cada capítulo, alguns dos principais registros sobre suas casas e suas vidas. Na sala da Defensoria, elas expuseram seus sofrimentos e amores, resistências e segredos. Muitas eram as dores, poucos os amores, mas também havia muita luta e resistência. Na maioria dos atendimentos eram mulheres, pretas, pobres e periféricas. Elas sustentam os argumentos “Vai lá na minha casa ver, tudo está limpinho”, “Pode abrir meus armários e minha geladeira, eu tenho comida para dar aos meus filhos”. “Não quero esse povo na minha casa”, “Todo dia tem alguém na minha casa, é na hora do almoço ou eu nem acordei ainda”, “Todos os vizinhos ficam reparando, toda hora tem alguém me chamando”.

A princípio, a discussão giraria em torno das visitas domiciliares como um instrumento de trabalho – e sobre elas a tese tece algumas pequenas considerações. Contudo, no volume de processos que foram disponibilizados, não havia muitos elementos sobre o tema. Os parágrafos dentro dos documentos são curtos e apresentam poucas palavras sobre sujo e desorganizado, ou limpo e organizado, entre as descrições da casa. Assim, para se entender o contexto desses registros, outros documentos foram incorporados, tais como relatórios sociais, pareceres psicológicos, entrevistas, auto de interdição da defesa civil.

[1] A visita domiciliar é um instrumento técnico-operativo utilizado no Serviço Social para a obtenção de informações sobre a realidade dos indivíduos e famílias atendidas. Todavia, ele não é um instrumento privativo do Serviço Social. No que diz respeito à visita domiciliar no Serviço Social, ler: CFESS, 2022; Quadros, 2018.

Assim, a tecedura da tese é construída com base em todo o tempo de registros que contam sobre a casa, que muitas vezes não me permitiriam uma pesquisa qualitativa e quantitativa ao mesmo tempo. Por isso, optei por selecionar treze processos e focar a discussão nos tentáculos que esses registros de atendimento no domicílio, entrevistas, laudos, pareceres e vistoria expressavam sobre a vida e a casa daquelas pessoas, considerando um diálogo sobre a recorrente separação entre o limpo e o sujo, o organizado e o desorganizado. Também tentarei trazer informações sobre o perfil socioeconômico dessas mulheres, respeitando o fato de não as identificar[2].

Ademais, a tese é tecida com essas mulheres, para elas, e não em substituição da fala delas, não por elas no sentido de silenciá-las. Pois o que se pretende é "promover uma multiplicidade de vozes [...] quebrando o discurso autorizado e único, que se pretende universal" (Ribeiro, 2019, p. 69). Não pretendo ser a branca salvadora falando em nome da mulher preta, espero não incorrer nesse erro. Com todo o meu respeito e cuidado, peço licença para compartilhar nesta escrita suas dores, seus amores e seus dissabores.

Muito já se falou sobre elas, e em melhores pesquisas do que esta. No entanto, minha trajetória dirige-se para resgatar as histórias das mulheres em diálogo com os fragmentos dos processos judiciais na interlocução com o território e a questão do controle social e da vigilância. Nesse percurso, busco problematizar e publicizar acontecimentos que não puderam ser conhecidos amplamente, na medida em que os processos são considerados segredo de justiça[3].

Vale notar que:

> [...] ao longo da história e na realidade atual, os principais motivos que têm condicionado o acolhimento institucional de crianças e adolescentes vinculam-se a impossibilidades materiais da família para lhes oferecer cuidados necessários à fase peculiar de desenvolvimento em que se encontram, e mantê-los em sua companhia – as quais se objetivam, via de regra, pela ausência de trabalho, renda, condições de acesso à educação, saúde, habitação, assistência social, lazer. O que vem acrescido quase sempre da responsabilidade e responsabilização da mulher pelos cuidados e supostos descuidos com os filhos (Fávero; Vitale; Baptista, 2008, p. 20).

[2] A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) é a Lei n.º 13.709

[3] Para entender sobre segredo de justiça, ler: ACS, 2014.

Segundo Loiola, são

> [...] mulheres majoritariamente negras, jovens (com até 35 anos), com Ensino Fundamental incompleto, atravessadas pela inclusão em trabalhos precários, que têm a rua como território de referência ou vivem em condições de moradia incertas e precárias, a quem são negados direitos sociais fundamentais e que vivem em constantes violações e desproteções (Loiola, 2022, p. 337).

Além dessas mulheres, pretendo considerar alguns aspectos sobre as pessoas que redigem esses documentos, pois eles estão carregados de preciosas informações. Todavia, a tese não pretende investigar todas as minúcias necessárias para se entender esses sujeitos, os agentes de Estado, e suas variáveis, além das instituições que eles representam. Sendo assim, as análises da tese estão centradas nas relações entre o limpo e o sujo, considerando as histórias das mulheres e um panorama enxuto das instituições, para se ter uma ideia dos espaços sócio-ocupacionais que compõem a *rede socioassistencial*[4] e que acompanham as famílias, em um fazer profissional em que são produzidos documentos para serem anexados aos processos judiciais. Por fim, esta tese é também uma tentativa de considerar as minhas experiências referentes aos temas escolhidos, ou seja, "eu", a pesquisadora, com meus atravessamentos. Em suma, os sujeitos aqui trabalhados incluem as mulheres registradas nas fontes utilizadas, as instituições envolvidas e o meu próprio percurso profissional e existencial.

Ao mesmo tempo, sobre os profissionais – assistentes sociais, psicólogas, enfermeiras, médicas –, sempre que possível, usarei os termos no feminino. Algumas justificativas apoiam isso. Em primeiro lugar, são profissões exercidas majoritariamente por mulheres, aliás, a maioria das profissionais que trabalham comigo na rede socioassistencial são mulheres. Também se trata de demonstrar respeito às profissionais que somam na luta por uma sociedade mais justa.

Sobre o espaço sócio-ocupacional, abordarei alguns de seus aspectos a partir do sistema de justiça, especificamente da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, principalmente da capital paulista, onde atuo há quase 15 anos. No que tange aos processos judiciais e seus documentos, foi consultada uma série de laudos, relatórios, pareceres, em suma, diversos registros. Foram tre13 processos analisados,

[4] Para entender sobre rede socioassistencial, ler: São Paulo, 22 mai. 2024.

totalizando 2.346 páginas, com mais de dez histórias colhidas do meu diário de campo.

Procuro, ao longo dos capítulos, realizar uma análise transversal, pelos prismas de gênero, classe, cor/raça e território, entre os quais a raça deve ser entendida não como um conceito biológico, mas sim como uma construção cultural e política. Esses marcadores atravessam a minha compreensão do mundo, as relações sociais e estruturas que sustentam exclusões históricas e persistentes ao longo do tempo. Portanto, as escolhas foram minhas e, estando a tese escrita na primeira pessoa do singular, assumo que elas foram feitas por mim, e sobre elas discorro.

Cabe ainda registrar que, na minha atuação diária como assistente social, convivo com histórias de famílias que enfrentam, com coragem e resiliência, barreiras materiais e simbólicas impostas por um sistema que normaliza a exclusão e a desigualdade. Portanto, não tendo a oportunidade de trazê-las para o estudo com suas próprias falas, tomo a liberdade de apresentar meu *diário de campo*, baseado nas minhas experiências de trabalho e de escuta dessas mulheres, somadas à análise dos processos judiciais.

Ademais, articulando de modo multidisciplinar autores de diferentes áreas das ciências humanas, tento mobilizar, de maneira seletiva e específica, alguns conceitos que acredito dialogar com minhas fontes. Discursos sobre sujidade e desorganização frequentemente aparecem em relatórios técnicos, laudos e decisões judiciais, justificando intervenções violentas, retiradas de direitos e, por vezes, o rompimento definitivo de laços familiares. Esses discursos, muitas vezes apresentados sob a justificativa do “melhor interesse da criança”, carregam uma lógica racista, eugenista e classista que desumaniza corpos negros, pobres e periféricos.

Como mulher branca, mãe de duas meninas negras, irmã de uma mulher negra, tia de uma moça negra, com membros pardos na família, sinto que tenho a obrigação de lutar por um mundo melhor para minha família e para todas as outras famílias, numa luta antirracista, sempre considerando o meu lugar de privilégio numa sociedade estruturalmente racista. Portanto, as reflexões aqui apresentadas ultrapassam as fronteiras profissionais e acadêmicas e se entrelaçam com o meu cotidiano. O que explica, mais uma vez e em parte, a minha presença em primeira pessoa na tese. Acrescento ainda que a minha experiência da maternidade me colocou diante de medos, angústias e reflexões sobre como os dispositivos de racialidade e desumanização estão ainda tão presentes na sociedade brasileira.

Para o espaço material e concreto da pesquisa, alguns temas são fundamentais: o banheiro, por exemplo, espaço repleto de tabus e vigilâncias, recoberto, ao longo da história, conforme será visto, por vários discursos sobre a sujidade e a desorganização. O banheiro tendeu a funcionar, segundo as nossas fontes, como dispositivo simbólico rico para o entendimento de uma sociedade e seus valores. As principais indagações da tese centram-se nesse cômodo da casa e em suas formas de uso e valorações. Assim, o banheiro, longe de ser neutro, é um dispositivo bastante revelador sobre, por exemplo, o racismo estrutural e a influência higiênica em desenvolvimento desde o final do século XIX no Brasil. Ele também é revelador dos valores da eugenia ainda hoje existentes nas instituições nacionais.

Esta tese nasce, portanto, com a intenção de firmar um compromisso ético, político e pessoal. Ela reflete um olhar moldado pela vivência como mãe, profissional e pesquisadora, entrelaçando esses lugares e papéis sociais para oferecer uma análise que não apenas desvende os mecanismos materiais e simbólicos da exclusão, mas também ecoe as vozes e resistências daqueles que insistem em existir e resistir nesses espaços historicamente marginalizados.

Ao unir experiências pessoais, prática profissional e reflexão teórica, busco contribuir para um debate interdisciplinar que revele como racismo, sujidade, desorganização e exclusão se manifestam nos corpos, nos espaços e nos discursos, perpetuando desigualdades que precisam ser reconhecidas, enfrentadas e transformadas. Há uma lacuna significativa na compreensão de como alguns dispositivos operam de maneira interligada no sistema de justiça brasileiro. Assim, com apoio em documentos jurídicos e relatos institucionais, observa-se como discursos racializados de sujidade e desorganização são frequentemente mobilizados para legitimar a separação entre mães e filhos, em sua maioria mulheres negras e pobres, sob justificativas moralistas e higienistas. Esses documentos carregam em sua linguagem e estrutura uma lógica excludente que atravessa corpos, lares e laços afetivos, reforçando desigualdades sociais e raciais.

Esta tese também busca fornecer subsídios para profissionais do sistema de justiça e da rede socioassistencial para uma atuação mais crítica e comprometida com os direitos das famílias vulnerabilizadas. Os registros detalhados sobre as condições de moradia nos processos analisados reforçam a necessidade de questionar quais aspectos da vida das mulheres periféricas são visibilizados e quais são sistematicamente ignorados pelo Estado, formando, desse modo, uma

problematização essencial para a construção de um sistema de justiça mais equitativo.

No entanto, no contexto da pesquisa, foi possível acessar apenas treze processos, um número irrisório diante do volume de casos com os quais atuamos diariamente na Defensoria Pública. Essas limitações no acesso reforçam a preocupação com a publicização das violências, configurando um pacto de silenciamento que perpetua a revitimização dessas famílias. Assim, cria-se uma barreira de proteção que encobre as violências cometidas nesses processos. Dificultando a transparência dos registros para a análise crítica da academia e a produção de conhecimento, essencial para embasar transformações nas práticas de intervenção, garantindo a manutenção de privilégios e um manto de proteção.

Qual é o medo, ou seja, o que tanto receiam as juízas e os juízes, se é de amplo conhecimento que pesquisadoras e pesquisadores têm o compromisso ético de proteger os dados sensíveis, de submeter o que for de relevância para produção de conhecimento. Mesmo assim, nessa amostra tão ínfima de casos, é possível ver a repetição de termos sensíveis e subjetivos, sobre os quais me debruço na tentativa de discutir criticamente sobre eles e, assim, produzir algum conhecimento acerca dos temas.

Agradeço a juízas e juízes que tiveram a ousadia de enfrentar esse pacto e abrir os processos para uma pesquisa de tamanha importância, espero estar à altura dessa confiança, e reafirmo meu compromisso ético de não expor as famílias, as mulheres e as profissionais envolvidas nesses processos. Negar visibilidade e acesso à pesquisa é esconder o que de mais pobre temos no sistema de proteção e justiça para a criança e o adolescente na capital paulista. As informações contidas nos processos são restritas por normas de sigilo e pelo princípio do melhor interesse da criança. Isso acaba criando um paradoxo: as histórias que deveriam ser mais visíveis e discutidas permanecem ocultas, mesmo dentro do universo acadêmico e do próprio universo jurídico.

O poder de dar visibilidade a esses casos preservando o sigilo dos dados sensíveis acaba sendo apenas do juiz ou juíza da VIJ do seu fórum, assim, ficamos reféns de uma boa vontade ou da compreensão da seriedade de uma pesquisa. Refletir sobre esse cenário exige não só uma crítica ao sistema. A academia tem um papel fundamental nesse processo de desvelamento, não apenas como espectadora, mas como protagonista na construção de novos olhares sobre as violências

estruturais que se perpetuam. Portanto, submeter tais situações ao conhecimento e à análise, bem como a novas produções de conhecimento pode contribuir para diminuir as violências cometidas nesses espaços e promover a abordagem crítica sobre certas atuações.

Maria é o nome escolhido para minhas personagens, não apenas por ser um nome comum, mas por carregar consigo uma imensa carga de significados e afetos. Em minha vida pessoal, estou rodeada por Marias: minha mãe, minha filha, minhas sobrinhas. Todas mulheres que, de alguma forma, representam a força, a resistência e a beleza daquelas que lutam contra as adversidades, mas também enfrentam as mesmas dores, amores e exclusões sociais que são parte do cotidiano de tantas outras mulheres. Ao escolher Maria, faço mais do que atribuir um nome a essas personagens; trago as histórias delas, um pouco de seus relatos e suas dores confessadas durante o atendimento.

A escolha desse nome é, portanto, um gesto de homenagem e de conexão. Não é um nome qualquer, mas o nome de mulheres que, de alguma forma, representam minha formação pessoal e profissional. A força desse nome, carregado de história, de identidade, de resistência, permeia as narrativas de minhas personagens. Maria é, assim, o fio condutor que une todas elas, uma figura presente e concreta, mas também uma abstração de todas as mulheres que são invisibilizadas, cujas histórias são muitas vezes suprimidas.

A relevância desta pesquisa reside na sua capacidade de desvendar essas práticas no contexto do sistema de justiça, conectando os dispositivos materiais e simbólicos a decisões concretas que impactam vidas inteiras. Mais do que uma análise acadêmica, este estudo visa tornar visíveis os mecanismos que perpetuam ciclos de exclusão, propondo reflexões críticas para a transformação das práticas sociojurídicas e para a garantia efetiva de direitos humanos e sociais.

Objetivo geral

Analisar como os registros em processos judiciais de acolhimento e destituição do poder familiar operam e em quais bases esses discursos se sustentam.

Objetivos específicos

→ **Investigar** como os registros dos processos judiciais de acolhimento e destituição do poder familiar descrevem as condições de moradia.
→ **Analisar** quais discursos sobre o limpo e o sujo, o organizado e o desorganizado emergem nesses registros e de que maneira esses conceitos são mobilizados na avaliação das famílias.
→ **Identificar** os sujeitos mencionados nos registros e o seu perfil socioeconômico.
→ **Examinar** quais instituições participam da produção desses registros e quais discursos político-históricos orientam sua construção.
→ **Investigar** o território e em que esses sujeitos estão inseridos, a infraestrutura e os acessos.

Percurso da pesquisa e obtenção das fontes

A pesquisa foi inicialmente concebida com duas abordagens complementares: 1) entrevistas com mulheres envolvidas em processos judiciais de acolhimento institucional e DPF, com o objetivo de compreender suas experiências, trajetórias e dinâmicas familiares, além de sua própria perspectiva em relação aos registros sobre sua moradia, organização e higiene; 2) análise documental de registros produzidos por diferentes agentes do Estado ao longo desses processos, com especial atenção às descrições sobre as condições de moradia, higiene, organização e território.

Entretanto, com a chegada da pandemia da Covid-19, a realização das entrevistas tornou-se inviável. O distanciamento social restringiu o contato com as mulheres envolvidas nos processos e reduziu drasticamente as atividades presenciais nos serviços socioassistenciais e na Justiça, impactando desde os atendimentos individuais até as visitas domiciliares realizadas pelas equipes técnicas. Diante desse cenário, a pesquisa precisou ser reformulada para se concentrar exclusivamente na análise dos registros institucionais presentes nos processos judiciais. Essa mudança metodológica trouxe desafios, como a limitação de acesso a documentos físicos e a necessidade de recorrer a registros digitalizados.

Para falar do departamento que auxiliou na busca dos números de processos, é preciso falar antes do Tribunal de Justiça de São Paulo. Para não ser repetitiva quando outras colegas fizeram pesquisas sérias sobre o tema, trago para a tese a

abordagem de Loiola (2022, p. 63). O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) é considerado o maior Tribunal do mundo em volume de processos. A capital paulista (território em que a pesquisa foi realizada) conta atualmente com 11 Varas da Infância e da Juventude (VIJs), entre elas a Vara da Infância e Juventude de Santo Amaro, considerada a maior da América Latina, que sozinha detém 1/3 do território de São Paulo.

Assim, para garantir o levantamento adequado dos processos, foi solicitado acesso ao DEPLAN (Departamento de Planejamento do Tribunal de Justiça de São Paulo) para obtenção dos dados sobre processos de acolhimento e destituição do poder familiar desde 1980. Todavia, os processos mais antigos corriam pelas Varas de Família, antes da inauguração dos fóruns por região. Assim, foi realizado o recorde de 2010 a 2020, período da história recente.

E sobre a história recente, tal como no passado, uma de nossas tarefas é descobrir a vida e os pensamentos das pessoas comuns e resgatá-las daquilo que Edward Thompson chama de “enorme condescendência da posterioridade”. No presente, o desafio se amplia para desnudar as suposições daqueles que, sob a pretensão de neutralidade, impõem suas interpretações como fatos e suas diretrizes como soluções inquestionáveis (Hobsbawm, 2013, p. 229).

A história recente apresenta desafios particulares, como escreve Eric Hobsbawm (2013, p. 317), mas ele nos convida a encará-los como um convite à crítica: se “a história do nosso tempo é moldada pela experiência pessoal”, qual história não é? A “história dos vencedores”, por exemplo, reflete a perspectiva de quem detém poder, enquanto a “história escrita de baixo” — como propuseram E. P. Thompson e os estudos subalternos — busca revelar as vozes silenciadas, como camponeses, operários e povos colonizados.

Contudo, na história algumas estruturas, longe de serem passageiras, perpetuam-se por gerações. O racismo estrutural, por exemplo, é herança de séculos de escravidão e políticas eugenistas, assim como o controle social da pobreza, que, sob discursos higienistas, criminaliza corpos marginalizados. Essas dinâmicas, embora atualizadas no presente, têm raízes em projetos históricos de dominação, como o colonialismo e o capitalismo industrial. Analisá-las exige reconhecer que a história recente não é apenas um espelho do agora, mas um palimpsesto de violências e resistências, no qual o passado se reinscreve em novas formas de exclusão. Para

Hobsbawm (2013), a tarefa do historiador é desvendar essas camadas, mesmo sabendo que sua própria lente é limitada pelo contexto em que vive.

Com os números dos processos levantados, foram enviadas solicitações formais às juízas e aos juízes das Varas da Infância e da Juventude da capital paulista requerendo autorização para pesquisa. O pedido foi documentado e institucionalmente respaldado, contendo autorização formal da universidade, carta assinada pelo Programa de História Social e pela orientadora, documentos pessoais e compromisso formal de sigilo ético e profissional.

No entanto, a obtenção dos processos enfrentou múltiplas barreiras, muitos juízes e juízas não responderam aos pedidos, mesmo diante de sucessivos e-mails e solicitações reiteradas, e alguns magistrados negaram o acesso de imediato à ampla documentação. Para os poucos que autorizaram, houve casos em que foi necessário realizar reunião com setor técnico de um dos fóruns envolvidos na pesquisa. A reunião contou com a presença de assistentes sociais e psicólogos, que quiseram saber mais sobre a pesquisa, mesmo com os documentos enviados, questionaram a proteção dos dados dos profissionais e das pessoas envolvidas nos processos. Houve discordância de profissionais em relação à pesquisa, assim foi preciso obter liberação judicial dos processos que os profissionais concordaram em acessibilizar. Houve ainda manifestações expressas de chefes de cartórios das Varas da Infância e da Juventude de algumas regiões afirmando que colaborariam ou disporiam de suporte para a pesquisa, o que me causou estranheza por já ter contado com colaboração dessas mesmas Varas anteriormente. Por sorte os processos liberados já estavam inseridos nas plataformas online do Tribunal (cf. TJSP, 26 ago. 2021).

Apesar das dificuldades, houve também casos de colaboração: juízas e juízes que autorizaram o acesso e facilitaram a pesquisa. Além de servidores do Tribunal de Justiça que contribuíram para levantar dados, ofereceram acesso às plataformas digitais e todo o suporte.

A resistência institucional ao acesso aos documentos não foi meramente burocrática, mas reflete um processo de proteção do próprio Judiciário em relação à exposição das práticas e padrões institucionais que justificam a retirada de crianças de suas famílias.

Recorte temporal e espacial da pesquisa

A pesquisa abrange o período de 2010 a 2020, justificado por dois marcos fundamentais:

- 2010: Entrada das primeiras assistentes sociais na Defensoria Pública do Estado de São Paulo, estruturando a atuação multidisciplinar.
- 2020: Início da pandemia da Covid-19, que resultou no fechamento de serviços e redução do contato presencial nos processos judiciais e socioassistenciais.

A pesquisa se concentra na cidade de São Paulo, especificamente na capital paulista, onde os processos judiciais foram conduzidos. A escolha desse território se justifica por ser minha região de moradia e trabalho, portanto, onde surge a experiência cotidiana e de favelada.

Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, combinando análise documental, pesquisa teórica, diário de campo e estudo de caso. O foco central é a análise dos registros produzidos por diferentes agentes do Estado no contexto dos processos judiciais de acolhimento institucional e destituição do poder familiar.

Esta pesquisa é de natureza qualitativa e tem como principal estratégia a análise documental. Como destaca Chizzotti (2011), a pesquisa qualitativa se caracteriza por uma abordagem interpretativa e analítica dos fenômenos sociais, permitindo a compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos e pelas instituições às suas práticas e discursos.

A pesquisa qualitativa não significa a ausência de rigor científico. Como afirma Chizzotti (2011, p. 58), ela exige “a consciência e o compromisso de que a pesquisa é uma prática válida e necessária na construção solidária da vida social”, ressaltando que os pesquisadores que adotam essa abordagem “não pretendem furtar-se ao rigor e à objetividade, mas reconhecem que a experiência humana não pode ser confinada aos métodos nomotéticos de analisá-la e descrevê-la”. Esse pensamento reforça que

a escolha da abordagem qualitativa se justifica pelo interesse em compreender os significados construídos nos processos judiciais, indo além de uma análise quantitativa de ocorrências processuais.

Como afirma Chizzotti (2011), a análise qualitativa pressupõe uma relação ativa entre o pesquisador e o objeto estudado, sendo necessário interpretar os dados à luz do contexto social e das estruturas de poder que os produzem. Assim, a metodologia adotada articula uma leitura crítica dos documentos, compreendendo-os não apenas como registros burocráticos, mas como instrumentos de poder que moldam e classificam experiências sociais.

As fontes da pesquisa

O estudo se baseia na investigação de processos judiciais de acolhimento institucional de crianças e adolescentes e destituição do poder familiar sob segredo de justiça, selecionados a partir da relevância para a compreensão das dinâmicas do poder familiar, das intervenções institucionais e dos discursos sobre as condições de vida das famílias envolvidas. Bacellar (2021, p. 36) ressalta que, “das fontes judiciárias, é fora de dúvida que inventários e testamentos são mais conhecidos e explorados pelos pesquisadores”. Assim também “Os processos crime e cíveis são fontes igualmente abundantes e dão voz a todos os segmentos sociais”.

Com base na reflexão de Bacellar (2021), é possível perceber a importância de se entender o quanto esses registros deixam a voz dos mais pobres aparecer. Pois a história é de quem escreve e muitas vezes as vozes ouvidas nem sempre são de todos os segmentos. Argumenta Spivak (2010, p. 112) que “a mulher subalterna continuará tão muda como sempre esteve”. “Evidentemente, se você é pobre, negra e mulher, está envolvida de três maneiras” (p. 110).

Da mesma forma, os processos civis analisados nesta pesquisa, especialmente os das Varas da Infância e da Juventude de São Paulo - VIJ, são fontes fundamentais para compreender como são descritas as casas das famílias pobres e as representações institucionais sobre higiene e organização nesses espaços. Dessa forma, a pesquisa se propõe a explorar processos judiciais como fontes históricas e sociais, possibilitando a análise das interações entre Estado, famílias e instituições de assistência.

Os temas focalizados na pesquisa foram definidos com base em critérios como recorrência nos registros, nos quais se sobressaem assuntos relacionados à moradia, organização e desorganização, território, bairro, favela, discursos sobre higiene e adequação das famílias para a manutenção do poder familiar, sujo e limpo. Complementando essa perspectiva, Koselleck (2006, p. 186) afirma que “o conhecimento histórico é sempre mais do que aquilo que se encontra nas fontes”. Esse entendimento reforça a necessidade de ultrapassar uma leitura meramente descritiva dos documentos analisados e considerar o que não está dito, as lacunas nos registros e os contextos que os produzem.

A pesquisa, portanto, não se restringe ao que está formalmente registrado nos processos judiciais, mas busca interpretar criticamente os sentidos e os impactos dessas construções narrativas na vida das famílias analisadas. Os registros examinados nesta pesquisa incluem uma variedade de documentos técnicos e institucionais produzidos por diferentes agentes do Estado, em áreas diversas do saber. Esses registros são elaborados por profissionais do Serviço Social, da Psicologia, da Enfermagem, da Terapia Ocupacional, entre outros, e advêm de diferentes serviços públicos que compõem a rede socioassistencial e o sistema de justiça, incluindo:

- Política Pública de Assistência Social: Serviços de Acolhimento Institucional (SAICA);
- Política Pública de Acesso à Justiça: Defensoria Pública do Estado de São Paulo - DPESP e Ministério Público
- Política Pública de Saúde: Centros de Atenção Psicossocial (CAPS AD e CAPS IJ), Unidade de Vigilância em Saúde - UVIS e Supervisão em Vigilância em Saúde - SUVIS
- Política Nacional de Defesa Civil;
- Conselho Tutelar - órgão da administração pública criado como instrumento de participação social na proteção de crianças e adolescentes;
- Tribunal de Justiça de São Paulo e Varas da Infância e da Juventude - VIJ.

Os registros analisados a partir da produção técnica desses profissionais – agentes de Estado – estão inseridos em uma rede de proteção social, promoção da saúde, segurança alimentar, protegendo e fortalecendo vínculos familiares e

comunitários. Todavia, ao longo dos processos judiciais, podem operar também como instrumentos de controle e criminalização da pobreza. A opção por chamar esses documentos de “registros”, e não laudos, relatórios ou pareceres, de maneira separada, decorre da compreensão de que todos esses materiais, independentemente de sua origem ou área técnica, compartilham um mesmo propósito: produzir provas a partir de evidências de situações de risco contra crianças ou adolescentes, no intuito de colaborar para o sistema de justiça na avaliação da situação dos casos de acolhimento institucional e até de destituição do poder familiar.

Os/As agentes do Estado e os serviços

Os profissionais que produzem esses registros serão chamados ao longo da pesquisa de agentes do Estado, pois, ainda que atuem a partir de diferentes formações acadêmicas e espaços institucionais, representam o aparato estatal e suas diretrizes normativas. Isso significa que esses registros não podem ser lidos como produções neutras ou individuais, mas como expressões de uma racionalidade estatal que se manifesta sobre corpos e territórios específicos. Esses profissionais em sua maioria são mulheres: assistentes sociais, psicólogas, médicas, conselheiras tutelares, entre outras. Cabe notar que nos Tribunais de Justiça[5] e na Defensoria Pública elas costumam atuar em duplas formadas por uma assistente social e uma psicóloga.

Koselleck (2020, p. 172) destaca que, “em todos os lugares onde as pessoas estão envolvidas em histórias, as experiências de mudança e transformação são registradas, para o melhor ou o pior, da perspectiva das pessoas afetadas”. Esse pensamento reforça que os registros judiciais não são neutros, mas expressam formas particulares de narrar as experiências das famílias envolvidas. O que se documenta nos processos não é apenas a realidade vivida, mas uma construção discursiva que reflete interpretações institucionais, filtradas pelos critérios dos agentes que produzem esses registros.

[5] Para saber sobre os trabalhos das técnicas psicólogas e assistentes sociais no Tribunal de Justiça, ver: Gomes, 2022.

Com essa perspectiva, a pesquisa busca compreender os atravessamentos raciais, de classe e de gênero presentes nos registros, identificando como se dá a naturalização da favela como espaço de risco, bem como o olhar sobre um suposto padrão e desvio de determinado perfil de pessoa conforme seu gênero, sua cor, seu estrato social, além das questões que permeiam essas leituras de sujo e limpo, organizado e desorganizado.

Diário de campo e experiência profissional

Além da análise documental, utilizo meus registros etnográficos acumulados ao longo da minha atuação profissional na Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Essa fonte permite a observação de como esses registros são produzidos e utilizados no cotidiano do sistema de justiça.

No entanto, reconheço que minha posição como mulher branca em uma sociedade estruturada pelo racismo me impõe limites na compreensão direta das experiências racializadas de exclusão. Apesar de minha vivência na favela ter sido marcada pela desigualdade social, não carrego as mesmas opressões enfrentadas pelas mulheres pretas, pardas e indígenas, que são as principais atingidas por essas políticas de acolhimento institucional e destituição do poder familiar, segundo (Loiola, 2022).

Dessa forma, a análise dos registros e descoberta do viés histórico político que sustentam seus posicionamentos será conduzida a partir dos documentos analisados e das referências teóricas que abordam o tema, sem comparar a minha experiência pessoal como fonte primária para essa discussão. A ideia não é nivelar exclusões sociais, mas aproximar a discussão da favela e a questão da sujidade, em que o favelado é considerado sujo, desorganizado e perigoso. Além de perceber que esses adjetivos são colocados ainda mais a um estereótipo físico numa sociedade racista que percebe a cor da pele, o gênero e o estrato social como um perfil já desviante. Escolhi para a discussão apenas os perfis de mulheres, ainda que essas mulheres tenham marido, companheiro. Opto por dialogar a partir das mulheres, que foram maioria nos meus atendimentos ao longo desses anos.

A favela como estudo de caso

Além da análise dos registros, a pesquisa utiliza a favela da Água Vermelha, no Jardim Robrú, onde cresci, em São Paulo, na zona Leste da capital, como estudo de caso para discutir as representações da pobreza nos territórios. O território favelado não é apenas um local de moradia, mas um espaço simbólico carregado de estigmas que fundamentam discursos institucionais sobre risco, desorganização e inadequação para a criação de crianças. O estudo de caso, segundo Chizzotti (2011, p. 138): “É um estudo que não visa generalizações, mas um caso pode revelar realidades universais, porque, guardadas as peculiaridades, nenhum caso é um fato isolado, independentemente das relações sociais onde ocorre.”

Nos registros analisados, a favela aparece frequentemente como um indicador de vulnerabilidade social que por si só justifica medidas de proteção estatal, sem que sejam consideradas as redes de apoio, as dinâmicas comunitárias e as estratégias de resistência das famílias. Essa perspectiva reflete um olhar normativo e higienista sobre a infância e a parentalidade, em que a pobreza é tratada como negligência, reforçando desigualdades de classe e raça.

Conceitos estruturantes da pesquisa

Koselleck (2020, p. 65) enfatiza que

> [...] toda vida humana é constituída de experiências – sejam elas novas e surpreendentes ou de natureza repetitiva. Precisamos de conceitos para fazer ou reunir experiências e integrá-las à vida. Precisamos deles para fixar as experiências fugidias, para saber o que aconteceu e para conservar o passado em nossa linguagem.

Essa reflexão é essencial para compreender como os processos judiciais não apenas descrevem fatos, mas organizam experiências individuais em categorias institucionais, atribuindo-lhes sentidos específicos. A construção dessas narrativas processuais envolve conceitos jurídicos e assistenciais que fixam interpretações sobre a vida das famílias, influenciando as decisões que definirão seus destinos.

Koselleck (2006) argumenta que os conceitos não são estáticos, mas refletem as transformações sociais e políticas ao longo do tempo. Para ele, a linguagem

desempenha um papel essencial na construção da experiência histórica, uma vez que os significados das palavras variam conforme o contexto em que são utilizadas. Além disso, sua abordagem desafia a visão linear da história ao destacar a polissemia dos conceitos, evidenciando que a disputa por seus significados é parte fundamental da dinâmica histórica.

Para sustentar a análise dos registros e compreender as dinâmicas institucionais que fundamentam os processos de acolhimento e destituição do poder familiar, esta tese mobiliza conceitos-chave que estruturam a pesquisa. “Toda vida humana é constituída de experiências – sejam elas novas e surpreendentes ou de natureza repetitiva. Precisamos de conceitos para fazer ou reunir experiências e integrá-las à vida” (Koselleck, 2020, p. 65).

Portanto, ao mobilizar conceitos para sustentar minha tese, escolho-os com base no meu momento histórico, no tempo presente e nas forças que influenciam esse contexto. Além disso, a linguagem empregada pode variar ao longo do tempo e do espaço, refletindo diferentes perspectivas. Assim, a seleção dos autores que fundamentam esses conceitos ocorre a partir da visão de mundo que decido adotar nesta tese. No percurso do conhecimento, cada conceito mobilizado carrega consigo marcas de seu tempo, de suas disputas e de suas ressignificações. O diálogo com tradições teóricas eurocêntricas se faz necessário em alguns momentos, não como aceitação acrítica, mas como parte de um processo de compreensão e confronto.

Nesta trajetória, respeito e conhecimento caminham juntos, buscando construir uma reflexão que reconheça as múltiplas perspectivas sem ferir a dignidade humana. Afinal, produzir conhecimento é também um ato ético, no qual a escolha dos referenciais teóricos reflete não apenas um compromisso acadêmico, mas uma posição diante do mundo. Os conceitos mobilizados ajudam a interpretar como o Estado opera sobre as famílias negras, indígenas e periféricas, utilizando discursos de sujeira, organização, higiene e território para justificar intervenções no poder familiar.

A escolha desses conceitos está diretamente ligada ao objetivo desta pesquisa: compreender como os registros nos processos judiciais operam como instrumentos de controle racial, de classe e de gênero. Ao mobilizar essas referências teóricas, a tese busca demonstrar que a retirada de crianças de suas famílias não é apenas uma medida de proteção, mas também uma prática de regulação social profundamente enraizada nas estruturas de desigualdade do Estado brasileiro.

Os principais conceitos mobilizados nesta tese são:

1) Raça, racismo e racismo estrutural

Segundo Quijano (2005, p. 230), “a raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade”, consolidando-se como o modo básico de classificação social universal. Raça pode ser compreendida como uma construção social que estrutura as relações de poder no mundo moderno. “Raça é uma construção política e social. E a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão” (Hall, 2003, p. 69). O racismo é um sistema de poder e dominação baseado na construção social da raça, que hierarquiza grupos humanos e distribui privilégios e desvantagens a partir da racialização. Mais do que um conjunto de preconceitos individuais ou atos isolados de discriminação, o racismo é uma estrutura que permeia relações sociais, políticas, econômicas e epistêmicas. É um mecanismo que desumaniza e aniquila indivíduos exclusivamente pela cor da pele e por características fenotípicas, sustentando-se por um pacto de manutenção de privilégios brancos: "um pacto de cumplicidade não verbalizado" (BENTO, 2022, p. 18). O racismo não se restringe a ações conscientes e intencionais, mas também opera de forma inconsciente e automatizada: "O racismo não é uma prática apenas consciente, mas também inconsciente" (ADÃO, 2023, p. 100). Conforme Almeida (2019, p. 32), trata-se de uma "forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes, culminando em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem". No contexto brasileiro, essa dinâmica se expressa de maneira ainda mais profunda, dada a discrepância entre a composição racial da população e os espaços de poder: "O Brasil é uma nação cuja maioria negra está sendo governada, por demasiado tempo, por uma minoria branca" (NASCIMENTO, 2016, p. 103). Em abordagem sobre o racismo estrutural, Silvio Almeida (2019) analisa como o Estado opera na manutenção de desigualdades raciais através dos serviços públicos e do sistema de justiça. A seletividade do Estado em relação a quem tem ou não o direito de exercer a maternidade é um reflexo desse racismo, que criminaliza a pobreza e responsabiliza individualmente mulheres negras e indígenas por condições sociais precárias que são historicamente produzidas. “O racismo se fortalece quando a existência do lugar social

da negritude está bem marcado nas áreas favelizadas e nas periferias em geral." Berth, 2023, p. 56.

2) Higienismo

O higienismo, enquanto doutrina social e política, esteve historicamente associado à ideia de "limpeza social" e organização dos espaços urbanos (Elias, 2011; Vigarello, 1996). No Brasil, práticas higienistas foram amplamente aplicadas para justificar a remoção de populações empobrecidas e racializadas de determinadas áreas urbanas, como ocorreu com as favelas. Essa lógica também se manifesta nos registros institucionais analisados nesta pesquisa, nos quais a sujeira e a desorganização aparecem como justificativas para destituição do poder familiar. Conforme será visto no decorrer dos capítulos, diversos historiadores se dedicaram a estudar como as divisões entre o sujo e o limpo ocorreram ao longo do tempo e entre as culturas.

3) Eugenia

O movimento higienista está estreitamente ligado a um outro movimento, a eugenia. Segundo Góes (2018, p. 41), a eugenia "seria o estudo para melhor cultivo da 'raça'", com o objetivo de "identificar os 'melhores' membros e estimular a sua reprodução e, ao mesmo tempo, diagnosticar os 'degenerados' e evitar a sua multiplicação":

> A palavra eugenia é oriunda do inglês eugenics, a partir do grego *eugénes*, que significa 'bem-nascidos'. Etimologicamente, o eugenismo (ou eugenia) é a ciência dos bons nascimentos; fundamentada na Matemática e Biologia, tinha como cerne identificar os 'melhores' membros e estimular a sua reprodução e, ao mesmo tempo, diagnosticar os 'degenerados' e evitar a sua multiplicação. (Góes, 2018, p. 41)

4) Favela como espaço de exclusão e resistência

O conceito de favela surgiu após a Guerra de Canudos (1896-1897), quando soldados retornaram ao Rio de Janeiro e ocuparam o Morro da Providência, nomeando-o em referência ao Morro da Favela, na Bahia, onde haviam combatido. O nome, derivado da planta Cnidoscolus quercifolius, tornou-se sinônimo de aglomerados urbanos informais caracterizados pela precariedade habitacional e ausência de regularização fundiária.

Segundo Ferreira (2010, p. 13), pesquisas municipais ao longo das décadas definiram favela como "unidades domiciliares distribuídas desorganizadamente em terrenos cuja propriedade não é legalizada". O IBGE, desde 1950, reforça que favelas são setores urbanos com pelo menos 50 domicílios carentes de infraestrutura e erguidos em terrenos alheios. Contudo, a favela vai além de uma definição técnica: é um território de disputa, resistência e exclusão, onde a falta de direitos básicos sustenta um status quo de desigualdade. Como aponta Berth (2023, p. 18), "o território urbano é feito de manifestações e ideias, que se acumulam historicamente e geram efeitos duradouros". Mais do que um espaço de carência, a favela representa a luta pelo direito à cidade e a reinvenção da vida urbana diante da ausência do Estado.

A favela tem sido historicamente representada como um território de desordem e ameaça à ordem urbana (Caldeira, 2000). Nos processos judiciais analisados nesta pesquisa, a favela aparece recorrentemente como um marcador de vulnerabilidade social, justificando intervenções estatais. No entanto, a favela também é um espaço de resistência e organização coletiva, onde as famílias constroem redes de apoio e formas de pertencimento. Essa dualidade será explorada ao longo da tese.

5) Sujo e sujeira

Para discutir sujo, sujeira, Douglas (2014) nos ensina que a “ideia de sujeira é composta de duas coisas, cuidado com a higiene e respeito por convenções. As regras de higiene mudam, naturalmente, com as mudanças no nosso estado de conhecimento”. Em Mary Douglas (2014), a sujeira não é uma condição objetiva, mas aquilo que escapa à ordem e ameaça classificações sociais estabelecidas. No contexto das favelas e periferias, essa construção simbólica associa determinados corpos e territórios à impureza, justificando sua marginalização. Pensando no sujeito argumenta Achille Mbembe (2020), a necropolítica opera por meio da sujeira, transformando espaços racializados em zonas de morte e controle, onde o Estado define quem deve ser protegido e quem pode ser eliminado.

A sujeira, neste sentido, é um marcador de exclusão. Como observa Judith Butler (1993), a sujeira se relaciona com a abjeção, um processo pelo qual determinados corpos são desumanizados, vistos como impuros, indignos e desviantes. Em *Vida Precária* (2019), Butler amplia essa análise ao demonstrar como certos sujeitos são socialmente considerados descartáveis, tendo suas mortes normalizadas e suas vidas reduzidas à precariedade.

No Brasil, esse processo se manifesta na criminalização dos territórios periféricos, nos discursos sobre a "desordem" urbana e no racismo estrutural que associa a sujeira à negritude e à pobreza. Como aponta Bourdieu (2017), as classificações entre "puro" e "impuro", "civilizado" e "bárbaro", são formas de dominação que justificam a desigualdade e reforçam hierarquias sociais.

6) Organizado e desorganizado

Organizado e desorganizado, ordem e desordem, não são conceitos fixos ou neutros, mas construções dinâmicas que emergem da necessidade humana de dar sentido ao mundo. Para Douglas (2014, p. 15), a ordem se estabelece pela separação, purificação e demarcação, sendo criada artificialmente para impor sistematização a uma realidade inerentemente desordenada. No entanto, essas ideias são instáveis, pois “o mesmo impulso [...] que lhes dá existência está continuamente modificando-as e enriquecendo-as”.

Ainda segundo Douglas (2014, p. 15), “fatos desconfortáveis, que se recusam a ser ajustados, nós os ignoramos ou os distorcemos a fim de que não se perturbem aqueles pressupostos estabelecidos”. E Morin (2003a, p. 99) afirma que “a desordem está em ação por toda parte”, não como um simples caos, mas como um princípio necessário que impulsiona transformações. Assim, ordem e desordem não são opostos absolutos, mas forças interdependentes que se reconfiguram constantemente na interação com novas experiências e na forma como são percebidas e interpretadas.

7) Poder familiar e pátrio poder

Para discutir o poder familiar, é preciso pensar na trajetória dos direitos das mulheres no Brasil, que evidencia a desigualdade histórica na distribuição do poder dentro da família. Enquanto o pátrio poder, estabelecido pelo Código Civil de 1916, garantia ao pai autoridade exclusiva sobre os filhos menores, as mulheres ainda enfrentam diversas restrições legais. Somente em 1932, com a promulgação do Código Eleitoral, as mulheres conquistaram o direito ao voto, avanço na esfera pública. No entanto, dentro do âmbito familiar, o poder continuava centralizado na figura masculina. O direito ao divórcio, por exemplo, só foi regulamentado em 1977. Mesmo depois de adquirirem autonomia política e a possibilidade de romper com casamentos infelizes, o poder sobre os filhos ainda era prerrogativa paterna. Apenas em 2002, com o novo Código Civil, o termo pátrio poder foi substituído por poder

familiar, reconhecendo a responsabilidade compartilhada entre pai e mãe e estabelecendo o princípio do melhor interesse da criança.

8) Estado e agentes de Estado

Para Bourdieu (2014), o Estado não é apenas um aparato governamental, mas um campo social onde diferentes agentes disputam poder, estabelecendo classificações, normas e hierarquias. Ele amplia a definição de Weber, que vê o Estado como detentor do monopólio da violência legítima, ao acrescentar que ele também exerce o "monopólio da violência simbólica legítima", ou seja, o poder de impor e naturalizar desigualdades por meio da burocracia, da educação e do sistema jurídico (p. 30). O Estado opera por meio de atos políticos reconhecidos como legítimos, cuja eficácia decorre da crença social na sua autoridade. Essa legitimidade, construída historicamente, faz com que as práticas estatais não sejam questionadas, tornando o Estado um ponto de referência incontestável na organização da vida social (p. 39-40).

Bourdieu também enfatiza que o Estado não é um bloco homogêneo, mas um campo de disputas, onde diferentes grupos competem pelo controle da administração pública e da definição das regras sociais (p. 50). Ao reforçar determinados pontos de vista e classificações sociais, ele teatraliza o universal e o oficial, criando a ilusão de um consenso que legitima a ordem social vigente (p. 61). Assim, o Estado não apenas regula e administra, mas produz e reproduz estruturas de poder, influenciando profundamente a percepção da realidade e a manutenção das desigualdades.

9) Interseccionalidade: uma ferramenta analítica e crítica das relações de poder

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder estruturam a sociedade e influenciam as experiências individuais na vida cotidiana (COLLINS, 2021, p. 15). Longe de ser uma estrutura fixa, a interseccionalidade não é um modelo pronto que pode simplesmente ser aplicado a qualquer análise, mas um conceito em constante construção, cujas aplicações variam conforme o contexto e os objetivos políticos e acadêmicos (COLLINS, 2021, p. 51).

Neste sentido, a interseccionalidade não deve ser vista apenas como um instrumento teórico, mas como uma práxis crítica, ou seja, um meio pelo qual indivíduos e grupos podem desafiar o status quo e transformar relações de poder (COLLINS, 2021, p. 53). A sua aplicação não se restringe ao mundo acadêmico, uma vez que o pensamento crítico pode ocorrer em qualquer lugar e ser mobilizado por diferentes sujeitos sociais (COLLINS, 2021, p. 52).

No contexto desta pesquisa, a interseccionalidade permite compreender como a exclusão se estrutura de maneira sobreposta, atingindo com maior intensidade grupos que acumulam múltiplas opressões, como mulheres negras e moradores de favelas. A análise interseccional evidencia que a sujeira, a precarização da vida e a criminalização de determinados territórios não são fenômenos isolados, mas processos que operam na intersecção entre raça, classe, gênero e espaço urbano. Dessa forma, ao utilizar a interseccionalidade como ferramenta de análise e prática crítica, esta tese busca evidenciar como diferentes eixos de dominação se articulam, sustentam desigualdades e limitam o acesso de certos sujeitos à cidadania plena. Mais do que um conceito, a interseccionalidade aqui se apresenta como um instrumento de denúncia e transformação social.

Divisão da tese

No primeiro capítulo, trata-se dos sujeitos: a história das “10 Marias”, os agentes de Estado e eu. As Marias contam a história de mulheres cujas trajetórias foram registradas no meu diário de campo ao longo de quase 15 anos de atuação na Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Já no segundo capítulo, é no inventário da falta que se percebem os dispositivos estruturais que perpetuam ciclos históricos de exclusão. Assim, esse capítulo trata daquilo que falta às mulheres focalizadas para uma vida mais humana e do território, pois a favela não é apenas um local geográfico, mas um campo de disputas e de construção de narrativas. O espaço que habitam – a favela – não é apenas um cenário, mas parte essencial da forma como vivem e resistem. O território influencia suas relações, suas oportunidades e seus desafios. A favela da Água Vermelha é o cenário que escolhi por motivos afetivos e onde minha vida novamente se entrelaça com a delas, agora não mais como profissional, mas como favelada.

No terceiro capítulo, o banheiro, enquanto espaço físico e simbólico, emerge como um elemento-chave na construção de discursos. A pesquisa articula dimensões históricas, sociais e espaciais para demonstrar que o banheiro, longe de ser um espaço banal, é um campo político carregado de significados sociais e simbólicos.

O quarto capítulo discute sobre sujeira, desorganização e moralidade, justificando práticas de vigilância e controle sobre corpos negros, pobres e periféricos. O Estado exerce sua fiscalização por meio de agentes que se tornam interlocutores no controle dos corpos, impondo punições que não se manifestam fisicamente, mas minam a autoestima e qualquer possibilidade de reestruturação física e mental do sujeito, que é submetido a inúmeras violências desde o nascimento. Discursos sobre o que é sujo e limpo, organizado e desorganizado, apropriado ou inadequado, perigoso ou inofensivo. Dialogando com estudos urbanos, teoria social e história cultural, numa pesquisa interdisciplinar, ainda que histórica, esta tese articula conceitos e metodologias que ajudam a compreender como os discursos de sujeira e desorganização operam como dispositivos de exclusão racial, eugenia e criminalização da pobreza. Ao longo dos capítulos, busca-se desvelar como essas práticas se inscrevem no cotidiano das Marias na cidade de São Paulo.

Os registros são, portanto, a materialização desse controle e desempenham um papel central na construção da ideia de desvio e padrões, reforçando discursos moralistas e higienistas por meio da leitura de subjetividades. Esta tese, destarte, não se constrói em neutralidade. Ela nasce de um compromisso ético, político e pessoal com a vida, a dignidade e a justiça social. Várias vezes recorri à escrita memorialista e privada, baseada em minhas experiências, para enriquecer as descrições do tema. Além disso, problematizar banheiros, sujidade e desorganização significa, antes de tudo, denunciar o racismo, a eugenia, o sexismo e o classismo que estruturam nossas relações sociais e institucionais.

Falar de posicionamento ético-político é afirmar valores que não podem ser negociados: a liberdade, a democracia, a equidade e o compromisso com os direitos humanos. Nesta pesquisa, o direcionamento social e político é evidente: é um posicionamento anticlassista, antirracista, antissexista, anticapacitista e, portanto, antifascista. Não há espaço para ambiguidades ou para neutralidade quando se trata de enfrentar injustiças que atravessam corpos, territórios e histórias. Conforme já foi mencionado, o que aqui se propõe não é apenas uma análise acadêmica, mas uma contribuição para desvelar estruturas que naturalizam a exclusão e, ao mesmo tempo,

ecoar vozes e resistências que persistem, apesar das barreiras materiais e simbólicas que lhes são impostas. Que esta tese seja, acima de tudo, um ato de compromisso para com a transformação social.

Verão 2025

I – OS SUJEITOS

Todas as famílias felizes se parecem,
cada família infeliz é infeliz à sua maneira.
Liev Tolstoi

Um título alternativo para este capítulo seria “Desordem e dissabores segundo a condição social: perfil dos sujeitos envolvidos nos processos de acolhimento institucional de crianças e adolescentes”. Este capítulo pretende apresentar os perfis dos sujeitos desta pesquisa, ou seja, as pessoas que aparecem nos processos judiciais, as mulheres denunciadas, as instituições a partir de seus agentes de Estado e eu. A minha presença, na interlocução com as fontes analisadas, também aparece ao longo da escrita, não porque tenha a intenção de fazer uma autobiografia, mas sim porque considero-me implicada diretamente no tema escolhido. Em relação ao sujeito “instituição”, a intenção é focar mais nos registros do que nas pessoas que produziram esses registros. A ideia central é pensar as instituições, e não as profissionais. Portanto, direcionar o olhar para os registros a partir da intencionalidade das instituições enquanto Estado.

1.1 As instituições e o Estado: a reafirmação de um pacto nas estruturas e práticas institucionais

As instituições do Estado aqui apresentadas – ou apenas instituição[6], pois na materialidade do Estado elas o representam – contam com um corpo de agentes que operam diretamente nas políticas públicas de saúde, educação, assistência social e sistema de justiça. Isso posto, são esses agentes que, na materialidade das ações, estão diretamente frente a frente com a população no cotidiano. Considerando isso, gostaria de listar as instituições cujos profissionais registram suas impressões e opiniões a partir do seu campo de saber. Temos nessa lista Conselhos Tutelares[7],

[6] Para entender melhor sobre a Instituição de Estado, ler: Macaro, 2021.

[7] “O Conselho Tutelar é um órgão permanente, autônomo e não jurisdicional. Ele é encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, conforme estabelecido pelo ECA. Para melhor entendimento, ler: São Paulo, 18 nov. 2024.

Unidade Básica de Saúde - UBS[8], Centro de Atenção Psicossocial (CAPSij[9], CAPSadulto[10] e CAPSad[11]), Serviços de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes - SAICA[12], o Núcleo de Apoio de Serviço Social e Psicologia do Tribunal de Justiça de São Paulo[13], além do Centro de Atendimento Multidisciplinar - CAM[14] da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. São esses agentes, portanto, que atuam para garantir direitos, assessoram magistrados e defensores públicos, compõem o corpo nas UBSs e nos CAPS para a promoção e o cuidado em saúde básica e mental. Mas não se limita a eles. Outras instituições podem ser chamadas judicialmente ou não a opinar sobre a situação em questão. Como o SAICA, para proteção integral de crianças e adolescentes.

Assim sendo, os registros feitos por esses agentes do Estado possivelmente refletem, em alguma medida, o posicionamento das instituições às quais estão vinculados, bem como a intencionalidade do Estado. Dessa forma, as opiniões contidas nesses registros podem carregar tanto preconceitos anteriores à formação desses agentes quanto seu posicionamento técnico e político no momento da ação. Além disso, tais registros também expressam o alinhamento dessas instituições com

[8] As UBS's são a porta de entrada para o Sistema Único de Saúde - SUS, oferecendo serviços de atenção primária de promoção de saúde. Para conhecer sobre a UBS, leia: São Paulo, 9 mai. 2024.

[9] Os CAPS e as UBS's são porta de entrada para o atendimento em saúde mental, sem necessidade de agendamento. O CAPS atua ainda no acolhimento em situações de crise, o CAPSij atua especificamente com o público infanto-juvenil. Para saber mais sobre o CAPSij, leia: São Paulo, 7 fev. 2025.

[10] O CAPSadulto segue na mesma linha que os outros CAPS, com foco em questões de saúde mental que não envolvam uso abusivo de álcool e outras drogas, mas pode trabalhar em parceria, o foco são pessoas adultas. Tem ainda o CAPS III, para acolhimento integral para situações de crise e situações mais agudas (São Paulo, 7 fev. 2025).

[11] O CAPSad, segue a mesma linha dos outros CAPS com enfoque no uso abusivo de álcool e outras drogas, além de contar com Unidades de Acolhimento - UA que são moradias provisórias destinadas aos usuários que estejam em tratamento no CAPSad e tenham conflitos familiares ou em situação de risco ou vulnerabilidade que necessitem de cuidados em saúde mental especificamente para o uso abusivo ou dependência de substâncias psicoativas (São Paulo, 7 fev. 2025).

[12] Os SAICA's atuam no acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. Para aprofundamento ler: São Paulo, 14 nov. 2023.

[13] O Núcleo oferece assessoria teórico-metodológico e operativo de assistentes sociais e psicólogos judiciários para subsidiar uma decisão e subsidiar instâncias da instituição, como Presidência, Corregedoria e Magistratura, em questões que envolvam conhecimentos de Serviço Social e de Psicologia (TJSP, c.2024).

[14] Os Centros de Atendimento Multidisciplinar - CAM garantem a atuação interdisciplinar da Defensoria Pública, em especial nos casos de demandas complexas, tais como: transtorno mental, uso problemático de drogas, violência doméstica e outros tipos de violência, vulnerabilidades sociais e conflitos familiares. Os/as agentes do CAM realizam atendimento psicológico e/ou social, produzem relatórios, laudos e pareceres, mapeiam e se articulam com a rede de serviços, bem como contribuem para a educação em direitos (DPESP, c.2024).

a visão do Estado brasileiro sobre questões como infância, saúde mental, pobreza, moradia digna, racismo (cf. Devulsky, 2021) e reparação histórica.

São recorrentes nos registros as opiniões de psicólogas e assistentes sociais. Considerando isso, sempre que eu fizer alguma sugestão ou crítica sobre algum ponto nevrálgico, será a partir desse meu lugar de assistente social e pesquisadora, guardando assim as devidas competências e proporções, opinando naquilo que eu puder. Sobre esse lugar de mulheres nos espaços sócio-ocupacionais, principalmente quando da produção de provas e do questionamento da capacidade de cuidado, Gomes (2022, p. 26), em reflexão acerca das mulheres destituídas e das profissionais que atuam para além do "cuidado em julgamento", traz importante debate que provoca a discussão a respeito de um fazer profissional crítico, realizado em sua maioria por mulheres, que também dependem de uma rede de proteção em seus espaços de trabalho para exercer sua profissão.

1.2 Eu

Primeiramente gostaria de contar que superar o Nós na escrita da tese e escrever na primeira pessoa, EU, foi um exercício tenso, mas muito importante para o reconhecimento do quanto eu estou na tese. Também foi importante para perceber o meu percurso durante a pesquisa, além de afirmar que a investigação não é neutra e a pesquisadora tem um posicionamento político. Existe ainda uma intencionalidade na escolha do tema, das obras, da linha de pesquisa. No mais, reconheço que a pesquisa não foi feita só por mim, muitas pessoas estiveram envolvidas, eu não estive só! A produção desta escrita e o desenvolvimento de todo o percurso tiveram a leitura de muitas pessoas, críticas, indicações, elogios e sugestões. Em momentos fui segurada pela mão, outras vezes fui levada no colo. Portanto, o EU é apenas no sentido de que a pesquisa tem a pesquisadora, e a pesquisadora está na tese.

A escrita de si é sempre um exercício de rememoração, carregado de intensa carga emocional e de um amadurecimento na compreensão dos problemas vividos. Esse processo envolve "a coragem da verdade, [...] o cuidado de si e do outro, isto é, por práticas relacionais de construção subjetiva como um trabalho ético-político" (RAGO, 2013, p. 44). Além disso, Rago (2013, p. 25) destaca a importância de dar visibilidade a práticas e modos de ação política e cultural muitas vezes pouco

perceptíveis, “experiências intensas, miúdas e constantes de construção de outros modos de pensar agir e existir”.

Já a escrevivência, conceito elaborado por Conceição Evaristo (2021), insere-se nessa dinâmica, mas enfatiza a experiência coletiva das mulheres negras, transformando a escrita em memória, denúncia e resistência. Enquanto a escrita de si opera como um ato de liberdade individual, a escrevivência articula subjetividade e ancestralidade, inscrevendo no texto as marcas de vivências historicamente silenciadas. Como afirma Evaristo (2021, p. 30), “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos”. Além disso, sua escrita ecoa as experiências de exclusão e marginalização, possibilitando que: “Pessoas que experimentam condições de exclusão tendem a se identificar e a se comover com essas personagens” (Evaristo, 2013, p. 32).

Ao mesclar as duas perspectivas, reconheço a impossibilidade de me inscrever na escrevivência enquanto mulher branca e, assim, retiro-me desse lugar para assumir uma posição ética de escuta, resistência e memória. Minha escrita, então, não busca a apropriação, mas o compromisso com a historicidade das narrativas, respeitando os limites da experiência e reafirmando o papel da escrita como gesto político.

> Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você [...] Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever (ANZALDÚA, 2000, p. 232).

Eu sou filha de migrantes, meu pai de Minas Gerais e minha mãe do Espírito Santo, ambos filhos de trabalhadores da roça. Meus pais passaram por Foz do Iguaçu em busca de uma vida melhor, meu pai trabalhou na construção da Usina hidrelétrica Itaipu. Tomados pelo frio e pela fome, desembarcamos em São Paulo em meados dos anos 1980, em busca de melhores condições de vida. Contamos com o suporte da família, da comunidade e de políticas de governo para superar a condição de extrema vulnerabilidade.

Em São Paulo, fomos morar de aluguel em um bairro periférico da cidade. Eu, ainda pequena, e meus pais em um cômodo. O banheiro era coletivo: todas as casas da parte de baixo do quintal, no total quatro casas, usavam o mesmo banheiro. As famílias aguardavam sua vez de usar o espaço, ficavam à espreita. Era preciso levar

seus produtos de higiene pessoal, toalha e roupa, mas o ambiente não tinha muito espaço. Tinha um prego para pendurar as roupas, a porta era de madeira que fechava com uma tramela e desgastada pela chuva e pelo sol, o piso era de cimento queimado. Os produtos de higiene pessoal eram levados ao banheiro numa sacolinha de supermercado e, depois de usados, retornavam molhados para dentro da sacola. As famílias se revezavam no uso e na limpeza do local. As crianças eram “banhadas” cedo, antes de os adultos chegarem do trabalho, e as “donas de casa” às vezes tomavam banho com as crianças para economizar tempo e água.

Foi para sair do aluguel que meus pais arriscaram, assim como outras famílias, a compor um movimento social local que estava ocupando uma área nos anos 80. A obra foi construída aos finais de semana pelo meu pai, depois de uma jornada exaustiva de trabalho semanal mal remunerado, ele caminhava uma hora até a obra e construída um cômodo e um banheiro de telha Brasilit, chão de cimento queimado, porta verde de madeira de segunda mão e uma janela. Assim a moradia estava pronta para receber a família.

> [...] por caminhos tortuosos a casa autoconstruída [...] constitui o último reduto da escala habitacional, pelas deterioradas condições materiais e simbólicas de existência presentes nessas modalidades de habitação. [...] Sua constante ampliação leva várias décadas, fruto daquilo que pode ser designado trabalho cristalizado pelo conjunto da unidade familiar por um tempo que cobre mais de uma geração (Kowarick, 2000, p. 87).

Eu, mulher, favelada, branca, mãe, pessoa com deficiência, servidora pública na Defensoria Pública de São Paulo, assistente social e doutoranda. Ocupar o espaço de pesquisadora e estar na academia é muito difícil. O cotidiano não fica suspenso para que mulheres mães ocupem esse lugar sem que os esforços sejam dobrados para conseguir apresentar algum resultado. Portanto, toda a minha solidariedade às pesquisadoras que são trabalhadoras (cf. Brasil/Capes, 2020), mães, que moram distante das universidades, que saem da favela para promover pesquisas e produzir conhecimento.

Isso posto, esses são alguns dos marcadores sociais que compõem esse meu EU. Vale registrar que não desejo em momento algum comparar dores ou “superações”. Busco nesta encruzilhada contribuir para a reflexão a partir das minhas experiências, ao que me diz respeito, a partir dos marcadores sociais que me atravessam.

Seguindo nessa esteira, na adolescência ocupei os mesmos empregos que as meninas na favela: babá, doméstica, antes mesmo de terminar o ensino médio. Apesar disso, tendo em vista o privilégio de ser branca, antes mesmo de completar 16 anos, fui selecionada pela "boa aparência" para ocupar um lugar de atendimento ao público em uma rede de lojas de vendas de produtos fotográficos. A vaga tinha sido indicada pela minha patroa enquanto eu era doméstica. Ela me disse "Você é bonita, não pode ficar trabalhando de doméstica".

Na seleção, fui avisada, caso não tivesse lugar para mim nas lojas, aquele homem branco e idoso me levaria para ser doméstica em sua casa. Assim fui contratada. Fora da favela, acessei um mundo muito diferente. O centro da cidade, as pessoas sempre com pressa, o barulho dos carros e ônibus. Os prédios altos, a forma como as pessoas se vestiam, falavam, comiam. Era um mundo muito diferente do meu, parecia uma outra realidade, era uma realidade dentro de outra realidade, tudo, absolutamente tudo era diferente do meu mundo. Nunca tinha comido em um restaurante, não conhecia o centro da cidade e me perdi perto do meu bairro na primeira semana de trabalho por conta de uma greve de ônibus. Não conhecia o telefone fixo (sim, o telefone já foi fixo e custava muito caro ter uma linha telefônica[15]). As minhas roupas, a minha bolsa, os meus sapatos, tudo indicava que eu era estranha naquele lugar, até o meu cheiro.

Enquanto acessava esses lugares, mais me afastava da favela. Hoje reconheço o "pacto da branquitude"[16] já na inserção do primeiro emprego no atendimento ao público, a ideia racista de boa aparência. Esse talvez tenha sido o primeiro degrau de privilégio que me separava das meninas na favela, a cor da minha pele, ou seria a presença paterna, ou tudo isso. Enfim, chegar até a faculdade me distanciou ainda mais dessa realidade, pois a possibilidade de frequentar um curso superior está muito à frente em privilégios em relação à maioria da população pobre[17] brasileira.

[15] Sobre a história e a privatização da telecomunicação no Brasil, leia: Fascina, 2002.

[16] "[...] esse imaginário sobre brancos, expurgado, 'lavado' de suas dimensões negativas" (Bento, 2022, p. 9)

[17] Para saber mais sobre mobilidade social e privilégio da branquitude, ler: Bento, 2022.

Mesmo trabalhando formalmente e tendo algum recurso econômico, o espaço da universidade não era um espaço que me pertencia. Foram incentivos externos ao meu círculo social de família e amigos que me levaram a buscar uma graduação, ainda que numa universidade particular. A universidade pública não era uma possibilidade para mim, minha bagagem intelectual não me deixaria adentrar esse espaço, meu *capital cultural*[18] estava aquém de passar em um vestibular para esse tipo de espaço. Sonhar sim, mas não tão alto. Assim sendo, até chegar à faculdade foi um caminho tortuoso. Estudei a vida toda em escola pública, na graduação cursei uma instituição particular de pouco prestígio no extremo Leste (Zona Leste 2), enquanto trabalhava em um shopping center. Era preciso trabalhar para custear a mensalidade e contribuir para o orçamento familiar.

Lembro a primeira vez que entrei na universidade em que me graduei anos depois, aquele pátio que mais parecia um shopping center com suas luzes e o "mar" de pessoas indo e vindo apressadas, o barulho, as estudantes debruçadas sobre seus cadernos e a responsabilidade de pagar os boletos para acessar o conhecimento[19]. Depois de formada, fui trabalhar na rede socioassistencial com projetos para jovens e adultos na educação, posteriormente idosos e, assim, na saúde da mulher e na política de assistência social. Cheguei a acumular dois empregos simultaneamente quando a jornada de trabalho não era limitada a seis horas diárias para assistentes sociais ou 30 horas semanais (cf. Brasil, 2010).

Com menos de dois anos de formada, ingressei na Defensoria Pública do Estado de São Paulo - DPESP, sem saber da importância da instituição e do cargo. A DPESP era uma instituição nova[20], e eu ingressei pelo primeiro concurso para agentes em 2010[21], na vaga para pessoa com deficiência. No entanto, entrar era uma coisa, permanecer no espaço era outra. Muitas vezes pensei em desistir por não me ver competente para estar no mesmo nível que as colegas. Foram muitos almoços

[18] Para compreender a lógica do capital cultural, evoco o que Burton (2015, *apud* Weiss; Bueno, 2024, p. 2) chama de "cara branco da teoria". Nesse sentido, Bourdieu (2015b) nos oferece uma chave interpretativa para compreender como o capital cultural se estrutura na escola e no espaço social, operando como um mecanismo de distinção e reprodução das desigualdades.

[19] Para compreender sobre a mercantilização da educação superior brasileira, leia: Grossi; Gasparotto; Vieira, 2014.

[20] A DPESP, prevista na Constituição Federal desde 1988, foi criada apenas em 2006 por pressão dos movimentos sociais. Para melhor aprofundamento sobre a criação da Defensoria Pública de São Paulo, ler: Brasil/ IPEA, c.2023.

[21] Para saber mais sobre a inserção do Serviço Social na DPESP, ler: Cardoso; Eik; Mendes Castro, 2015. Além disso, é possível ler sobre a identidade dos assistentes sociais na instituição em: Barros, 2017. E para conhecer o Serviço Social na DPESP, ler: Miranda, 2016.

regados a debates políticos e conhecimentos gerais em que eu estava muito aquém do nível das colegas. Além dos debates teóricos no café pós-almoço, também se planejavam as próximas férias em algum lugar da Europa. Nos jantares e encontros no fim do expediente, a conversa descontraída transitava entre a escolha do melhor vinho para harmonizar com a comida, os acontecimentos do dia de trabalho e a nova aquisição de imóvel nas melhores regiões da cidade, enquanto eu ainda estava descobrindo como segurar a taça. Os debates profundos e intensos não faziam parte do meu repertório, eu ainda estava rasa em debate teórico e também estava tentando sobreviver.

Apesar disso, minhas colegas tiveram a paciência de me ver crescer, conduziram-me com afeto, e eu fui acessando novos espaços e adquirindo o que chamarei de códigos sociais. Os códigos sociais operam como mecanismos normativos, que regulam, controlam, disciplinam e excluem aqueles que não se adequam às normas hegemônicas. Como mostram Elias (2011) e Foucault (1975), esses códigos funcionam como tecnologias de controle social, estabelecendo padrões de conduta, comportamento e expressão que delimitam quem pode ser reconhecido e aceito em determinados espaços. Para Bourdieu (1989), o domínio desses códigos representa um capital cultural, ou seja, um recurso simbólico essencial para a participação e mobilidade social. Quem os adquire tem acesso a círculos de prestígio e poder, enquanto aqueles que não os internalizam são marginalizados ou excluídos.

Butler (2018) complementa essa discussão ao demonstrar que os códigos sociais não apenas normatizam comportamentos, mas também produzem identidades, estabelecendo fronteiras entre quem pertence e quem é colocado à margem. Assim, longe de serem meras regras de etiqueta ou convivência, os códigos sociais operam como estruturas de poder que reforçam desigualdades e sustentam mecanismos de exclusão e hierarquização social.

Assim, esses código foram sendo incorporados à medida que as colegas de instituição compartilharam o trabalho e as experiências comigo, ajudaram-me na escrita, no incentivo às viagens, na aquisição material, na indicação de livros e leituras. Os jantares, almoços e “cafés” somavam-se à aquisição desse capital, alguns com afeto e leveza, outros com arrogância e tensão.

Além disso, o incentivo financeiro da Escola da Defensoria Pública - EDEPE para aquisição de livros me permitiu comprar obras que me ajudaram na minha formação acadêmica. Eu os comprava tão compulsivamente que não dava nem para ler todos, era como se eles entrassem na minha cabeça assim que passavam pela porta. Foram noites estudando, e me tornei uma leitora assídua. Marcava a data do início da leitura e dava prazo para finalizar, era uma incessante corrida contra o tempo para alcançar meus colegas de trabalho. Mas sempre estava atrasada. Lembro-me que já fui corrigida publicamente por defensores públicos, homens brancos que, na escala de privilégios, chegam primeiro que a mulher branca[22]. No entanto, o respeito dos amigos foi abrigo para a permanência na instituição.

A realização do mestrado foi uma verdadeira maratona para acompanhar os colegas. Mas a sensibilidade da minha orientadora fez o percurso ser prazeroso e menos competitivo e apresentar uma pesquisa para a categoria profissional, além de somar em conhecimento. No mesmo período, fiz duas pós-graduações, e isso foi deteriorando minha saúde mental. A cada investida em conhecimento, cada vez que pisava na instituição, tinha ansiedade. No entanto, nessa corrida, procurei pelo doutorado, uma ousadia ocupar aquele espaço com pessoas que eu admirava do Programa, responsáveis pelo material que eu tinha lido. O percurso foi doloroso, pois a vida não parou e vários acontecimentos ocorreram durante o tempo de pesquisa. Mas, apesar de difícil, foi muito acolhedor. Eu maternava enquanto assistia às aulas, entre uma mamadeira e outra, recebia todo o apoio de professoras e professores por quem tenho muita admiração. Assim, tive a ousadia de investir nos estudos, e sou a primeira pessoa da minha família – nesse caso, não o grupo familiar íntimo de pai, mãe e irmãos, mas tios, tias, primos, primas... – a acessar o doutorado, e espero concluí-lo.

[22] Continuando nos estudos sobre branquitude, indico a leitura da tese de Cardoso (2014).

Outro ponto nevrálgico foi ter saído da casa dos meus pais e transitado entre o aluguel e o sonho da casa própria. Enquanto meus colegas da DPESP, com os mesmos salários, compraram apartamentos nas melhores regiões da cidade de São Paulo (pois seu capital econômico anterior também era diferente do meu, seja por via de herança, investimentos prévios ou ajuda dos pais para o primeiro imóvel), eu consegui a tão sonhada casa própria irregular[23] sem documentação formal. Assim, a aquisição se deu por meio de contrato de compra e venda de um imóvel em área particular com parcelamento irregular do solo, pendente da comprovação da posse contínua, pacífica e sem oposição por um período determinado para regularização. Mas, diferentemente dos meus pais, que recorreram a ocupação em área pública por meio de movimentos sociais, eu já não ocupava mais a favela.

Acessei bens de consumo acreditando que eles me dariam um lugar nesse grupo social, comprei o que o dinheiro permitiu, mas a defasagem nunca era superada, assim como o capital cultural nunca era igualado. Decidi ir no meu ritmo, acessei os bens de consumo, mas também lugares que eu escolhi ocupar e em que desejava estar. Viajei e fui usufruindo dos acessos que pude. A maturidade já mostrava que eu não precisaria mais provar nada para ninguém, nem para mim mesma.

Os cursos de línguas financiados pela EDEPE me fizeram acessar outros países e ter a petulância de concluir o mestrado e desejar cursar o doutorado. Ingressei no doutorado com o sonho de mudar o rumo dos processos judiciais e a forma como os registros das Varas da Infância e Juventude da Cidade de São Paulo são realizados. Mas termino ele recolhendo os cacos que sobraram de mim nesses anos de estudos.

Escolhi fazer o Doutorado no Programa de História Social da PUC/SP, lugar em que antes nunca imaginara estar, pelo custo econômico e cultural que essa instituição exige. Circular entre tantos conhecimentos e entre pessoas tão acolhedoras e ao mesmo tempo tão admiradas por mim foi muito importante. As professoras e os professores foram admiráveis e me fizeram elaborar esta tese mesmo com tantos acontecimentos, perdas pessoais e luto durante o processo. Penso que foram minhas indignações e minha petulância que me sustentaram até aqui. Mas também ouvi que,

[23] Para compreender sobre o parcelamento irregular do solo na cidade de São Paulo, ler: Pasternak, 2010.

apesar do meu potencial, precisava ler mais, quem sabe investir em leituras de literatura, pois meu repertório ainda não era suficiente e minha escrita, assim como eu, era deficiente, marcando meu lugar de estranha nesse lugar. Seguindo as orientações de Anzaldúa (2000, p. 235):

> Joguem fora a abstração e o aprendizado acadêmico, as regras, o mapa e o compasso. Sintam seu caminho sem anteparos. Para alcançar mais pessoas, deve-se evocar as realidades pessoais e sociais — não através da retórica, mas com sangue, pus e suor.

Assim, peço licença para contar sobre algumas histórias vividas por mim na favela, além de falar do meu bairro, que será apresentado no próximo capítulo. Aproveito para prestar minha homenagem a todas as pessoas que lutaram pelo direito a uma moradia. Aos que promoveram eventos culturais e festas, transformando aquele ambiente tão violento também num lugar de arte, cultura, resistência e afeto. São muitas as histórias da minha comunidade e das moradoras. Portanto, não falo somente da minha história, trago as histórias de pessoas que moram ou moravam na favela da Água Vermelha. Guardadas as devidas diferenças, elas contam a vivência nas periferias das grandes cidades.

Falando nisso, foi na rua que a maior parte da minha infância se deu, enquanto brincávamos descalços no barro depois da escola. Lembro a experiência de tomar banho de chuva. Entre guerra de mamonas, amarelinha e taco, a gente presenciava as violências e exclusões na favela. Era a vizinha que apanhava do marido para evitar que ele, alcoolizado, batesse nos filhos. Era a colega que ficava envergonhada e virava piada entre as crianças quando seu pai não se sustentava em pé depois de tanto consumir álcool. Os pais não estavam tão presentes, ou estavam trabalhando ou não existiam. Na minha viela até tinham muitos pais, alguns a mulher precisava buscar de madrugada na jogatina de baralho, alguns trabalhavam e outros só apareciam depois de beber bastante. Mas tínhamos mais pais que outras vielas.

Esses acontecimentos me remetem à rua e suas brincadeiras quando, às vezes, éramos surpreendidos com um corpo desfalecido sem vida que caía ao nosso lado sem que a gente soubesse de onde veio o tiro. Assim, presenciamos mães que choravam a morte prematura de seus filhos, arrancados de debaixo da cama com uma arma na cabeça. Mães que disputavam entre si quem tinha mais dores. As mães,

cansadas de nossas bagunças, ameaçavam nos jogar na FEBEM[24] caso não fossemos tomar banho, não entrássemos ao anoitecer ou não obedecêssemos. A FEBEM era o terror da criançada na minha viela.

Assim, nossas casas se erguiam quase como nossos corpos sofridos, sem prumo. As casas ganhavam lajes enquanto a gente ganhava sapatos e carteira assinada. Presenciei muito *pai de família* ser esculachado pela Rota[25] por não estar com a carteira de trabalho. Enquanto eu crescia, vi muitas vezes a polícia entrar nas casas pedindo nota fiscal dos eletrodomésticos. O pobre não tinha direito de ter uma geladeira nova, era preciso manter a nota fiscal de tudo, mesmo amareladas elas seguiam guardadas. Eu ainda tenho a mania de guardar as notas fiscais de todos os produtos que já comprei até hoje. Se um caminhão era assaltado em algum lugar, era na favela que a polícia batia procurando os produtos, nem o carro de entrega dos produtos da Avon chegava mais na favela. A área agora era de risco, e a gente também.

Os preços dos alimentos não paravam de subir, e nosso armário cada vez mais vazio[26]. De fome a gente não morreria, mas o que não fosse essencial não chegava na nossa mesa. As famílias precisavam estocar comida, pois não acompanhavam as altas dos preços dos alimentos.

Minha mãe e tantas outras mulheres na favela cuidavam de crianças, era assim, cuidar das crianças das outras mulheres que precisavam sair para trabalhar fora. Algumas dessas mulheres são mães solo, outras trabalhavam para compor a renda da família. A escassez era mais aprofundada para as mulheres que maternavam seus filhos sozinhas.

Minha mãe, que tinha marido, ajudava a compor a renda da família fazendo faxinas ou cuidando de crianças. Minha mãe envolta de tantas crianças. Às vezes isso era um trabalho, às vezes essas crianças iam ficando lá em casa, e a família ia aumentando. A gente nem sentia mais quantos chegavam, sempre tinha criança nova em casa[27]. Crianças correndo pelo quintal entre as pernas de minha mãe para chupar um saco de laranja, que ela calmamente descascava, e a gente devorava, ou entre esperneios para não deixar que ela tirasse os piolhos.

---

[24] Para saber mais sobre a antiga FEBEM, ler: Teixeira, 2010.
[25] Para saber mais sobre a violência da Rota nesse período, ler: Barcellos, 1997.
[26] Para entender mais sobre a inflação no Brasil antes do Real, ler: Westin, 2024.
[27] Para saber mais sobre circulação de crianças, ler: Fonseca, 2002.

Vi ainda a falta de gás de cozinha e as filas quilométricas para conseguir abastecer o botijão (cf. Spis, 1995), a escassez de alimentos e os programas sociais desarticulados, como a entrega de vale-leite (cf. São Paulo, c.2024). Assim como eu vi o asfalto chegar, o saneamento básico, a linha de ônibus, a urbanização da favela, em meio à chegada dos "justiceiros pé de pato" (Barcellos, 1997). A falta de segurança, de saneamento básico, a falta de água nas torneiras. A cultura de velar os defuntos mortos pela polícia no chão, às vezes cobertos com o lençol da família. A banalização da vida e a naturalização da morte.

A violência também disputava espaço com a festa junina, a fogueira e o quentão, ou o Natal, quando podia beber uma garrafinha de Coca-Cola sozinha e brincar na rua à noite. Esperamos pela noite, mas sem a esperança do brinquedo ou Papai Noel, às vezes de dia aparecia alguém fantasiado para dar algumas bonecas e carrinhos de plástico. Mas à noite, só o povo da favela.

Na minha transição de favelada a doutoranda não estive sozinha, mas um esforço coletivo de minha família, de políticas públicas (mínimas na minha época – o leite, a cesta básica, a doação da igreja ou de entidades que passavam pela favela), a solidariedade da vizinhança, a inclusão de pessoa com deficiência em concurso público, todo o financiamento por parte da EDEPE no mestrado, no doutorado, o curso de línguas e o pró-livro somados. Além da liberação para estudar por meio do Conselho Superior da DPESP, dos coordenadores de unidade e regional. E mais o privilégio de nascer branca numa sociedade racista, em que os pilares da exclusão social estão na cor da pele.

Portanto, minha experiência nesta tese vai apenas até aqui. Poderia ainda dialogar sobre as questões LGBTQIA+, pessoa com deficiência, maternagem, gênero, classe social, assim como subalterna. Aqui, trago mais uma personagem, a Maria (Gomes, 2022, Loiola, 2022, Evaristo, 2021), limito-me, portanto, nesse momento a contar a situação da mulher nos processos de acolhimento a partir da ideia de que "não se pode falar pelo subalterno, mas pode-se trabalhar 'contra' a subalternidade, criando espaços nos quais o subalterno possa se articular e, como consequência, possa também ser ouvido" (Spivak, 2010, p. 17).

1.3 Elas, as Marias

Marcha de Maria

Maria, volta o rosto para o sol que
Toda a sombra vai ficar pra trás
Vai, Maria, segue tua sina
Sina de Maria é ir

Ir lavando o sofrimento
Ir gritando contra o vento
Ir gerando vida de um em um

Ir perdendo, perdoando
Ir sorrindo, tropeçando
Ir morrendo pra se firmar

Pela costa, pela terra
Pela casa, pela guerra
Para eu ter caminho pra andar

Vai, Maria!
No brejo, no morro
No pronto-socorro, na Central
Sina de Maria é ir

Ê Maria!
No supermercado
Na boca do lixo, no jornal
Sina de Maria é ir
Douglas Germano

Quadro 1 – Marias
“autocuidado preservado” (CAPSII, 2017);
“veio a agredir [...] fisicamente e verbalmente, sendo necessário a intervenção da polícia” (SAICA, 2018);
“não pode assumir a responsabilidade sobre esta neta por já cuidar de outra irmã desta petiz, com 03 anos de idade” (TJ, 2016);
“amamentava todos os dias, quando foi privada de manter o aleitamento materno [...] sendo que o laudo emitido pelo pediatra nada diz sobre a interrupção de aleitamento” (DPESP, 2016);
“sempre se viu desqualificada pelos irmãos” (TJ, 2017);
“cuidado solo de seus 5 filhos” (TJ, 2017);
“violências que já havia sofrido” (TJ, 2017);
“acolhimento junto aos filhos em abrigo para mulheres” (TJ, 2017);
“retomou que quando os pais viviam juntos, sua mãe sofria violência doméstica” (TJ, 2017);
“A genitora (requerida) assumiu tratamento para o uso de substâncias psicoativas em 09/02/2015, mas não aderiu” (TJ, 2016);

> “desde que soube que está grávida, vem se abstendo do consumo de entorpecentes” (TJ, 2016);
>
> “continua frequentando a terapia e estava se preparando para voltar as aulas” (SAICA, 2018);
>
> “genitor de [...] esta pagando pensão para a criança” (CT, 2019);
>
> “empoderamento da genitora nos cuidados dos infantes” (SAICA, 2019);
>
> “reatou novamente com o genitor do seu filho” (SAICA, 2018);
>
> “alugou uma casa e que está pagando uma senhora que cuida das crianças para que possa trabalhar” (SAICA, 2018);
>
> “a criança havia perdido peso e estava muito carente que ficou feliz em ver o pai” (SAICA, 2018);
>
> “cuidar dos irmãos” (SAICA, 2018);
>
> “A genitora verbaliza que nunca pode contar com a ajuda dos genitores de seus filhos” (SAICA, 2017);
>
> “é costumeiro a genitora deixar as crianças sob os seus cuidados e ou dos vizinhos enquanto se ausenta de casa para se divertir com amigos” (SAICA, 2017);
>
> “afirmou que foi fruto de apenas uma noite que passou [mãe] filha e que iria registrá-la em seu nome na próxima semana [mas] alega que a casa é muito pequena com apenas 2 cômodos e que não espaço para receber a adolescente [e] já previa o ocorrido, devido [mãe] ser imprudente com os filhos” (SAICA, 2017).

Os registros e alguns desses fragmentos destacados demonstram a complexidade da situação de mulheres que sofreram violência doméstica e que não contam com os ex-companheiros para cuidar dos filhos. Às vezes elas até recebem pensão, mas o valor é insignificante, dado o tamanho da tarefa de cuidar, educar e alimentar os filhos. Moram em áreas precárias, têm trabalhos precários, são jovens, mas possuem baixa escolaridade e muitas vezes não exibem dentição completa.

A tese procura apresentar esse cenário ao longo dos capítulos. Mas, no momento, pretendo trazer um panorama geral e examinar o que os registros revelam. Foram esses relatos no cotidiano de trabalho e as leituras de registros sobre essas mulheres nos processos judiciais das Varas da Infância e Juventude da Capital que foram impactando profundamente minha visão de mundo e de trabalho.

Trago as histórias de algumas delas e até alguns de seus pensamentos revelados no cotidiano de trabalho. São comoventes relatos da existência humana que nem os melhores roteiristas conseguem imaginar, são dores, amores, lutas que as tornam únicas. Todavia, muitas dessas histórias circulam por nosso meio profissional (Gomes, 2022; Loiola, 2022), mas estão fechadas no nosso círculo

profissional, nas discussões de rede[28], nas intervenções profissionais. Contudo, são tantas histórias que seria possível preencher vários diários. Essas experiências não apenas influenciam as minhas percepções enquanto pesquisadora como também transcendem os limites da minha narrativa. Confesso que não desejava relatar essas histórias do meu ponto de vista, mas da perspectiva delas, mas a pandemia tornou esse processo inviável, restou então mudar a rota e dar visibilidade ao que é possível.

Desde a voga higienista, promovida pelos representantes do *progresso científico ocidental*, podemos observar esse comportamento obsessivo por uma limpeza aparente, principalmente em nossa relação com as tarefas femininas. As mulheres tinham uma jornada diária de trabalho doméstico que hoje nem sequer podemos imaginar. O tempo de limpar, lavar, passar, desinfestar, entre tantas outras atividades, ocupava mais de doze horas diárias de trabalho pesado e estafante (Gauer, 2005). Davis (2016, p. 225) observa que as tarefas domésticas são praticamente invisíveis: “Ninguém as percebe, exceto quando não são feitas – notamos a cama desfeita, não o chão esfregado e lustrado.” Limpo e esfregado em sua maioria pelas mãos negras, cabe acrescentar, assim como na canção de Gilberto Gil:

> Mesmo depois de abolida a escravidão
> Negra é a mão de quem faz a limpeza
> Lavando a roupa encardida, esfregando o chão
> Negra é a mão, é a mão da pureza
> Negra é a vida consumida ao pé do fogão
> Negra é a mão nos preparando a mesa
> Limpando as manchas do mundo com água e sabão
> Negra é a mão de imaculada nobreza
> (A mão da limpeza, 1984)

Todavia, nos processos judiciais, não me acostumei a ver histórias fragmentadas. São discursos de “não adere” e por vezes retomam as questões da higiene da casa, falta de trabalho formal, falta de moradia, falta de rede de apoio, num inventário da falta. Foram tantas famílias em acompanhamento social por conta do acolhimento de seus filhos nesses quase 15 anos, foram incontáveis os processos trazidos com histórias fragmentadas. Vidas expostas em registros que colocavam as famílias em situação vexatória. Outras vezes, os posicionamentos levam à separação de mães e filhas e filhos vulnerabilizados, avaliando a situação individual e

[28] Para saber mais sobre rede socioassistencial e sua atuação, ler: São Paulo, 22 mai. 2024.

considerando culpabilizar a família pelas condições em que estão sem perceber o cenário complexo historicamente construído sobre os ombros da população pobre e preta.

Quadro 2 – Posicionamento profissional
“percebemos que ainda não dispõe de condições para assumir a responsabilidade que envolvem seus filhos” (SAICA, 2016);
“A demandada está sem trabalho, sem renda, com gestação de risco; depende integralmente do sustento do companheiro que não é pai das crianças, portanto, considerando que ela não dispõe de condições sociais plenas para manter condignamente a prole” (TJ, 2016);
“Do estudo dos autos, apreende-se que não foram levadas em consideração todas as providências tomadas por Sra [...] e Sr [...] a fim de assumirem os cuidados da filha. São apontados os erros cometidos pelos genitores no passado, desconsiderando-se o processo evolutivo dos mesmos, com o objetivo de desaboná-los como pais” (DPESP, 2016);
“Do ponto de vista psicológico e social, entendemos que, apesar do grau de complexidade, vulnerabilidade social e das limitações cognitivas da família, o caso vem apresentando boa evolução. [...] Frente ao exposto, por ora sugerimos s.m.j. a manutenção da medida de acolhimento institucional, bem como que sejam mantidas as saídas autorizadas do adolescente” (TJ, 2017);
“concluimos que o imovel visitado é muito pequeno e não apresenta condições adequadas de habitabilidade para oferecer conforto” (TJ, 2016);
“Entendemos que visitas apenas nos fins de semana não é mais suficiente para fortalecer os vínculos entre mãe e filha, necessitando a criança de um maior contato com a mãe. Desta forma, sugerimos, s.m.j. que a genitora retire a criança para visitação, em todos os fins de semana, com pernoite (de sábado a domingo); visando um desacolhimento de forma gradativa. Cabe ressaltar, que [...] necessita estar com uma família e que ela não pode esperar muito, uma vez que se encontra em serviço de acolhimento desde fevereiro/2015”;
“Inicialmente, com relação ao mito da família estruturada, que é centrado nas figuras representativas de pai, mãe e filhos, que tem a finalidade de dar base à sociedade nos padrões das relações sociais capitalistas, consideramos importante que aconteça a desmitificação, pois a família compreende-se na concepção construída pelo processo histórico, não tendo, então, uma estrutura fixa/pré-estabelecida, sendo incorporada pelas determinações econômicas, políticas, sociais e culturais” (DPESP, 2016);
“Diante da situação retratada, o caso requer cautela e no momento não somos favoráveis ao desacolhimento do K para a genitora, devido a mudança no âmbito familiar, sendo necessário nova avaliação de como se organizará sozinha para prosseguirmos com os encaminhamentos cabíveis ao caso” (SAICA, 2020);
“Diante dos fatos acima relatados, avaliamos que neste momento se faz necessária a manutenção do acolhimento, além disso, sugerimos que o setor técnico desta referida Vara, entreviste a Sra. [...], bem como, solicitamos discussão de caso com setor técnico, para que juntos possamos elaborar futuras ações para o andamento do caso” (SAICA, 2019);

> “após receber orientações na Defensoria Pública, retomou ao acompanhamento semanal no CAPS AD” (DPESP, 2016);
>
> “Ponderamos que a genitora até este momento não assumiu sua responsabilidade materna com relação as suas três filhas, delegando as avós paterna o encargo da criação e educação das mesmas, bem como está assumindo pela primeira vez a maternagem com relação à filha recém-nascida e a amamenta” (TJ, 2016);
>
> “os genitores têm demonstrado interesse em se responsabilizar pelos cuidados de [...] e, não somente isso, mas também têm cumprido todas as medidas possíveis e exigidas a fim de fazê-lo” (DPESP, 2016);
>
> “possível perceber que o carinho e afeto são recíprocos entre eles. Além de que a Sra. [...] esta dando encaminhamento a todas as orientações feitas por esta equipe. Porém, percebemos que ainda não dispõe de condições para assumir a responsabilidades que envolvem seus filhos” (SAICA, 2016);
>
> “entrevista com a avó paterna no domicílio, pelo que pudemos observar, até este momento, não reúnem condições socioeconômicas, familiares e habitacionais para assumir os cuidados com a criança” (TJ, 2016);
>
> “concluímos que o imóvel visitado é muito pequeno e não apresenta condições adequadas de habitabilidade para oferecer conforto a três crianças [...] bem como ao casal, tendo em vista a pouca ventilação, falta de espaço para locomoção e para instalação de mais mobílias” (TJ, 2016);
>
> “em consideração que na referida visita domiciliar, pode-se constatar que a residência da família em tela é bastante arejada, organizada e simples, e como milhares de outras residências, percebe-se que o espaço não dispõe de um alto padrão de conforto, mas sim apresenta condições de acomodar a todos, sem maiores dificuldades” (DPESP, 2016);
>
> “Nota-se que não se avaliou ao longo do processo a situação da família e que a sugestão de medida de Destituição do Poder Familiar tem sido baseada única e exclusivamente em dados do passado do casal” (DPESP, 2016).

No entanto, essas situações não são publicizadas, criando um pacto de não exposição dos profissionais nem das instituições. Na verdade, nós que trabalhamos em situações de acolhimento de crianças e adolescentes e suas famílias deparamo-nos com alguma violência pelo menos alguma vez, seja nos registros ou no próprio trato com as pessoas por parte de algum agente de Estado, de alguma instituição.

Esse assunto é comum nas nossas rodas de conversa, mas dar visibilidade a ele é romper com esse pacto e expor instituições, categoria profissional. Além de os próprios processos estarem protegidos pelo sigilo para o melhor interesse da criança. Como Carneiro (2018, p. 9) apontou: “Em 1984, escreveu o então deputado federal Abdias Nascimento: [...] aos assuntos sérios enfrentados pela família negra não são concedidos quaisquer espaços para sua exposição ou debate.” Assim, “é urgente fazer falar o silêncio, refletir e debater essa herança marcada por expropriação, violência e brutalidade” (Bento, 2022, p. 24).

A rede é predominantemente feminina: vemos que a mulher não escapa desse lugar de cuidado, é o eterno trabalho doméstico desenvolvido majoritariamente por mulheres. Além disso, o que presencio diariamente são mulheres sobrecarregadas e com toda a responsabilidade de cuidar dos filhos sozinhas. E, entre as mulheres com menos recursos econômicos, esse abandono torna a situação dessas crianças e mulheres ainda mais exposta, são elas as responsáveis pelo cuidado dos filhos, pelos afazeres domésticos e pelo sustento da família.

Nós profissionais assistentes sociais, majoritariamente mulheres, atuamos diretamente com as famílias no cotidiano, e as demais profissões envolvidas nos processos judiciais também se somam a um grupo de profissionais majoritariamente feminino.

Quadro 3 – As profissionais
“da psiquiatria” (UBS, 2019);
“Psicóloga” (NPJ, 2015);
“da Terapeuta Ocupacional” (SAICA, 2018);
“a psicóloga” (TJ, 2018);
“as educadoras” (TJ, 2016);
“a assistente social” (TJ, 2016);
“a gerente” (TJ, 2016);
“a técnica do abrigo” (TJ, 2016);
“pelas Técnicas [...] Psicóloga [...] Assistente Social”;
“a Assistente Social” (SAICA, 2020);
“estas técnicas da Defensoria Pública” (DPESP, 2016);
“enfermeira do CAPS II” (CAPSII, 2017);
“a enfermeira da UBS” (CAPS II, 2017);
“A Assistente Social Judiciário (TJ, 2017);
“A Psicóloga Judiciário” (TJ, 2017).

1.3.1 Da denúncia ao retorno (ou não)

Para uma família ser inserida nesse sistema, basta uma denúncia. Essa denúncia pode ser uma ligação para o Conselho Tutelar, para a Vara da Infância e da Juventude ou para o Disque 100. Além da ligação, é possível fazer a denúncia pessoalmente, o que a maioria não faz quando é da família ou são vizinhos. Já a denúncia pelas instituições deve ser feita ao Judiciário via documentação formal assinada e carimbada por responsável e protocolada, para que não incorra em alguma falta profissional.

Assim, basta que algo seja considerado desvio da norma para que os olhares do Estado estejam sobre essa família. No entanto, entre a denúncia e a defesa existe um lapso de tempo que não é possível medir. Algumas intervenções acontecem logo que o processo se inicia. Todavia, antes do processo formal, alguns juízes determinam o “acompanhamento” dessa família sem que ela esteja sendo acompanhada por uma defesa formal e processual. Aliás, algumas famílias já chegam no processo formal desgastadas com essa situação. Ou seja, antes de todo o rito processual, ela já está em avaliação nas Varas de Infância e Juventude - VIJ e seu caso pode ter como solução o retorno da criança/adolescente para a família, ou para algum familiar/família extensa. Pode ainda culminar numa DPF e uma possível adoção (cf. Gomes, 2022).

Elucidando o percurso processual: se uma mulher der entrada na maternidade e suas condições de higiene forem consideradas precárias, não tiver documentos que comprovem seu pré-natal em dia, fizer uso de substâncias ilícitas, tiver algum sofrimento mental ou se já tiver outros filhos acolhidos, a situação pode ser avaliada como caso que demanda intervenção do serviço social. Alguns casos também podem chegar às VIJ.

O acolhimento de crianças e adolescentes em um SAICA (Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes) pode ser um momento muito delicado e até traumático para todos os envolvidos. Feito o acolhimento, a família é orientada a procurar a Defensoria Pública, geralmente depois de passar com a equipe do TJ.

Essas mulheres muitas vezes são chamadas aos Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes (SAICAs) para entrevista e deliberação acerca de como será a organização da rotina para visitação aos filhos acolhidos. Essas visitas ocorrem geralmente de uma a duas vezes por semana, por algumas horas – o contato com os

filhos dentro da instituição do SAICA é sob a supervisão dos profissionais do serviço. Devem essas mulheres ainda cumprir uma agenda de acordo com as necessidades identificadas no caso, como atendimento nos Centros de Atenção Psicossocial - álcool e drogas (CAPSad) por conta do uso de drogas ou na Unidade Básica de Saúde (UBS) para acompanhamento de saúde. Eventualmente são chamadas ao CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) para cadastro em Programas de Transferência de Renda - PTR, além da atualização da composição familiar e renda. Também é recomendado que essa mulher tenha um trabalho formal e renda, bem como que tenha condições de moradia para receber os filhos.

Gerado o número processual do caso, a família é orientada a procurar a DPESP para sua defesa. No entanto, isso não quer dizer que a ocorrência será imediatamente encaminhada ao CAM (Centro de Atendimento Multidisciplinar da DPESP), seja pelo volume de casos que chegam à DPESP (dados que o CAM não sabe ou não existiam até a implementação do DOL)[29], seja pela avaliação de necessidade por parte da Defensoria.

Minha experiência na Defensoria Pública me mostrou, ao longo dos anos, que esses casos chegavam ao CAM em situações extremas, envolvendo famílias em condições urgentes ou em risco de perder o processo, ou seja, a intervenção precisaria ser imediata. Todavia, os casos demandavam investimento em várias vias, tais como moradia, trabalho e saúde mental, como nos exemplos de uso abusivo de substâncias, situação de rua ou violência doméstica.

Na maioria das vezes, o processo já durava meses, quiçá anos. No entanto, ainda carecia de estudos, encaminhamento à rede, articulação e discussão com outras instituições. Eram sempre casos de extrema vulnerabilidade social, pouco conhecimento dos pais, pouca escolaridade, desconhecimento do processo e do seu funcionamento burocrático.

Para o atendimento na DPESP, é necessário levar documentos que comprovem o endereço, a renda e a composição familiar. Se a pessoa não apresenta o que foi pedido, o atendimento é reagendado. Se eventualmente os documentos estão danificados, é preciso tirar novos documentos. As mulheres denunciadas

[29] O Sistema Defensoria Online - DOL, criado em 2019 e constantemente aperfeiçoado (cf. Defensoria Online, c. 2024).

passam por avaliação socioeconômica[30] e precisam relatar o fato para que se possa fazer sua defesa judicial. A DPESP entra no processo como parte, representando a interessada em desacolher a criança.

O CAM - Centro de Atendimento Multidisciplinar acaba sendo acionado em alguns casos mais extremos, pois em muitas unidades a equipe não conta nem como quadro mínimo de uma dupla formada por uma assistente social e uma psicóloga (cf. DPESP, 2010) previsto. Nesse sentido, a Defensoria vem trabalhando na contabilização de seus atendimentos para que possa repensar suas equipes. No entanto, ainda não é possível saber quantos processos judiciais a DPESP recebe das Varas de Infância e Juventude e quantos são encaminhados ao CAM.

Feita a ressalva, em atendimento no CAM essa mulher conta sua versão da história e quais serviços ela está frequentando, se teve dificuldades em algum atendimento ou encaminhamento, se está precisando de alguma coisa ou se tem alguma reclamação em relação ao serviço. A rede socioassistencial compartilha os casos e se reúne em busca de alternativas de atuação.

Essas mulheres precisam, muitas vezes, ser atendidas pelo CAPSad, mesmo que não estejam mais fazendo uso abusivo de substâncias, podendo realizar seu tratamento na Atenção Básica da Saúde. Todavia, quando seu caso passa a ser vinculado ao Judiciário, essa transição do CAPSad para a UBS pode ser considerada abandono do tratamento ou insuficiente.

Em geral, essa mulher precisa romper com o marido violento; precisa ir ao Centro de Defesa e de Convivência da Mulher (CDCM); precisa sair de casa ou mandar o marido sair; precisa suspender o uso de substâncias psicoativas e ser atestada por equipe multiprofissional do CAPSad. A mulher não pode se atrasar em nenhum compromisso, não pode esquecer, precisa se arrumar. Essas mulheres precisam de casa; precisam organizar a casa. Muitas vezes precisam reformar a casa; precisam de trabalho; precisam de renda; precisam cumprir as agendas.

O sujeito desta pesquisa, portanto, tem gênero. Geralmente é a mulher que surge como a personagem central nos documentos, o discurso é sobre ela e seus filhos. Esses filhos, na maioria das vezes, são registrados apenas em nome da mãe, sem constar na certidão de nascimento o nome do pai (cf. IBDFAM, 2019). É quase

[30] O perfil socioeconômico atendido pela DPESP é de até três salários mínimos de renda familiar, podendo chegar até quatro em alguns casos (cf. DPESP, c.2024).

sempre periférica, tem poucos recursos econômicos e de acesso, está em situação de vulnerabilidade social, às vezes faz uso abusivo de álcool ou outras drogas.

Qual a cor dessas mulheres? Nos registros dos processos não aparece. Todavia, em meu diário de campo consta que elas em sua grande maioria não são brancas. Além disso, corroboram essa leitura os estudos sobre o perfil de crianças disponíveis para adoção no Brasil (cf. Assis; Farias, 2013; Silva, 2004), as pesquisas sobre as pessoas com menor poder econômico no país (cf. Belandi, 2022; Gomes, 2023) e os censos sobre a cor das pessoas que ocupam os espaços mais vulneráveis na cidade de São Paulo (cf. São Paulo, 2015).

Sendo assim, esse sujeito que consta nos documentos é, na maioria das vezes, mulher, mãe, preta ou parda e pobre. É despossuída de rede de apoio familiar e comunitária, sente a ausência ou deficiência de políticas públicas, “corpos que a história categorizou como indesejáveis” (Berth, 2023, p. 25). Além disso, carrega o peso da família e arca com todas as responsabilidades dos cuidados da casa, da educação dos filhos e da manutenção financeira da família.

As mulheres que atendo em sua maioria são jovens, mães jovens, mulheres entre 25 e 50 anos, e os dados da pesquisa corroboram essa percepção.

Quadro 4 – Idade
“50 anos” (UBS, 2019); “nascida aos [...] 1985” (DPESP, 2017); “1991” (NPJ, 2018); “27 anos” (UVIS, 2017); “nascida aos [...] 96”; “34 anos” (TJ, 2019); “33 anos - genitora das crianças” (TJ, 2017).

São mães e avós negras, mas esses dados não aparecem nos registros com muita frequência, como denuncia Sueli Carneiro (2019, p. 15): “Esse ‘tratamento’ dispensado à população negra nas estatísticas oficiais faz parte de um elenco de estratégias que têm determinado a invisibilidade do negro.” No meu cotidiano de trabalho, presenciei um maior número de mulheres pretas na condição de usuárias da

DPESP e atendidas pelo CAM. Essa realidade evidencia como as desigualdades raciais e de gênero impactam diretamente o acesso aos direitos e serviços públicos.

Como argumenta Carneiro (2019), embora o movimento feminista brasileiro tenha produzido diversas pesquisas e estudos sobre a mulher ao longo dos anos, a variável racial não foi incorporada de maneira sistemática nesses debates. Para a autora, essa ausência de recorte racial limitou os benefícios desses estudos para as mulheres negras, tornando suas demandas e especificidades frequentemente invisibilizadas no campo teórico e nas políticas públicas (Carneiro, 2019, p. 16). Pior ainda, não estamos falando de uma minoria na sociedade, tendo em vista que, “ao falar de mulheres negras e de discriminação racial, não se está falando de nenhuma minoria, ou subalterna. Falamos de quase 50% da população feminina nacional” (Carneiro, 2019, p. 48).

Levando em consideração que o recorte de renda para atendimento na DPESP é de até três salários mínimos, essas mulheres pretas são pobres. Esses dados são de extrema relevância e historicamente construídos, como discute Carneiro (2019, p. 33) ao mencionar que, já na década de 80, “dois salários mínimos representam o máximo de rendimento médio mensal que a maioria das mulheres negras consegue obter no mercado de trabalho, já que, até essa faixa de rendimento, se encontra 85,2% das pretas e 83% das pardas em São Paulo”.

Não se pode contar com dados recentes sobre o perfil da população atendida pela DPESP. No entanto, é preciso reconhecer que a instituição criou um quesito raça/cor nos seus registros de atendimento, por pressão do Coletivo Antirracista da DPESP (cf. Comunicação Asdpesp, 21 mar. 2024). Assim, futuramente será possível quantificar a população pela autodeclaração, mas por enquanto os dados ainda são incipientes, e não sabemos se será indicada a cor e o gênero dessas pessoas na relação dos processos.

Quadro 5 – Cor
“sou a única morena” (SAICA, 2016).

Sobre a dentição dessas mulheres (cf. Bortoli *et al.*, 2017), cabe notar que elas perdem dentes muito cedo. O sorriso das mulheres que atendo é marcado pela vergonha por não ter todos os dentes (cf. Moreira; Nations; Alves, 2007),

principalmente quando faltam os dentes da frente, mas sobre esses dados não se tem registros nos processos. Assim, o sorriso é esquecido, dada a urgência da fome.

Muitas das mulheres que atendi ao longo dos anos como assistente social foram vulnerabilizadas ao longo da vida e tiveram pouco acesso a bens e serviços. Frequentemente são filhas de mães solo e vítimas ou testemunhas de violências intrafamiliares. Historicamente são essas mulheres mães solo que lutam para ter os filhos que estão sob a guarda do Estado (cf. Papali, 2009). Passam por gravidez na adolescência, sem suporte familiar, expostas a todo tipo de violência. Vítimas de abuso sexual.

Essas mulheres são diaristas, faxineiras, recicladoras, cuidadoras de crianças e até ajudantes em obras de construção civil. Muitas iniciaram a trajetória laboral ainda na infância, uma realidade que comprometeu sua escolarização e restringiu suas oportunidades de ascensão social. O acesso limitado à educação formal é direcionado para o trabalho precarizado, no qual predominam ocupações de baixos salários e intensa exigência física, sem garantias trabalhistas ou estabilidade.

No Brasil, essa realidade tem um forte recorte racial: majoritariamente pessoas negras. Essas trabalhadoras enfrentam um ciclo geracional de exclusão, historicamente marcado pela dificuldade de acesso a oportunidades educacionais e profissionais dignas. A herança da escravidão e a persistência de desigualdades estruturais limitaram, há décadas, a mobilidade social dessas mulheres, “já que a participação relativa de negros na População Economicamente Ativa é superior à sua participação relativa no conjunto da população” (Carneiro, 2019, p. 26). Assim, a questão racial segue perpetuando um sistema no qual a precarização do trabalho e a informalidade recaem sobre suas vidas de forma desproporcional.

Quadro 6 – Trabalho
“trabalhou como faxineira diarista” (TJ, 2016);
“presta serviços em feira” (SAICA, 2016);
“doméstica” (SAICA, 2016);
“No momento não exerce atividade laborativa” (TJ, 2016);
“trabalhava em dias alternados com reciclagem e como diarista” (SAICA, 2015);
“Relatou nunca ter trabalhado com registro em CTPS e também realizar atividades esporádicas como diarista” (SAICA, 2016);
“encontra-se no mercado de trabalho informal” (TJ, 2017);

“entregadora de panfletos” (TJ, 2019);

“atualmente desempregada” (TJ, 2019);

“voltado a exercer atividade laboral informal” (SAICA, 2018);

“ia auxiliar o esposo em uma obra de construção, justificando que como não está trabalhando durante toda a semana, sugeriu a ele que ela pudesse auxiliá-lo e assim eles economizariam dinheiro e ele não contrataria outra pessoa na obra. [...] tem trabalhado de sexta-feira ou aos sábados, como diarista às 5h40 e retornado por volta das 17h [...] Aos sábados, sextas-feiras, domingos e feriados, das 17h até 00h, Sra [...] é chamada para trabalhar em uma pizzaria” (DPESP, 2017);

“trabalha como autônoma em uma residência como cuidadora de criança” (SAICA, 2019);

“atualmente está desempregada, mas faz ‘um bico’ de babá” (TJ, 2018);

“é dona-de-casa” (TJ, 2019);

“desempregada” (TJ, 2019);

“a genitora referiu que trabalhava com eventos em Buffet” (TJ, 2019);

“não exerce atividade laborativa externo ao lar” (UBS, 2019).

Essas mulheres têm baixa escolaridade ou são analfabetas, reflexo de um histórico de exclusão educacional que atravessa gerações. Como destaca Carneiro (2019, p. 25), “as especificações iniciais do grupo negro em termos de nível de instrução, aliadas aos mecanismos socialmente instituídos de discriminação racial, atuam constantemente no mercado de trabalho”. A persistência desse quadro revela a insuficiência de políticas públicas para a equidade racial, bem como a permanência de desigualdades estruturais que limitam o acesso à educação de qualidade. Como a autora ressalta, “as diferenças percebidas entre os grupos étnicos no nível de escolaridade em São Paulo indicam que cerca de 30% da população negra paulista é praticamente analfabeta, não ultrapassando a faixa de um ano de estudo” (Carneiro, 2019, p. 18). Esses dados, levantados na década de 1980, parecem se perdurar até os dias de hoje, evidenciando como a desigualdade educacional impacta diretamente as possibilidades de ascensão social e restringe a trajetória dessas mulheres a posições de trabalho precarizadas.

Carneiro (2019, p. 18) reforça que “as desigualdades educacionais existentes entre os grupos anteciparam as desigualdades que serão percebidas em sua participação na estrutura ocupacional e na auferição de rendimento médio formal”. Dessa forma, a baixa escolaridade não afeta apenas a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho, mas também aprofunda sua vulnerabilidade socioeconômica,

perpetuando um ciclo de exclusão que vai além do aspecto econômico, comprometendo sua participação política e seu acesso aos direitos fundamentais.

Quadro 7 – Escolaridade
“frequenta 1ª etapa (1ª/2ª série) de Educação de Jovens e Adultos no EJA” (TJ, 2016); “escolaridade informou ser analfabeta” (SAICA, 2016); “diz terminado o ensino fundamental” (TJ, 2018); “Informou ter cursado até o quinto ano do ensino fundamental” (TJ, 2019); “Tem Ensino Médio Completo” (TJ, 2017).

O *recasamento* das mulheres pobres, periféricas e negras em São Paulo não se configurava apenas como uma escolha afetiva, mas também como uma estratégia fundamental de sobrevivência em um contexto de abandono estrutural e responsabilização exclusiva da maternidade. Como aponta Ariza (2020, p. 52), “eram majoritariamente mulheres sós, unidas em relações ao menos aparentemente consensuais, porém ilegítimas e muitas vezes breves, das quais resultavam filhos pelos quais eram elas as únicas responsáveis”. A ausência paterna nos registros judiciais era um reflexo da desresponsabilização sistemática dos homens e da naturalização da maternidade solitária.

Entre 1820 e 1840, segundo Ariza (2020), os registros sobre essas mulheres eram dispersos, mas a partir de 1850 os documentos tornaram-se mais rígidos em relação à conduta dessas mães no cuidado dos filhos. A vigilância estatal intensificou-se entre 1880 e 1890, quando essas mulheres passaram a ser descritas como “mulher ébria”, “sem morada certa” e “de vida desregrada” (Ariza, 2020, p. 59), reforçando a crescente criminalização da maternidade negra e pobre. Dessa forma, a moralização das relações femininas tornou-se um instrumento de exclusão social, em um contexto em que o Estado e o Judiciário intervinham não para apoiar, mas para punir, retirando muitas vezes a guarda dos filhos.

O recasamento, nesse cenário, era uma alternativa de proteção e suporte, mas também uma relação permeada de vulnerabilidades. Entretanto, é fundamental destacar que as mulheres negras não se adaptam passivamente aos moldes da exigência burguesa de casamento. Pelo contrário, conforme aponta Carneiro (2019, p. 50), “a constituição da família negra nos moldes da família nuclear burguesa ou

monogâmica é fenômeno historicamente recente e não totalmente consolidado". Isso porque as mulheres negras historicamente sustentaram e criaram seus filhos, mesmo nos recasamentos, recusando-se a se dobrar à idealização da família patriarcal e desenvolvendo outras configurações familiares baseadas na solidariedade e na coletividade.

Os relacionamentos, frequentemente rompidos por abandono ou violência, perpetuavam um ciclo de sobrecarga para essas mulheres. Ainda que escolhessem novas uniões, o peso da criação dos filhos do primeiro casamento recaía majoritariamente sobre elas, tanto na esfera econômica quanto na educacional. Como consequência, a ausência de suporte dos parceiros anteriores compromete o orçamento das novas relações.

Casamentos formais ainda são raros; muitas mulheres viviam em uniões estáveis até serem abandonadas ou violentadas. Algumas permaneciam nessas relações mesmo sob violência, mas, quando seus filhos se tornavam vítimas, reagiam. Os registros históricos evidenciam essa realidade, mencionando esposos, pais e atuais companheiros, ou então apenas a mulher sozinha, explicitando a ausência paterna. Ainda hoje em muitos casos, o pai não paga pensão nem mantém contato com os filhos, forçando a mãe a arcar sozinha com a criação.

O recasamento de mulheres jovens sugere que a primeira união ocorreu ainda na adolescência. Estudos (Vasconcelos; Griebeler, 2023; Mendes, 2008) indicam que meninas pobres se casam mais cedo do que aquelas de classes sociais mais altas, o que pode estar relacionado, além da pobreza, à violência intrafamiliar. Esses são elementos essenciais para a análise histórica, pois, ao observarmos a realidade contemporânea, notamos que a estrutura social pouco mudou. Como reforça Ariza (2020, p. 59), a rotulação dessas mulheres como "mulher ébria", "sem morada certa" e "de vida desregrada" demonstra a persistente criminalização da maternidade negra e periférica.

A moralização das relações femininas, então, para além de uma questão de gênero, trata-se de um mecanismo racista e classista de exclusão. O Estado e a sociedade impõem modelos familiares que desconsideram a trajetória histórica das mulheres negras. Como destaca Carneiro (2019, p. 50), a ideia de família "expressa antes um ideal de padrão familiar a ser atingido naquilo que ele representa ideologicamente como indicador de integração social do que uma estrutura concretamente possível". Ou seja, as mulheres negras desenvolveram outras formas

de organização familiar, a partir de sua realidade de ex-escravizadas e sem marido legítimo, já que não tinham direito ao casamento civil. Como sempre precisaram trabalhar, não estiveram sob o domínio econômico do homem negro, que, recém-saído da escravidão, também foi alijado economicamente. Dessa forma, o ideal burguês de família nunca se aproximou da realidade das mulheres negras, ao passo que, hoje, algumas o rejeitam, enquanto outras o desejam por exigência da família, da igreja, do Estado e do sistema de justiça.

O recasamento, portanto, foi e continua sendo uma estratégia dentro de um cenário de precariedade e desamparo estatal. As mulheres negras e periféricas seguem sendo criminalizadas por sua maternidade e julgadas por suas tentativas de reconstruir suas vidas, enquanto os homens permanecem invisibilizados na responsabilidade parental.

Quadro 8 – Relacionamentos
“casal” (UBS, 2019);
“relação pai-filho” (TJ, 2018);
“o esposo” (TJ, 2018);
“se vinculou com companheiros que não lhe possibilitou progresso pessoal ou estabilidade familiar”;
“encaminhamento dos pais” (TJ, 2016);
“atual companheiro” (TJ, 2016);
“se encontra gestante do primeiro filho em comum” (TJ, 2016);
“o Sr [...] deixou o lar, alegando que iria comprar pão. Desde então, desconhece seu paradeiro” (TJ, 2016);
“ele não arca com alimentos e não manteve contato com a filha” (TJ, 2016);
“O genitor de [...] não reconheceu a paternidade” (TJ, 2016);
“há 2 meses mantem relacionamento amoroso com o Sr. [...]” (SAICA, 2016);
“vem mantendo relacionamento amoroso com o Sr. [...], há cerca de um ano e meio, e nos últimos quatro meses está alternando diariamente a permanência no próprio endereço e no endereço dele” (TJ, 2016);
“o ex-companheiro [...] é genitor somente de seus 5 filhos mais novos” (SAICA, 2016);
“genitora e padrasto” (SAICA, 2020);
“sendo mãe de mais 2 filhos do primeiro relacionamento” (TJ, 2018);
“informa que mantem união estável com o genitor de [...] seu filho mais novo” (SAICA, 2019).

As mulheres negras são a maioria com filhos e sozinhas. Segundo levantamento do UNIFEM e do IPEA, em 2003 elas já eram as principais responsáveis por cuidar dos filhos sozinhas:

> [...] as mulheres negras são em número maior as responsáveis por famílias do tipo “mulher com filhos” quando comparadas às mulheres brancas. Por outro lado, as brancas tendem a predominar na estrutura “unipessoal feminina”, o que pode estar relacionado às melhores condições econômicas da população branca em relação à negra (UNIFEM; IPEA, 2006).

Nas pesquisas sobre infância e nos dados das crianças acolhidas disponíveis para adoção, sabemos o perfil das crianças e o perfil desejado, bem como o número de pretendentes e o número de crianças e adolescentes disponíveis para adoção. Nesse sentido, “o perfil desejado pelos adotantes tem sido um dos principais desafios para a sua efetivação. Segundo o Conselho Nacional de Justiça, há atualmente (julho/2023) 31.860 crianças em situação de acolhimento, sendo que 4.375 delas estão disponíveis para adoção, enquanto existem 34.152 pretendentes” (Weber; Carvalho, 2024). Essa conta não fecha, haja vista que a maioria dessas crianças tem mais de 7 anos (cf. TJSP, c.2024), enquanto os pretendentes à adoção desejam crianças mais novas.

Sabe-se muito sobre os filhos e pouco se fala sobre essas mães, seus desejos e sua história (cf. Cleto; Covolan; Signorelli, 2019; Souza Neto; Schwartz; Nascimento, 2019; Fávero; Vitale; Baptista, 2008). Durante a investigação foi possível garimpar vestígios das histórias delas através da história do acolhimento de seus filhos, mas sobre elas a maioria dos registros só revela que não estão “aderindo” aos encaminhamentos, que não têm casa, emprego, num grande inventário da falta.

Segundo o portal de transparência da Associação Nacional dos Registros de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil), entre 1º de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2023, na cidade de São Paulo, o número de nascidos foi de 1.346.915 e o número de pais ausentes foi de 64.758. De acordo com o advogado Rodrigo da Cunha Pereira, presidente nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM,

> Dificilmente a mãe abandona um filho, a não ser em situações trágicas, ou quando o entrega à adoção, o que pode significar um ato de responsabilidade e atendimento ao princípio da paternidade responsável. Enfim, a responsabilidade é um princípio jurídico e deve ser observada e respeitada em todas as relações jurídicas, especialmente nas relações familiares entre pais e filhos (IBDFAM, 2019).

Lembro-me que havia uma mulher no meu bairro que, diziam, “Doou todos os filhos”. Sua atitude a condenou a não ser parte da comunidade, nunca esteve nas rodas das mulheres. Foi condenada a ficar sozinha na favela. Dizem que teve vários amores, mas nenhum quis assumi-la ou ajudar a criar seus filhos. As mulheres temiam que ela roubasse seus companheiros e desorganizasse suas famílias. As atitudes com ela deixavam transparecer que essa mulher não era bem-vinda naquele círculo.

Talvez por isso as mulheres que atendo não deixam seus filhos, mesmo quando acolhidos, mesmo em condições econômicas e sociais extremas, mesmo em caso de maternidade compulsória pela sociedade, pelos companheiros, mesmo silenciosamente rejeitando todas as intervenções da rede, não visitando os filhos, elas não verbalizam que não desejam os filhos. Existe um tabu em relação à negação da maternidade entre as mulheres, sendo ainda mais persistente entre as mulheres pobres. O tabu parece afirmar que, se a mulher não é esposa e mãe, nada mais lhe resta, então ela falhou. Existe um peso não declarado sobre as mulheres que não ficam com seus filhos por vontade própria – ainda que não dito, elas sentem. A construção social da maternidade não aceita que mulheres não desejem estar com seus filhos. Elas ficam “malvistas” por sua comunidade (Souza, 2022).

Ainda segundo o presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM (2019), os problemas sociais advindos dessa ausência paterna nos lares associam-se aos “índices de criminalidade juvenil, gravidez na adolescência, drogadição e outros sintomas de desestruturação do sujeito”. Em resposta ao argumento do representante do IBDFAM, eu diria que não se trata apenas da ausência paterna, soma-se a isso a falta de rede de apoio, a pobreza, o racismo, a falta de escolas em período integral, a violência policial e a falta de políticas públicas de incentivo ao esporte e ao lazer, de forma a reduzir esse *matriarcado da miséria*[31].

[31] A expressão “matriarcado da miséria” foi criada pelo poeta negro e nordestino Arnaldo Xavier para descrever a realidade de milhares de lares brasileiros vulneráveis liderados por mulheres negras. Essas mulheres frequentemente se veem envolvidas em trabalhos precários, possuem baixa escolaridade e são responsáveis por chefiar a casa e prover o sustento para suas famílias. Durante os dias 1º a 3 de setembro, na cidade do Rio de Janeiro, 13 organizações de mulheres negras brasileiras se reuniram para discutir a participação das mulheres negras na III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e formas correlatas de Intolerância, que ocorreria no final de agosto de 2001 na África do Sul. Essa reunião nacional foi organizada pelas ONGs Geledés Instituto da Mulher Negra, de São Paulo, Criola, do Rio de Janeiro, e Maria Mulher, do Rio Grande do Sul. Dessa importante reunião resultou uma declaração pró-Conferência de Racismo que enfatizava o conceito do “matriarcado da miséria”, o qual caracteriza as duras condições de vida enfrentadas pelas mulheres negras no Brasil.

Cobra-se dessas mulheres sobrecarregadas que deem conta sozinhas dos cuidados dos filhos – educação, saúde, moradia –, quando nem elas foram cuidadas. As mulheres, principalmente aquelas pobres, têm assumido mais na maternidade, enquanto os homens assumem cada vez menos responsabilidades nesse processo (cf. Batista, 2023). A mulher pobre e preta sempre trabalhou dentro e fora de casa, seja vendendo quitutes ou fazendo trabalhos domésticos, ela cuida dos seus filhos e dos filhos da outra, às vezes sacrificando a qualidade do tempo com seus próprios filhos em troca da sobrevivência. E entre as mulheres pobres essa carga de cuidar dos filhos sozinha é muito maior, já que não contam com recurso material para compartilhar os cuidados com babás ou trabalhadoras domésticas – que são, muitas vezes, outras mulheres que também carecem de suporte para cuidar de seus próprios filhos.

Na prática, ao longo dos anos em que trabalho com casos de acolhimento e DPF, compartilho da afirmação de Barros (2023, p. 170) de que elas são de "uma determinada classe, preta, pobre, periférica, originária dos porões dos navios negreiros, e das senzalas brasileiras [...] questionadas o tempo todo de seu modo de ser".

> No período que imediatamente se sucedeu à abolição, nos primeiros tempos de "cidadãos iguais perante a lei", coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade. Foi o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família. Isso significou que seu trabalho que seu trabalho físico foi decuplicado, uma vez que era obrigada a se dividir entre o trabalho duro na casa da patroa e as suas obrigações familiares (Gonzalez, 2020, p. 40).

São elas que dão conta dos cuidados dos filhos e precisam atender a um padrão higienista imposto pelo Estado. A consequência de não atender a esse padrão de higiene, no contexto desta pesquisa, trata-se da perda do direito de exercer a maternagem, do direito de ser mãe. Segundo Barros (2023, p. 73), "no que diz respeito ao status jurídico da infância, a produção da incapacidade das mulheres empobrecidas de cuidarem de seus filhos/as é um projeto tecido desde meados do século XIX". Portanto, interessa a esta pesquisa jogar luz sobre essa questão que atinge a mulher pobre, majoritariamente preta, responsabilizada por manter o espaço limpo e organizado e cuja maternidade é colocada em xeque quando supostamente falha nessa performance de mãe zelosa e higiênica.

Quando a mulher deixa de cumprir com essas expectativas, de performar a boa mãe, a mulher limpa e organizada, ela transgride, desestabiliza a ordem social. E

a implicação disso é brutal: ela pode perder o direito do convívio familiar com seus filhos, de decisão sobre a educação, a religião e a filosofia de vida com que deseja orientar seus filhos.

Quadro 9 – Histórias de vida
“declara ter sido abandonada em São Paulo aos 7 anos de idade e ter sido criada no ‘S.O.S. Criança’ ” (SAICA, 2016);
“teve o primeiro filho na adolescência” (TJ, 2016);
“prole numerosa” (TJ, 2016);
“comenta espontaneamente que ‘casa que mulher manda e homem obedece não presta, não precisa mandar na companheira, porque ela faz o que ele quer” (TJ, 2016);
“A gravidez não foi planejada” (TJ, 2016);
“na comunidade eles não permitem agressões contra crianças e que se ela bater nos filhos corre o risco de morte” (TJ, 2016);
“a mesma referiu que não possuía documentos pessoais” (SAICA, 2016);
“mencionou que estava vivendo em situação de rua” (SAICA, 2016);
“no local residem ela e seus filhos, mencionou ter sido ‘abandonada’ pelo companheiro no 7º mês de gestação” (SAICA, 2016);
“não conheceu o genitor e sua mãe fazia uso abusivo de etílicos” (TJ, 2016);
“Foi acolhida institucionalmente, com aproximadamente 7/8 anos, saindo aos 10/11 anos, quando passou a ficar em situação de rua” (TJ, 2016);
“costumava ficar em albergues, ocasião em que fez uso de cola e maconha; salientando, contudo, que depois que teve seus filhos deixou o uso das drogas” (TJ, 2016);
“a família estava vivendo em situação de rua” (TJ, 2016);
“só iria fazer laqueadura quando as crianças fossem desacolhidas, por receio de perder a [...]” (TJ, 2016);
“percebemos que a Sra. [...] estava com um hematoma no olho esquerdo [...] essa disse que seu companheiro tinha desferido um golpe no rosto recentemente” (NPJ, 2018);
“foi agredida pelo mesmo e decidiu sair de casa levando seus filhos com ela” (SAICA, 2018);
“a munícipe optou por não judicializar a questão a fim de não prejudicar o agressor” (NPJ, 2018);
“após o falecimento de sua mãe, Senhora [...] assumiu a guarda do seu irmão [...] na ocasião tinha 09 anos, hoje seu irmão com 19 anos portador de Deficiência Intelectual” (SAICA, 2019);
“mencionou que sofre violência doméstica” (SAICA, 2020);
“o paradeiro de [...] genitora [...] é desconhecido desde que teria entrado em conflito com seu companheiro e se retirado da casa (TJ, 2021);
“a genitora [...] verbalizou que não vai abrir mão dos filhos” (SAICA, 2019).

O Estado assume a responsabilidade por esses cuidados, alegando o “melhor interesse” das crianças e justificando suas medidas em sentenças e pareceres. Além disso, cabe notar que, quando a escolha de quem vai ficar com a criança está em avaliação, “o comportamento socialmente aceito por estes/as julgadores/as [...] não é o cuidado” (Barros, 2023, p. 170), sobressai-se o perfil econômico e moral desse familiar. “Dizer que a família está degenerada e usar esta informação como justificativa para o acolhimento é lançar mão de juízos de valor conservadores em relação ao modo de ser das famílias e defender a primazia do Estado em cuidar de seus filhos(as)” (Eurico, 2018, p. 192).

A interseccionalidade entre racismo, pobreza e sexismo evidencia como a higiene se transforma em uma ferramenta de opressão direcionada contra a mulher pobre e preta. Nesse contexto, ela é marginalizada: não apenas enfrenta o peso do racismo, da pobreza, mas também é sobrecarregada pelo machismo, que a responsabiliza de forma desproporcional pela limpeza e organização do lar, reforçando uma ideia de posição subalterna tanto no espaço doméstico quanto na sociedade. Essa exclusão se manifesta não apenas nas propagandas, mas também na forma como o Estado e as instituições registram e interpretam a vida das famílias pretas e pobres.

Mulheres são responsabilizadas mais que homens pela limpeza e organização do espaço doméstico (cf. Nery; Britto, 2023), e a mulher preta, além de receber os piores salários e ocupar as piores colocações[32], precisa lidar com a questão da escolaridade, pois, mesmo que alcance níveis superiores de educação, o faz ainda como minoria (Carneiro, 2003). As pessoas brancas, protegidas por um pacto de branquitude, continuam a ocupar os melhores cargos e receber os melhores salários, perpetuando privilégios sob o discurso de meritocracia. Como observa Bento (2022, p. 9), “não era preciso ter uma lupa para perceber que o perfil de candidatos considerados adequados para as posições mais elevadas na hierarquia das instituições ou cuja imagem representava a organização era sempre de pessoas brancas”, evidenciando como estruturas raciais continuam a moldar as oportunidades e a exclusão no mercado de trabalho.

[32] Segundo um infográfico produzido pelo DIEESE, com dados do 4º trimestre de 2022 (coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE), o Brasil contava então com 5,8 milhões de pessoas ocupadas no trabalho doméstico, o equivalente a 5,9% da força de trabalho, das quais 91,4% eram mulheres (DIEESE, c.2024).

A sujeira e a desordem são constantemente usadas como justificativas para intervenções estatais, que variam desde o monitoramento das condições de moradia até, em casos extremos, a perda do direito à maternidade, aludindo “ao descaso da maternidade negra” (Schwarcz, 2024, p. 254), reforçando estereótipos raciais. Paralelamente, muitas mulheres pretas foram forçadas a abandonar seus lares e filhos para trabalhar como domésticas, cuidar das casas e das crianças de mulheres brancas, acumulando jornadas exaustivas:

> [...] um vasto número de mulheres negras teve de cumprir as tarefas de sua própria casa e também os afazeres domésticos de outras mulheres [...] na casa de uma mulher branca forçavam a trabalhadora doméstica a negligenciar sua própria casa e até mesmo suas próprias crianças (Davis, 2016, p. 239).

Quadro 10 – “Falas” das Marias
“O juiz tomou os pequenos que não me dão trabalho e deixou os maiores, eu vou dar um jeito e entregar os quatro lá no foro” (SAICA, 2016);
“Não sei por que está acontecendo isso, eu não bato nos meus filhos” (TJ, 2016);
“querem tirar meus filhos de mim” (SAICA, 2016);
“eu não maltrato meus filhos” (SAICA, 2016);
“não faz isso comigo” (SAICA, 2016);
“sou a única morena, todo mundo é branco, minha família não aceita preto, é racista” (SAICA, 2016);
“Está tudo limpinho” (TJ, 2017);
“Quero cuidar da minha filha” (DPESP, 2016);
“O que aparecer eu faço, não tenho preguiça para nada” (DPESP, 2017);

1.3.2 As dez Marias

As histórias que escuto não são apenas relatos individuais, mas também reflexos das condições estruturais que geram as violências e exclusões que afetam essas vidas. São histórias de resistência, mas também de marginalização, que circulam de forma (in)visível nas tramas de nosso cotidiano profissional. Como assistente social e pesquisadora, sinto que tenho a responsabilidade de publicizar as violências e histórias e as reverberações do racismo estrutural e da criminalização da pobreza sofridos por essas mulheres nos processos judiciais nas Varas da Infância e

Juventude - VIJ. Além de transformá-las em algo mais amplo, que vá além do sigilo e da privacidade do processo judicial individual.

O que é exposto nos processos é apenas uma parte do todo, e muitas vezes "as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade", (Carneiro, 2003, p. 118). Em cada atendimento, cada história que chega, percebo a complexidade de um sistema que não permite que essas vidas se expressem por completo, suas *verdades* não importam. O que essas narrativas nos dizem sobre a sociedade, sobre o sistema de justiça e sobre as relações de poder que as atravessam?

"Maria" é o pseudônimo das personagens desta pesquisa. Ao escolher Maria, faço mais do que atribuir um nome a essas personagens que estão protegidas pelo segredo de justiça e pela proteção de dados. Trago as histórias delas, um pouco de seus relatos e suas dores confessadas durante o atendimento. Maria é, assim, o fio condutor que une todas elas, uma figura presente e concreta, mas também uma abstração de todas as mulheres que são invisibilizadas, cujas histórias são muitas vezes silenciadas. Pretendo dar visibilidade às violências pelas quais elas passaram e passam cotidianamente. Marias que, sob o manto da justiça, são silenciadas, violadas, violentadas, arruinadas.

Para evitar termos como "ela contou", "ela relatou", "ela lembrou", o texto terá uma narrativa direta sobre os fatos a partir das histórias narradas no cotidiano de trabalho e nos processos. As histórias contadas aqui são recortes dos processos judiciais e do meu diário de campo. Como não foi possível realizar entrevistas, trago recortes das histórias para ilustrar como os registros trazem informações sobre vidas reais[33].

Portanto, as histórias construídas aqui partem não da ficção, mas de fatos reais ocorridos com pessoas reais com as quais lido cotidianamente no meu trabalho. Assim, trata-se de memórias, "esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção" (Gonzalez, 2020, p. 78). Pois essas histórias até parecem ficção, mas infelizmente não são. As histórias aqui expostas são como uma colcha de retalhos de

[33] A pesquisa de Tavares *et al*. (2021) discute a perda da guarda dos filhos entre mulheres usuárias de drogas, destacando os desafios enfrentados nesse contexto.

muitas histórias, elas fazem parte do meu diário de campo dos quase 15 anos de DPESP. São feitas confidências e descritos os sentimentos que elas narravam durante os atendimentos, na tentativa de trazer as “falas” das Marias para a tese.

> Aí começou a questão, eu poderia ter ficado seis meses no acolhimento com ele, mas aí a assistente social chegou lá, do hospital, queria que eu falasse que eu tinha usado droga no dia que eu fui ganhar nené, e eu falei que não tinha usado. E ela disse “Não... porque você tem que falar, se você usou, você não pode amamentar seu filho”. No dia que eu vim pra cá, eu não usei. E aí, enfim, ela não autorizou eu ficar com meu filho lá no acolhimento das mãezinhas. Meu filho teve que ficar na semi UTI sem ter absolutamente nada de errado com ele, e eu ficava amamentando ele lá, cuidando dele lá. E pra dormir, eu ia dormir no acolhimento, que era tipo um espaço fora do hospital, assim, descia as escadas, você ia para o acolhimento. E aí começou a luta, minha mãe foi lá, tal, e a assistente social conversou com a minha mãe, ela falou com essas palavras assim pra minha mãe: “Você já cuida da filha dela, esquece esse menino, já tem uma família esperando por ele há dez anos”. Por que ela falou? Não sei, enfim. E aí ela deu um prazo pra minha mãe, não sei o que aconteceu, minha mãe não ligou pra ela, nesse período já foram se passando os dias, foram acho que vinte e três dias que ele ficou lá, eu tenho, inclusive eu acho que eu tenho até hoje a carteirinha das visitas, eu estive em todas, em todos os horários, de madrugada pra dar mamar. E aí eu fui tirar o meu RG, no dia que eu recebi o RG que eu cheguei, ela me chamou, mandou avisar pra mim subir, a assistente social do hospital, aí quando eu subi ela já estava com o pessoal do abrigo pra pegar o bebê de mim, ela não deixou nem eu amamentar ele nesse dia, e aí foi um choque pra mim. É difícil falar [nesse momento seu relato ocorre com lágrimas nos olhos] [...] E aí ele foi pro abrigo, eu fiquei sem meu filho, foi horrível, horrível (cf. Loiola, 2022, p. 207).

Seria mais fácil se fossem ficções construídas a partir de uma boa narrativa. Todavia, não são. Exemplo disso é o inventário da falta que está no próximo capítulo, ele apresenta a falta, tudo que falta para uma vida mais humana. A falta do básico aproxima as histórias dessas mulheres. A ausência do pai, a falta de acesso à educação, o trabalho infantil e a violação do direito de brincar – confesso que essa parte sempre me emociona muito –, a falta de moradia digna, de trabalho digno, de renda digna, a dentição incompleta, a ausência de rede de apoio.

O Estado tem sempre o mesmo modo operante, sem que a pessoa nem sequer entenda o que está acontecendo, no que aquela política pública vai contribuir para que ela tenha acesso ao que lhe é de direito. É constante a reclamação sobre as visitas de vários agentes à casa dessas pessoas, como se a rede de proteção não conversasse e não funcionasse. A agenda extensa de compromissos atrapalha a rotina de trabalho, ainda que trabalhar formalmente seja uma das exigências para um possível desacolhimento. A crítica está em perceber que esses casos não são

exceções, eles são cotidianos, recorrentes e recebem o mesmo tratamento, as mesmas violências. O mesmo racismo encontrado em todos eles.

Em relação à cor da pele, inicialmente, eu mesma a definia nos registros, antes do meu lento letramento racial. Com os estudos e um maior embasamento teórico, passei a perguntar diretamente, mas, mais do que isso, passei a dialogar com essas mulheres sobre sua autodeclaração de cor – e, quando a DPESP colocou o quesito raça/cor nos formulários, passei a ter um diálogo mais constante, quando possível. Muitas respondiam ser “morenas”, “pretinhas”, “marrom” ou simplesmente não sabiam dizer. Hoje, lamento não ter construído um diário sobre essas respostas para uma análise mais detalhada.

Por fim, cabe ressaltar que essas histórias foram escritas de maneira simples para que profissionais de diferentes áreas do conhecimento possam compreender um pouco mais sobre os relatos de vida dessas mulheres. Não se trata de modelos de registros de relatórios, tampouco seguem a linguagem formal utilizada nesses documentos. A intenção da pesquisa é tornar os relatos acessíveis, utilizando um linguajar popular e compreensível, aproximando as experiências narradas de quem as lê. Além disso, busquei evitar qualquer uso de “juridiquês”, um termo frequentemente adotado de forma pejorativa para designar o vocabulário técnico do Direito presente nos processos judiciais. Esse tipo de linguagem muitas vezes dificulta a compreensão e distancia as pessoas do acesso real às informações sobre suas próprias vidas. Por isso, eu e outros colegas do CAM evitamos ao máximo esse tipo de comunicação, priorizando formas mais diretas e simples de fala e registro para uma comunicação sem “ruídos”.

Assim, no primeiro relato de Maria[34], construí o texto de forma a transmitir o seu cansaço diante da quantidade de tarefas que ela precisava realizar e dos inúmeros lugares que deveria percorrer, além das demandas domésticas. Nos relatos seguintes, muitos aspectos poderiam se repetir. Assim, para evitar uma leitura exaustiva, optei por apresentar as histórias de maneira mais sucinta, muitas vezes sem detalhar as intervenções dos agentes e do CAM.

O objetivo deste capítulo é dar donas a essas casas e revelar a identidade das Marias com base nos processos judiciais produzidos sobre elas. A pesquisadora

[34] Sobre as Marias e sua identidade: Nogueira, 2011; Cardoso, 2017; Gomes, 2022; Loiola, 2022.

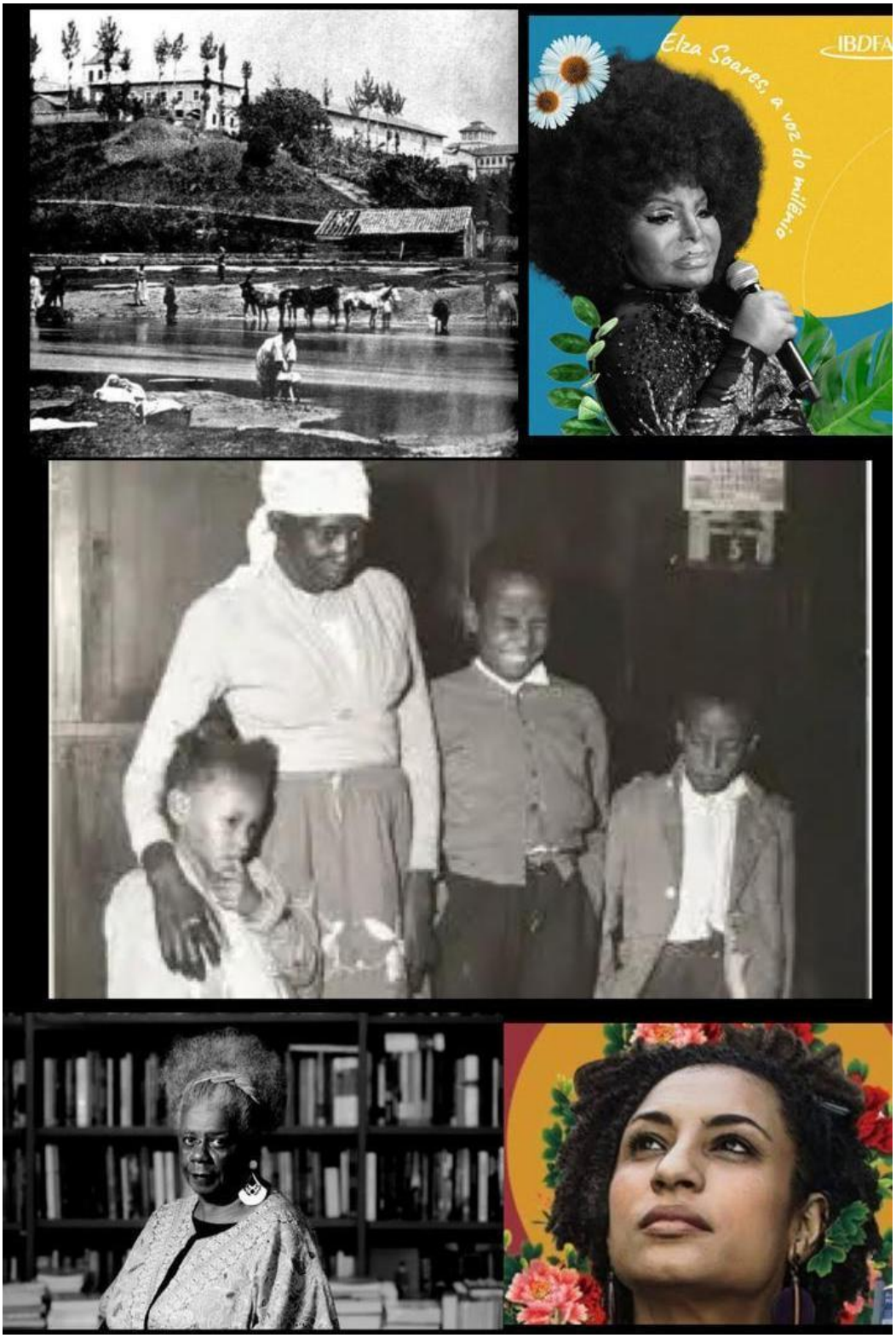
Gomes (2022, p. 90) ilustra o caso de Martine e versa com detalhes as intervenções, o percurso processual, a sentença. Assim como Martine são as dez Marias.

As intervenções são inúmeras, assim como as necessidades, que se repetem em diferentes histórias. De maneira geral, as mulheres precisam ir ao SAICA para as visitas aos filhos. E, nos casos de uso e abuso de substâncias, os juízes e juízas exigem acompanhamento no CAPSad. Quando não há envolvimento com álcool ou outras drogas, mas há indicativos de sofrimento psíquico, o encaminhamento pode ser para o CAPS Adulto. Além disso, precisam comprovar trabalho e renda, ter moradia e uma rede de apoio, em alguns casos. A obtenção de documentos pessoais é uma exigência inicial, posteriormente a avaliação da casa, as avaliações sobre a estrutura, higiene e organização também se tornam parte do processo.

Mesmo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) determinando que o acolhimento institucional como medida de proteção e excepcional (artigo 101) deve ocorrer somente quando todas as possibilidades de intervenção forem esgotadas, a realidade mostra que, na prática, esse esgotamento é condicionado a uma série de exigências formais e subjetivas.

Eu sinto falta das falas dessas mulheres acerca das percepções sobre suas casas. Sinto ainda falta do rosto delas. Como não posso apresentar o rosto dessas Marias, trago o de outras possíveis Marias que são figuras públicas. Enquanto olho para elas, vou tecendo a tese e vou dando rosto e representação a tantas Marias que querem deixar invisíveis.

Figura 1 – Possíveis “Marias”.



Fotos públicas na internet - montagem da autora[35]

[35] Fotos: As lavadeiras (autor desconhecido); Elza Soares - 1930- 2022 (cantora e compositora); Maria Carolina de Jesus - 1914 - 1977 (escritora, cantora, poetisa) e seus filhos; Conceição Evaristo - 1946 (pesquisadora e docente universitária, escritora); Mariele Franco – 1979 - 2018 (socióloga, ativista e vereadora)

Quadro 11 – Maria Eleonor

Maria, 23 anos, diarista, solteira, ensino fundamental incompleto, parda. Filha de pais separados. Ela é a mais nova de quatro irmãos, a mãe teve dois casamentos. Maria teve o primeiro filho aos 16 anos e sua mãe é quem cuida. Ela cuida da filha de 2 anos.

Maria deu entrada na maternidade. Ela vai dar à luz ao seu terceiro filho de parto normal. Ela está suja. Também não foi em todas as consultas de pré-natal, pois descobriu a gestação tardiamente. O seu documento pessoal está bastante danificado por conta da enchente das últimas chuvas. O serviço social da maternidade é acionado para avaliação do caso.

Em entrevista, Maria conta que tem outros filhos. Ela já esteve em acolhimento, e os filhos também. O companheiro é violento e ela já fez uso de maconha na adolescência. Estava em situação de rua na noite do parto, depois de mais um episódio de violência doméstica.

O caso é encaminhado para avaliação do setor técnico do juízo pelo serviço social da maternidade. É sexta-feira, fim de expediente. Maria tem alta, mas a criança não pode ir com ela. Ela vai passar o final de semana sem o filho. Conta que os seios começaram a doer de tanto leite, estava com fome e voltou para casa. Maria deve ir ao fórum na segunda-feira. O recém-nascido permanece internado.

Na segunda-feira, Maria vai ao fórum para entrevista e recebe os encaminhamentos e orientações sobre o que deve fazer para ficar com o filho. É orientada a procurar a DPESP para defesa no processo de acolhimento institucional, que ainda não tem número processual. O caso é encaminhado ao CAM, as articulações com a maternidade e o Judiciário não surtem efeito, é preciso correr para uma emissão de documento pessoal, diálogo com a rede, intervenção antes do número processual, a busca de familiares que possam ficar com a criança recém-nascida e dar suporte à Maria. Não tem ninguém disposto no momento. A mãe dela diz que não pode ficar com mais nenhum filho de Maria, pois ela vive na rua, briga com o companheiro todos os dias. Volta tarde da noite. A família alega que ela já teve outros filhos e não ficou com nenhum, a avó já cuida de um dos filhos de Maria e a menina mais nova vive com ela na rua.

A criança tem alta e vai direto para o Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes (SAICA). Maria é encaminhada ao SAICA e passa por atendimento: é orientada sobre os dias em que pode visitar o filho. As visitas ocorrerão duas vezes por semana, por algumas horas. Não vai poder amamentar.

Na Defensoria tem que levar documentos: comprovante de endereço e de renda. Precisa apresentar os seus documentos pessoais e os da criança. Maria aguarda a emissão dos documentos que foram pedidos pelos defensores públicos, então é reagendada. Maria passa por avaliação socioeconômica. Não tem renda comprovada, trabalha como diarista quando o companheiro a deixa trabalhar. Deve ir para casa e aguardar.

Já se passaram mais de 12 meses que seu filho está em acolhimento. Maria continua com dificuldade de desacolher o filho. Tem dificuldade financeira para comparecer ao SAICA e constantemente escuta que não “aderiu” aos encaminhamentos realizados. Maria relata que recebe várias mulheres em sua casa, assistentes sociais, psicólogas, enfermeiras, médica, que a orientam sobre o que deve mudar na estrutura e organização da residência para receber seu filho de volta. Maria deve estar em casa para receber as profissionais da rede socioassistencial. Maria deve estar trabalhando para desacolher o filho.

Maria é orientada a ir ao Centro de Atenção Psicossocial - álcool e drogas (CAPSad) para parar com o uso de drogas. Maria precisa ir ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) para atualizar seu cadastro. Maria precisa ir ao Centro de Defesa e de

Convivência da Mulher (CDCMs) para romper com a violência. Maria precisa de trabalho. Maria precisa visitar o filho. Maria precisa organizar sua agenda e não pode esquecer de nenhum compromisso ou se atrasar. Maria precisa romper a violência doméstica. Maria precisa sair de casa ou mandar o marido sair. Maria precisa de casa. Maria precisa organizar a casa. Maria precisa estar limpa. Maria precisa limpar a casa.

Quadro 12 – Maria Carolina

Maria, 38 anos, preta, analfabeta, com déficit intelectual. Dois casamentos. No primeiro, teve uma filha ainda na adolescência. No segundo relacionamento, teve um filho, hoje com 12 anos. O companheiro cuidava dela, mas faleceu.

Quando seu filho foi acolhido, ele estava fora da escola, e Maria passava por grande insegurança alimentar. Segundo os relatórios do processo, a casa apresentava muitas carências estruturais, necessitando de reformas e organização.

Maria tem dois irmãos que moram no mesmo quintal e uma filha do primeiro relacionamento, que era sua curadora legal. No entanto, segundo familiares, a filha pegava o dinheiro da mãe e gastava com sua própria família. Outros familiares denunciaram o irmão dela, pois ele fez um empréstimo consignado no nome de Maria e não pagava as parcelas, acumulando uma dívida bastante alta.

Com isso, mãe e filho estavam sem alimentação, e Maria recorria à feira livre para pedir doações ou pegar a xepa. A situação foi denunciada por vizinhos.

A rede socioassistencial interveio, e constatou que a família que morava no mesmo quintal não oferecia suporte. Além disso, os conflitos eram frequentes, pois os familiares brigavam e se acusavam mutuamente. Maria não tinha apoio de ninguém.

Seu Benefício de Prestação Continuada (BPC) foi bloqueado na troca judicial por um novo curador, que teve de passar por entrevista, avaliação devido à idade e ao histórico familiar de Maria, além dos conflitos com a questão do dinheiro.

Devido ao seu déficit intelectual, foram feitas várias tentativas de desacolhimento do filho, considerando sua vulnerabilidade. Depois de um ano de acolhimento, o benefício, que ficou bloqueado por seis meses por falta de curador, foi resolvido.

O CAM encontrou um sobrinho respeitado por todos da família, que assumiu a curatela. Enquanto o benefício não era liberado, ele cuidou da tia e da casa. Resolveu as contas com o próprio pai, que havia feito o empréstimo, e começou a fazer reparos na residência. Construiu um banheiro para Maria, que até então tomava banho com canequinha e não tinha rede de esgoto no banheiro. Além disso, assumiu os gastos com a alimentação da tia até a liberação do benefício.

O sobrinho, de 25 anos, estava de casamento marcado, e a rede temia que ele se afastasse. No entanto, enquanto permaneceu como curador da tia, o benefício foi liberado, e o filho de Maria, que aguardava apenas a melhora da situação econômica O filho começou a passar todos os finais de semana com a mãe,

O filho pôde finalmente voltar para casa.O filho de Maria passou a frequentar a escola regularmente, comparecer às consultas médicas. Todo o acompanhamento foi feito por ela e pelo sobrinho, que trabalhava à noite como segurança. O filho de Maria foi desacolhido.

Quadro 13 – Maria Sophia

Maria, 40 anos, preta, estudou até a 5ª série, mãe de quatro filhos. Faltavam-lhe dois dentes, um de cada lado. Trabalhava na feira e como diarista, mas já havia trabalhado até em obras como ajudante.

Maria foi deixada pela mãe logo depois de nascer, sendo criada por uma madrinha. Permaneceu nessa família até os 7 anos de idade. Com o falecimento da mãe afetiva, foi enviada para a casa de outro familiar, enquanto o pai ficou com seus irmãos biológicos. Na casa da tia, foi tratada como empregada. Não estudava, apanhava e sofria abusos. Fugiu de casa inúmeras vezes e, quando retornava, era brutalmente castigada.

Aos 11 anos, cansou-se das agressões e foi viver na rua. Aos 15, foi detida por pequenos furtos na região e, pouco tempo depois, encaminhada para um SAICA. No entanto, recusou-se a permanecer, pois apanhava de outras adolescentes. Pelo uso de drogas e pelos furtos em comércios locais, passou a ser ameaçada pelo tráfico e acabou proibida de retornar à região.

Aos 17 anos, foi “acolhida” por um borracheiro e passou a dormir na borracharia, convivendo com ele. O homem, de 58 anos, tornou-se ao mesmo tempo seu pai e seu marido, dizia ela. Logo engravidou e foi mãe aos 18 anos. Ninguém se importou com o fato de seu companheiro ser décadas mais velho. Para ela, o mais importante era não estar na rua. Nunca estudou. Não teve brinquedos nem uma infância. Suas bonecas eram seus filhos.

Quando o marido morreu, sentiu-se perdida, sem saber como cuidar sozinha das crianças. A família foi parar na rua. As crianças foram acolhidas. Maria foi encaminhada para um centro de acolhida. Nunca imaginou passar por tudo aquilo novamente. “A rua não era meu lugar, mas parece que insistiam em me puxar para lá”, dizia.

Ela percorreu todos os lugares necessários, sob sol e chuva. Discordava de muitas decisões, mas dizia seguir em frente. Dizia que as pessoas gostavam dela porque nunca reclamava de nada. A rede socioassistencial se mobilizou, garantindo-lhe auxílio-aluguel e um trabalho indicado por uma assistente social. Contudo, a casa que conseguiu foi considerada inadequada para receber as crianças.

“Como não estudei, não consigo trabalho; como não tenho trabalho, não tenho renda”, desabafava. O aluguel era pago com o benefício, mas sobrava pouco para a alimentação. A vida perdeu o sentido sem os filhos. Todos queriam que ela estudasse e trabalhasse, mas ela dizia que as coisas já não entravam mais em sua cabeça. Tinha força para o trabalho braçal, mas estudar não queria. Sua força e alegria foram minguando. Estava com olhar distante e logo se distraiu em pensamentos durante o atendimento. Dizia que não reclamaria. Não tinha tempo pra isso.

Maria conseguiu um barraco na favela, onde o aluguel era mais acessível. Pintou tudo de branco, ganhou alguns móveis e, com o salário e o benefício, comprou beliches. Dizia ela que, falaram que sua casa devia ser uma casa de “boneca”. “Vou fazer tudo sem reclamar porque quero meus filhos de volta. Depois, vou sumir”, dizia ela, demonstrando sua estratégia de resistência. Como afirma Gonzalez (2020, p. 198), “desenvolveu as suas formas de resistência: a resistência passiva, cuja dinâmica deve ser encarada com mais profundidade”.

A rede se organizou e mobilizou recursos para o desacolhimento. Conseguiu auxílio-aluguel, Bolsa Família, emprego e até pequenas reformas no barraco com a ajuda de vizinhos. Houve doações de cestas básicas, móveis e roupas para as crianças. Maria percebeu que todos estavam mobilizados pelo retorno de seus filhos. Não se queixava na rede, mas, no CAM, confidenciou que não aguentava mais. Relatou os absurdos que ouviu

no início do processo e como tudo mudou ao chegar à DPESP, onde o tratamento foi diferente.

Pediu que o CAM a acompanhasse na entrevista no setor técnico do fórum. Tremia ao entrar. Enquanto aguardávamos do lado de fora, ela enfrentava a assistente social, a quem tanto temia. Ao final, conseguiu o desacolhimento dos filhos. Agradeceu e disse ter se sentido mais segura, a profissional a tratou bem, ela então desabafou.

Após o retorno das crianças, a assistente social do SAICA foi até sua casa em um dia de chuva. Em vez de bater à porta, escondeu-se atrás de uma árvore, esperando alguém sair. A filha de Maria, ao ir jogar o lixo, viu a profissional escondida e ligou para a mãe, que estava na casa da vizinha. Maria retornou de imediato para recebê-la. Durante a visita, os filhos não desgrudaram da mãe, temendo serem levados de volta ao SAICA, ela contou no último encontro. Não precisava mais comparecer à DPESP, prometeu levar os filhos à instituição e o fez, depois nunca mais voltou.

Quadro 14 – Maria Luiza

Maria, 28 anos, 7ª série, dois filhos, separada, parda, vendedora de doces no transporte público. Morava no mesmo quintal que sua família, a mãe tinha mais dois filhos pequenos de segundo relacionamento. Ela não tinha contato com o pai.

Maria pediu para o padrasto consertar o telhado, pois a bebê estava ficando doente por causa da casa, que tinha mofo. Ele então tentou abusar dela dentro de casa com os filhos pequenos no quarto. Ela contou para a mãe, que se separou, mas passou a culpá-la.

As coisas ficaram difíceis para a mãe, que começou a beber. Maria passou a trabalhar longe de casa para ganhar mais, as crianças ficavam com sua mãe, que acabou deixando-as sozinha, e seu filho se queimou. As crianças foram para o SAICA, os filhos dela e os da mãe.

A mãe não queria mais Maria no quintal, a casa era dela, as brigas começaram. A casa da Maria não era boa para receber os filhos de volta, a família no quintal não queria ajudá-la. Por causa das brigas com a mãe, também não era um bom ambiente para as crianças, diziam, nem para os filhos dela, nem para os da mãe. Argumentavam que sua casa não era adequada, que o ambiente não era bom para as crianças, que sua renda não suportava cuidar das crianças e que precisava de um trabalho formal, precisava ir nas visitas. Abriam seus armários e sua geladeira para ver se tinha comida, reclamavam do banheiro que não tinha encanamento, não tinha porta e o chuveiro estava queimado.

A casa da mãe era melhor, o padrasto voltou com a mãe. A mãe a queria longe do quintal. A mãe tinha renda e marido. Os filhos da mãe voltaram, e os dela, não. Brigava com a mãe e saía de casa, passava a noite fora e não conseguia sair para trabalhar no outro dia. As brigas com a mãe pioraram, e apanhou do padrasto.

Passava mais tempo fora de casa e foi ficando cada vez mais distante nas visitas, não aparecia nos atendimentos. Era chamada, mas faltava. Disseram que começou a usar drogas, nunca era encontrada em casa. A rede não teve mais contato com Maria, mesmo depois de várias tentativas. A mãe de Mariu disse que, não ficaria com os filhos dela por conta das brigas. Foi destituída.

Quadro 15 – Maria Dolores

Maria, preta, 32 anos, analfabeta, não conheceu os pais. Trabalhava como diarista. Maria não tinha lembrança dos genitores. Por incrível que pareça, Maria só tinha o nome do pai na certidão de nascimento e não tinha o nome da mãe[36]. Constava o nome Maria e o sobrenome curto do seu pai. Ela foi "dada" pela mãe a uma mulher que a criou. O pai era presente na primeira infância, dizia sua mãe afetiva, mas a genitora sumira logo depois do nascimento, deixando Maria. Nunca estudou e trabalhou desde pequena.

Maria era preta, magra, esguia, sorridente e conversadeira. Faltavam-lhe alguns dentes na frente. Ela e o parceiro faziam uso abusivo de álcool. O único filho do casal foi acolhido por isso e porque estava com desnutrição grave.

Maria não compreendia o motivo da retirada da criança, que aconteceu quando ele ainda era um bebê, com menos de 1 ano. Mesmo próximo dos 3 anos, continuava no SAICA. Maria dizia que queria o filho, que não tinha feito nada de mal com ele, que não batia, não o deixava sozinho e que estava sempre ao seu lado. Não queria que o bebê fosse para a creche para poder passar mais tempo com ele.

Foi encaminhada ao CAM depois de dois anos de acolhimento do seu único filho, já no final do processo de DPF. Maria dizia que parava de beber, mas o companheiro não, e ela acabava bebendo junto. Não gostava de frequentar o CAPSad, dizia que adoecia vendo aquele monte de gente naquelas situações.

Gostava da igreja. Contou que não tinha nem televisão para se distrair no barraco, por isso ficavam tanto tempo na casa da patroa. Lá comiam, assistiam televisão e encontravam um ambiente mais confortável do que o seu próprio lar. Não gostava de sua casa, por isso evitava receber visitas. Disse que, em algumas ocasiões, profissionais da rede já haviam ido até lá e recomendado melhorias, mas os registros não informam quais serviços foram realizados. A rede socioassistencial tentou diversas vezes ir até sua casa, mas ela não fornecia o endereço, sempre preferindo realizar os atendimentos na casa da patroa.

Vinculou-se ao CAM e esteve diversas vezes na unidade DPESP-CAM por demanda espontânea. Não se separava do companheiro porque não queria ficar em um abrigo ou na rua. Dizia que o amava e que ele era muito carinhoso e cuidadoso com ela. Ambos foram encaminhados ao CAPSad. Ela chegou a frequentar por um tempo, mas ele não.

A rede a descrevia como uma mulher agressiva que, quando alcoolizada, andava nua pela rua e buscava briga com todos. No CAM, no entanto, nunca comparecia alcoolizada. Sempre era muito receptiva. Como não tinha telefone celular, os recados eram passados à patroa, que demonstrava pouco interesse em ajudar na mudança da situação da família.

Visitava o filho duas vezes por semana, mas os relatórios registram que ela não sabia trocar o bebê, não interagia com ele e não brincava. Tentaram diversas vezes estimular essa interação, mas ela nunca brincou. Isso foi enfatizado em todos os atendimentos – os relatórios insistiam em registrar que não conseguia interagir com o filho no SAICA.

O companheiro já tinha outras filhas adolescentes e uma ex-esposa, com quem mantinha um bom relacionamento. Cogitaram deixar a criança com a madrasta, que até aceitou, mas a ideia foi descartada.

No CAM falavam do seu dia, do trabalho na casa da patroa e, aos poucos, iam contando da infância e da adolescência, das violências sofridas, do que não tiveram ou não acessaram. Mas pouco aceitava as intervenções e os encaminhamentos. Era preciso mais tempo. Nos atendimentos, dizia não ter nada para contar. Só se lembrava de trabalhar. Nunca estudou, nunca conviveu com outras crianças. Limpava a casa da mãe afetiva e

[36] Caso semelhante de certidão de nascimento sem o nome da mãe, ler: Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo, 26 nov. 2024.

também outras casas da família. Nunca recebeu salário, pois era a mãe afetiva quem decidia tudo. Não teve oportunidade de estudar.

Eles moravam em um barraco na favela. Ela trabalhava como empregada doméstica na casa da madrinha do bebê, enquanto o marido trabalhava como pedreiro para a família da patroa.

Maria não deixava ninguém ir à sua casa porque tinha vergonha. Considerava o barraco muito feio e bagunçado. Nem o CAM teve oportunidade de realizar um atendimento da família no domicílio. Foram realizados alguns atendimentos, mas todos na casa da patroa, a rede teve dificuldades de acesso. Em uma visita na casa da patroa, foi observado que ela tentava suspender o uso de álcool, mas logo sucumbia, pois o marido bebia e trazia bebidas para casa.

Apesar de um bom vínculo com o CAM, a rede socioassistencial afirmava que ela era muito “barraqueira”, estava sempre alcoolizada e, às vezes, era encontrada caída pelas ruas. Com o tempo, começou a se ausentar das visitas no SAICA ou comparecia alcoolizada. As visitas foram suspensas, Maria também suspendeu qualquer contato com a rede. Não comparecia mais ao CAM, nem espontaneamente, nem por agendamento, também não aceitava agendar visita na sua casa ou na da patroa. Nas buscas ativas realizadas pela rede na casa da patroa, às vezes estava alcoolizada, às vezes muito arredia, ou ambas as coisas. Com o tempo, Maria passou a não querer mais receber ninguém.

A patroa era amiga de longa data e dizia que Maria e o companheiro trabalhavam para ela, ajudando nas tarefas da casa. Quando estavam muito bêbados, apenas ficavam dentro da residência. A patroa confiava neles e dizia que nunca mexeram em nada, que, mesmo embriagados, não causavam problemas. Para ela, eram “quase da família”. Disse ainda que, quando iam para a favela, demoravam dias para voltar, por isso ela preferia que eles ficassem na casa dela. Com o tempo, desapareceram cada vez mais, tanto da casa da patroa quanto da rede.

A rede discutiu com o casal assuntos como o trabalho escravo, a infantilização dos sujeitos, a sujeição, entre tantos outros temas, mas parecia que eles pouco entendiam do que era discutido. Maria não compreendia a importância do brincar, que a rede tanto mencionava. Para ela, o essencial era estar presente e não faltar às visitas do filho. Como não tinha celular, preferia comparecer espontaneamente. Os recados com agendamentos nem sempre eram recebidos ou compreendidos. Dizia que preferia ir apenas quando não estava bem e sentia necessidade de conversar.

A rede de saúde tentou mobilizá-la para o tratamento, mas sem sucesso. Foi destituída do poder familiar, e a rede parou de procurá-la na casa da patroa. Não sabiam seu endereço, nem a patroa.

Quadro 16 – Maria Lúcia

Maria, 28 anos, ensino fundamental, profissional do sexo, parda, magra, alta, cabelos longos e trançados, três filhos, três casamentos. Foi abusada pelo pai na infância juntamente com sua irmã mais nova. A mãe se separou; o pai, paradeiro desconhecido. A mãe era doméstica, Maria tinha seis irmãos e foi criada pela irmã mais velha, com quem tem mais afinidade que com a mãe.

Foi morar com o namorado aos 19 anos. No segundo relacionamento já tinha dois filhos. Ele usava drogas e a levava para se prostituir em troca dos entorpecentes. Ela ficou pouco tempo com ele e se separou.

No terceiro casamento, ele batia nela. Maria começou a fazer faxinas para trazer comida para casa, mas os filhos ficavam sozinhos. Depois de muitas denúncias e idas ao Conselho Tutelar, precisou parar de trabalhar para ficar em casa. Passavam muitas dificuldades, a luz foi cortada, a água era emprestada, pessoas próximas diziam que ela precisava trabalhar, e não viver só de benefícios.

O plano era encontrar um emprego e pagar alguém para cuidar dos filhos no horário em que não estivessem na escola ou em atividades públicas oferecidas no contraturno escolar. Não conseguia trabalho que lhe pagasse o suficiente para custear as despesas de casa e ainda uma cuidadora. Voltou a se prostituir, agora em casa, enquanto os filhos estavam na escola. As crianças foram acolhidas na escola mesmo.

Começou o processo. A casa, revelam os registros, também não era boa para as crianças. Maria tentou encontrar um trabalho formal, conforme lhe haviam aconselhado, mas a remuneração não dava para pagar o aluguel e as despesas das crianças. Não tinha muito contato com sua família. Não queria ajuda da mãe.

Um dia disseram que ela “cheirava a maconha”, ela não entendeu. Certa vez, relembrou que já havia usado drogas quando mais jovem com o primeiro companheiro. Diziam que ela não “aderia” aos encaminhamentos. Descobriram que ela voltou a se prostituir e proibiram suas visitas. Foi avisada de que só precisaria se organizar e logo teria seus filhos de volta. Eles estariam bem e protegidos enquanto isso.

Maria precisava trabalhar, não conseguia trabalho e seguia na única função que sabia exercer. Às vezes chegava atrasada nos compromissos com a rede, por vezes se esquecia, eram tantas as obrigações. Foi destituída do poder familiar, não entendia o que era isso, mas entendeu que não veria mais os filhos. Na última vez que os viu eles estavam voltando da escola e não deixaram que ela falasse com eles. Maria não voltou.

Quadro 17 – Maria Isabel

Maria, 26, evangélica, preta, baixinha e magra, parece uma adolescente, cabelos médios alisados, saia longa, faltam-lhe dois dentes, ensino médio incompleto, filha de pai desconhecido, foi criada pela avó. A mãe se casou novamente e a família morava num quintal perto de sua casa, mas pouco ia visitá-la, o marido não deixava. Só ficava dentro de casa: lavava a roupa, fazia a comida, cuidava das crianças e do marido. Não tinha amizades. Ia à igreja só na companhia do marido.

Dizia que sempre sonhou em ter filhos, casou formalmente, primeiro e único parceiro sexual, ela contou. O marido era muito ciumento, e ela não queria dar motivos para ele ficar bravo, então obedecia. Ela tinha de ter relações com o marido toda noite, não podia dizer que estava cansada ou que não queria, pois ele logo dizia que ela devia estar tendo um caso.

O marido começou a insistir que Maria teria um amante e passou a bater nela. Mudaram de bairro quando os vizinhos começaram a perguntar. Longe dos poucos conhecidos, o marido passou a lhe bater cada vez mais. Agora distante de sua família, Maria não tinha ninguém para pedir socorro, não podia ter telefone. Quando o marido perdeu o emprego, passou a beber e as coisas em casa foram ficando ainda mais difíceis. Ela apanhava todo dia.

Certa vez, decidiu fugir de casa, levaria os filhos consigo. Mas, no dia da fuga, com tudo planejado – na verdade, ela sairia pela rua com as crianças e depois pensaria em

alguma coisa –, o marido percebeu, bateu nela e a colocou para fora, sem os filhos. Toda machucada, foi para a casa da família pedir ajuda.

A igreja não aceitava a separação, Maria entrou em conflito, não queria se afastar da igreja. Foi humilhada no púlpito por ter entrado em pecado ao se separar. Ela contou que precisava ficar na frente de todos na igreja e contar seus pecados. Não conseguia mais ver os filhos, ele não deixava. Iniciou o processo de pedido de guarda, mas demorou muito. Ele fugiu com as crianças, e ninguém mais sabia dele. Quando soube das crianças, elas estavam num SAICA.

Começou toda uma saga para reaver os filhos. Pessoas entravam e saíam de sua casa, mandavam separar os quartos, pintar as paredes, abrir janelas, tirar os entulhos do quintal, comprar camas, colchões, armário, guarda-roupa e televisão. Arrumar trabalho, estudar, reformar a casa, encontrar uma rede de apoio. Reclamavam de seu banheiro, que a iluminação e a ventilação eram ruins, que o piso não era adequado, que precisava de porta. Ela só obedecia, percebia que isso tornava as coisas mais fáceis para ela.

As crianças voltaram para casa. Depois de tanto tempo no acolhimento, eram estranhas para ela, não as conhecia no cotidiano do lar, não obedeciam às suas ordens e não aceitavam seu carinho. Foram re-acolhidas depois de reclamarem da mãe. Maria passou a ver cada vez menos as crianças, e a rede passou a insistir com ela para o retorno dos filhos agora já adolescentes, tentavam uma re- -aproximação. Ela não tinha certeza. Foi se afastando cada vez mais e não quis até ser destituída.

Quadro 18 – Maria Alice

Maria, 34 anos, quatro filhos, separada, parda, diarista e vendedora de produtos cosméticos, analfabeta, morava em casa alugada. Maria trabalhava como diarista e aceitava algumas doações oferecidas para os filhos. Não era fácil sua vida, mas pelo menos as crianças não passavam fome, dizia ela. Foi abusada na infancia e fugiu de casa. Tinha saudades de sua mãe falecida. Não queria contato com seus irmãos. Maria sofrera muita violencia fisica e abuso sexual por parte do irmão na infancia. Ela trabalhava apenas para guardar dinheiro para os filhos fazerem faculdade. Tinha um valor bastante significativo no banco para eles. Trabalhava todos os dias, de domingo a domingo.

As crianças foram acolhidas. Posteriormente, a rede identificou que ela fazia uso abusivo de álcool. O filho mais velho denunciou para a professora que levou uma surra da mãe e todo mundo foi parar na delegacia. Os filhos foram acolhidos e ela ficou resistente a todo contato com a rede. Passada a confusão maior, ela passou a fazer tudo que a rede mandava, saia do trabalho mais cedo, corria para resolver o que mandavam, ela o visitava no hospital, por sorte não foi nada muito grave, depois passava no SAICA para visitar as demais crianças e voltava para casa só no final do dia.

As patroas ameaçavam dispensá-la do trabalho se continuasse tendo tantos problemas pessoais. Chegou a procurar por uma irmã, mas não deu certo. Não sabia o que fazer, era trabalhar ou ir em todos os lugares que mandavam. Preferia os filhos e foi perdendo os trabalhos.

Sem trabalho, foi cobrada para ter renda. Sua casa foi avaliada como inadequada. Suas idas ao CAPSad eram uma tortura, cada vez que precisava ir até lá fica ainda mais angustiada, pois dizia ver aquelas pessoas e não se parecer com elas. Afirmou para o juiz que, se não pudesse cuidar de seus filhos, não faria mais nada.

Parou de ir a todos os lugares da rede onde era chamada, diminuiu a frequência das visitas, começou a beber cada vez mais e a ficar dentro de casa. Não queria receber

ninguém, ameaçava suicídio. O vínculo no CAM era sua única referência, mas não desejava mais fazer nada. Foram várias chamadas de vídeo, ligações. Ela, alcoolizada, ameaçava suicídio se alguém fosse na casa dela, dizia sentir falta dos filhos, mas não iria parar de beber e não faria mais nada. Dizia ser mulher de palavra. Sóbria, ela dialogava com o CAM que não voltaria sem sua palavra, que o Estado deveria tomar conta de seus filhos, pois ela sozinha foi difícil e eles não reconheceram. Dias e horas de atendimento na sensibilização de aceitar o suporte do CAPSad e adulto, mas não aceitava.

Acreditava que os filhos, por serem mais velhos, não seriam adotados, então que o Estado cuidasse deles. Sofria de saudades, mas dizia não querer mais cuidar das crianças. Estava brava com todo mundo. “Essas mulheres ganham sentadas, sem fazer nada... Eu estava trabalhando, tinha feito uma faxina de um dia todo e estava com as mãos machucadas e com o corpo dolorido no dia que meus filhos foram acolhidos.” Viu o filho voltando da escola com a profissional do SAICA, conversaram, o filhou pediu que a mãe não tentasse mais se matar, avisou pra ela que não aceitaria ir para a adoção. Então Maria decidiu esperar ele crescer, e continuou bebendo.

Os filhos mais novos foram separados e adotados, o mais velho ficou no SAICA. A rede continuou tentando investidas com ela para ficar com o filho mais velho, mas Maria não mudou sua opinião. Aguardava o filho crescer e culpava a rede pela adoção dos mais novos. Não quis vínculo nem com o CAM.

Quadro 19 – Maria Júlia

Maria, 29 anos, preta, cabelos curtinhos e alisados, magra, analfabeta, sorridente e conversadeira. Só trabalhou desde pequena, não conheceu outra coisa que não o trabalho. Nunca estudou. Foi criada por uma família afetiva, não conheceu seus pais, não tem nome de pai na certidão. Nunca brincou e não estudou. Sempre falava da gratidão de ter sido criada pela família afetiva, mas foi embora de casa cedo para vir para São Paulo trabalhar e nunca mais voltou.

Maria não tinha os dentes da frente, mas estava em tratamento odontológico na UBS. Vaidosa, estava sempre arrumada, cabelo escovado, unhas feitas. Sua filha foi acolhida devido ao alcoolismo da mãe. Mas nunca compareceu ao CAM com aparência alcoolizada. Era possível saber da recaída quando ligava chorosa e dizia que tinha bebido por saudade da filha. Não queria ir ao CAPSad, chegou a chorar quando se tornou critério para o desacolhimento da filha, dizia que preferia a igreja. Articulamos com o CAPSad no atendimento na UBS, e ela frequentava bem.

No primeiro relacionamento, Maria teve três filhos meninos. Eles foram acolhidos pelo uso abusivo de álcool da mãe. Maria tinha ficado viúva de um relacionamento abusivo, apanhava. Acabou sendo destituída do poder familiar dos três primeiros filhos. No processo consta que ela ia bem, e depois recaía; levantava-se e organizava a vida de novo. Quando tudo estava caminhando para o fim do processo de desacolhimento dos filhos, teve outra recaída. Assim foi até o dia em que ela teve uma filha.

Quando a filha do segundo relacionamento nasceu, ela não procurou pelos filhos, esteve ocupada com a bebê recém-nascida e foi destituída. Ela disse que foi por pouco tempo, a bebê precisava de cuidados, mas a rede alega que ela se encantou pela filha menina e esqueceu dos meninos. O filho mais velho já saiu do SAICA e mora com uma tia, eles têm pouco contato. A rede tenta uma reaproximação entre a mãe e os outros dois filhos adolescentes que estão no SAICA há sete anos.

Sua filha foi acolhida aos 7 anos de idade porque Maria fazia uso abusivo de álcool e levava a filha consigo quando ia trabalhar à noite num bar fazendo faxina. Nos registros constam que ela trabalhava à noite e bebia nesse mesmo bar, na presença da filha.

A filha chegou a declarar que, quando a mãe estava alcoolizada, dava dipirona para ela e a colocava para dormir. O pai estava recluso e ameaçava Maria, ela até fazia visitas para ele na cadeia, mas, quando ele a forçou a levar substâncias na vagina, e ela foi pega, nunca mais apareceu – Maria ainda responde pelo crime. Ela teme pela sua vida, preocupa-se pensando no dia em que ele sair da cadeia e decidir o que vai fazer com ela. Ameaças vêm por meio de colegas dele que estão fora da prisão.

Maria paga aluguel, e trabalhava como diarista e faxineira em um bar. Para evitar o contato constante com o álcool, deixou o trabalho no bar e passou a atuar apenas como diarista. Trabalhou também como faxineira em um pequeno restaurante de uma colega. Mas, como a amiga esteve metida com “coisas erradas”, ela então desistiu do trabalho e ficou apenas com as faxinas domiciliares. Recaía, às vezes, e sumia por pouco tempo, logo aparecia novamente, pedia desculpas, começava a falar e não queria mais parar. Os atendimentos eram sempre muito agradáveis, de repente levantava e dizia que tinha muita coisa para fazer e que não poderia voltar por um tempo.

As visitas foram suspensas, e Maria quase enlouqueceu na sala do CAM. Foi encaminhada para o CAPS, mas sempre adoecia quando ia ao equipamento. Preferia frequentar a igreja, pois dizia não conseguir manter o acompanhamento no CAPS. Intensificou o acompanhamento na UBS, fizemos atendimento compartilhado no domicílio dela com a equipe do TJ, que se esquivou algumas vezes de ir conosco. No fim, o atendimento compartilhado aconteceu, e Maria declarou posteriormente que foi melhor tratada com nossa presença do que em outras vezes.

O CAM fez um relatório de 20 páginas falando toda a história de Maria, e as visitas foram retomadas. Maria suspendeu o uso de álcool, trabalhava e pagava seu aluguel, começou uma aproximação com os filhos que estavam acolhidos em outra VIJ.

Sua casa era tão bem organizada e limpa que o juiz determinou a realização de várias visitas surpresa para verificar se o ambiente não era montado apenas para fiscalização do Judiciário. Maria afirmava que sempre foi muito limpa e trabalhadeira e que poderiam ir à sua casa quantas vezes quisessem. Desacolheu a filha.

Quadro 20 – Maria Eulália

Maria, preta, 30 anos, evangélica, do lar, ensino fundamental completo, dois dentes faltando, cabelos enrolados nos ombros, sorriso largo. Sua mãe trabalhava de doméstica, Maria era cuidada pela avó. Era estudiosa, mas a igreja insistia que não precisava estudar para casar, e a mãe concordava, seria melhor um casamento decente. Casou na igreja, virgem, aos 17 anos. Dizia ser esperta com os afazeres de casa e muito inteligente com contas. O marido, no entanto, não concordava que trabalhasse nem estudasse.

Maria casou-se com um homem rígido, doze anos mais velho que ela. Não bebia, não batia nela, mas estava sempre cobrando que ela fosse mais bonita, mais arrumada, mais alegre. Era uma mulher tranquila, cuidava dos filhos, não era muito festeira. Ela tinha uma filha e acabou engravidando de novo, outra menina, ele queria um menino. Ele dizia que a culpa era dela. Maria chorava e pedia por um filho homem para o marido ficar mais calmo. Ela engravidou, outra menina. Maria morava na casa da família do marido, em dois cômodos construídos no quintal.

> Os vizinhos denunciaram as brigas e a violência doméstica. Maria não tinha condições econômicas de ficar com as crianças sozinha, sempre foi muito esperta, mas nunca a deixaram trabalhar ou estudar. Maria tentava estudar e trabalhar, o marido não deixava, e o pastor dava apoio para o marido: mulher tinha de obedecer ao marido. Queria se separar, mas a mãe desaconselhava.
>
> As crianças foram acolhidas provisoriamente até ela se organizar. A família a culpou pelo acolhimento dos filhos. Pensava em fugir e ser acolhida numa instituição para vítimas de violência, mas agora as crianças não poderiam ir com ela, mas desistiu. Tentavam estratégias para ela se separar e fugir, mas ela não conseguia. Como não se separava, as crianças não voltavam. Era ir para um acolhimento sozinha e depois de organizar a vida desacolher as crianças, diziam as profissionais, mas ela não conseguia fugir. Tentaram estratégias, mas na hora ela não conseguia, tinha medo do pecado de denunciar o marido, às vezes ele era bom. Ela não se separou, mas as crianças não voltavam. Os anos foram passando e ela foi visitando cada vez menos, como não se separava, as visitas para as crianças foram proibidas. Maria sumiu. Foi destituída!

As dez Marias não são apenas sujeitos desta pesquisa; são expressões vivas das desigualdades estruturais que atravessam a vida das mulheres pretas e pobres no Brasil. Assim, recorda Ariza (2020, p. 35): “São Paulo era vivida de forma particular por famílias depauperadas compostas por mulheres sós e seus filhos [...] anônimos intimamente atrelados às experiências da escravidão.” Mulheres essas que desde sempre estiveram no Tribunal de Justiça de São Paulo: pela “representação de sua incapacidade materna que se ergueu um sistema de arregimentação judicial de mão de obra de crianças e jovens em São Paulo” (p. 34). Na São Paulo do século XIX, essas mães eram “sumariamente ignoradas nos autos judiciais, bem como nas fontes oficiais como um todo, as mães dos assoldadados e tutelados foram relegadas, também pela maior parte da historiografia, ao acaso da história” (Ariza, 2020, p. 34). Do trabalho de crianças e adolescentes que sustentavam o desmonte da escravidão, agora era necessário justificar o trabalho escravo de crianças e adolescentes sob a justificativa de tutelados, “quase da família”. Assim, “discutir a apropriação do trabalho dos filhos implicará, necessariamente, contemplar os modos de existir e cuidar de famílias majoritariamente chefiadas por mães sós e considerar os pesados estigmas que sobre elas recaem” (p. 51), “as descrevendo em termos nada lisonjeiros, alusivos à sua pobreza material e sua inadequação moral às virtuosas tarefas da maternidade” (p. 52).

Essas mães ainda hoje são invisíveis para o sistema de justiça. As Ordenações Filipinas, segundo Ariza (2020, p. 49), que balizam a justiça brasileira, “afirmavam peremptoriamente a incapacidade de mulheres pobres assumirem o encardo de tutoras dos seus filhos”. O “casamento civil, publicado por decreto em 1890, garantia apenas às mulheres legitimamente casadas a tutela de suas crianças” (p. 50).

Elejo falar apenas das mulheres e seus filhos, ainda que elas estejam com seus parceiros, maridos. Essas mulheres Marias desqualificadas para a maternidade por sua pobreza e por sua conduta reprovável, sem moradia adequada. Consideradas impróprias para a educação de seus filhos, interferindo na reputação dessas crianças, filhos e filhas de mães perigosas e disfuncionais. A infância vista como o futuro da nação, por isso precisaria ser disciplinada e regrada por meio de intervenções na família.

São Paulo, desde o século XIX majoritariamente formada por mães sós e filhos, justifica livrar assim essas crianças e jovens dos vícios morais de suas mães. Marias consideradas inadequadas para exercer a maternidade e tendo seus filhos arregimentados para o trabalho e para cuidados de sua educação por seus tutores.

Suas histórias foram apresentadas de maneira que a leitura pudesse acompanhar não apenas suas trajetórias e necessidades, mas também os inúmeros compromissos e exigências que lhes são impostos para tentar recuperar a guarda de seus filhos. Diziam que deveriam se separar. Que precisavam encontrar um emprego formal. Que era necessário voltar a estudar. Questionavam suas casas, afirmando que não eram adequadas, que o banheiro estava mofado, que faltava estrutura, que suas casas eram sujas e desorganizadas, que eram mulheres passivas diante das adversidades. Cada uma dessas demandas recai sobre elas como uma cobrança contínua, exigindo que, mesmo sem condições econômicas, com baixa escolaridade, pouco capital cultural e letramento racial, vítimas de diversas formas de violência e habitando territórios marginalizados, dessem conta de um fardo desproporcional.

Mais do que isso, a cor da pele dessas mulheres tornava essas exigências ainda mais severas, refletindo o racismo estrutural e o controle da pobreza que condicionam suas vidas. Assim, a intenção foi fazer com que o leitor não apenas compreendesse racionalmente suas dificuldades, mas sentisse, ainda que minimamente, o peso do cansaço que é existir e resistir nessas condições. Cabe

registrar que essas mulheres ainda são acompanhadas por seis meses, caso as crianças ou os adolescentes retornem para casa.

Outro ponto a destacar é que optei por não trazer tantos exemplos dentro dessas histórias, pois poderia dar a ideia de superação individual, de que se elas tivessem esforço pessoal suficiente, elas conseguiriam ficar com os filhos, cuidar deles, trabalhar, estudar, cuidar da sua saúde mental, da vida familiar e afetiva. Do direito de ser mulher para além do papel de mãe. Mas não posso deixar de falar das resistências dessas mulheres e da luta delas cotidianamente. São elas risonhas ou fechadas, sérias ou falantes, gordas, magras, pretas, pardas ou brancas, são mulheres com histórias de luta.

Foram tantas histórias, tantos relatórios de defesa, tantas mulheres que passaram na sala do CAM nesses longos anos que seria possível contar muitas outras histórias, até histórias mais violentas. No entanto, optei por não trazer tantos detalhes de violência sexual na infância, é um tema bem recorrente nos casos da infância, seja com as filhas, seja com essas mulheres, que historicamente foram abusadas por pais, padrastos, irmãos (um parêntese para os abusos entre irmãos, eu tenho recebido muitos casos nesses tantos anos), é um tema bastante sensível. Assim, apresento essas histórias dialogando com outras pesquisas que tratam com muito mais profundidade e maestria sobre as histórias dessas mulheres (Barros, 2023; Gomes, 2022; Loiola, 2022).

Cabe ainda ressaltar que a DPESP, juntamente com o CAM, já teve êxito em restabelecimento do poder familiar ou da guarda para mães destituídas, situação não prevista no ECA, mas que por vezes tem acontecido em casos de filhos adolescentes, por exemplo. Todavia, se as crianças ou os adolescentes são adotados, a mulher passa a ser acompanhada cada vez menos pela rede – o TJ e o SAICA são os primeiros a deixar de acompanhar essa mulher –, ficando assim a situação de vulnerabilidade a ser superada por ela mesma, com suporte da política pública de assistência social e saúde. Em situações em que se verifica uma questão mais importante de saúde mental ou em casos mais sistemáticos, o CAM continua atuando, todavia, dado o volume de trabalho e a equipe reduzida nas unidades, essa mulher acaba sendo “esquecida” se não tiver uma questão mais urgente e passa a viver seu luto sozinha, até aparecer grávida novamente. Ou seja, essa mulher só vai ressurgir nesse cenário caso engravide de novo e esteja em situação de risco, o que muitas vezes acontece, pois ela fica sob o “radar” das políticas públicas e o alerta soa quando

ela torna a engravidar. Aqui abro outro parêntese sobre como seria importante dar atenção ao grupo de mulheres que foram destituídas do poder familiar. Enlutadas, elas retomam a vida sem apoio da rede socioassistencial. Já houve de minha parte investida para trabalhar com mulheres nessa condição, mas à época fui alertada pela juíza dos processos que circular as informações das crianças seria expor essas crianças, quem sabe em algum momento ou outra pessoa, acredito que seria mais adequado do que trabalhar a questão no âmbito do sistema de justiça, fica aí a ressalva.

Mas suas vidas não acontecem no vazio. O espaço que habitam – a favela – não é apenas um cenário, mas parte essencial da forma como vivem e resistem. O território influencia suas relações, suas oportunidades e seus desafios. Assim, no próximo capítulo direciono o olhar para a favela não apenas como um local geográfico, mas como um campo de disputas, de produção de vida e de morte, mas também de significados, onde minhas próprias vivências agora não mais como profissional, mas como favelada se entrelaçam às delas, revelando como o espaço urbano e suas dinâmicas moldam e são moldados por quem o ocupa.

2 – INVENTÁRIO DA FALTA:
TERRITÓRIO e EXCLUSÃO SOCIAL

Quadro 21 – Inventário da falta
“pouca mobília” (NPJ, 2015);
“Comenta espontaneamente que seu pai não foi pai” (TJ, 2016);
“se vinculou com companheiros que não lhe possibilitaram progresso pessoal ou estabilidade familiar” (TJ, 2016);
“sem o bilhete especial” (NPJ, 2015);
“não está conseguindo sair com o filho” (NPJ 2015);
“refere que não gosta de entrar em comunidade” (TJ, 2016);
“geladeira da casa quebrada” (CAPSIJ, 2018);
“moradia não possui campainha” (TJ, 2017);
“a escola é longe” (CT, 2020);
“apesar de se tratar de uma residência aparentemente antiga, simplória” (TJ, 2018);
“não está mais organizado” (TJ, 2017);
“pai não consta” (CT, 2020);
“o paradeiro [...] genitora [...] é desconhecido” (TJ, 2021);
“de (pai): não consta” (CT, 2019);
“não foi mais à escola por vergonha da situação” (CT, 2016);
“não possui água” (CT, 2018);
“estão sem água no imóvel há, aproximadamente, 5 meses” (Zoonoses, 2017);
“a energia elétrica não está sendo paga por nenhum morador [...] sendo usada de forma clandestina” (TJ, 2016);
“O quarto [...] não dispondo de espaço para locomoção” (TJ, 2016);
“não dispõe de mesas e nem cadeiras” (TJ, 2016);
“observamos que na casa não existe espaço suficiente para instalação do referido berço” (TJ, 2016);
“o ambiente é pouco ventilado, pois dispõe apenas de uma janela pequena” (TJ, 2016);
“não reúnem condições socioeconômicas, familiares e habitacionais” (TJ, 2016);
“trabalha sem vínculo empregatício” (TJ, 2019);
“As duas residências onde a requerida permanece possuem composição restrita a 01 dormitório e cozinha, portanto com espaço reduzido para comportar o grupo familiar” (TJ, 2016);
“como não é o pai biológico, não tem a autoridade para obrigá-lo” (TJ, 2016);
“Relatou nunca ter trabalhado com registro em CTPS” (SAICA, 2016).

A ausência, quando registrada nos documentos, ganha contornos de sentença. Nos processos que li e na minha trajetória profissional, a falta se revela não apenas como uma condição material, mas como um critério que define quem pode – e quem não pode – exercer o poder familiar. A justiça, com seu olhar normativo, transforma privações estruturais em impedimentos morais, convertendo carências em inaptidões.

Nos registros dos processos que li e ao longo de minha trajetória profissional, passei a ver os documentos não apenas como relatos, mas como um inventário da falta. Neles, o que está ausente se torna prova, evidência de uma inadequação construída socialmente. O que falta para que essas famílias sejam reconhecidas como aptas? A resposta, repetida em diferentes autos e diferentes histórias, parece seguir um roteiro previsível: água, saneamento básico, escola, energia elétrica. Mas também móveis, geladeira. Até mesmo a falta de higiene da casa aparece como um critério determinante. Assim, na falta – sob o olhar da justiça – essas famílias não são consideradas boas para exercer o poder familiar. A pobreza não é compreendida como um sintoma de desigualdades históricas. A falta dos dentes, por exemplo, não é registrada, nem aparece como falta de investimento do Estado, ao contrário, toda falta transforma-se em marca de incapacidade. Não é a ausência do Estado que se inscreve nesses documentos, mas a ausência das famílias, catalogadas como insuficientes, inadequadas, impossíveis. O que poderia ser visto como uma denúncia social emerge como um veredito moral.

Ainda que pouco se fale sobre a ausência de dentes, são raras as mulheres que atendo com dentição completa, e a vergonha de sorrir as acompanha. Estudos que analisam a pobreza pela condição dentária teorizam o que acompanho em meu cotidiano: elas relatam que pouco sorriem, pois é caro adquirir um sorriso novo e as próteses demoram a vir pelo sistema público de saúde. Sentem-se envergonhadas por não ter todos os dentes e o sorriso se perde em meio a tantos outros esforços para sobreviver.

As condições de saúde, bucal e quaisquer outras, estão intimamente ligadas às condições econômicas de vida, à ausência de moradia, de alimentação e de saneamento básico, entre tantas outras necessidades básicas. “Essa assertiva foi nitidamente comprovada a partir dos dados do último levantamento epidemiológico realizado em 2010” (Silva; Machado; Ferreira, 2015, p. 2543). Além disso, a incidência

da falta de dentes recai mais sobre a população negra, e isso não está relacionado de forma nenhuma à biologia, mas aos acessos dos quais essa população é excluída:

> [...] a influência da raça na decisão de mutilação dentária são exemplos de desigualdades raciais em saúde bucal no Brasil. A raça está associada à dificuldade de acesso aos cuidados de saúde, especialmente à saúde bucal [...] um serviço com custos mais elevados [...] o nível socioeconômico e a renda mensal, para os quais os indivíduos negros são altamente vulneráveis, são fatores determinantes na utilização dos serviços de saúde bucal" (Souza *et al.*, 2022, p. 2, tradução própria).

Além do custo elevado na busca de tratamento, a falta de investimento na educação bucal afeta especialmente a população mais pobre, predominantemente as pessoas negras, por razões econômicas e racistas: "[...] a etnia está inserida em um sistema complexo de indissociabilidade entre as esferas social, política e de saúde, o que demonstra o papel institucional e estrutural do racismo" (Lamenha-Lins, 2020, p. 13). Segundo Lamenha-Lins *et al*. (2022, p. 13), os "[...] mecanismos não-econômicos interconectados podem influenciar na condição de saúde, tais como: distribuição de poder entre grupos sociais, prestígio ou honra, liberdade, circunstâncias de vizinhança e cuidados em saúde".

Os dentes, ou a ausência deles, são uma representação visível da relação direta entre a falta e os sistemas de exclusão. Essa ausência, que à primeira vista pode ser considerada apenas como uma carência individual ou estética, revela um sistema mais profundo de desigualdade estrutural. A precariedade no acesso à saúde bucal atinge principalmente pessoas pobres, negras e em situação de vulnerabilidade.

Segundo Souza *et al*. (2022), existem iniquidades significativas em saúde bucal entre mulheres negras, "as negras apresentam perda 26% maior do que as brancas", expondo como o racismo e a pobreza estruturam o que deveria ser um direito básico. Assim, a falta de dentes não é apenas uma "falta" física, mas um marcador social que denuncia a forma como certos grupos são sistematicamente privados de condições básicas, perpetuando ciclos de exclusão, estigmatização e racismo. A ausência de acessos se mede ainda na falta de alimentação saudável, na insegurança alimentar, mas também na ausência das refeições em família. Além das refeições, também nas brincadeiras, na preferência musical, nos talentos. O pobre não tem direito de brincar, de ter brinquedos, de ter livros.

Sobre os livros, lembro-me de que, quando era muito pequena, não havia nenhum livro em casa e não tínhamos o hábito de ler, meus pais tinham pouco estudo.

Quando passei a estudar e ver os livros nas casas de meus colegas de escola fora da favela, passei a perceber e me inquietar com a quantidade de livros nessas casas, eram prateleiras ou estantes cheias deles. Naquele tempo, a enciclopédia Barsa simbolizava, para mim, uma ostentação intelectual quase inalcançável. Meus pais, com muito esforço, conseguiram comprar um único livro que abarcava variados temas, e eu o transformei em minha relíquia.

Cresci acreditando que os livros, mais do que objetos de conhecimento, são também símbolos de diferenciação entre pobres e ricos. Eles não representavam apenas cultura ou aprendizado, mas também um marcador social: quem os tinha, ostentava poder e acesso ao saber. Essa percepção me marcou profundamente. Talvez por isso eu ame tanto os livros. Amo o cheiro das folhas, o toque do papel. Hoje, com o auxílio do Pró-Livro do meu trabalho, realizei o sonho de ter meu próprio “excesso” de livros. Mais do que símbolos de ostentação, eles são para mim portas para outras viagens, ferramentas para construir meu conhecimento e, acima de tudo, uma realização pessoal.

Figura 2 – Eu na casa dos meus pais aos 17 anos - anos 90.

Arquivo pessoal

Acredito que cada livro lido é um pedaço de mim que se amplia, que cresce. Esse amor pelos livros não é apenas uma paixão; é uma forma de resistência, de transcender as ausências e os limites que um dia me cercaram. No entanto, reconheço que me aproximo mais do privilégio de ser branca e talvez tente de forma (in)consciente me afastar da favela.

Nesse inventário das ausências, o abandono paterno também ocupa um espaço, revelando uma das lacunas a serem debatidas. Eu cresci com a presença afetiva e econômica do meu pai, diferentemente de outras crianças que tiveram realidades distintas da minha: *"seu pai não foi pai"* (TJ, 2016), dizem os registros, ou ainda *"pai não consta"* (CT, 2020).

A ausência paterna se manifesta de diferentes formas: na ausência formal, visível na omissão do nome paterno nos registros civis; na ausência emocional, quando o pai está fisicamente presente, mas distante afetivamente; e na ausência prática, evidenciada na falta de participação nas responsabilidades cotidianas, como a criação dos filhos e a divisão equitativa das tarefas domésticas. No caso de separação ou divórcio, essa ausência frequentemente se intensifica, com muitos pais abandonando o vínculo afetivo e até as obrigações financeiras. Esse vazio paterno não é apenas uma questão individual, mas também estrutural. Em um país marcado por desigualdades, o abandono do pai surge como mais uma ausência, corroborando as vulnerabilidades. Durante meus atendimentos, essa era uma reclamação recorrente, a ausência do pai era considerada um ponto importante nas ações que culminavam em DPF. Mesmo a destituição recaindo sobre os dois, quando o pai aparecia na certidão, no entanto, as exigências recaíam sempre ou mais incisivas sobre as mães.

Ademais, sinto falta também, nesse inventário, da presença de redes de apoio para essas mulheres por parte do Estado, de escola integral para as crianças, de promoção da saúde. É possível verificar ainda falta de investimentos efetivos em esporte e lazer na periferia. E do contato com os animais, do tempo em espaços da natureza, dos espaços verdes, da educação ambiental – coisas que não encontrei durante os atendimentos realizados nas comunidades e nas casas. Que se contabilizem os livros, as brincadeiras, os espaços verdes, os animais, a educação libertadora e crítica, a promoção da saúde, os investimentos na educação, no esporte, no lazer e na cultura. Que se contabilizem os hábitos de leitura, as prateleiras de livros, as brincadeiras de rua:

> As crianças [...] estavam na companhia de outras crianças brincando (jogando bolinha de gude) (SAICA, 2015).
>
> [...] pequeno quintal onde ficam os 2 cachorros da família (SAICA, 2015).

As faltas imputadas às famílias muitas vezes são bem mais exigentes e pouco críticas em relação aos investimentos por parte do Estado. A falta de investimento no capital cultural, a falta de presença efetiva do Estado na promoção de direitos e na prevenção de situações extremas de vulnerabilidade social – em lugar de uma atuação baseada no “remendo”.

Nesse inventário, a lista da falta é sempre maior que a da presença. Além da intencionalidade que permeia esses registros, é importante ainda pensar nas forças que envolvem essa ação e a que ordem político-social estão servindo. Sob o pretexto de proteção, o Estado, em sua função reguladora, utiliza esses registros para reforçar um sistema econômico consolidado, que, em última análise, é o próprio gerador dessas ausências. O Estado acaba por reforçar um modelo de capital que marginaliza intencionalmente a população, afastando-a dos bens de produção e gerando vulnerabilidades. O sistema é, paradoxalmente, o mesmo que cria as ausências que depois são inventariadas pelos próprios agentes de Estado. Além de perpetuar o racismo e a exclusão dos pobres e a expulsão para territórios sem infraestrutura.

2.1 Raízes da exclusão social no Brasil: intersecções entre racismo estrutural e dívida histórica

Quadro 22 – O território
“Área de invasão reside há 05 anos” (SAICA, 2019);
“De difícil acesso [...], as ruas são de terra e na ocasião da visita, estava em péssimas condições para trânsito. A localização da residência dificulta o acesso aos serviços públicos básicos como escola, posto de saúde, pois não dispõe de transporte público nas proximidades” (TJ, 2019);
“Está localizada em viela no interior da Comunidade [...], sendo construída em terreno de invasão da Prefeitura” (TJ, 2016);
“É um bairro devidamente urbanizado e com os serviços de educação, saúde, transporte e outros que atendem as necessidades da família” (TJ, 2017);
“A casa fica em bairro sem infraestrutura, sendo esgoto e energia elétrica em condições precárias e a rua não é asfaltada” (SAICA, 2015);
“A moradia está localizada em avenida pavimentada e ampla, onde existem pontos de comércio, hospitais, equipamentos públicos de saúde e educação, linhas de transporte coletivo, empresas para colocação de trabalho, além de outros benefícios acessíveis aos moradores” (TJ, 2016);

> “a energia elétrica não está sendo paga por nenhum morador daquela vizinhança, sendo usada de forma clandestina” (TJ, 2016);
>
> “O grupo reside em uma área de invasão, em um barraco de madeira” (TJ, 2017);
>
> “Trata de residência cedida há 06 anos, construção de alvenaria e não possui saneamento básico” (SAICA, 2019);
>
> “A comunidade [...] Possui, nas proximidades, pouca opção de transporte coletivo. Os recursos educacionais, de saúde e de lazer ficam mais afastados, e o abastecimento de energia elétrica, água e rede de esgoto são obtidos de forma clandestina” (TJ, 2016);
>
> “O acesso à moradia é feito através de uma viela não pavimentada, iniciada na rua da [...], e que se estende por várias quadras adentrando a comunidade, que é formada em extensa área invadida, cuja ocupação continua em larga expansão, havendo dezenas de barracos novos, de madeira, sendo construídos atualmente” (TJ, 2016).

Este capítulo também busca abordar a complexa relação entre territórios e desigualdade social, um tema amplamente explorado na história, na arquitetura, na sociologia, na antropologia (Singer, 1995; Bonduki, 2017; Santos, 2009; Kowarick, 2000; Berth, 2023; Diniz, 2023; Adão, 2023; Fernandes, 2007; Carvalho, 2016; Matos, 1955; Villaça, 2011; Saule Júnior; Cardoso, 2005), procurando acrescentar uma reflexão a partir de uma vivência pessoal, enquanto favelada, oferecendo uma visão mais intimista sobre como o território se entrelaça com as dinâmicas de exclusão e marginalização. A pesquisa se enriquece ainda mais ao apresentar uma discussão inédita sobre as fontes sigilosas dos processos judiciais nas Varas da Infância e da Juventude da capital paulista[37] , em interlocução com os registros dos processos sobre esses territórios periféricos.

Dessa forma, a pesquisa preenche uma lacuna ao combinar a experiência cotidiana com dados processuais, oferecendo uma nova leitura sobre a influência do território na vida dos mais vulneráveis, além de adentrar um tema muito importante e pouco debatido sobre a questão do racismo territorial combinada com os processos de acolhimento e DPF, o que torna parte desta pesquisa inédita. A exclusão do território, já debatida, somada às fontes dos processos e à questão racial tornam o debate muito relevante. Falar de racismo ambiental, assunto que tem encontrado

[37] Em sua tese de doutorado intitulada “O posicionamento ético-político de assistentes sociais sobre o direito à maternidade de mulheres em situação de rua”, defendida no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 2023, Luiza Aparecida de Barros apresentou fontes sigilosas das Varas da Infância e Juventude para analisar documentos produzidos por assistentes sociais nos processos judiciais relacionados ao direito à maternidade de mulheres em situação de rua. Embora sua pesquisa também tenha recorrido a essas fontes, o foco de Barros difere do meu.

material amplo[38] para discussão com os registros dos processos judiciais sigilosos, é uma oportunidade de publicizar e trazer para o debate um outro elemento:

> [...] os territórios brasileiros sobretudo aqueles que abrigam as populações indígenas, quilombolas, negras, periféricas e pobres, são permeados pelas rugosidades do racismo como nódoa do tempo, mas que se atualiza e se refaz, de modo sempre presente, haja vista que não é um elemento preso ao passado, mas um fenômeno da violência de uma sociedade racializada, que impregna de modo estrutural a sociedade brasileira (Diniz, 2023, p. 60).

Outro ponto, são os investimentos do Estado, frequentemente marcados pela homogeneização das políticas públicas para pobres em serviços essenciais como moradia, educação, saúde e saneamento básico, desempenham um papel fundamental na perpetuação das desigualdades raciais. Ao tratar de maneira uniforme e ignorar as especificidades históricas e sociais das populações negras, essas políticas reforçam um sistema de exclusão que se materializa em condições de vida precárias nas periferias urbanas, um “evidente processo de fratura das relações sociais, ao não proporcionarem serviços de políticas públicas e sociais em alguns espaços da cidade” (Diniz, 2023, p. 71).

O resultado dessas políticas não é apenas a marginalização social e econômica, mas também a consolidação de um sistema estrutural de racismo, no qual as condições de vulnerabilidade são racialmente determinadas. Nesse contexto, a ausência de políticas públicas adequadas, sensíveis às realidades das comunidades negras, gera um ciclo contínuo de exclusão, refletido em todos os aspectos da vida cotidiana, desde o acesso à moradia até o atendimento no sistema de saúde, em que a “função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado” (Mbembe, 2020, p. 18).

Ainda, a construção social da raça passou por um processo complexo, consolidando-se como um dos principais instrumentos de dominação social. Ao longo da história, a noção de raça foi entrelaçada com outras categorias igualmente universais e antigas, como o gênero, criando uma hierarquização que atravessa diversas dimensões da vida humana. A partir da associação dos traços fenotípicos a questões de ordem cultural, mental e sexual, a raça se tornou um critério fundamental na distribuição desigual da população em níveis sociais, espaços geográficos e papéis dentro das estruturas de poder.

---

[38] Para saber mais sobre o assunto, cf.: INESC, 6 mar. 2024; EcoDebate, 11 mai. 2023; Gov.br, 16 jan. 2024.

Como afirma Quijano (2005, p. 230), “a raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade”, consolidando-se como o modo básico de classificação social universal. Esse fenômeno define as condições de vida das populações marginalizadas, assim como sustenta uma lógica global de opressão que se reflete em diversas formas de exclusão.

Segato (2014, p. 361) destaca que, no atual cenário bélico, esses corpos vulneráveis não estão sendo forçados à entrega de um serviço específico. Pelo contrário, eles se tornam alvo de uma estratégia mais ampla: uma “pedagogia da crueldade”, que orienta toda a estrutura de poder. Esse conceito reflete como as populações marginalizadas, especialmente as de classe baixa e as comunidades negras, são continuamente submetidas a práticas de violência simbólica e física que reforçam sua subordinação social.

A violência, nesse contexto, não é apenas uma forma de controle, mas uma metodologia de opressão que atravessa várias esferas da vida social, solidificando uma estrutura de poder desigual e excludente. “[...] o racismo é elemento ativo e sagaz, que mobilizou as relações econômicas, os modos de ser, sentir, produzir; o que tangenciar e atualiza a cultura violenta, arbitrária, que autoriza, em seu cotidiano, a barbárie” (Diniz, 2023, p. 58). Como observa Berth (2023, p. 48): “A pedagogia da crueldade atua como facilitadora de situações em que a violência imposta pode até indignar, mas acaba por normalizar quando o estigma territorial toma a centralidade.” Esse processo de normalização se alinha ao que foi discutido anteriormente sobre a violência simbólica e física imposta às populações marginalizadas.

Quando o território estigmatizado se torna o centro das práticas de exclusão, a violência, embora visivelmente revoltante, é gradualmente internalizada e legitimada, sendo vista como algo esperado e natural no cotidiano dessas comunidades. Esse fenômeno reforça a estrutura de poder desigual, dificultando a contestação da crueldade e da opressão, pois elas se tornam parte integrante da lógica social vigente.

Conforme aponta Berth (2023, p. 49), nesse contexto, “paralisamos nossa empatia e mecanizamos nossas relações”. Esse processo de desumanização, alimentado pela normalização da violência e da exclusão, aliado ao território, impede a ascensão social de uma parcela da população já desumanizada pelo racismo. Ao se desconectar emocionalmente das realidades vividas pelos marginalizados, a

sociedade favorece a perpetuação das desigualdades, tornando as relações sociais mais mecanizadas e desprovidas de compaixão. Essa paralisia empática alimenta o ciclo de opressão, mantendo os mais vulneráveis em situações de subordinação e conservando a estrutura de poder desigual que define a dinâmica territorial e social das periferias.

A gentrificação (cf. Siqueira, 2014), por outro lado, reforça o fenômeno caracterizado pela melhoria de bairros, que, paradoxalmente, eleva o custo de vida, tornando-se um mecanismo eficaz de expulsão das populações mais pobres, predominantemente negras e periféricas. Esse processo, ao lado das dinâmicas urbanísticas dominantes, revela a complexa relação entre urbanismo e racismo, em que a busca de “melhorias” nos espaços urbanos resulta na elitização dos territórios. Muitas vezes disfarçado de *progresso,* esse movimento promove o *branqueamento* das áreas, criando um ambiente hostil e inacessível para os não brancos. A perspectiva do urbanismo, nesse contexto, não se limita à reorganização do espaço, mas reflete a perpetuação de uma estrutura social que visa excluir e deslocar as populações negras, desconsiderando suas histórias, identidades e necessidades.

A elitização dos espaços urbanos, portanto, configura-se como mais uma ferramenta do racismo estrutural, utilizando o território como meio de consolidar a exclusão e a desigualdade racial. Nesse sentido,

> Não adianta falarmos de segregação racial e de segregação urbana em São Paulo sem entender o contexto que fez com que isso fosse possível, sem entender essas políticas racistas e como essas elites historicamente vão criando mecanismos para se proteger e para precarizar a vida da população negra e da população pobre (Adão, 2023, p. 84).

As condições precárias de moradia e a exclusão social que marcam a vida de muitas famílias não são fenômenos recentes ou pontuais, têm raízes profundas na história brasileira. A Lei de Terras de 1850, por exemplo, foi um marco na institucionalização da exclusão ao transformar a terra em mercadoria, acessível apenas por meio da compra. Essa medida consolidou a desigualdade no acesso à terra, excluindo a maior parte da população, especialmente os ex-escravizados e trabalhadores rurais, de qualquer possibilidade de posse legítima.

A Lei de Terras de 1850 (Lei n.º 601 de 1850) foi um divisor de águas na organização da propriedade no Brasil, transformando a terra em mercadoria e ratificando a concentração fundiária. Até então, as terras eram distribuídas pelo rei, e

ocupações informais eram comuns. Com a independência do país, em 1822, tornou-se urgente regulamentar a posse de terras, e a Lei de Terras, assinada por Dom Pedro II, foi a primeira tentativa de regulamentar essa questão. A lei estabelecia que terras não ocupadas seriam do Estado e só poderiam ser adquiridas por meio de compra, encerrando o sistema de sesmarias. Contudo, em vez de democratizar o acesso à terra, a lei favoreceu grandes proprietários com dinheiro suficiente para adquirir terras e excluiu da compra qualquer pessoa com pouco poder econômico. Com o fim da escravidão se aproximando, a elite agrária viu na Lei de Terras uma oportunidade de garantir uma força de trabalho barata, impedindo que ex-escravizados e imigrantes pobres tivessem acesso à terra e forçando-os a trabalhar como mão de obra assalariada nos latifúndios.

Como destaca Carvalho (2016), muitos ex-escravizados, desamparados pela falta de políticas de inclusão, migraram para as cidades ou retornaram às fazendas em condições precárias, o que contribuiu para o crescimento e a pauperização da população e a ausência de moradia de forma democrática. A população negra, historicamente excluída da posse de terras, foi empurrada para regiões sem infraestrutura, como morros e áreas de mananciais. Essa realidade perpetua desigualdades, criando um abismo entre as áreas urbanas com infraestrutura e as periferias, onde falta tudo: serviços de saúde, educação, transporte, saneamento básico e lazer. A Lei de Terras consolidou essas desigualdades, ao impedir que as populações negras e pobres tivessem acesso à terra, corroborando a exclusão social e econômica.

A especulação imobiliária e a segregação social tornaram-se características estruturais de cidades brasileiras como São Paulo. O crescimento sem planejamento reflete essa exclusão, resultado direto da concentração de terras e da falta de políticas públicas inclusivas. No campo habitacional, o Brasil começou a alinhar suas políticas aos tratados internacionais apenas nos anos 2000. Durante o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, o Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257, 2001) priorizou a função social da propriedade. Nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, o direito à moradia ganhou mais força, com a criação do Ministério das Cidades (2003) e do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), em 2005. Foi nesse período que o conceito de “moradia digna” passou a ser discutido de forma mais consistente no Brasil.

Apesar disso, o problema habitacional no país é profundo e historicamente enraizado na injustiça racial e nas consequências de mais de 300 anos de escravidão. Mesmo após a abolição, em 1888, ex-escravizados foram abandonados à própria sorte, sem acesso à terra, à moradia ou a oportunidades de trabalho e renda. Ademais, em 2018, a ONU estimou que 33 milhões de brasileiros viviam sem uma moradia adequada e 8 milhões estavam em áreas de risco (ver Silva, 22 out. 2021). A luta por moradia digna, portanto, é também uma questão de reparação histórica, essencial para corrigir as injustiças de um passado sustentado no racismo.

Além disso, a exclusão territorial, as disparidades no acesso a bens e serviços públicos e a sobrecarga das periferias são reflexos da persistência das desigualdades no Brasil. Embora a Constituição de 1988 tenha trazido avanços, como a função social da terra e a possibilidade de desapropriação para reforma agrária, o legado da Lei de Terras de 1850 ainda molda as disputas agrárias e a exclusão fundiária no país. Moradia digna vai muito além de um teto: é um direito que assegura acesso a educação, saúde, trabalho e uma vida com dignidade, mas ainda assim não exclui o racismo sistemático na sociedade brasileira.

2.1.1 Industrialização e urbanização no Brasil: saúde pública e racismo

A Revolução Industrial, que começou no final do século XVIII na Europa, levou a uma rápida transformação de economias predominantemente agrícolas para economias industrializadas. No Brasil, esse processo começou mais tarde, entre o final do século XIX e o início do XX, quando foram criadas as primeiras fábricas, especialmente nos setores têxtil e de suprimentos, nos quais se concentrou.

Com o crescimento da indústria, as cidades brasileiras passaram por um processo acelerado de urbanização. Isso resultou no crescimento de centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, que atraíam trabalhadores em busca de oportunidades na nova economia industrial. Segundo Gonzalez (2020, p. 57), a partir de 1950, houve desenvolvimento e ampliação de diversos setores e o declínio da indústria têxtil, com fechamento de fábricas, ao lado de uma crescente urbanização, fazendo com que a mulher negra perdesse sua colocação como operária. Apesar da

migração para outros setores, essa mulher era desfavorecida pelo processo racial, que buscava a operária branca ou “morena”[39].

Além disso, a rápida urbanização trouxe problemas como a escassez de moradias adequadas e a infraestrutura deficiente, resultando em condições de vida precárias para muitos habitantes urbanos, entre eles a mulher negra, que encontrava dificuldade para encontrar colocação, já que era barrada do direito de acesso à educação. Como consequência, “a população de cor se situa majoritariamente nos níveis mais baixos” (Gonzalez, 2020, p. 28).

As áreas de habitação populares frequentemente careciam de serviços básicos, como saneamento e abastecimento de água, contribuindo para o problema. Os baixos salários e a falta de estrutura urbana levaram à formação de bairros densamente povoados e insalubres. Essas condições precárias eram terrenos férteis para a propagação de doenças e pragas urbanas, que se tornaram comuns nas cidades. Em resposta a essas crises sanitárias e ao crescimento descontrolado das cidades, surgiu no Brasil o movimento higienista, que começou a se fazer presente no mesmo intervalo de tempo em que aconteciam os primeiros passos da industrialização, propondo a “defesa da saúde e da educação pública e o ensino de novos hábitos higiênicos pela medicina social”[40].

O Pensamento médico, originado na Europa, manteve-se pelo mundo ocidental e teve um grande impacto na forma como as cidades passaram a ser organizadas. A intervenção urbana mais significativa foi a realizada em Paris, sob a direção do Barão Haussmann, entre 1853 e 1869. Esse modelo de urbanização influenciou outras cidades europeias e serviu de inspiração para o prefeito Francisco Pereira Passos, que iniciou a transformação do Rio de Janeiro em 1904. Segundo Silva (2019), a Reforma Urbana de Pereira Passos foi inspirada no modelo de Paris, buscando transformar o Rio de Janeiro em uma cidade moderna e civilizada, em disputa simbólica com Buenos Aires. As remodelações urbanas alteraram drasticamente a organização da cidade, promovendo mudanças nos modos de vida, lazer e economia da população. A autora destaca que a Reforma Urbana de Pereira Passos foi marcada por decretos que impunham uma civilidade burguesa europeia, alterando os modos de vida, lazer e economia da população. Em seu estudo, Silva

[39] Sobre a revolução industrial e o desenvolvimento urbano, ver: Hobsbawm, 1995; 2002.
[40] Sobre higienismo ver: Farias Filho; Alvim, 2022; Góis Júnior, 2007; Abreu Júnior; Carvalho, 2012; Costa, 2013.

(2019) cita Del Brenna (1985), Azevedo (2003, 1998), Freire (1993), Pereira (1992) e Benchimol (1992) como referências essenciais para compreender as transformações urbanas nesse período.

Esse movimento emerge em um contexto de intensas mudanças urbanas e sociais e baseia-se em uma das correntes mais antigas da medicina, a teoria dos miasmas, que associava as epidemias a certas impurezas existentes no ar. Supunha-se que os miasmas se originavam a partir de exalações de pessoas e animais doentes, emanações dos pântanos, dejetos e substâncias em decomposição e que, portanto, sua presença podia ser detectada através do mau cheiro. Acreditava-se que, ao impedir a propagação de maus odores, seria possível prevenir ou evitar a propagação de doenças infecciosas. Curiosamente, essa teoria “não científica”, que se tornou especialmente popular no século XVIII e início do século XIX, foi responsável pelo surgimento do movimento higienista de então[41].

Durante esse período, ocorreram diversos surtos epidêmicos de doenças como febre amarela, tifo, varíola e tuberculose, causando muitas mortes, especialmente em centros urbanos que enfrentavam condições precárias de saneamento e infraestrutura. Essas epidemias despertaram um crescente interesse e preocupação entre médicos, sanitaristas e outros profissionais da saúde, que buscavam a melhoria das condições de saúde e de vida da população, justificando com esse discurso um conjunto de ações tomadas. Cabe observar que uma parcela específica da população foi o alvo principal desse movimento: a população pobre dos cortiços e de moradias precárias. Essas intervenções buscavam “limpar” as cidades, muitas vezes de maneira autoritária e excludente. Essa mesma população, alvo dos higienistas, é aquela que foi afastada da “cidade limpa” e direcionada para áreas ainda mais distantes dos grandes centros.

No Brasil, as medidas de políticas públicas também removeram os pobres e marginalizados das áreas centrais, em um movimento que, embora visasse a melhoria das condições de vida, também refletia preconceitos sociais e raciais, perpetuando a marginalização de determinada população. Durante o período imperial, o conceito de higienismo urbano foi apresentado como uma solução para os desafios sociais enfrentados, especialmente no Rio de Janeiro do século XIX. A cidade era frequentemente assolada por epidemias de cólera, varíola e febre amarela, em

[41] Para melhor entendimento ler: Luengo, 2010.

especial durante os meses de verão, devido às condições precárias de saneamento, e a elite, incluindo a família imperial, muitas vezes deixava a cidade para escapar de doenças.

No entanto, as abordagens propostas pelo governo imperial para enfrentar essas crises foram descritas como medidas autoritárias e repressivas, em lugar dos investimentos significativos em saneamento básico que se faziam necessários. Os médicos, frequentemente chamados de sanitaristas e higienistas, desempenharam um papel fundamental na identificação dos problemas e na formulação de soluções. Suas recomendações, entretanto, muitas vezes ultrapassaram os limites da medicina, assumindo uma dimensão social e moral, com foco na vigilância dos comportamentos individuais.

A ideia de “limpeza” dos ambientes era defendida como solução para os problemas de saúde pública, ainda que isso resultasse em medidas repressivas contra a população mais pobre. A criação da Junta Central de Higiene e as regulamentações da Câmara Municipal da Corte[42] visavam mais o controle das populações do que a melhoria de suas condições de vida. Propostas como o registro de hóspedes em habitações coletivas e visitas periódicas às moradias refletem o desejo de controlar a mobilidade da população e restringir a presença de estrangeiros e pessoas consideradas *suspeitas*, revelando as preocupações da elite brasileira com a chamada classe *perigosa*, vista como uma ameaça tanto à ordem quanto à saúde públicas. Essa abordagem de higienização urbana estava impregnada de preconceitos sociais e morais, tratando de questões sociais complexas como problemas puramente sanitários.

Após a abolição, muitos ex-escravizados continuaram a viver em condições precárias, sem acesso adequado a água potável e saneamento. Esse cenário contribuiu para fortalecer o imaginário preconceituoso que marginaliza essas populações. As mulheres negras, em particular, prosseguiram na ocupação de posições subordinadas, muitas vezes trabalhando como empregadas domésticas em lares de famílias brancas, uma realidade que persiste até hoje, com as mulheres negras constituindo a maioria na força de trabalho doméstico.

A abolição da escravidão no Brasil não resultou imediatamente em igualdade e inclusão social para os ex-escravizados. Embora o sistema escravista tenha sido

[42] Ler sobre em “Dicionário da Administração Pública Brasileira do Período Imperial” (s/d).

oficialmente encerrado, a realidade para os ex-escravizados foi marcada por restrições e negligências que perpetuaram sua marginalização. As políticas e medidas adotadas após o fim da escravidão reforçaram barreiras socioeconômicas, em vez de promover a integração dos ex-escravizados na sociedade. A persistência dessas desigualdades demonstra que a abolição formal não foi acompanhada de esforços efetivos para garantir a inclusão e o acesso equitativo aos bens sociais, “o racismo estrutural está na base, na formação do nosso país, o que faz com que as pessoas negras e não negras tenham experiências e oportunidades diferentes” (Adão, 2023, p. 79). As consequências dessas práticas discriminatórias ainda são visíveis na sociedade contemporânea, refletindo as desigualdades estruturais estabelecidas no pós-abolição, que continuam a impactar as oportunidades e a qualidade de vida dos descendentes dos ex-escravizados.

2.1.2 A cidade que se queria pura: São Paulo desejou o higienismo e alcançou a eugenia

A Segunda Revolução Industrial (1850-1870), embora tenha impulsionado a urbanização nas cidades europeias, também gerou crises que resultaram no crescimento populacional e em precárias condições de trabalho, alimentação e moradia, levando muitos europeus a migrarem para a América em busca de melhores oportunidades. Um desses destinos foi o Brasil, cujo sistema escravocrata estava em declínio, entrando em crise definitiva na década de 1880, de forma que a elite rural passou a adotar a mão de obra imigrante europeia nos campos.

Nesse contexto, foi criada em 1885 a Sociedade Promotora de Imigração (Petri, 2010), um projeto organizado pela elite cafeicultora brasileira com o objetivo de incentivar a imigração estrangeira em larga escala para o estado de São Paulo. Uma estratégia adotada por esse projeto foi a predisposição em receber famílias inteiras, incluindo idosos e recém-nascidos, como forma de competir com países vizinhos, como a Argentina, que priorizavam a contratação de imigrantes solteiros. Essa medida buscava evitar a itinerância dos imigrantes e desestimular o retorno à Europa por razões afetivas. Como resultado, o projeto foi responsável pela vinda de mais de 250.000 imigrantes, especialmente do Norte da Itália.

Com uma economia em constante crescimento, o estado de São Paulo passou a intensificar os investimentos na indústria, especialmente no setor têxtil, que também absorvia a mão de obra imigrante. Muitos imigrantes que estavam insatisfeitos com as duras condições de trabalho nas fazendas migraram para a capital, onde encontraram oportunidades de emprego no nascente complexo industrial, diferentemente dos ex-escravizados, em um fluxo migratório que resultou em um aumento populacional e contribuiu para a dinamização da cidade. As prosperidades geradas pelo café também impulsionaram o crescimento dos negócios em São Paulo, uma vez que muitos fazendeiros começaram a investir em setores como bancos e comércio.

> [...] ao findar o século XIX, pôde São Paulo apresentar índices expressivos de um progresso ininterrupto: 3.375 km. de vias-férreas, mais de meio bilhão de cafeeiros e uma população de quase 2.300.000 habitantes, em todo o Estado. E a capital paulista, que apenas contava com 31.000 habitantes em 1872 e ocupava o modesto posto de décima primeira cidade brasileira, passou a ter uma população de quase 240.000, no ano de 1900 (Matos, 1955, p. 105).

Esses fatores foram determinantes para o desenvolvimento urbano e econômico de São Paulo, consolidando sua posição como uma das cidades mais importantes do Brasil. No início do século XX, a capital emergia como uma cidade dinâmica e propícia para diversos tipos de negócios. Assim como o Rio de Janeiro, a capital paulista também havia entrado na sua *Belle Époque*, com a elite buscando consolidar a *modernização* da cidade segundo os moldes europeus, ansiando por se aproximar dos símbolos de "*civilização e sofisticação*". O processo de transformação urbana tinha como objetivo exteriorizar a riqueza conquistada com a economia cafeeira. Novos edifícios passaram a destacar-se pela cidade, e muitos proprietários de terras, enriquecidos com a expansão da lavoura cafeeira, consolidaram suas residências na capital.

A urbanização e o movimento higienista em São Paulo foram processos interligados e centrais na transformação da cidade, especialmente no final do século XIX e início do século XX[43]. À medida que São Paulo crescia, impulsionada pela imigração, pela industrialização e pela expansão do comércio de café, surgiram novos desafios relacionados à infraestrutura, à moradia e à saúde pública. E a população

[43] Para maior entendimento do tema ler: Oliveira Sobrinho, 2013.

negra não encontrava espaço nas indústrias, os empregos eram dados aos filhos dos imigrantes, já os negros “[...] tiveram que enfrentar duras lutas no pós-Abolição para conseguirem desempenhar funções que, de partida, não eram negadas aos imigrantes europeus, seus descendentes e brancos em geral” (Rocha, 2018, p. 231).

Nesse contexto, o movimento higienista, influenciado pelas ideias europeias de saneamento e saúde, procurava *modernizar* a cidade. Esse movimento tinha como objetivo principal controlar epidemias de doenças como febre amarela, cólera e varíola, que eram comuns em áreas densamente povoadas e mal estruturadas, como cortiços e bairros periféricos. Os higienistas acreditavam que a *limpeza e a organização urbana* eram essenciais para o *progresso da cidade*, promovendo uma série de reformas urbanas que incluíam a construção de redes de esgoto, abastecimento de água potável, pavimentação de ruas, ampliação dos serviços de saúde e afastamento dos pobres das regiões *higienizadas*[44].

Essas intervenções, embora apresentadas como *avanços* para a saúde pública e o bem-estar geral, tinham também um caráter disciplinador, pois buscavam moldar os hábitos e o comportamento das camadas populares, consideradas “desorganizadas” e “perigosas” pelos padrões das elites da época. Essas reformas, portanto, não beneficiaram igualmente todos os grupos sociais. Para abrir espaço às “novas” cidades higienizadas, bairros populares e cortiços foram demolidos, resultando na expulsão de moradores pobres para regiões periféricas, distantes dos centros econômicos e culturais. Nesse processo, a limpeza urbana tornou-se também uma estratégia de segregação, na qual o discurso sanitário serviu para justificar a exclusão e o controle das classes trabalhadoras.

A política dos governadores de estados da federação, renovada no Brasil durante a Primeira República, não beneficiou igualmente todos os estados, privilegiando, em lugar disso, os mais fortes em influência e poder econômico na tomada de decisões no Congresso Nacional. O estado de São Paulo, por essas razões, foi o maior beneficiado pelas políticas de Campos Sales. Segundo Needell (1993), os fazendeiros paulistas viram na República uma oportunidade de redistribuição de poder mais alinhada a seus interesses regionais. Essa elite rural defendia uma federação descentralizada, onde cada estado poderia usufruir da receita

[44] Leia: Maestrini, 2010.

que gerava e ser governado por representantes eleitos localmente, refletindo os interesses da elite regional.

A elite paulistana, ao consolidar suas residências em novos bairros urbanos, estava cada vez mais preocupada com a *ordem e a higiene* dos espaços públicos. “É preciso ‘limpar a cidade de sua sujeira’” (Kowarick, 2000, p. 47). Os moradores que viviam próximo a rios e valas de esgoto eram obrigados a manter esses locais limpos, enquanto o despejo de águas sujas nas ruas era proibido, sob pena de multa. Para garantir o cumprimento dessas regras, fiscais tinham autoridade para operar vistorias nas propriedades, e qualquer denúncia de vizinhos sobre “miasmas” ou odores suspeitos era suficiente para acionar as autoridades.

No Código de Posturas da Câmara Municipal da Imperial Cidade de S. Paulo, publicado em 1875, o título V, intitulado “Da Higiene e Salubridade Pública”, estabelecia normas para garantir a limpeza e a higiene nos espaços urbanos. As regras destacadas a seguir, as três primeiras de uma lista que se estende até o artigo 97, fazem parte de um conjunto de regulamentações implementadas em São Paulo no momento em que o movimento higienista estava em alta:

> Art. 74. - Os moradores ou proprietarios e os confinantes dos pre-dios por onde passarem rios ou vallas de esgoto, deveráõ conserval-os sempre limpos e desembaraçados, não podendo servir-se delles para des-pejo ou servidão de qualquer natureza. O infractor soffrerá a multa de 30$000.
> Art. 75. - Nenhum proprietario ou inquilino poderá ter canos que despejem na rua aguas servidas ou quaesquer immundicias. O infractor soffrerá 10$000 de multa.
> Art. 76. - Quando chegar ao conhecimento do Fiscal que, dentro de alguma casa ou quintal, existem objectos em estado tal, que possão prejudicar a saude publica, pedirá licença pfira inspeccionar, e, se porven-tura o Fiscal reconhecer a veracidade do facto, intimará o morador ou proprietário para, dentro de 24 horas, removel-os. Caso a inspecção seja negada por má vontade, o Fiscal procurará o auxilio da autoridade poli-cial, afim de proceder á vistoria.
> O morador ou proprietario, em cuja casa se verificar a existencia de taes objectos, soffrerá a multa de 30$000.
> § Unico. - Qualquer vizinho que fôr incommodado pelas exhalações nocivas de taes objectos e immundicias, dará parte ao Fiscal, facilitando-lhe os exames necessarios para melhor attender á sua reclamação (São Paulo, 1875).

A ideia de modernização das cidades era acompanhada de uma política higienista, sob o discurso de prevenir doenças e controlar a saúde pública por meio de regras de saneamento e higiene, especialmente nas áreas urbanas. Concomitantemente, o “espetáculo da pobreza” em grandes metrópoles ajuda a compreender como a pobreza urbana vai acontecendo ao passo que o sistema

econômico capitalista industrializa e estigmatiza a população que ocupa esses espaços sem maiores opções de mobilidade social. Os agentes do Estado, sob a lógica do capitalismo e imbuídos de um micropoder, são usados na “intenção de controle dessa presença desconcertante” (Bresciani, 2013, p. 09).

Essas regras, entretanto, representam em igual medida o controle e a disciplina sobre uma parcela da população – a mais pobre, que habitava áreas com condições insalubres e não possuía recursos para acessar melhores condições de moradia. Essa fiscalização não se limitou à preocupação com a saúde pública; ela refletiu o desejo da elite de controlar os corpos e os hábitos dos mais pobres, que eram vistos como um risco para a ordem urbana (Benchimol, 2001).

A cidade de São Paulo, foco central desta pesquisa, tem uma relação profunda com os movimentos higienista e eugenista, que foram influenciados diretamente por modelos europeus e norte-americanos de uma certa ideia de modernização e suposto progresso. Essas influências refletem o desejo de transformar a cidade, adotando padrões urbanos e sociais vistos como civilizados, o que foi levado adiante por políticas de controle social inspiradas nas práticas higienistas. O higienismo, com sua ênfase na limpeza e na saúde pública, e a eugenia, com seu foco na purificação racial, ajudaram a consolidar um imaginário que associava a cor negra à sujeira e ao perigo.

2.1.3 Da insegurança do aluguel à ocupação: moradia como direito e reparação histórica

Quadro 23 – Ausência de moradia digna
“residência alugada” (SAICA, 2018);
“reside em área de invasão” (TJ, 2017);
“moradia própria, deixada de herança pela família” (TJ, 2016);
“casa cedida” (SAICA, 2019);
“andar térreo, cedido” (TJ, 2019);
“informou que ocupou o terreno alguns anos atrás, construiu a casa, posteriormente o proprietário apareceu, negociou, conseguiu ficar no imóvel, porém o terreno está à venda, disse que existe a promessa por parte do proprietário de providenciar outro imóvel para família” (TJ, 2019);

“residência é própria e cedida pelo genitor” (TJ, 2017);
“No terreno da residência, há mais casas de familiares” (TJ, 2017);
“quintal com várias moradias individuais, no pavimento térreo e pavimento superior” (TJ, 2016);
“o lar que está configurado em um cômodo [...] informa que a casa é própria” (TJ, 2018);
“A residência é composta por 1 cômodo [...] área de evasão, reside há 05 anos” (SAICA, 2019);
“aluguel em 01 cômodo e banheiro” (CRAS, 2020);
“imóvel alugado” (SAICA, 2020);
“a residência que possui um cômodo com banheiro, onde a Sra. [...] reside com seus cinco filhos” (NPJ, 2019);
“reside com a filha [...] em imóvel locado” (TJ, 2017);
“alugou uma moradia em uma comunidade” (SAICA, 2019);
“relatou que o imóvel é próprio” (SAICA, 2020);
“Atualmente a mesma reside na casa de sua mãe” (UBS, 2020);
“no terreno onde reside tem duas casas” (SAICA, 2018);
“reside em imóvel alugado” (SASF, 2019);
“morar de favor no quintal de seu pai, alega que a casa é muito pequena com apenas 02 cômodos” (SAICA, 2017);
“Edificação sem condições de estabilidade e/ou com perigo de ruir” (Defesa Civil, 2018);
“a residência é de alvenaria” (SAICA, 2018);
“barraco de madeira” (TJ, 2017);
“condições precárias de infraestrutura” (TJ, 2017);
“construção de alvenaria” (SAICA, 2019);
“Reside em imóvel de alvenaria” (TJ, 2016);
“toda a casa tem paredes de madeirite e teto de telha de fibrocimento” (SAICA, 2015);
“A casa é construída em alvenaria” (TJ, 2016);
“risco de desabamento do imóvel” (UBS, 2019).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, junto com os Pactos Internacionais de 1966 sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e sobre Direitos Civis e Políticos, formam a Carta Internacional dos Direitos Humanos, que fundamenta diversas convenções e princípios da ONU. Esses documentos reconhecem o direito à moradia adequada, como afirmado no Artigo XXV da Declaração Universal, que garante a todos um padrão de vida que assegure saúde, bem-estar, alimentação, vestuário e moradia (ONU, 1948). O Pacto Internacional de 1966, incorporado no Brasil pelo Decreto n.º 591 de 1992, também reforça essa necessidade (Brasil, 1992).

A Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem, de 1948, complementa essa ideia, garantindo o direito a uma moradia que proteja a saúde de todos (OEA, 1948).

O direito à moradia digna é essencial para garantir a dignidade humana; e o acesso a outros direitos fundamentais, como água potável e saneamento, está diretamente ligado à qualidade da habitação. A ideia de uma moradia digna é central na pesquisa. A maior parte das fontes consultadas e também daquelas citadas na lista que inicia este tópico mostra todas as carências para se obter a referida moradia digna. As fontes demonstram que a ausência de moradia digna dessa população é um problema que persiste ao longo da história.

Os governos têm o dever de assegurar esse direito, não apenas alocando recursos, mas também criando leis e políticas eficazes. O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos estabelece que os Estados devem utilizar todos os recursos disponíveis para garantir o pleno exercício desses direitos, por meio de medidas legislativas e outras ações (ONU, 1966). Para que uma moradia seja considerada digna, é necessário atender aos elementos definidos no Comentário Geral n.º 4 da ONU, que incluem segurança da posse, disponibilidade de serviços, habitabilidade, acessibilidade, localização e adequação cultural. A falta de qualquer um desses critérios pode ser vista como uma violação dos direitos humanos.

Leis brasileiras como o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) e a Lei n.º 11.481 regulam o uso da propriedade urbana e promovem a regularização fundiária. Em 2005, a Lei n.º 11.124 criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), voltados para apoiar a população de baixa renda. A Lei n.º 11.124 criou o Plano Nacional de Habitação (PlanHab) e, em 2009, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) foi lançado como resposta à crise econômica de 2008. Focado especialmente nas famílias com renda de zero a três salários mínimos, o programa oferecia subsídios e condições facilitadas para a aquisição de moradias, inicialmente priorizando o estímulo econômico e, a partir de 2011, ampliando suas metas. Contudo, cabe observar que muitas construções ocorreram nas periferias, onde a infraestrutura ainda era precária.

As questões urbanas são reflexo direto da desigualdade social que atravessa a sociedade: a segregação empurra as populações negras e pobres para as periferias, onde a infraestrutura básica, o saneamento e os serviços essenciais são escassos ou

inexistentes. A ausência de áreas verdes e de políticas públicas eficazes afeta diretamente a saúde mental da população, aprofundando as disparidades. Historicamente, essas populações foram sistematicamente afastadas de regiões com melhores condições de vida, o que perpetua a marginalização e reforça hierarquias sociais.

Milhares de pessoas vivem hoje no Brasil em condições precárias, em encostas, à margem de córregos, sem acesso a saneamento básico, água encanada ou energia elétrica, o que torna essas áreas vulneráveis a desastres e problemas de saúde pública[45]. A construção em terrenos irregulares, sem serviços públicos, é uma resposta improvisada diante da falta de políticas habitacionais inclusivas, mas também um sinal evidente da negligência do Estado em garantir o direito à moradia digna. Convém observar que, de acordo com a Fundação João Pinheiro (Tamietti, 2024), em 2022 o déficit habitacional no Brasil era de 6,2 milhões de domicílios, o que representava 8,3% das habitações ocupadas no país, sendo São Paulo e Minas Gerais os estados com maiores déficits, de 1,2 milhão e 556 mil moradias, respectivamente. As fontes reafirmam esses dados.

Além disso, o deslocamento diário das periferias para o centro representa um enorme custo social. O tempo perdido no trânsito, muitas vezes em condições insalubres e exaustivas, afeta diretamente a qualidade de vida, deixando pouco ou nenhum espaço para lazer, estudo ou descanso. A segregação espacial, aliada à falta de investimentos em transporte público adequado, só aprofunda essas desigualdades, isolando ainda mais os mais pobres nas bordas da cidade.

Segundo Westin (2018), a poluição do ar e o barulho excessivo prejudicam a saúde; e a falta de áreas verdes, por exemplo, afeta a saúde física e mental dos moradores, conforme estudo da USP (Saldiva, 2019). A arquitetura e a distribuição dos espaços públicos também influenciam a qualidade de vida: a presença de áreas verdes e espaços de convivência pode promover interação social e bem-estar emocional, enquanto sua ausência agrava a sensação de isolamento (Ali; Jesus; Ramos, 2020).

[45] Dados sobre habitação precária no Brasil destacam que cerca de um em cada cinco brasileiros vive em condições inadequadas de moradia, segundo Habitat para a Humanidade Brasil (s/d).

A Lei n.º 11.124/2005, que criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), foi pensada para garantir moradias dignas e sustentáveis para as pessoas de baixa renda. Já em 2013, o documento “Direito à Moradia Adequada”, publicado pela Secretaria de Direitos Humanos no governo Dilma Rousseff, reforçava que moradia adequada vai além de um teto, envolvendo também saúde, segurança e acesso a serviços.

As jornadas por moradia na Defensoria Pública de São Paulo também foram iniciativas importantes na luta junto aos movimentos por moradia. Em 2018, a Jornada em Defesa da Moradia Digna, intitulada “Mulheres em luta pelo direito à moradia e à cidade” (cf. Rodrigues; Taveira, 2020), teve como norteadores a busca de moradia digna e o exercício pleno da cidadania, entendendo que morar engloba não apenas um espaço físico, mas condições que permitam saúde, educação e segurança, elementos essenciais para uma vida digna e que atravessam gênero e classe social.

Ao longo do tempo, o conceito de moradia mudou de uma simples necessidade de abrigo para um direito fundamental, crucial para garantir a dignidade e o acesso aos direitos básicos. A moradia digna passou a ser entendida como um direito humano essencial, refletindo o grau de cidadania de quem a ocupa e permitindo que as pessoas se apropriem do espaço de forma significativa. A moradia digna está ligada diretamente à dignidade humana, não só permitindo a preservação de memórias e o desenvolvimento de interações e relações afetivas, como também garantindo condições mínimas para a qualidade de vida.

A falta de acesso a uma moradia digna agrava as desigualdades e expõe as pessoas a riscos sociais e econômicos. Cabe ao Estado assegurar que todos tenham acesso a condições mínimas de vida com dignidade, conforme previsto na Constituição de 1988, que reforça a dignidade da pessoa humana como um dos pilares do Estado, incorporando tratados internacionais de direitos humanos ao sistema jurídico brasileiro.

2.2 Esquecimento, apagamento histórico e exclusão social do extremo leste da cidade de São Paulo

Falar sobre o futuro da urbanização e das cidades é coisa temerária. Mas não falar sobre o futuro é deserção.
Santos, 2009

Antes de se compreender como aconteceu o esquecimento do extremo Leste da cidade de São Paulo, é preciso primeiramente saber como essa cidade surgiu, como se urbanizou e como foi expulsando determinadas pessoas do seu centro e *enobrecendo* algumas áreas em detrimento de outras. “Além disso, a própria menção a áreas ricas das cidades como áreas nobres é a expressão do eurocentrismo contido na divisão racial do espaço urbano” (Berth, 2023, p. 52).

A formação de São Paulo teve início no final do século XVI, com a fundação do Colégio dos Jesuítas, em 1554, por Padre Manuel da Nóbrega e Padre José de Anchieta. Esse evento marcou o surgimento de um pequeno povoado conhecido como “Pátio do Colégio”, que foi o ponto de partida para o desenvolvimento da cidade[46]. No século XVIII, São Paulo experimentou um crescimento significativo, impulsionado pelo ciclo do ouro em Minas Gerais, transformando-se em um importante centro comercial que atraía migrantes em busca de oportunidades econômicas.

No fim do século XIX, tornara-se importante polo comercial do ciclo do café, e posteriormente, com a industrialização pós-Primeira Guerra Mundial, surgiram as primeiras indústrias, especialmente as têxteis. A cidade então atraiu imigrantes e migrantes do campo em busca de trabalho, resultando em um rápido crescimento populacional e expansão urbana (Pasternak; Bogus, 2023, p. 308). “Entre 1899 e 1911, o prefeito Antônio Prado [...] fez [...] ‘melhoramentos da cidade’ [...] São Paulo queria parecer-se Paris e em Paris não tinha gente negra, não tinha cortiço” (Adão, 2023, p. 86).

Na década de 1950, o Brasil vivia um período de intensa expansão industrial, com destaque para a região Sudeste, que emergia como o principal polo econômico e populacional do país. São Paulo já havia ultrapassado os primeiros estágios de urbanização, mas a falta de infraestrutura adequada para acomodar o rápido crescimento e o grande contingente populacional exacerbou os problemas sociais. As

[46] Veja sobre a história de São Paulo em <http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/historia>.

antigas áreas rurais, transformadas em periferias urbanas, tornaram-se regiões distantes e segregadas, caracterizadas pela ausência de planejamento técnico e pela carência de políticas públicas eficazes.

Nos anos 1960, São Paulo crescia a todo vapor, “eram construídos prédios, avenidas, monumentos, praças, museus e as mais diversas transformações urbanísticas, políticas, culturais, sociais e econômicas na cidade” (Souza, 2020, p. 367). Todavia, especialmente após o golpe militar de 1964, as tensões sociais se acirraram. A pobreza entre os trabalhadores aumentou, o crescimento urbano descontrolado piorou, as condições de vida tornaram-se cada vez mais precárias e a expulsão dos pobres para a periferia foi massivamente acontecendo. O embelezamento da cidade expulsava a população dos cortiços e as mandava cada vez mais longe do centro, as pessoas “começaram, então, a migrar para as regiões mais longínquas, para as periferias que dizemos terem sido autoconstruídas em São Paulo, porque não tinha nenhuma infraestrutura urbana nesses lugares” (Adão, 2023, p. 86).

Durante o regime militar, essas contradições sociais foram potencializadas. Na década de 1970, a crise habitacional em São Paulo se agravou, com o número de moradores de favelas crescendo de forma vertiginosa. “Na metrópole paulistana, a quantidade de moradores de favelas aumentou abruptamente nesse período, passando de 117 mil, em 1973, para 490 mil habitantes em 1978. Em 1975, havia 1,8 milhão de indivíduos morando em habitações precárias” (Souza, 2009, p. 269).

Nesse contexto, práticas especulativas tanto do setor privado quanto do público continuaram a ocorrer, com terrenos periféricos sendo estocados à espera de valorização. As políticas públicas setoriais aplicadas nas áreas centrais da cidade geraram uma valorização dos imóveis ali localizados, expulsando as populações mais pobres para regiões mais distantes. Fatores como o rebaixamento salarial, o aumento do custo de vida e a falta de investimento em habitação, saúde e educação intensificaram a pobreza, impulsionando a ocupação irregular de terras e gerando um padrão de urbanização predatório e excludente.

Ao longo do século XX, a ausência de políticas sociais urbanas eficazes para as populações de baixa renda perpetuou um cenário de caos e carências em saúde, educação, moradia, saneamento básico e infraestrutura nas grandes cidades brasileiras. Em resposta à crise habitacional, a COHAB-SP foi criada em 1965, com o objetivo de oferecer moradia para a população de baixa renda. No entanto, ao assumir

esse papel, também contribuiu para a expansão urbana desordenada e para a degradação de áreas ambientalmente protegidas, destinadas à construção de conjuntos habitacionais populares.

Embora tenha sido criada em 1965, a COHAB-SP só começou a realizar grandes obras habitacionais a partir de 1976. Durante a primeira década de sua existência, a instituição focou na aquisição de terras, acumulando uma quantidade significativa, especialmente nas periferias da Zona Leste de São Paulo. Até 1981, 93% das áreas adquiridas estavam localizadas nessa região, conforme estudos de Cantero (2004). Ainda segundo o autor, distritos como Itaquera e Guaianazes concentravam a maior parte dessas terras, sendo Guaianazes responsável por impressionantes 99,4% das áreas acumuladas até agosto de 2002. “A área da Mata 7 Cruzes foi comprada pela COHAB na década de 1980 com as áreas que hoje formam o complexo da Cidade Tiradentes” (COHAB-SP, 2017, p. 17).

Na década de 1970, o governo municipal de São Paulo iniciou a construção de diversos conjuntos habitacionais populares, “um mercado de habitação ‘por atacado’” (Santos, 2009, p. 107), nas terras adquiridas pela COHAB-SP, espalhadas pelas periferias da cidade. Essas áreas, conhecidas como “Cidades-Cohabs”, eram caracterizadas por sua localização distante dos centros urbanos, topografia desfavorável e falta de infraestrutura, compostas por apartamentos de tamanho reduzido para abrigar famílias numerosas e uma arquitetura simples. A baixa qualidade de materiais de construção e o investimento insuficiente em infraestrutura urbana, áreas de lazer e equipamentos coletivos reforçam o padrão de ocupação das áreas periféricas, repetindo a lógica observada na formação de vilas e bairros desenvolvidos por empresas privadas ou ocupados espontaneamente durante a constituição das periferias (Castilho, 2015). A concepção de habitação popular defendida pelos intelectuais da época, que imaginavam um modelo de moradia que organizasse as camadas populares sob um ideal de assepsia e controle. Como afirmou Bonduki (2017, p. 149):

> Habituados a ouvir por todo o Brasil louvores às habitações individuais, por índole e por descendência nossa primeira inclinação foi para essas habitações, onde o operário possuísse sua casinha branca e seu quintalzinho pequenino, e se sentisse, assim mais em casa, mais possuidor da habitação em que morava.

A ideia de ordem e limpeza, imposta a partir de uma perspectiva elitista, serviu historicamente para justificar a exclusão das populações mais pobres e racializadas. Esse "movimento doméstico mais amplo", como caracteriza Bonduki, operava "assumindo uma postura intervencionista ou domesticadora em relação às camadas populares" (2017, p. 150), reforçando o racismo e a desigualdade na formulação das políticas públicas.

A ausência de infraestrutura adequada, como asfaltamento das vias, transporte público eficiente e sistemas de água e esgoto, além da demora na implementação de escolas, creches e postos de saúde, gerou um cenário de profundas desigualdades sociais. O atendimento às necessidades básicas da população frequentemente chegava (e ainda chega) muito depois da ocupação habitacional, exacerbando a segregação e a exclusão social.

A “floresta” de prédios dos conjuntos habitacionais na Zona Leste mudou significativamente a paisagem da cidade, principalmente nas periferias. No extremo Leste da capital, empreendimentos habitacionais foram instalados onde antes havia terrenos vazios ou até mesmo áreas de vegetação da Mata Atlântica. Assim, parte de uma importante floresta nativa foi substituída por milhares de unidades habitacionais, transformando a Zona Leste em um dos principais polos de moradia popular da cidade.

Apesar disso, a demanda por habitação continuou a superar a oferta, agravada pelas sucessivas crises socioeconômicas que assolaram o país. Esse cenário resultou na proliferação de ocupações irregulares e favelas em terrenos públicos e privados na periferia metropolitana.

Todavia, a população da Zona Leste tem uma importante história de organização de movimentos populares e reuniu-se para reivindicar melhores condições de vida, incluindo moradia, saúde e educação – lutas e reivindicações que foram sendo minadas por poderes desmobilizadores, que até hoje têm representantes. A Constituição Federal de 1988 foi um marco nesse processo, introduzindo o Estatuto da Cidade, que regulamenta os instrumentos de política urbana e vincula o Plano Diretor (PD) à necessidade de atender às demandas sociais. Essa legislação busca garantir que a função social da propriedade atenda às exigências fundamentais de ordenação da cidade, promovendo um desenvolvimento urbano mais inclusivo.

A Zona Leste 2, que fica no extremo Leste da capital paulista, sempre foi uma região marcada pela exclusão social e pelo apagamento histórico. Desde os primórdios da colonização, a população local foi subjugada e marginalizada, sofrendo com a falta de infraestrutura, de serviços públicos e de políticas voltadas para o seu desenvolvimento.

A região, que já foi mata e já foi lavoura, abriga hoje um contingente populacional de baixo capital social e acesso econômico e recebe quase nenhum investimento público efetivo para mudar essa situação. Uma população que abarca um número importante de negros e pardos, segundo estudos do IBGE de 2010 a 2020. “Na comparação com o último Censo, de 2010, a população parda cresceu 11,9%, de 43,1% para 45,3% no total da população brasileira. A população preta cresceu 42,3% (de 7,6% para 10,2% do total nacional)” (Gov.br, 22 dez. 2023).

Em busca de entender num contexto territorial como essa falta se apresenta que busquei elaborar um olhar detido sobre um dos muitos territórios periféricos do Brasil, o extremo da zona Leste de São Paulo, na favela da Água Vermelha, no Jardim Robrú, Vila Curuçá, Itaim Paulista, que pode funcionar como uma síntese das muitas relações de exclusão e reprodução de desigualdades e racismo traçadas neste estudo. A zona Leste foi eleita por escolha afetiva[47]. Para apresentar a favela onde cresci e fazer as conexões entre as ausências historicamente construídas, é preciso entender de onde ela surge, como ensina Koga (2003, p. 33).

É no território que as desigualdades sociais se tornam evidentes entre os cidadãos, as condições de vida entre moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas, a presença/ausência dos serviços públicos se faz sentir e a qualidade desses mesmos serviços apresenta-se desigual.

2.2.1 Do Tatuapé para lá: fronteiras invisíveis e desigualdade na São Paulo periférica

Houve um tempo em que a internet não era o que conhecemos hoje e o telefone era fixo e para poucos. Portanto, para se situar em uma região era preciso usar um mapa de papel, ou se informar com uma pessoa que conhecesse o local, buscando se localizar a partir de um ponto conhecido. Assim, quem residia no extremo

[47] Sobre a região central e o tema, ver Loiola, 2022.

Leste de São Paulo costumava usar o bairro do Tatuapé como ponto de referência para situar a região. Se alguém perguntasse onde morava, a resposta geralmente era algo como “perto do Tatuapé” ou “um pouco depois do Tatuapé”. No entanto, vale notar que a distância entre Tatuapé e São Miguel Paulista, por exemplo, é de mais de 19 km, e o trajeto pode levar cerca de uma hora de transporte público. Essa distância já foi motivo de piada entre os jovens da época, e a brincadeira ainda está presente em diálogos de pessoas que viveram essa situação geográfica (cf. Jansen Serra, 25 mar. 2021).

A região do Tatuapé, na Zona Leste, é bem servida de bares, restaurantes, áreas verdes, prédios, escolas particulares e clínicas médicas e seus moradores apresentam um poder aquisitivo significativo. Já em São Miguel/Itaim Paulista, a oferta de serviços e infraestrutura é bem menor, e seus moradores não apresentam o mesmo padrão financeiro, especialmente nos anos 1990. Desse modo, usar o Tatuapé como referência era uma forma de maquiar que se vinha de uma região bem mais pobre, menos conhecida e desprovida de elementos demarcadores de inclusão social. Ser do Tatuapé significava ter algum status social, enquanto ser de São Miguel ou do bairro do Itaim Paulista e arredores carimbava seu passaporte de pobre: declarar a sua região era atestar sua condição de vulnerabilidade e exclusão territorial.

Ademais, a segregação social em São Paulo não só alimenta preconceitos e estereótipos, como também reforça a ideia de que certos grupos são inferiores ou perigosos dependendo da região onde moram. Assim, a elite vai criando mecanismos de expulsão e segregação, uma ofensiva de apartar, contribuindo assim para a exclusão racial e econômica. Todavia, não dá para falar de segregação racial em uma sociedade que nega o racismo e acredita numa democracia racial, sem compreender as condições que convergiram para que isso acontecesse, “sem entender essas políticas racistas e como essas elites historicamente vão criando mecanismos para proteger e para precarizar a vida da população negra e da população pobre” (Adão, 2023). Nesse sentido, Villaça (2011, p. 37) afirma que “a segregação é a mais importante manifestação espacial-urbana da desigualdade que impera em nossa sociedade”.

A falta de investimentos em infraestrutura, segurança, saúde e educação nesses bairros marginalizados agrava as tensões sociais, tornando-as ainda mais difíceis de resolver. Em São Paulo, a existência de muitos imóveis vazios contrasta com o crescimento contínuo das favelas e loteamentos irregulares, evidenciando a

falta de moradia adequada. Muitas pessoas ainda vivem em condições precárias, como cortiços e favelas, e os programas habitacionais governamentais não conseguem atender plenamente à demanda por moradias dignas (Saule Júnior; Cardoso, 2005).

A forma como a cidade se desenvolveu intensificou a exclusão social. O crescimento acelerado nas regiões centrais, aliado à redução das novas construções nas periferias, acirrou as desigualdades, criando novas formas de segregação. Mesmo com a implementação de novos projetos em diversas áreas, a segregação urbana piorou, tornando a vida na cidade ainda mais difícil para a maioria da população, que vê cada vez mais distante a possibilidade de uma moradia decente (Sampaio; Pereira, 2003, p. 171).

A favelização em São Paulo, historicamente, esteve atrelada às dinâmicas de modernização e desenvolvimento urbano que marcaram o Brasil no século XX. Entre as décadas de 1940 e 1960, o rápido crescimento populacional da cidade, impulsionado pela industrialização e pelas migrações internas, expôs a incapacidade do Estado e do mercado imobiliário de atender à demanda por habitação digna. A ausência de políticas habitacionais inclusivas e o controle especulativo da terra forçaram parcelas significativas da população a ocuparem terrenos não regulamentados, muitas vezes impróprios para moradia. Assim, as favelas surgiram não como manifestações de atraso ou resistência ao progresso, como eram interpretadas na época, mas como expressão direta das contradições do desenvolvimento capitalista periférico.

Lara (2012) observa que o Estado, enquanto agente *modernizador*, desempenhou papel central na formação de favelas, tanto pela omissão na implementação de políticas habitacionais acessíveis quanto pela remoção forçada de comunidades pobres para dar lugar a empreendimentos imobiliários e infraestruturais. “[...] a maneira como as camadas dominantes se referem a áreas favelizadas e periféricas reafirma constantemente, mesmo que de maneira subliminar, que essas regiões não fazem parte da cidade” (Berth, 2023, p. 20). Essa dinâmica não apenas perpetuou a precariedade habitacional, mas também consolidou um modelo de urbanização excludente.

A questão da favelização, entretanto, não se restringe ao período estudado, ainda hoje permanece como um desafio estrutural na metrópole paulistana. Dados recentes do Habitat para a Humanidade Brasil (s/d) mostram que cerca de 20% da

população brasileira vive em condições habitacionais precárias, evidenciando a continuidade de um modelo urbano que prioriza o capital em detrimento do direito à cidade. Em São Paulo, o crescimento desordenado das periferias e a perpetuação de ocupações irregulares reafirmam a necessidade de políticas habitacionais que considerem não apenas o acesso à moradia, mas também a inclusão social e o enfrentamento das desigualdades históricas que moldaram o espaço urbano da cidade a partir de um racismo estrutural. “Pensar que a cidade é um espaço neutro, desprovido de qualquer influência na vida da sociedade é um conceito estável a ser desestabilizado com certa urgência” (Berth, 2023, p. 35).

2.2.2 De São Miguel ao Itaim Paulista: da exploração dos povos indígenas, negros e nordestinos à exclusão social de seus descendentes

São Miguel Paulista e Itaim Paulista contam histórias que remontam aos povos indígenas que habitavam a região muito antes da colonização (Monteiro, 1994). Antes de ser ocupada pelos colonizadores, a área que hoje conhecemos como São Miguel Paulista era habitada pelos guaianás, um dos grupos que faziam parte da vasta diversidade cultural dos povos originários do Brasil[48]. No início do período colonial, a presença dos indígenas foi significativa na região. A fundação da capela de São Miguel Arcanjo, em 1622, é um marco na história de São Miguel Paulista. Construída pelos jesuítas, a capela serviu como um ponto de catequização e controle das populações indígenas. A formação desse território é reflexo de um processo histórico repleto de complexidades e transformações, impulsionado por fatores sociais, econômicos e políticos que moldaram a região ao longo dos séculos. São Miguel e o Itaim Paulista agora são vastas extensões de terras agrícolas divididas em chácaras, sítios e fazendas, cuja produção de alimentos abastecia a cidade em pleno crescimento.

A história do Itaim Paulista, assim como a de São Miguel, reflete o desenvolvimento urbano de São Paulo, marcado por eventos significativos como a chegada da Ferrovia Estrada do Norte, no século XIX, que impulsionou a ocupação ao longo dos trilhos e a construção de moradias. Essa infraestrutura atraiu

[48] Sobre os povos originários, ver: Almeida, 2003; Monteiro, 2001.

trabalhadores e estimulou o crescimento do bairro, que aos poucos se consolidava como uma área habitada.

Em 1957, a criação da Paróquia São João Batista simbolizou um marco importante para a comunidade local, firmando-se como um ponto de referência religiosa e social para os moradores. O Itaim Paulista também alcançou autonomia administrativa em 1980, a região conquistou o status de distrito, separando-se oficialmente de São Miguel Paulista e iniciando um novo ciclo de desenvolvimento, com maior controle sobre suas próprias demandas e identidade local.

Esse processo reflete as mudanças da urbanização, acompanhando o movimento de expansão urbana e diversificação econômica da capital paulista. Ao longo das margens do Rio Tietê, começou a se transformar com a chegada das primeiras indústrias. A instalação da Nitro Química em São Miguel e, em 1920, a construção da ferrovia em Ermelino Matarazzo foram marcos fundamentais desse processo. A ferrovia, nomeada em homenagem ao Conde Matarazzo, trouxe consigo a Empresa Cisper e as indústrias Matarazzo, no bairro do Ermelino Matarazzo, consolidando a região como um novo polo industrial.

Com a ferrovia e a instalação das indústrias, a região atraiu os primeiros moradores: trabalhadores em busca da oportunidade de habitar as vilas operárias. Assim como na Europa, a questão da moradia era essencial para o operário e sua família. “A habitação, enfim, é um sinal de sucesso ou de integração social” (Perrot, 2011, p. 203).

O crescimento foi acelerado em 1941, com a chegada da fábrica Celosul, que resultou em um salto populacional significativo. No entanto, com o passar dos anos, por volta de 1960, a região do extremo Leste enfrentou um *boom* demográfico, impulsionado pela chegada de migrantes de diversas partes do Brasil. São Miguel assim como o bairro de Ermelino Matarazzo, com suas indústrias, ganharam um superpovoamento de imigrantes e migrantes.

O movimento de criação de moradias higiênicas verificado da Europa foi replicado no Brasil em torno das indústrias recém-chegadas. “A necessidade de alojar uma mão de obra importada levou os grandes industriais [...] a construir vilas operárias, que foram poderosos instrumentos de paternalismo disciplinador. Confiadas a arquitetos, racionalizadas, higienizadas, padronizadas, elas cristalizaram a noção de habitação mínima (Perrot, 2011, p. 203). Todavia, a chegada de cada vez mais pessoas e a falta de emprego geraram um adensamento populacional.

A instalação de indústrias, especialmente nas proximidades dos rios Tietê e Tamanduateí, trouxe consigo também uma onda de migração interna, atraindo trabalhadores do interior do estado e de outras regiões do Brasil. Essa migração em massa, movida pela busca de oportunidades de emprego nas fábricas emergentes, deu início a um crescimento populacional rápido, resultando na formação de bairros operários e em uma crescente expansão de loteamentos irregulares (Singer,1995; Oliveira, 2016).

Com a expansão da malha viária e a implementação de infraestrutura básica, incluindo transporte público e serviços de água e saneamento, bairros como Itaim Paulista e São Miguel Paulista passaram a se desenvolver rapidamente, impulsionados pela construção de conjuntos habitacionais e loteamentos populares. No entanto, o crescimento e a falta de planejamento urbano promoveram a formação de assentamentos informais e áreas de ocupação irregular, onde a infraestrutura básica era escassa, alimentando um ciclo de precariedade nas condições de vida em muitas dessas áreas.

“A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres”, conforme destaca Santos (2009, p. 10). O autor também ressalta que a “pobreza não é apenas uma consequência do modelo socioeconômico”, mas também do “modelo espacial” que a cidade impõe, agravando as condições de vida da população.

Nas últimas décadas, a Zona Leste, incluindo Itaim Paulista e São Miguel Paulista, passou por diversas transformações. Melhorias na infraestrutura, como a construção de novas avenidas e a expansão da linha vermelha do metrô até Itaquera, que faz a ligação com a linha de trens, têm contribuído para uma maior integração da região ao restante da cidade. Todavia, a cidade real vivenciada pela população da Zona Leste 2 é diferente da experiência dos moradores das áreas mais ricas da cidade, bem como da realidade de parte da Zona Leste, como o Tatuapé.

Além disso, o desenvolvimento imobiliário, com a construção de condomínios fechados, shopping centers e empreendimentos comerciais, tem reconfigurado o perfil da Zona Leste, sem contemplar, porém, a Zona Leste 2. “A metrópole cresce de forma fragmentada, com condomínios fechados, shoppings, hipermercados de um lado, e,

de outro, favelas e ocupações, utilizando áreas rejeitadas pela atividade imobiliária formal" (Pasternak; Bogus, 2023, p. 314).

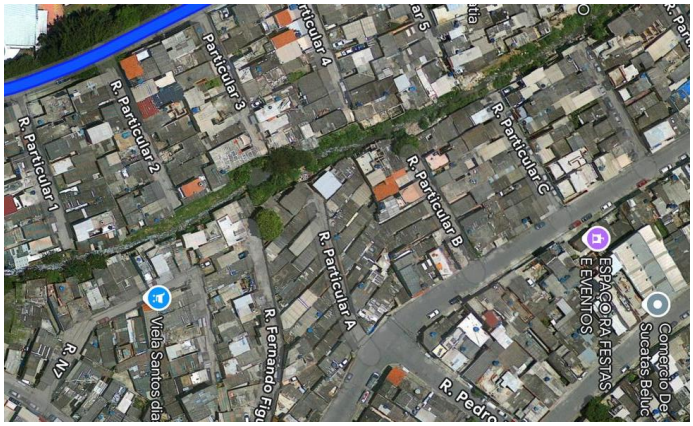
Os desafios decorrentes da falta de planejamento urbano e de investimento público permanecem como questões prementes, refletindo as dinâmicas históricas que caracterizaram a formação da Zona Leste 2. A região, que já foi predominantemente rural, transformou-se em um espaço urbano complexo, marcado por desafios sociais, diversidade cultural e um contínuo processo de adaptação e resistência da sua população ante as mudanças e as adversidades enfrentadas ao longo dos anos.

2.2.3 Favela da Água Vermelha: território de sangue, desafios e resistências

Entre os bairros de São Miguel e Itaim Paulista, há uma ocupação antiga com mais de 40 anos, situada no distrito de Itaim Paulista, mais especificamente na Vila Curuçá, no Jardim Robrú. A localização da Favela da Água Vermelha sempre foi uma questão desafiadora, envolta em ambiguidade. Seus moradores, por muito tempo, acreditaram que a comunidade abrangia São Miguel Paulista, quando, na verdade, está oficialmente dentro dos limites do Itaim Paulista – que já foi anexado a São Miguel.

A dificuldade de localização e endereçamento não é o único entrave encontrado pelos moradores. A favela é formalmente registrada, mas a circulação por suas vielas, dispostas como uma espinha de peixe, continua a ser um desafio tanto para serviços de entrega quanto para motoristas de aplicativo. Só quem conhece a área consegue se orientar com facilidade. Um córrego corta a comunidade, separando as vias numeradas, de um lado, e as identificadas por letras, do outro.

Figura 3 – Ribeirão Água Vermelha e entorno.



Google Maps (c.2024)

A área verde que se vê pelo mapa é a do Ribeirão Água Vermelha, totalmente poluído por dejetos. O pouco verde que resiste acaba não sendo utilizado pela comunidade, pois seu riacho é um verdadeiro deságue de dejetos e lixo. A chuva, quando chega, inunda parte de suas margens, colocando ainda mais em risco as casas construídas em suas bordas. As poucas árvores que existem na comunidade foram plantadas pelos próprios moradores e hoje servem de sombra para os idosos socializarem.

Figura 4 – Ribeirão Água Vermelha.

Arquivo pessoal (2024)

A favela conta atualmente com fornecimento formal de água e energia elétrica, asfalto e só! O lazer é encargo individual, a população disputa os botecos e as igrejas, as poucas opções de socialização dos moradores. Para os jovens resta empinar

motos ou tentar promover bailes de rua, conhecidos como “fluxos”, rechaçados pelos mais velhos e combatidos pela polícia. O funk na favela canta sua realidade dura e cruel, com a sexualização dos corpos jovens e o machismo do rebaixamento da menina periférica. Enquanto a classe trabalhadora tenta tirar algum sustento durante o baile, os jovens socializam entre pares em busca de diversão. A quadra de futebol recém-construída não ganha atenção e passa a ser um espaço pouco aproveitado pela comunidade. Atividades físicas para jovens, adultos ou idosos não acontecem, o Estado entende os esportes na periferia como gasto, não como investimento.

A periferia não conta com opções formais de lazer, esporte e cultura em escala que possa atender a todos os jovens, os investimentos nessas áreas estão muito aquém das necessidades dos moradores. Mas certas formas de entretenimento resistiram por muito tempo na favela: enquanto faltava asfalto, festas juninas e shows de talentos eram tomados por crianças, jovens e adultos. A favela era iluminada aos finais de semana, os eventos culturais organizados pela comunidade davam vida ao território e possibilitavam criar um senso de pertencimento, além da construção de um coletivo. Eram as festas juninas, as apresentações de calouros, as reuniões da associação, a formação profissional na Sede do bairro, as fanfarras.

Figura 5 – Apresentação de talentos das crianças, década de 1980.

Foto cedida por Toninho do Mirante.

Figura 6 – Ensaio da banda na casa do Eufrazio, década de 1980
(na foto, Edson, Toninho e Cícero).

Foto cedida por Toninho do Mirante

Figura 7 – Apresentação no show de talentos, década de 1980
(na foto, eu, Denise e Toninho do Mirante).

Arquivo pessoal

A favela tinha o seu charme, com suas bandas, seus jovens cantores, brincadeiras na rua, ensaios de festa junina, a fogueira e o quentão, excursões para shows de auditório, as festas de dia das crianças. Não se pretende romantizar a pobreza ou a favela, mas entender suas formas de resistência em meio à barbárie.

A comunidade contava com a reza das benzedeiras. Na nossa viela, morava Dona Lídia, que sabia tudo de rezas e ervas. Entrar na sua casa era como adentrar uma floresta, nos perdíamos entre as trepadeiras, eram como cortinas pelo quintal.

Figura 8 – Dona Lídia, a benzedeira da região, início da década de 1980.

Arquivo pessoal

Essa foto pode ser considerada rara, pelo pouco acesso que tínhamos a algum fotógrafo, e porque as mulheres eram menos fotografadas que os homens. As fotos fornecidas pela comunidade para uso nesta pesquisa retratam mais homens, ou mulheres ao lado de suas famílias, mas poucos são os registros das mulheres sozinhas. Não era comum tirar fotos, não era acessível uma câmera fotográfica, e as fotos tiradas por fotógrafos eram caras. Além disso, a comunidade não era fotografada com frequência, apenas em momentos especiais como festas.

Construir uma casa numa área de ocupação e morar na comunidade era uma aposta arriscada, mas necessária, vista como oportunidade de sair do aluguel e ter a “casa própria”. A construção de um cômodo de alvenaria, que apertava ainda mais as contas, era realizada aos finais de semana, depois de uma jornada semanal exaustiva. Sem a expertise de um engenheiro, as casas iam tomando forma. Assim também foi a realidade da minha família.

Não diferentemente de outros migrantes, a chegada da minha família em São Paulo foi marcada pela moradia em um cômodo alugado com banheiro coletivo em um quintal com algumas outras casas precárias em um bairro mais urbanizado. A renda mensal da família não suportava o aluguel e as despesas de subsistência. Quando nossa casa ficou pronta, mudamos. A família já era composta por meus pais e três crianças. Era novamente um único cômodo, no entanto, o banheiro era só para os membros da família, não era preciso pagar aluguel, ainda que fosse necessário pisar no barro e correr o risco de escorregar em dias chuvosos, tivéssemos poucos dias de água na torneira, energia elétrica clandestina, transporte público distante e precário, nada de opção de lazer, esporte ou cultura, cercados de muita violência.

A casa era autoconstruída, tomava forma aos poucos, com piso vermelho[49], paredes sem reboco, portas e janelas de segunda mão, dada a impossibilidade econômica de adquirir produtos considerados “embelezadores” (tintas, reboco, revestimentos e afins). Afinal, “[...] a mentalidade capitalista tem ditado regras excludentes de urbanização, definindo quem, quando e como os espaços podem ou devem ser ocupados” (Berth, 2023, p. 37).

Figura 9 – Reforma da casa de meus pais, década de 1990
(na foto, o pedreiro Joel).

Arquivo pessoal

Enquanto nas casas dos operários eram usadas cerâmicas quebradas (cf. Botelho, 2013), as nossas casas de alvenaria sem reboco tinham piso de cimento queimado e pó xadrez vermelhão[50]. Essas casas de chão vermelho condenavam as famílias a um cuidado constante: para mantê-las sempre brilhando, era preciso encerar e polir. Como as famílias pobres não tinham dinheiro para comprar a recém-lançada enceradeira elétrica, a diversão e o trabalho da criançada era dar brilho na casa – fosse com um pano, puxando uns aos outros sobre o chão, fosse com palha

[49] Era uma mistura de cimento com óxido de ferro vermelho, aplicado sobre a massa fresca e polido para garantir um acabamento liso e brilhante.

[50] O contrapiso é uma camada de argamassa aplicada sobre uma base, como uma laje ou um lastro de concreto, com a função de nivelar e preparar o piso para o acabamento final. No Brasil, o contrapiso feito de cimento e areia é o mais comum. O cimento queimado, um acabamento muito tradicional em casas brasileiras, tem suas raízes em práticas antigas dos indígenas, que usavam barro para criar superfícies lisas. Com o advento do cimento, essa técnica foi adaptada para criar pisos confortáveis e lisos que não machucassem os pés descalços. A primeira etapa do cimento queimado consiste em polvilhar pó de cimento fino sobre a superfície úmida. Se a massa for colorida, a cor inicial será mais escura devido à umidade, clareando conforme seca.

de aço –, tornava-se uma diversão-tarefa para as crianças. A cera era, de início, uma pasta vermelha, e a versão barata era um líquido vermelho. Em ambas as formas, ficavam na sola dos pés e das mãos as manchas vermelhas, denunciando quem fazia o trabalho manualmente e não possuía piso frio em casa.

A luta para manter o chão brilhando em busca de uma ordem imposta é um exemplo da resistência cotidiana que emerge das favelas. Essa prática ressoa o que Douglas (2014) descreve como o esforço constante para criar e manter uma ordem em meio ao caos. Na favela, a limpeza e o brilho do chão de cimento eram uma forma de resistência à sujeira e à abjeção dos que nos rejeitavam. Mesmo em condições precárias, existia uma busca incessante de afirmar um padrão estético que, embora diferente dos pisos frios e das cerâmicas, carregava seu próprio valor.

O chão vermelho polido era, ao mesmo tempo, uma afirmação de pertencimento ao território da Água Vermelha e uma maneira de desafiar as representações externas que nos viam apenas como sujeitos desorganizados e sujos. A sujeira e a desorganização que nos impunham não eram uma escolha, a sujeira nunca foi apenas sujeira. Era um campo de disputa, uma luta por dignidade em meio à precariedade. A cera vermelha no chão marca a história de um território que foi construído na resistência e na luta de seus moradores.

Figura 10 – Casa de meus pais. Na foto, minha mãe Maria S. – Dona Sônia – final da década de 80.

Arquivo pessoal

Destaque para os tipos de móveis da periferia na época, a dispensa em caixote de madeira coberto com uma toalha de mesa ao fundo. Na mesa, além da toalha, alimentação sendo preparada, flores (resistia a beleza).

Figura 11 – Casa de meus pais, início da década de 1990
(na foto, minha irmã Eliana na cozinha da casa).

Arquivo pessoal

Destaque para o chão vermelhão, a geladeira antiga bege e os sacos de cimento ao fundo indicando que a reforma ainda continuava. Foto tirada por mim por volta de 1994, pois já trabalhava registrada em uma loja de fotografia e tinha conseguido adquirir uma câmera fotográfica com filmes.

Figura 12 – Casa de meus pais, 1999
(na foto, eu aos 22 anos, meu irmão Sandro e minha tia Maria).

Arquivo pessoal

Destaque para o chão ainda de cimento queimado com vermelhão, geladeira branca nova que, por ser nova, ficava na sala (já tínhamos sala nesse período e eu trabalhava formalmente havia seis anos) quase como um objeto de decoração.

A construção das casas periféricas é realizada em etapas. As grandes melhorias só aparecem quando os filhos atingem idade seja para sair de casa ou contribuir para o orçamento da família e as despesas se diluem. Segundo McTarnaghan et al. (2016, p. 16), diversos estudos de caso e pesquisas exploratórias analisaram os processos de formação e consolidação dos assentamentos informais. Esses estudos demonstram que a melhoria das condições habitacionais ocorre principalmente em nível doméstico, sendo impulsionada pelo esforço individual e familiar, que utiliza a renda disponível para aprimorar as características físicas de suas moradias. A extensão da casa verticalmente se dá tanto para o conforto dos membros como para a ampliação da família, com os filhos têm seus filhos, como aconteceu também na minha família com o casamento do meu irmão. A escada era de madeira para o segundo piso e minha cunhada gravida no fim da gestação subia para sua casa por meio de uma escada improvisada. A escada definitiva só veio com o nascimento da primeira filha. A casa antes térrea passa a ser uma construção predial. “A expansão vertical nas favelas de algumas cidades da metrópole é visível. A última estatística de verticalização nesse tipo de assentamento é de 2010, mas um olhar já mostra que estão cada vez mais ocupadas por pequenos prédios” (Pasternak; Bogus, 2023, p. 313).

Figura 13 – Casas na beira do córrego sendo ampliadas para cima.

Arquivo pessoal (2023)

Figura 14 – Viela particular 3.

Arquivo pessoal (2023)

Figura 15 – Avenida Água Vermelha, início da década de 1980
(favela em período de ocupação).

Foto cedida em grupo de moradores

As vielas se alinhavam em sequência, de um lado do córrego as moradias eram numeradas, enquanto do outro tinham letras. Havia três vielas com pontes ligando o lado com números e o lado com letras, passavam carros por duas dessas pontes, e por uma não. Essa forma de organização, nascida da necessidade e da solidariedade, ecoa as reflexões de Bonduki (1998) sobre a política habitacional nas periferias de São Paulo. A ocupação da Água Vermelha foi resultado da luta por moradia, culminando na formação de um território marcado por uma infraestrutura precária, permeada de violências e resistências.

A favela da Água Vermelha era um espaço construído pelos que pouco tinham, onde o esforço e a criatividade eram as principais ferramentas para transformar os materiais disponíveis em moradia.

Figura 16 – Homens e crianças da comunidade em início de ocupação, década de 1980.

Foto cedida por grupo de moradores

Figura 17 – Eu com meu irmão Sandro no início da ocupação, na década de 1980.

Arquivo pessoal

Figura 18 – Homens e crianças da comunidade década de 1990 – na foto, meu irmão Sandro é um menino e a única pessoa branca na foto.

Arquivo pessoal

As periferias de São Paulo têm cor, e ela é negra (cf.: São Paulo, 2015). Os corpos negros que são abordados pela polícia, os corpos negros que são mortos. Enquanto isso, os brancos, em sua maioria, ocupam outros espaços da cidade, muitas vezes protegidos em condomínios ou prédios com portaria segura. Os corpos pretos que estão nos trabalhos mais precários e nos subempregos. Assim também era e é na Favela da Água Vermelha.

As lutas travadas pela regularização do local e a chegada da infraestrutura de asfalto, energia elétrica e fornecimento de água formais davam mínimas condições de moradia em um local altamente excluído e marcado pela violência estatal. “A moralização e a normalização dos trabalhadores passam pela melhoria da habitação. [...] É essa a convicção dos filantropos” (Perrot, 2011, p. 203).

As melhorias que chegavam davam certa dignidade, mas nos trancavam cada vez mais em casa. Agora a rua com asfalto tinha um maior número de carros, a favela “progredia” e as famílias “também”, as pessoas passaram a ter carros, um bem que não era muito comum na favela, a construir garagens, a fechar as casas com portões altos. A experiência de vivenciar o espaço da rua passou a diminuir progressivamente, a Rota abordava com truculência os homens da comunidade e a violência explícita deixava as pessoas cada vez mais reclusas em casa.

Entre bolinhas de gude, uma arma disparava sobre um corpo, derramando seu sangue, enquanto uma mãe chorava. “Nos anos 80 a sociedade brasileira conheceu também, pela primeira vez, um fenômeno que ficaria conhecido como violência urbana: o início de uma escalada de crescimento do número de homicídios, sem precedentes na história do país” (Maricato, 2000, p. 23).

Figura 19 – Crianças na favela, início da década de 1980.

Foto cedida por Sônia

A favela da Água Vermelha segue se expandindo, ocupando cada vez mais o brejo e tomando espaços antes não habitados. Nessa nova expansão, as casas, em

sua maioria, são de madeira, um reflexo da incessante luta por moradia. No trecho em que o asfalto e a urbanização chegaram, as construções desafiam a engenharia e ocupam vazios em andares, tentando suprir a falta de espaço.

Além disso, a violência, presente no dia a dia, convive com as brincadeiras das crianças, que tentam manter a normalidade em meio aos desafios. Os problemas são profundos e constantes, mas ainda assim a vida segue com muita resistência e afeto. Essa realidade é semelhante à de muitas favelas em São Paulo, quiçá em outros lugares mais remotos. Essa é a complexidade da favela da Água Vermelha e de tantas outras.

Figura 20 – Favela da Água Vermelha, Jardim Robrú, década de 1980.

Foto cedida por grupo de moradores

Os poucos registros que conseguimos parecem ecos do presente, com as condições de moradia precárias parecendo se repetir. Essas fotos raras vêm dos arquivos pessoais da comunidade e foram gentilmente cedidas por moradores e ex-moradores. As fotos recentes foram tiradas do meu arquivo pessoal para a tese. Cada imagem carrega memórias e detalhes únicos da favela da Água Vermelha, preservando a história de um modo profundamente humano e coletivo.

Figuras 21 e 22 – Avenida Água Vermelha, suposta inauguração da creche, anos 1990.

Fotos cedidas em grupo de moradores

Figura 23 – Crianças e adultos moradores da Viela 3, final da década de 1980 (entre as crianças, eu, meus irmãos, primos e vizinhos).

Arquivo pessoal

Nos dias de hoje, a favela da Água Vermelha, situada no Jardim Robrú, poderia estar “congelada”. Mas isso não dá conta de sua realidade: existe uma ocupação ainda em expansão que disputa os terrenos da chácara com empreendimentos verticalizados e um gigante supermercado de uma rede conhecida, demonstrando que a ocupação do solo de maneira precária ainda é a solução para muitas famílias que não têm uma moradia digna.

Figuras 24 a 26 – Nova ocupação na favela Água Vermelha, 2020[51].

Arquivo pessoal

2.3 O papel das elites e a manutenção da pobreza

Harvey (2005) argumenta que o espaço urbano não é neutro, mas sim produzido e moldado pelas necessidades do capital, que busca constantemente sua valorização. No caso paulistano, esse processo se materializou pela organização desigual do território, onde a terra se torna um ativo especulativo, e não um meio para atender às necessidades humanas.

Essa lógica contribuiu para o surgimento das favelas, que se configuram como “não lugares” dentro do modelo de urbanização capitalista, sendo resultado direto da exclusão estrutural promovida pela busca incessante do lucro. “Em 1985, viviam na Região Metropolitana de São Paulo mais de 14 milhões de pessoas. A maioria mora em habitações precárias – favelas, cortiços e casas autoconstruídas em terrenos destituídos de serviços públicos” (Kowarick, 2000, p. 19).

Na lógica capitalista, o espaço urbano é organizado para maximizar o retorno sobre investimentos, o que explica a priorização de grandes empreendimentos imobiliários, industriais e infraestruturais nas áreas centrais. Como resultado, os trabalhadores de baixa renda, expropriados de suas condições básicas de vida, são forçados a ocupar terrenos periféricos, terrenos de risco ou áreas sem infraestrutura

[51] A nova ocupação encontra-se no espaço da antiga horta. Na última foto, eu, quando fui conhecer o local, durante a pandemia da Covid-19.

adequada. Em São Paulo, isso foi especialmente evidente no período de intensificação da industrialização, entre as décadas de 1940 e 1960, quando a demanda por mão de obra atraiu grandes fluxos migratórios, mas sem a correspondente expansão de políticas públicas que garantissem moradia digna.

O espaço urbano e a água passam a ser vistos como “mercadificação por atacado da natureza em todas as suas formas” (Harvey, 2005, p. 123). No caso de São Paulo, isso significou a exclusão daqueles que não podiam competir no mercado imobiliário formal. Além disso, o próprio processo de favelização reflete o que Harvey (2005) descreve como “acumulação por despossessão”. Esse conceito ajuda a entender como as remoções e políticas de desfavelamento, realizadas sob o pretexto de “modernização urbana”, serviram para liberar terrenos valorizados para novos usos capitalistas, enquanto as populações deslocadas eram relegadas a áreas cada vez mais afastadas e precárias.

Sobressaem-se as contradições do espaço urbano produzido pelo capitalismo: enquanto o sistema promove a urbanização como motor de desenvolvimento, simultaneamente exclui e precariza as populações mais vulneráveis. Assim, as favelas não são um resquício do “atraso”, mas uma parte estrutural do próprio processo de urbanização capitalista, evidenciando as desigualdades que sustentam o crescimento urbano. Em São Paulo, essa lógica permanece atual, com a especulação imobiliária e as remoções forçadas perpetuando a favelização, como reflexo de uma urbanização excludente, na qual milhões de pessoas são empurradas para condições de extrema precariedade, sem acesso à infraestrutura básica, emprego formal ou segurança habitacional.

As favelas são a materialização das desigualdades impostas, que privilegiam a concentração de riqueza em determinados polos urbanos, enquanto negligenciam as necessidades básicas de amplas parcelas da população. Embora as favelas sejam espaços de criatividade e adaptação, não se pode romantizar esse cenário, pois representa um urbanismo caótico, produto das desigualdades globais, do fracasso das políticas públicas e da persistente política racista.

São Paulo é um exemplo dessa “máquina que não para de moer gente”, onde a especulação cria a escassez e acentua o problema de acesso à terra, e o déficit de residência também leva à especulação, configurando um círculo vicioso que conduz à periferização e ao aumento do tecido urbano (Santos, 2009, p. 106). Assim, no contexto paulistano, onde a favelização reflete não apenas as contradições do

mercado imobiliário e fundiário, mas também o impacto de políticas que priorizam o capital em detrimento do direito à cidade, “os problemas da posse da terra continuam atolados na herança do sistema latifundiário colonial” (Dávila, 2006, p. 361). Evidencia-se como a estrutura social brasileira está enraizada na lógica da escravidão, que marginalizou as populações negras desde o período colonial e perpetuou essa exclusão por meio de novas formas de exploração.

> A escravidão moldou a base econômica e cultural do Brasil. Após a abolição, não houve qualquer inclusão real dos negros na sociedade formal. Pelo contrário, a liberdade foi acompanhada de um processo de exclusão social brutal, que hoje se expressa nas favelas, no trabalho precarizado e na violência policial, “o poder público é ineficiente, a especulação imobiliária comanda em boa medida a produção do espaço urbano, o capitalismo nativo é predatório e usa e abusa da mão de obra barata” (Kowarick, 2000, p. 51).

A narrativa de que a desigualdade brasileira seria fruto de uma suposta “preguiça” ou “incompetência” das classes populares encobre o fato de as elites utilizarem o racismo estrutural para manter certos privilégios, e esse pacto garante a manutenção do status de uma camada da população que não está nesses territórios de exclusão, mas perto deles, muitas vezes. Além disso, o capital econômico não é o único que exclui e segrega, o território é a concretização dele, mas o capital econômico e o social perpetuam essa exclusão que o racismo sustenta.

A compreensão dessa perspectiva não deve se limitar à renda, mas ser ampliada para incluir os diferentes capitais que estão ao alcance de cada grupo. Segundo Souza (2017), “a classe social não pode ser compreendida pela renda, mas pelos capitais que estão a seu alcance e que servirão como armas dos indivíduos separados por classes na competição social pelos recursos escassos”. Nesse sentido, a classe média é uma classe privilegiada, pois, como o autor aponta, sua “socialização familiar diferencial” lhe oferece uma “capacidade privilegiadamente, em relação às classes populares, para o sucesso escolar e, depois, para o sucesso no mercado de trabalho” (Souza, 2017, p. 146). Esse acesso desigual aos recursos e à educação é um fator crucial na perpetuação das desigualdades sociais no Brasil.

> [...] [a] classe corresponde uma forma distinta de herança familiar [...] que podemos compreender o ponto de partida distinto de cada uma delas desde a escola – onde algumas classes já chegam como perdedoras e vencedoras aos cinco anos de idade pela presença ou ausência de estímulos fundamentais - até o mercado de trabalho (Souza, 2016).

As favelas não são apenas territórios de pobreza, mas evidências materiais da continuidade histórica do racismo estrutural. As favelas, como extensões das senzalas, evidenciam a permanência de uma lógica histórica de exclusão que atravessa séculos, e “a classe média é o capataz da elite do dinheiro de modo a subjugar a sociedade como um todo” (Souza, 2017, p. 147). Após a abolição da escravidão, em 1888, a população negra foi abandonada pelo Estado, sem acesso a políticas de reparação, terra ou emprego digno. Sem alternativas, essas comunidades ocuparam espaços precários e marginalizados, dando origem às favelas, que continuam sendo um símbolo de segregação geográfica e simbólica. Esses territórios representam mais do que a precariedade material. São espaços marcados pela invisibilidade social, pela violência institucional e pelo abandono estatal, reforçando a exclusão das populações negras e pobres.

A segregação geográfica das favelas não é apenas física, é também simbólica, pois reflete a manutenção de relações de poder e a negação do direito à cidade para uma parcela significativa da população. Dessa forma, para além de um problema urbano, a favela é uma consequência histórica de um sistema racista que perpetua desigualdades e confina as populações negras e periféricas em espaços desprovidos de direitos e oportunidades. Essa continuidade histórica mostra como a luta por moradia digna e inclusão social está diretamente ligada ao enfrentamento das heranças da escravidão. O racismo transforma o negro pobre em alvo tanto da repressão policial quanto do desprezo social. A relação entre favelas, pobreza e exclusão racial é indissociável da história de desigualdade estrutural que molda o Brasil. Em São Paulo, o racismo e a desigualdade reforçam a visão das favelas como espaços de “atraso” ou ameaça à ordem, justificando políticas de remoção e desfavelamento que, historicamente, priorizam a valorização do solo urbano para o capital.

A nossa herança escravocrata não apenas configurou a base econômica da sociedade brasileira, mas também determinou formas de exclusão social que hoje se manifestam nos territórios periféricos e nas favelas. Essas áreas, que abrigam uma parcela significativa da população negra, são produto da continuidade histórica de um modelo que confina as camadas populares em espaços de precariedade. A favela, portanto, pode ser entendida como uma extensão simbólica e material da senzala, evidenciando o racismo estrutural que atravessa o processo de urbanização no Brasil, tendo o racismo como pano de fundo.

Por fim, é crucial reconhecer que as favelas não são apenas espaços de exclusão, mas também de resistência e de construção de novas sociabilidades. As populações marginalizadas desenvolvem estratégias criativas para sobreviver e resistir às adversidades impostas pela lógica capitalista. No caso de São Paulo, as favelas representam tanto os limites das políticas públicas habitacionais quanto a luta pelo direito à cidade. A favela da Água Vermelha, como estudado neste capítulo, ilustra as contradições de um modelo de urbanização que, ao mesmo tempo que promove a exclusão, também evidencia a resiliência e a resistência de seus moradores diante das desigualdades estruturais.

Essa perspectiva é central para se compreender como o espaço urbano brasileiro, incluindo as favelas, reflete as dinâmicas históricas de exclusão. Os territórios ocupados por populações negras e indígenas, frequentemente marginalizados e precarizados, não são apenas fruto das desigualdades econômicas, mas também de um racismo estrutural que se originou no colonialismo. Quijano (2005) nos ajuda a perceber como esses processos moldaram as relações sociais e configuraram os espaços que ainda hoje reproduzem a opressão e a segregação racial.

Conforme Quijano (2005), a constituição do espaço social, dos territórios e das territorialidades na América Latina está profundamente marcada pelo derramamento de sangue dos povos indígenas e africanos, resultado direto do colonialismo europeu. Ele argumenta que, nesse processo, as múltiplas culturas e etnias que habitavam as Américas foram reduzidas e categorizadas sob as designações genéricas de “indígenas” e “negros”. Essa reclassificação racial, além de ser uma ferramenta de dominação, foi crucial para a construção das hierarquias sociais que sustentaram o modelo colonial e persistem nas sociedades contemporâneas, especialmente no Brasil.

A Lei de Terras de 1850 foi um marco na institucionalização da exclusão da população negra no Brasil. Ao transformar a terra em mercadoria e condicionar seu acesso à capacidade de compra, a legislação visava impedir que os escravizados libertos adquirissem propriedades, consolidando sua marginalização tanto no espaço rural quanto no urbano. Com a proximidade da abolição, a política imperial reforçou essa exclusão ao garantir que a terra permanecesse sob o controle das elites, privando a população negra de uma base material essencial para reconstruir sua vida em liberdade. Como consequência, a segregação espacial foi institucionalizada,

configurando um modelo de exclusão que ainda molda a ocupação das cidades e do campo no Brasil.

Esse modelo de urbanização evidencia como a segregação racial foi incorporada ao planejamento urbano propositalmente, consolidando desigualdades que se perpetuaram ao longo do tempo. São Paulo, nas três primeiras décadas do século XX, revela um cenário de profundas desigualdades raciais e sociais, mesmo após a abolição da escravidão. Florestan Fernandes e Roger Bastide (1971), em seu estudo “Brancos e Negros em São Paulo”, desmitificaram a ideia de que o Brasil vivia uma “democracia racial”, revelando que, longe de existir igualdade entre brancos e negros, as estruturas de exclusão herdadas do período escravocrata permaneciam ativas, manifestando-se nas relações sociais e na organização do espaço urbano.

Fernandes e Bastide (1971) constataram que a transição para o trabalho livre no Brasil foi marcada pela marginalização sistemática dos negros, sem políticas de inclusão ou reparação, relegando a população negra a condições desumanas. A exclusão não era apenas econômica, mas também simbólica, sustentada por ideologias racistas, como a ideia da posição inferior dos negros na sociedade. Para eles, “Os anos posteriores à Abolição foram extremamente duros para as populações negras concentradas nas cidades” (Fernandes; Bastide, 1971, p. 54).

As desigualdades raciais no Brasil são estruturais, profundamente enraizadas na formação histórica e social do país. A segregação espacial e a exclusão da população negra nas cidades não eram acidentais, mas fruto de um modelo de urbanização que perpetuava as hierarquias de raça e classe. Essa compreensão é fundamental para a interpretação das dinâmicas de favelização e das relações raciais em São Paulo, conectando o passado escravocrata às realidades contemporâneas da pobreza e da segregação urbana. Afinal, “A escravidão degradara a tal ponto o seu agente humano de trabalho, que tomara a sua recuperação econômica extremamente penosa, difícil e demorada” (Fernandes; Bastide, 1971, p. 56).

Esta pesquisa não apenas reforça as grandes discussões sobre território e racismo, mas também contribui para uma análise mais específica e urgente: a relação entre essas dinâmicas e o funcionamento do sistema de justiça nas Varas da Infância e Adolescência da capital paulista. Ao investigar os processos de acolhimento institucional e de DPF, torna-se evidente como o racismo estrutural e a segregação territorial influenciam diretamente as decisões judiciais que afetam crianças e adolescentes na cidade de São Paulo.

O território, nesse contexto, atua como um marcador social que reflete e amplifica desigualdades. Crianças e adolescentes oriundos de favelas e periferias, como a Água Vermelha, frequentemente enfrentam preconceitos que os associam a vulnerabilidades inerentes, não só por sua condição econômica, mas também por sua raça e seu local de moradia. O racismo estrutural, combinado à precariedade das condições urbanas nesses territórios, molda as intervenções judiciais e as percepções sobre a capacidade das famílias negras e pobres de exercerem seus direitos parentais.

Esse recorte específico permite notar que as desigualdades no espaço urbano e a racialização da pobreza não são apenas questões de infraestrutura ou políticas públicas, mas também de justiça social. O sistema de justiça, ao lidar com famílias que vivem em condições precarizadas, muitas vezes reproduz a lógica de exclusão e criminalização que marca o histórico dessas populações. Assim, este estudo dialoga com questões mais amplas de território e racismo, mas também ilumina como esses fatores operam em níveis institucionais, influenciando diretamente a vida de crianças e adolescentes em São Paulo.

Mbembe (2020), em sua teoria da necropolítica, amplia essa discussão ao apontar como as dinâmicas do poder contemporâneo determinam quem pode viver e quem deve morrer. A violência, o genocídio e a exploração dos corpos negros, historicamente enraizados nas práticas coloniais e escravocratas, permanecem inscritos nos territórios e nas cidades do século XXI. Diferencia-se “quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” (Mbembe, 2020, p. 41). No caso brasileiro, a necropolítica se materializa de forma alarmante nos dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024):

> Em 2022, do total de homicídios de mulheres registrados pelo sistema de saúde, as mulheres negras corresponderam a 66,4% das vítimas. Em números absolutos, foram 2.526 mulheres negras assassinadas. Naquele ano, a taxa de homicídio de mulheres negras foi de 4,2 por grupo de 100 mil, enquanto a taxa para mulheres não negras foi de 2,5. Isso significa dizer que mulheres negras tiveram 1,7 vezes mais risco de serem vítimas de homicídio, em comparação com as não negras.

Portanto, a vulnerabilidade socioeconômica e a segregação espacial são também expressões de uma lógica necropolítica racializada. A realidade e as análises de Mbembe (2020) evidenciam que a população negra, desde o nascimento até a morte, vive em condições sistematicamente inferiores às de seus pares brancos, seja

no acesso à saúde, à educação ou à moradia. Para a maioria, resta o “lugar da vulnerabilidade”, onde a ausência de políticas públicas efetivas perpetua a segregação e a violência. Essa hierarquia racial e socioeconômica reflete a continuidade das estruturas coloniais e escravocratas, que ainda definem os territórios e as relações sociais no Brasil. Assim, a necropolítica não apenas explica o cenário de desigualdade e exclusão, mas também expõe o papel ativo das instituições e do Estado na manutenção dessas condições de vida e morte.

3 – ÁREA “MOLHADA”: BANHEIRO

Quadro 24 – Banho, banheiro e acesso à água
“Quanto ao banheiro encontrava com a porta fechada e não foi possível abri-la” (NPJ, 2015);
“O banheiro apresenta o teto com bolor, tem janela pequena, tem vaso sanitário com caixa de descarga e chuveiro elétrico. A pia do banheiro foi instalada próxima à porta deste, na cozinha” (TJ, 2016);
“estava tranquilo, com uma roupa limpa” (SAICA, 2018);
“Podemos constatar que na residência não havia água, pois havia sido cortada por falta de pagamento e o Sr. busca água em uma ‘bica’ próxima de sua casa, onde tem uma placa da Prefeitura, informando que a água é insalubre para consumo” (CT, 2017);
“[...] a residência possui chuveiro com água quente” (TJ, 2017);
“[...] construção de alvenaria e não possui saneamento básico” (SAICA, 2019);
“[...] a casa fica em bairro sem infraestrutura, sendo esgoto” (SAICA, 2015);
“Banheiro fica localizado do lado externo” (TJ, 2018);
“[...] na casa não há banheiro” (CT, 2019);
“Banheiro atende todas as necessidades básicas” (SAICA, 2019);
“A parede do banheiro havia caído, nele tinha apenas um pedaço do vaso sanitário, sem descarga e solto. A família faz suas necessidades nesse banheiro sem paredes e o teto aparentemente comprometido” (CT, 2017);
“alegaram que tomam banho na casa de uma vizinha” (TJ, 2016);
“Nos informou que estão sem água no imóvel há, aproximadamente, 5 meses” (UVIS, 2017);
“membros tomam banho de ‘canequinha’, com água que ele busca em uma bica” (TJ, 2016);

3.1 Pelos canos da casa

Te convido a fazer um exercício de imaginação. É fim de tarde e você está voltando para casa após um longo dia de trabalho. Durante o trajeto, percebe um incômodo crescente – talvez o cansaço, a fome ou aquela urgência de ir ao banheiro. No começo, você tenta ignorar, distraindo-se com os pensamentos do dia ou com a paisagem ao redor. Mas, aos poucos, a sensação se intensifica. Cada parada no trânsito ou cada minuto extra no transporte parece um teste de paciência.

Finalmente, você chega à sua rua, avistando sua casa. Enquanto procura as chaves, sente que cada segundo de espera é uma eternidade. Assim que a porta se

abre, você corre para dentro, largando o que tiver nas mãos pelo caminho e ignorando qualquer outra necessidade. Tudo o que importa, nesse momento, é alcançar o banheiro. Sentar-se no vaso sanitário, sentir o alívio de atender uma necessidade básica e fisiológica, uma necessidade tão humana, tão íntima. Sim, defecar é humano! É uma atividade fisiológica cotidiana – ou deveria ser. É um ato essencial que parece conectar o ser humano ao seu corpo, uma necessidade fisiológica que desconhece barreiras culturais, econômicas, gênero, raça/cor. No entanto, mesmo sendo universal, seu lugar no cotidiano varia drasticamente: para alguns, é um momento privado e confortável; para outros, uma experiência cercada de precariedade, desconforto e, muitas vezes, vergonha.

Este capítulo apresenta o que talvez seja o espaço mais íntimo dentro da casa. É o espaço por onde a água entra e os dejetos saem. Foi a partir da observação desse espaço que surgiu a ideia de separar as partes “secas” das “molhadas”, seguir o encanamento da casa e, desse modo, chegar ao banheiro. Ambiente “molhado” sobre o qual me debruço aqui.

Também chamado de “casa de banho”, “casinha”, outrora considerado lugar de passagem rápida, o banheiro se tornou, especialmente a partir de meados do século passado, um lugar de encontro consigo mesmo, de desvelamento da intimidade corporal, conforto e acolhimento. O banheiro é um espaço destinado tanto à higiene corporal quanto ao afastamento dos dejetos, refletindo uma tentativa cultural de separar o corpo daquilo que ele expulsa. Mais do que uma necessidade funcional, ele se tornou um símbolo de status, poder e asseio.

O banheiro como espaço íntimo e privado apresenta questões muito complexas e importantes para a pesquisa, acrescenta discussões que reverberam sua história, seu lugar na sociedade ao longo do tempo, seu status, seus acessos e seus usuários. Mas esta tese não daria conta de aprofundar uma análise sobre esse espaço da intimidade dentro das casas e sua complexa e longa história, nem é a sua pretensão. A pesquisa pretende apresentar um sobrevoo geral sobre esse espaço, seus usos e costumes culturais na história e dialogar com os registros processuais.

Esse espaço é concebido sob um leque de representações das ordens sociais que atingem o público e o privado. Atentando para os olhares de gênero impressos nos espaços, percebe-se a complexidade das relações sociais e as marcas profundas deixadas pelas estruturas sociais. Assim sendo, a escolha de trazer para esta pesquisa algumas reflexões sobre esse espaço deve-se ao seu forte potencial

simbólico. O banheiro reflete diversas características culturais e subjetivas da sociedade contemporânea e, de modo mais específico, ocupa um lugar essencial para a compreensão dos assuntos abordados neste estudo. Usar o banheiro como parte material pode revelar muito sobre uma sociedade – seus acessos, suas desigualdades, a divisão entre diferentes grupos econômicos e as dinâmicas de status e distinção. Se o banheiro é um marcador de distinção, ele não é apenas um espaço funcional, mas um lugar que expressa e reproduz diferenças sociais. Sua estrutura, acesso, luxo ou precariedade dizem muito sobre a posição social dos indivíduos e os mecanismos de separação entre classes. Entre Marx (2013) e Bourdieu (2017), ambos poderiam ser usados para discutir que até mesmo o hábito de frequentar certos tipos de banheiros (públicos, privados, de luxo, coletivos) está ligado a distintas classes – econômicas, culturais e sociais.

Bourdieu (2015, p. 18) lembra essa ordem social como uma divisão entre os ambientes “reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais [...]”. DaMatta (1997, p. 38) também comenta, no caso brasileiro, que

> Quando Gilberto Freyre escreveu Casa-grande & senzala e Sobrados e mocambos, ele estava certamente estudando um dos espaços mais significativos de nossa estrutura social, espaços que reproduziam em suas divisões internas a própria sociedade com seus múltiplos códigos e perspectivas. Hoje podemos ver que não se trata apenas de dois modos específicos de habitação, mas que esses espaços são domínios por meio dos quais a própria sociedade brasileira se atualiza e ganha vida.

Este capítulo representa, portanto, uma tentativa de observar alguns exemplos históricos apenas com o intuito de demonstrar a existência de uma variedade de conceitos sobre limpeza e sujeira, verificando o quanto a arquitetura e a maneira de pensar esse lugar foram transformadas ao longo da história. As formas de lidar com as necessidades fisiológicas e o acesso à água refletem as crenças e estruturas sociais de cada cultura.

No Egito Antigo, por exemplo, foram encontradas latrinas conectadas a sistemas de drenagem, uma forma de organizar o descarte de resíduos de acordo com as necessidades da época. Em Roma, por volta do século I d.C., as latrinas eram públicas e as pessoas socializavam enquanto seus dejetos eram levados por sistemas de esgoto que utilizavam fluxo de água, representavam uma organização diferente

para o manejo dos resíduos. Na Índia, a defecação ao ar livre ainda persiste em algumas regiões, pois o banheiro dentro de casa é para alguns indianos considerados impuros[52], uma visão ligada à pureza religiosa e social. Além disso, povos originários no Brasil, os quilombolas e os povos das comunidades na Etiópia ainda hoje enterram seus dejetos longe de suas casas, garantindo que o solo e a água ao redor não sejam contaminados.

Assim, este texto explora essas experiências e práticas, apresentando exemplos de como diferentes épocas e locais lidavam e lidam com seus dejetos, além de focalizar o acesso à água e as conexões culturais.

3.1.1 Os banheiros e o banho: uma perspectiva não ocidental contemporânea

Ao longo da história, o ato de defecar e as práticas relacionadas à higiene têm sido moldados por diversas culturas, cada uma com seus próprios conhecimentos, normas sociais e tecnologias. Em vez de abordar os sistemas de banheiro ou de eliminação de resíduos a partir de uma óptica ocidental, como algo universalmente “civilizado” ou “primitivo”, é essencial considerar as diferentes formas de organização social e de bem-estar que essas práticas refletem nas diversas sociedades.

O banheiro, mais do que um simples espaço, representa uma relação do espaço privado e público com o próprio corpo. Ao examinar as tradições e inovações em diferentes culturas, é importante evitar a exotização dessas práticas, reconhecendo o valor intrínseco a cada uma delas. Também se faz necessário não impor uma visão hierárquica de “avançado” ou “atrasado”, uma vez que, historicamente, cada cultura possui suas regras.

Quijano (2005) oferece uma perspectiva essencial para a tese ao pensar que certas práticas e visões estão enraizadas em uma lógica colonial que persiste mesmo após o fim das administrações coloniais. O autor entende que a racialização dos corpos foi criada como um mecanismo de dominação para justificar a exploração de povos colonizados, estruturando as hierarquias sociais que sustentam a modernidade

[52] Para entender um pouco mais sobre o assunto e a cultura indiana, indico o filme “Toilet: Ek Prem Katha”. Direção: Shree Narayan Singh. Elenco: Akshay Kumar, Bhumi Pednekar, Anupam Kher. Índia, 2017, classificação indicativa A12. O enredo acompanha uma mulher recém-casada que deseja o divórcio ao descobrir que não há vaso sanitário na casa; seu marido, então, empenha-se em convencer os vizinhos a instalarem banheiro no vilarejo. Duração: 2h25, ficção.

e o capitalismo global. Ao propor a descolonização do saber e a valorização das epistemologias do Sul, Quijano (2005) e Said (2008) buscam romper com essa ideia eurocentrada e ocidentalista, além de promover a resistência por meio da recuperação de práticas e saberes fora do eixo eurocêntrico ou ocidental, ampliando o entendimento da tese sobre as dinâmicas de poder envolvidas nesse tema. Essa perspectiva permite compreender a diversidade de soluções que as sociedades criaram ao longo do tempo, sem reduzir suas práticas a estereótipos ou simplificações.

A visão colonialista que tende a hierarquizar e controlar as práticas de diferentes culturas é justamente uma das críticas centrais que Said (2008) faz. O autor denuncia como o Ocidente constrói uma imagem do “Oriente” como sendo uma região inferior, irracional e carente de intervenção ocidental para se civilizar. A frase “há ocidentais e há orientais. Os primeiros dominam, os segundos devem ser dominados” (Said, 2008, p. 63) sintetiza essa lógica imperialista, em que as sociedades do Oriente são vistas como passivas e subordinadas, precisando ser governadas pela superioridade do Ocidente. Essa visão se estende à forma como o Ocidente interpreta e impõe seus próprios valores sobre práticas e tradições orientais, como, por exemplo, os sistemas de higiene ou de eliminação de resíduos.

Cromer, uma figura do Império Britânico, foi um dos responsáveis por essa forma de dominação, defendendo que o “conhecimento” que o Ocidente possui sobre os povos do Oriente justifica sua liderança. Ele afirma que “é essencial que em cada caso particular se tomem as decisões de acordo, principalmente, com o que nós, segundo o conhecimento e a experiência ocidentais temperados por algumas considerações locais, consideramos ser melhor para a raça submetida” (*apud* Said, 2008, p. 65). Essa mentalidade de superioridade justifica não só a imposição de normas ocidentais sobre o Oriente, mas também a ideia de que as sociedades colonizadas precisam ser moldadas de acordo com o que o Ocidente entende como “melhor”, desconsiderando suas próprias práticas e soluções adaptadas à realidade local. Ao tomar essas decisões em nome da “raça submetida”, Cromer e outros líderes coloniais reforçam uma visão de que os povos orientais seriam incapazes de se autogovernar, sendo necessária a orientação e o controle do Ocidente.

Portanto, ao refletirmos sobre as práticas culturais e os sistemas de higiene de diferentes povos, especialmente aqueles historicamente dominados, é crucial não os enxergarmos como “primitivos” ou “exóticos” segundo uma óptica ocidental contemporânea. Ao contrário, devemos reconhecer a riqueza das soluções locais,

evitando impor um modelo único de bem-estar, como muitas vezes o Ocidente tem feito em sua história imperialista. A história das práticas de higiene e de banheiros deve ser entendida dentro do contexto cultural e histórico de cada sociedade, sem a redução dessas práticas a meros símbolos de atraso ou irracionalidade.

Com essa perspectiva, é possível analisar infraestruturas sanitárias já existentes em civilizações antigas como Mohenjo-daro e Harappa, pertencentes à Civilização do Vale do Indo (c. 3300 a.C. – 1300 a.C.). Tais civilizações exemplificam como sociedades desenvolveram sistemas avançados de fornecimento de água e saneamento, refletindo uma compreensão da higiene para a organização urbana. Mohenjo-daro e Harappa, localizadas na atual região do Paquistão e Noroeste da Índia, possuíam redes de drenagem altamente sofisticadas, com canalizações de tijolos cozidos que transportavam água e resíduos de maneira eficiente. Todas as residências tinham acesso à água, servida por poços, e canal de esgoto, demonstrando um planejamento urbano (UNESCO, c.2024)[53].

Figura 27 – Mohenjo-daro, surgiu há quase 4.500 anos.

Foto de Randy Olson - National Geographic

Além do Vale do Indo, outras civilizações antigas, como os egípcios antigos, conhecidos por sua preocupação com a limpeza e o cuidado pessoal, acreditavam que a higiene estava diretamente ligada à saúde e à espiritualidade.

[53] As cidades de Harappa e Mohenjo-Daro possuíam sistemas avançados de saneamento que demonstram a sofisticação das civilizações do Vale do Indo (UNESCO, c.2024; National Museum, c.2024; National Geographic, 8 set. 2017).

Figura 28 – Latrina no templo de Habu em Luxor[54].

Foto cedida pelo guia Sayde El Gebaly

Além disso, os egípcios, conhecidos pela medicina preventiva, preocupavam-se em evitar odores. O modelo de latrina encontrado no Templo de Habu, em Luxor, é muito semelhante aos modelos de fossa e latrina ainda existentes em regiões onde o banheiro seco é comum. As latrinas. Na França de 1858: “A raridade da água e a ausência de sistemas de evacuação estimulam a engenhosidade dos higienistas encarregados de conceber as latrinas.” Grassi, relator encarregado de estudar o problema, conclui que “O cabinete de toalete [...] deve ser o local mais limpo de todos” (Corbin, 1987, p. 222). Segundo Corbin (1987, p. 223), o aprendizado de defecação no ambiente escolar prepara a difusão para o ambiente privado, impondo obediência e que se contenham, “uma mulher honesta deve provar, através do controle de suas necessidades fisiológicas, que sabe resistir a todos os impulsos do corpo”.

Além das latrinas, é interessante pensar o acesso à água e como se dá essa distribuição, por exemplo, no Império Inca, que se estendia por vastas áreas dos Andes, conhecido por sua engenharia e pela valorização da água, considerada um elemento sagrado. Recentemente, arqueólogos descobriram um banheiro inca de 500 anos no sítio arqueológico de Huánuco Pampa, no Peru, uma estrutura composta por duas salas independentes e construída com pedras esculpidas. Acredita-se que esse banheiro não servia apenas para fins práticos, mas também possuía uma função ritualística e espiritual, refletindo o profundo simbolismo ligado à água na cultura inca.

[54] O Templo mortuário de Ramsés III em Medinet Habu, Luxor, Egito.

Essas práticas demonstram conhecimento ecológico, engenharia e espiritualidade (cf. Qhapaq Ñan, 11 abr. 2023; Andina, 14 abr. 2023; Obando, 13 abr. 2023).

Além do acesso à água, é interessante falar sobre o ato de defecar ao ar livre, prática tão antiga quanto a humanidade e que, em contextos históricos de baixa densidade populacional, não representava uma grande ameaça à saúde pública. Contudo, com o crescimento exponencial das populações e a urbanização acelerada, essa prática tornou-se uma das principais causas de doenças evitáveis no mundo. Estima-se que cerca de 950 milhões de pessoas ainda praticam a defecação a céu aberto globalmente, e mais da metade delas estão concentradas na Índia. Para muitos indianos, especialmente em comunidades rurais, as latrinas próximas às casas são vistas como impuras, independentemente de quão limpas possam estar. Essa crença está ligada a tradições culturais e religiosas que associam os dejetos humanos à impureza espiritual, fazendo com que muitos prefiram afastar-se para campos abertos a utilizar um banheiro próximo ao ambiente doméstico.

Além disso, na Índia as latrinas de fossa dupla representam outro desafio: a necessidade de esvaziá-las é vista como um ato degradante, historicamente associado às castas mais baixas, reforçando uma tradição que vai além da simples ausência de infraestrutura. Essa resistência encontra raízes profundas na estrutura social e religiosa indiana. O sistema de castas tem um impacto direto nas práticas de saneamento, com os *dalit*, historicamente chamados de “intocáveis”, sendo marginalizados e obrigados a realizar trabalhos considerados impuros, como a limpeza manual de latrinas. Nos últimos anos, com movimentos crescentes por igualdade, muitos *dalit* têm rejeitado esses trabalhos, o que resultou no aumento dos custos para a manutenção das instalações sanitárias tradicionais. Como consequência, algumas famílias rurais preferem construir fossas enormes que nunca precisem ser esvaziadas, enquanto outras continuam a optar pela defecação ao ar livre para evitar qualquer interação com essas práticas estigmatizadas. Esse complexo cruzamento entre infraestrutura, religião e tradição revela que a erradicação dessa prática exige mais do que a construção de banheiros.

A defecação é um ato universal e natural, presente em todas as culturas e sociedades ao longo da história. Em comunidades rurais da Índia, entre os etíopes do Vale do Omo e os indígenas brasileiros, esse ato é frequentemente realizado ao ar livre sem carregar os estigmas que prevalecem nas sociedades urbanizadas. Nessas culturas, há uma relação mais próxima com a natureza, os dejetos humanos são vistos

como parte de um ciclo natural, retornando à terra sem causar danos significativos ao ambiente. A baixa densidade populacional e a dispersão geográfica permitem que essa prática tenha um impacto mínimo na saúde pública, enquanto, culturalmente, o ato é reconhecido como parte essencial da condição humana.

No Brasil, diversas iniciativas vêm promovendo o uso de latrinas secas e sistemas de compostagem de dejetos humanos, integrando soluções sustentáveis ao saneamento básico. Essas alternativas são especialmente relevantes em comunidades rurais, quilombolas, indígenas e áreas periféricas, onde a infraestrutura de esgoto convencional é precária ou inexistente. Além de oferecer uma solução acessível e de baixo custo, esses sistemas minimizam a contaminação dos solos e dos corpos d'água, reduzindo o risco de disseminação de doenças e promovendo a preservação ambiental. A compostagem de dejetos humanos transforma resíduos em fertilizantes que podem ser utilizados na agricultura e no reflorestamento, fechando um ciclo ecológico eficiente e sustentável. Essa abordagem se alinha aos princípios da economia circular, na qual nada é desperdiçado e os recursos são reaproveitados de forma inteligente. Além disso, essas tecnologias ajudam a reduzir a dependência de saneamento baseado em grandes obras de infraestrutura, muitas vezes inviáveis.

Embora essas soluções sejam promissoras, os desafios ainda precisam ser superados, como a resistência cultural ao uso de sanitários secos e a falta de incentivos governamentais para sua implementação em larga escala. No entanto, experiências bem-sucedidas demonstram que, quando adaptadas às necessidades locais e acompanhadas de educação ambiental, essas iniciativas garantem não apenas a preservação do meio ambiente, mas também o respeito à dignidade humana, promovendo qualidade de vida e justiça social para aqueles historicamente excluídos do direito ao saneamento adequado (cf. Dimpfl; Moran, c.2024; Rebouças, 2010; Guedes, 2016).

Contudo, a urbanização trouxe consigo a concentração populacional, a privatização do saneamento e o surgimento de normas sociais que transformaram a defecação em um ato privado, oculto e carregado de tabu. Não estou excluindo a prevenção de doenças, mas sim considerando a cultura. É preciso separar as condições de saneamento básico em condições urbanas ou até ribeirinhas de condições de povos que vivem em contato íntimo com a natureza e pouco impacto causam no meio ambiente, diferentemente de um contato direto com dejetos e em condições insalubres, como tem acontecido em áreas urbanas, por exemplo, no Brasil

e na Índia. “Eis que o escremento organiza representações sociais” (Corbin, 1987, p. 185).

O ato de defecar em banheiros fechados e desodorizados consolidou-se como um símbolo de “civilização e higiene”, tornando a defecação um tabu ligado ao nojo e à vergonha. No início do século XX, segundo Corbin (1987), os costumes ingleses reforçaram essa disciplina ao estabelecer regras rigorosas sobre a higiene infantil, “de se cobrir o bebê, proibindo as crianças de andarem com os cus à mostra, de defecarem e urinarem quando tiverem necessidade, sendo rapidamente trocadas pelos que delas cuidam, completa essa disciplina da defecação” (p.273).

O verdadeiro problema, portanto, não reside no ato de defecar, mas no impacto desse ato em um mundo cada vez mais urbanizado e desigual. Na contemporaneidade parece que esquecemos que a defecação é parte da biologia humana. No entanto, não é sobre biologia que esta tese trata, mas sobre quem é considerado humano para ter acesso ao banheiro, “a manutenção da ansiedade suscitada pelo excremento. [...] a excreção obceca então as classes dominantes. Produto irrefutável da fisiologia que o burguês se esforça por negar, a merda, por um retorno implacável, assombra o imaginário”. Além disso, a merda “contradiz os esforços de descorporificação; ela permite reatar com a vida orgânica, cujo passado imediato ela se encarrega de contar” (Corbin, 1987, p. 185).

3.1.2 Higiene e saneamento na Roma Antiga

Na Roma Antiga existia um sistema de saneamento básico com água corrente, muitas das infraestruturas de saneamento de Roma, como os aquedutos e os sistemas de esgoto, eram projetadas para manter as cidades funcionais. Pompeia, sendo uma cidade romana bem preservada, revela muitos desses elementos, como latrinas públicas, banhos públicos (*thermae*) e sistemas de drenagem avançados para a época. A Roma Antiga, conhecida por sua engenhosidade, desenvolveu um sistema sanitário, e observá-lo sob a lente das ruínas de Pompeia, assim como a análise de estudiosos como Carcopino (1943), permite-nos entender não apenas os aspectos funcionais, mas também culturais dessas práticas.

Explorar as ruas de Pompeia é como mergulhar em um instante congelado no tempo, é possível observar detalhes que revelam a organização sanitária da cidade.

Ver os vestígios do sistema de esgoto em Pompeia é uma experiência que conecta o passado ao presente. É impressionante como algo tão humano como os dejetos relevam a partir de um sistema de esgoto tanto sobre uma determinada época. Desde as latrinas públicas até os banheiros privados das casas mais abastadas, como a Casa de Menandro ou os canais da Casa de Octavius Quartione, como Carcopino destaca (1943, p. 37, tradução própria):

> As latrinas públicas eram espaços comunitários e funcionais, conectados às principais ruas e mercados. Esses locais, equipados com bancos de pedra perfurados e canais de água corrente para remover os dejetos, também serviam como pontos de interação social. Era comum que os usuários conversassem enquanto realizavam suas necessidades.

Em contraste, as casas mais ricas de Pompeia, como a Casa de Menandro e a Casa de Octavius Quartione, ofereciam banheiros privados. A Casa de Octavius Quartione incluía um pequeno sistema de água corrente. Mesmo assim, até mesmo nas residências mais luxuosas havia limitações, deficiências no abastecimento de água, particularmente nas *insulae*. Como Carcopino (1943, p. 38, tradução própria) menciona, “a água fresca de nascente foi levada aos bairros na margem direita do Tibre; até então, os habitantes precisavam depender de poços para suprir suas necessidades”. Além disso, como ele aponta: “Mesmo na margem esquerda, o acesso aos canais de distribuição conectados, por permissão do *princeps*, aos castella de seus aquedutos era concedido, mediante o pagamento de uma taxa” (p. 38).

Essa escassez de água para uso privado era agravada pelo fato de que as concessões frequentemente beneficiavam apenas os andares térreos, onde residiam os proprietários mais ricos. Mesmo assim, até mesmo nas residências mais luxuosas, havia limitações significativas em relação ao conforto, “as *insulae* eram tão mal abastecidas de água quanto de luz e calor [...] Muito pouco dessa imensa quantidade chegava às residências privadas” (Carpopino, 1943, p. 38, tradução própria). Interessante notar que também na pesquisa foi possível observar limitações desse tipo: “Nos informou que estão sem água no imóvel há, aproximadamente, 5 meses” (UVIS, 2017). Hoje, como antes, verifica-se a mercantilização do acesso à água e quem pode pagar acaba tendo mais privilégios.

O sistema de esgoto em Pompeia reflete a engenharia romana de ruas que possuíam canais abertos que drenavam água e resíduos, enquanto as áreas mais privilegiadas contavam com redes subterrâneas. Contudo, nem todos tinham acesso

igual a essa infraestrutura. Como Carcopino (1943) observa, havia uma divisão entre as experiências das elites e das classes populares, um reflexo das desigualdades sociais que permeavam todos os aspectos da vida romana. O uso de banheiros privados ou sistemas de água simboliza o auge do conforto na época.

Sobre as latrinas públicas, eram equipadas com bancos de pedra perfurados e canais de água corrente para remover os dejetos, também serviam como pontos de interação social. Era comum que os usuários conversassem enquanto realizavam suas necessidades, algo que hoje poderia parecer desconcertante. Em contraste, as casas mais ricas de Pompeia, como a Casa de Menandro e a Casa de Octavius Quartione, ofereciam banheiros privados.

3.2 Do fedor medieval à imposição europeia de higiene nas colônias

Na França de 1850, a proscrição dos assentos múltiplos, a “antiga promiscuidade na defecação e a confusão dos odores excrementícios [foram] tornadas intoleráveis” (Corbin, 1987, p. 223). Enquanto até os burgueses ainda despejavam os excrementos nas ruas e calçadas. “No Havre em 1849, somente as casas novas construídas pelos ricos é que possuem fossas séticas” (p.224). E o aparecimento do banheiro “constitui, numa escala no longo processo de especificação dos locais da intimidade, sem sombra de dúvida, o evento máximo da história do espaço doméstico no século XIX” (p. 224). Diga-se de passagem, na Europa, pois, como visto, ele já tinha aparecido muitos anos antes em outras civilizações. Na França de 1880 em diante os gabinetes de toalete anexos aos quartos são transformados em banheiros ainda que numa ação peremptória. Um espaço rigorosamente privado em que cada um entra sozinho, com objetos e suas disposições facilitando o uso, descartando qualquer ajuda externa, afastando os “contatos indiscretos” e os olhares, "numa relação mais exigente do indivíduo consigo mesmo. ‘Lá não se entra em companhia’" (Vigarello, 1996, p. 238).

A história da higiene é marcada por contradições, atravessando épocas, culturas e fronteiras. Na Europa medieval, a falta de infraestrutura sanitária era mascarada pelo uso excessivo de perfumes e incensos, numa tentativa de disfarçar odores desagradáveis que permeavam cidades superlotadas. “A desodorização burguesa supõe riqueza ou, ao menos, uma largueza [...] O pobre, o homem-esterco,

completamente impregnado de cheiros, invoca seu desejo de sobrevivência" (Corbin, 1987, p. 272). Todavia, a estratégia higienista "simbolicamente a desinfecção à submissão", além de "tornar inodoro o proletário poderia instituir a disciplina e o trabalho" (p.185). "A salubridade de uma grande cidade é a soma de todas as habitações privadas. Chegou então a hora de se acuar a infecção no interior da casa do miserável" (p.184). Nas sociedades modernas, esquecemos que esse processo é parte essencial da biologia humana, enquanto culturas mais próximas da terra ainda reconhecem sua naturalidade.

Ao mesmo tempo, a associação de banhos frequentes com doenças e a moralidade cristã fizeram com que a prática de higiene física fosse negligenciada durante séculos. A própria Igreja, por vezes, desencorajava o banho como uma prática ligada à vaidade ou ao pecado.

No entanto, com o Iluminismo e, mais tarde, a Revolução Industrial, a Europa iniciou uma transformação profunda em relação à higiene. O século XIX viu o avanço das políticas de saneamento, o surgimento de sistemas modernos de esgoto e uma nova valorização dos banhos regulares. Em cidades como Londres, após os surtos de cólera na década de 1850, o sistema de esgoto foi ajustado sob a liderança do engenheiro Joseph Bazalgette, que construiu uma rede subterrânea de escoamento de resíduos. Da mesma forma, em Paris, o barão Georges-Eugène Haussmann liderou uma ampla reforma urbana, que incluiu a modernização do abastecimento de água e a criação de um sistema de coleta de esgoto. Como aponta Harvey (2005); Corbin (1987). A higiene pessoal tornou-se um marcador de classe e civilidade, simbolizada pelo sabonete perfumado e pelas águas de colônia. A limpeza passou a ser uma questão tanto de saúde quanto de distinção social.

Ao analisar essas transformações, podemos destacar como as práticas de saneamento tornaram-se ferramentas de exclusão e controle. Essa perspectiva histórica nos permite questionar as narrativas hegemônicas sobre a "modernização" sanitária e reconhecer as contribuições e resistências. No contexto contemporâneo, essas práticas históricas ganham relevância ao refletirmos sobre as desigualdades atuais no acesso a banheiros dignos e às infraestruturas sanitárias – "a casa fica em bairro sem infraestrutura, sem esgoto" (SAICA, 2015).

Ao revisitar a história dos banheiros, é possível perceber como as práticas de saneamento estão intrinsecamente ligadas às relações de poder e às hierarquias sociais impostas pelo colonialismo. Essa abordagem histórica, além de enriquecer

nossa compreensão das práticas sanitárias globais, também nos permite questionar e desconstruir as narrativas hegemônicas que ignoram as contribuições de povos pelo mundo, bem como compreender como o poder e os recursos materiais deram acesso a uns e não a quem não tinha prestígio ou como pagar.

3.2.1 Ambiguidade e as práticas na história da higiene ocidental

Teorias científicas, como a teoria dos germes, transformaram radicalmente as atitudes em relação à sujeira e à limpeza, assim como os discursos científicos e médicos moldaram a maneira como as sociedades entendem e tratam o corpo, incluindo a higiene. Gauer (2005), Jesus (2022), Foucault (1987), Vigarello (1996) e Elias (2011) notam como a disciplina do corpo e uma suposta civilidade foram cultivadas na Europa, destacando a crescente ênfase na aparência e visibilidade de uma higiene pessoal como parte de um processo mais amplo de autorregulação social, não necessariamente uma higiene real, mas uma higiene aparente que criasse uma distinção e algum status.

As mudanças que observamos nos hábitos de saúde e higiene ao longo do tempo refletem uma crescente preocupação com a saúde e o bem-estar da população urbana, mostrando como as práticas de higiene se tornaram parte integrante das políticas de saúde pública (Benchimol, 1999). Além disso, elas sofreram grandes mudanças ao longo dos séculos, em resposta a fatores culturais, religiosos, científicos e sociais, alterando nossa relação com o banho, o uso de sabão ou o uso da latrina. A ideia de sujeira e limpeza não é estática; ela muda em resposta a mudanças estruturais – o aumento da urbanização e os surtos de doenças na era moderna, por exemplo, levaram a uma maior ênfase na higiene pública e pessoal (Vigarello,1996).

> A obsessão pela limpeza é configurada pela disciplina. Nada mais importante para essa obsessão que a busca desesperada pelo modelo que retrate a limpeza, normalmente associada ao belo. A beleza está vinculada à aparência de limpeza do corpo, o qual deve estar livre de impurezas, isto é, com ausência de resíduo, mesmo os mais microscópicos, como se isso fosse possível (Gauer, 2005, p. 400).

A suposta modernidade tenta constantemente criar ordem a partir do caos, muitas vezes através da exclusão daqueles que não se encaixam nas normas de

limpeza e higiene. Esse processo pode ser visto em políticas de saúde pública que, historicamente, focaram em disciplinar comportamentos de higiene entre as classes mais pobres, justificando intervenções na vida privada como uma questão de bem-estar público. “Uma nova curiosidade convida a desentocar os odores da miséria, a descobrir o fedor do pobre e de sua toca” (Corbin, 1987, p. 183).

Cabe observar, entretanto, que essas mudanças não só transformaram a saúde pública, também alteraram as expectativas sociais em relação à higiene pessoal e coletiva. A sujeira passou a ser vista como um risco de saúde, reforçando a associação entre limpeza e moralidade e alimentando estigmas contra aqueles que não podiam manter padrões elevados de higiene devido às limitações socioeconômicas. Ao “fedor do pobre, por um lado”, contrapunha-se a “vontade burguesa de desodorização” (Corbin, 1987, p. 186).

Além disso, o intuito é discutir como os valores sociais e culturais discutidos até aqui se imprimem nas práticas de higiene e nas políticas públicas de saúde e como se dá essa construção.

A Igreja Católica medieval, por exemplo, frequentemente pregava que a limpeza excessiva do corpo poderia desviar a atenção das pessoas da pureza da alma, o que levou a uma desvalorização das práticas de higiene física. A água era vista como uma possível fonte de contaminação, e as práticas de limpeza eram muitas vezes limitadas a rituais religiosos:

> [...] um excesso de humores exalado pelo corpo pode provocar o surgimento daquilo que se chamou de “vermes”, tais como os piolhos. Para combatê-los, em vez de prescrever a higiene, os médicos medievais receitam em geral uma nova alimentação (Sant’Anna, 1995, p. 2-3).

Na Europa, especialmente a partir do Renascimento e da Revolução Industrial, quando as cidades enfrentaram problemas crescentes de saneamento e doenças infecciosas, a preocupação com a saúde pública levou a mudanças significativas nas práticas de higiene e na infraestrutura urbana, conforme ressalta Vigarello (1996). Ilustrando como a própria saúde passa por relevantes mudanças históricas, em um período anterior à aceitação da teoria dos germes, a teoria dos miasmas dominava, levando à crença de que doenças eram causadas por vapores tóxicos oriundos de matéria orgânica em decomposição. “Pois os vermes não são ainda considerados estrangeiros ao corpo, nem um resultado da falta de higiene.

Talvez, por isso mesmo, eles tendem a ser melhor tolerados nessa época" (Sant'Anna, 1995, p. 3). Esse paradigma moldou a resposta às epidemias de então, promovendo o controle de odores e a ventilação como formas de prevenção.

Com a descoberta de que micro-organismos eram responsáveis por muitas doenças, houve uma mudança de paradigma e, a partir do final do século XIX, a desinfecção e a esterilização tornaram-se práticas comuns (cf. Ujvari, 2008; Menezes, 10 ago. 2022; Biblioteca Nacional, 9 abr. 2020). A teoria dos germes também impulsionou a industrialização de produtos de higiene pessoal e produtos de limpeza (Kobayashi; Hochman, jan./jun. 2015), a popularização de práticas como a lavagem das mãos e os saberes médicos (Malaquias, jul./set. 2016). "A ciência médica da época dá a entender, no entanto, que certos indivíduos exalam um fedor animal" (Corbin, 1987, p. 186). Além disso, a teoria influenciou políticas públicas de saneamento e higiene, que passaram a focar na prevenção de doenças por meio da melhoria das condições de vida e urbanização das cidades, com a construção de redes de esgoto e o tratamento de água potável (Díaz; Nunes, 2020).

No entanto, esses acessos não eram para todos, e muitas pessoas foram excluídas da ideia de uma cidade melhor. Muitos foram expulsos de suas moradias para alargamento de vias, muitas casas foram derrubadas para construção de prédios "assépticos e higiênicos". Essas mudanças refletiram a tentativa de uma parcela da sociedade de "modernizar" o caos instalado pelo próprio sistema econômico escolhido, usando a higiene como desculpa para um controle social e disciplinar, que se intensificou com o tempo (Foucault, 1987).

Isso não teve início – nem fim – no século XIX. Muito antes, as questões de pureza, higiene e sujeira já estabeleciam a ordem do espaço privado, assim como do espaço público. Essa perspectiva histórica é crucial para compreender como as noções contemporâneas de higiene e limpeza foram moldadas por séculos de desenvolvimento tecnológico, científico, social, político e cultural.

Imagine um tempo em que o banheiro era quase um exilado, colocado para fora das residências, carregando os estigmas do cheiro fétido e da sujeira, como se não fosse digno de estar entre os cômodos que compõem o santuário doméstico, como exemplo da Índia. Assim, antes de uma "domesticação", o banheiro era um espaço de fronteira, literalmente entre o que estava dentro e o que ficava fora. Como nos conta Corbin (1987), o medo dos odores e a percepção do sujo como perigoso mantinham o banheiro afastado. Era um lugar que se relacionava com o impuro, algo

a ser controlado a distância. E é curioso que no Ocidente, com o tempo, o banheiro, considerado impuro e sujo, tenha se aproximado.

O banheiro como espaço doméstico passou por uma longa transformação antes de se consolidar como um ambiente essencial nas casas ocidentais. Guerrand (2009) analisa como o apartamento burguês do século XIX reflete a relação ambígua das elites com o corpo e suas necessidades fisiológicas. Segundo o autor, “percebe-se que a sensibilidade da nova classe dirigente rebaixou consideravelmente seu patamar de receptividade no que diz respeito ao ‘sujo’” (Guerrand, 2009, p. 311). Esse desprezo traduzia-se na baixa valorização do banheiro e do sanitário, que eram tratados como espaços marginais na organização doméstica.

A precariedade do acesso à água corrente agravava essa negligência. Guerrand (2009, p. 312) observa que, em Paris, “a água não chegaria aos pisos superiores dos imóveis da margem direita do Sena senão em 1865, e aos da margem esquerda só dez anos depois”. Essa limitação técnica impedia que o banheiro fosse utilizado de forma cotidiana, relegando-o, quando existente, a um espaço funcional, muitas vezes distante dos quartos e pouco integrado à rotina doméstica. Outro aspecto que Guerrand (2009, p. 311) destaca é o design improvisado e a falta de planejamento no banheiro burguês da época. Ele descreveu o ambiente como “atravancado de vasos e bacias”, evidenciando a ausência de uma estrutura organizada para atender às demandas higiênicas. Essa configuração era reflexo de uma sociedade que, ao mesmo tempo em que valorizava o status e a ostentação em outras áreas da casa, relegava as necessidades corporais a um lugar de invisibilidade.

A transformação na percepção do banheiro começou a ocorrer com as descobertas científicas de Louis Pasteur, que associaram a higiene à prevenção de doenças. Guerrand (2009, p. 311) afirma que a “água só irá adquirir valor depois das descobertas de Pasteur: estas farão da lavagem das mãos uma nova obrigação social”. A partir desse momento, o banheiro começou a ser percebido não apenas como um local funcional, mas como um espaço de cuidado com a saúde, impulsionado por uma nova sensibilização social sobre a importância da limpeza.

Mesmo assim, a adoção de tecnologias sanitárias foi lenta e desigual. Guerrand (2009, p. 311) menciona que “alguns modelos de latrinas higiênicas – por ação da água – tinham aparecido no século XVIII”, mas esses dispositivos “absolutamente não se difundiram na primeira metade do século seguinte”. Essa resistência cultural reflete a dificuldade em transformar as práticas cotidianas e a

organização doméstica, especialmente em uma sociedade que não priorizava o cuidado com o corpo.

Gerrand (2009, p. 311) alerta que os higienistas pasteurianos do século XX denunciaram o apartamento burguês do século XIX como “um refúgio de moscas e um lugar poeirento onde se oculta o bacilo Koch”, portanto não era um dos lugares considerados limpos. O banheiro foi “onde mais se manifestou o desprezo do burguês pelas necessidades corporais” (p. 311). As mudanças foram impulsionadas por avanços tecnológicos e pela implementação de políticas públicas de saneamento básico.

Assim, a análise de Guerrand (2009) permite compreender o banheiro não apenas como um espaço funcional, mas como um reflexo das transformações culturais, científicas e sociais de diferentes épocas. Sua história revela a mudança das relações entre o corpo e a vida privada, passando de um lugar de descaso e improvisação para um espaço central na organização doméstica moderna. Hoje, a importância do banheiro como símbolo de dignidade e saúde traduz uma mudança profunda nas emoções sociais e nas prioridades humanas.

A higiene vinculada à ação da água era pouco difundida no século XVIII, mesmo com a existência de modelos de banheiros que já surgiam então, como a célebre coleção de Mariette. Apesar disso, esses avanços “absolutamente não se difundiram na primeira metade do século”.

Guerrand (2009) apresenta as transformações nos sistemas de saneamento nas cidades europeias, especialmente na França e na Grã-Bretanha: o despejo dos dejetos nos rios, prática comum em cidades francesas, foi substituído pela introdução de fossas e novos métodos, que enfrentam resistências significativas. O avanço do saneamento é simbolizado pela “idade de ouro das bombas” na Grã-Bretanha, momento em que a coleta e a distribuição de água foram amplamente difundidas. Guerrand cita Émile Trélat, fundador da Escola Especial de Arquitetura, que, em uma declaração de 1882 perante a Sociedade de Medicina Pública, disse:

> O cidadão deve ser protegido isolado de suas excreções assim que são produzidas; um sistema hermético deve abrir instantânea e momentaneamente um conduto de saída, e eles devem ser arrastados com violência por uma possível carga de água até fora da habitação. (Trélat, 1882, *apud* Guerrand, 2009, p. 312)

O uso do banheiro e a gestão do excremento ao longo da história revelam profundas transformações na relação entre o público e o privado, bem como a intervenção do poder estatal sobre a vida cotidiana. Enquanto na Roma Antiga a eliminação dos dejetos ocorria de forma comunitária, através de latrinas públicas, o Renascimento marca uma privatização dessa prática, internalizando-a nos lares e redefinindo a experiência excrementícia como algo íntimo e oculto. No século XIX, sob a influência do capitalismo triunfante, essa privatização é consolidada e legitimada como parte do "progresso social", ao mesmo tempo que o Estado intervém para regulamentar a higiene – tornando obrigatória, por exemplo, a construção de fossas privadas.

Laporte (1998, p. 54) discute como, na Roma Antiga, havia uma distinção entre o espaço público e o privado no que se refere ao excremental, separação essa que se transforma no Renascimento. No entanto, é no século XIX, sob o avanço do capitalismo, que o controle sobre os resíduos humanos passa a ser regulamentado pelo Estado, que impõe normas sobre a organização dos espaços domésticos e sua relação com a higiene. Esse processo resulta em medidas que vinculam diretamente a esfera privada à gestão e à contenção dos dejetos.

3.2.2 O banheiro na sociedade capitalista: quem tem direito à dignidade?

Com a ofensiva das cidades industriais e a implantação dos sistemas de saneamento, o banheiro assumiu um lugar importante na casa burguesa, convertendo-se em um espaço de intimidade e também de diferenciação social. Inspirando-me na ideia da "janela" de Kawakami[55], digo que o banheiro é meu indicador para perceber a pobreza. Ele funciona como meu norteador: é ali que percebo as distinções e exclusões sociais ao longo da história. Nesse sentido, elejo o banheiro como o marcador social que orienta meu olhar sobre essas questões, pois ele revela de forma contundente a posição econômica e social de uma pessoa.

Observa-se que, sob a lógica do capitalismo, o banheiro se transforma em um privilégio. A privatização dos serviços de água e saneamento, por exemplo, acaba

[55] Kawakami (2023), em seu romance, acompanha a vida de três mulheres, é nele que a janela aparece como um identificador de pobreza.

promovendo aquilo que Harvey (2005, p. 115) chama de “acumulação por espoliação”, em que o investimento privado se sobrepõe ao interesse público, e direitos essenciais, como o acesso à água e a um banheiro digno, tornam-se mercadoria. Nesse cenário, revela-se fundamental questionar a lógica capitalista que mercantiliza recursos fundamentais e, em última análise, exclui grande parte da população de um espaço que deveria ser básico e universal: o banheiro.

Sob essa perspectiva, Harvey (2005, p. 110) alerta para a “recente depredação dos bens ambientais globais (terra, ar, água)” e para a “proliferação da degradação ambiental”, aspectos que agravam as desigualdades. A mercantilização de bens naturais, que deveriam ser coletivos e universais, aprofunda a exclusão social e reforça o que o autor denomina de uma nova onda de “cercamento dos bens comuns”. Essa dinâmica, marcada pela privatização da água e de outros serviços públicos, também expande a fronteira do lucro para áreas que antes eram entendidas como patrimônios coletivos ou, ao menos, de responsabilidade pública. Nesse processo, “o capitalismo internaliza práticas canibais, predatórias e fraudulentas” (Harvey, 2005, p. 111), evidenciando como o lucro se sobrepõe à garantia de direitos básicos.

O banheiro, então, torna-se palco dessa disputa simbólica e material, pois quem não dispõe de renda suficiente fica à margem do direito à água tratada, ao esgotamento sanitário adequado e ao conforto mínimo. Mesmo quando existem políticas públicas, elas podem ser insuficientes ou sofrer cortes, o que agrava a desigualdade de acesso e a dependência do mercado privado.

Conforme acrescenta Harvey (2005, p. 111), “a acumulação por espoliação pode ocorrer de diversos modos e seu modus operandi tem muito de contingente e casual. Apesar disso, é onipresente, sem importar a etapa histórica, e se acelera quando ocorrem crises de sobreacumulação”. Nesse sentido, em contextos de crise econômica, a tendência é que a iniciativa privada encontre brechas para lucrar com serviços que anteriormente eram públicos ou custeados pelo Estado.

Desse modo, o que antes se entendia como direito comum (a exemplo da água e do saneamento) torna-se objeto de especulação, gerando exclusões ainda mais profundas. Infere-se, portanto, que a água deixa de ser apenas um recurso de higiene ou um recurso natural e se converte em marcador social e político. A própria existência de um banheiro adequado, com infraestrutura e saneamento de qualidade e acesso à água, denuncia as hierarquias estabelecidas pelo capitalismo. Nesse jogo

desigual, quem não pode pagar é remetido a soluções precárias (quando existem), sem garantia de saúde, privacidade e dignidade.

Sob a lógica do capitalismo, o banheiro – assim como o direito ao saneamento básico e à privacidade – tornou-se um privilégio reservado àqueles que podem pagar. Ter esse espaço privativo como direito essencial passa a ser necessário, o banheiro como espaço para atender às necessidades fisiológicas do corpo, mas não só, é nele que o corpo encontra a nudez, o choro, o sorriso, o sexo, é onde a gravidez se revela pelo teste, onde a humanidade se despi de qualquer performance, é onde o humano se encontra no espelho. Portanto, acessar o banheiro passa a ser essencial, e essa garantia não é apenas material, ela é também simbólica, determinando quem pode exercer plenamente sua humanidade e quem é empurrado à marginalidade, exposto à precariedade e desumanização.

O banheiro, nesse sentido, deixa de ser apenas um espaço funcional e se transforma em um marcador de exclusão social. Quem tem acesso a um banheiro equipado com saneamento básico e privacidade vive uma experiência profundamente distinta de quem não acessa com dignidade esse espaço. Nas cidades capitalistas, como São Paulo, essa diferença se acentua, reforçando barreiras de classe, de raça e de gênero. Portanto, discutir o banheiro é discutir a própria lógica da exclusão em sociedades capitalistas e racistas.

Racismo pode ser entendido como “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (Almeida, 2019, p. 32). Nessa linha, Gonzalez (2020, p. 34) afirma que, “No Brasil, o racismo – enquanto construção ideológica e um conjunto de práticas – passou por um processo de perpetuação e reforço após a abolição da escravatura, na medida em que beneficiou e beneficia determinados interesses”.

Além disso, ao conectar essas reflexões com as análises de Hartman (1997) sobre violência estrutural e desumanização, podemos desenvolver uma crítica mais profunda sobre como o acesso ao banheiro se torna um símbolo de dignidade e inclusão social ou, inversamente, de exclusão e opressão. A segregação racial imposta nas instalações sanitárias – como a criação de banheiros “para brancos” e “para negros” em contextos como os Estados Unidos e a África do Sul – exemplifica

como a infraestrutura sanitária foi utilizada para perpetuar a desigualdade e a desumanização.

Sob essa perspectiva, até mesmo o acesso a um banheiro digno se torna um privilégio, revelando o racismo que permeia a sociedade capitalista ao transformar uma necessidade humana básica em mercadoria. A colonialidade e o racismo estrutural continuam a influenciar quem tem acesso a recursos básicos como água potável e instalações de saneamento, perpetuando a desumanização e a marginalização de comunidades vulneráveis.

Nesse sentido, Almeida (2019, p. 33) adverte que

> A consequência de práticas de discriminação direta e indireta ao longo do tempo leva à estratificação social, um fenômeno intergeracional, em que o percurso de vida de todos os membros de um grupo social – o que inclui as chances de ascensão social, de reconhecimento e de sustento material – é afetado.

Cabe também refletir sobre o quanto o sistema capitalista lucra com essas desigualdades, desde a mercantilização de produtos de higiene até a privatização da água, cada aspecto do banheiro é atravessado por relações de poder, racismo e exclusão.

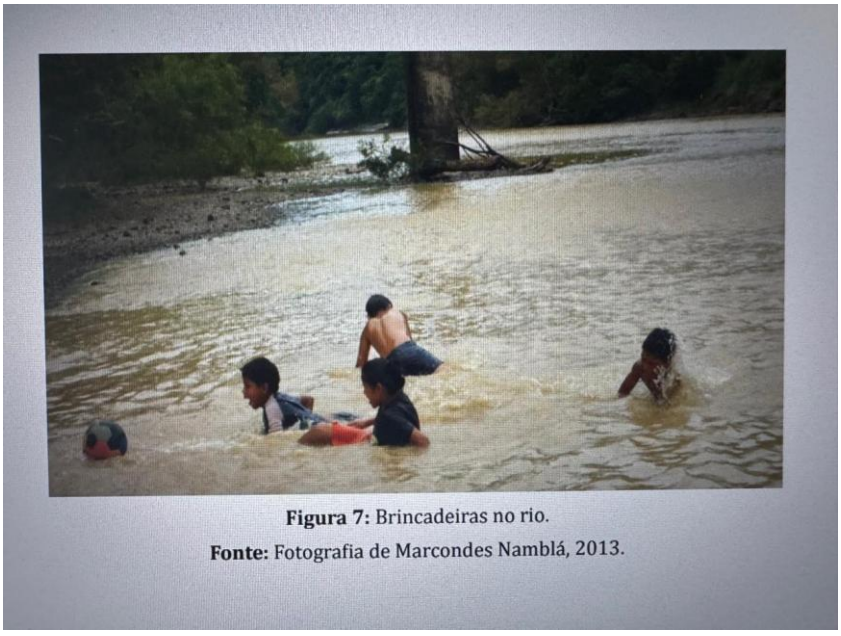
Se pensarmos no acesso coletivo aos banheiros públicos por parte de pessoas em situação de rua (cf. São Paulo, 2019; 2023; Moncau, 24 out. 2024) ou usuários do metrô de São Paulo, por exemplo, observamos que apenas algumas estações têm banheiros gratuitos. A estação Corinthians-Itaquera é uma das que têm acesso taxado: os usuários do transporte público precisam pagar R$ 0,25 para usá-lo. Ou seja, em uma estação que atende majoritariamente uma população de baixa renda da Zona Leste da cidade, o banheiro é taxado, reforçando a mercantilização do acesso.

O acesso a banheiros privados torna-se, portanto, uma mercadoria e um privilégio de quem detém o capital, reforçando a desumanização de quem é privado desse recurso básico, de forma que os banheiros podem ser usados como um marcador de classe, separando os que têm daqueles que não têm.

3.2.3 Colonialidade e racismo: desumanização, racialização e marginalização no acesso ao banheiro

Antes da colonização, o Brasil abrigava uma enorme diversidade de povos originários, cada um com práticas culturais e sanitárias específicas, povos esses que, apesar de suas particularidades, compartilhavam estratégias eficazes para manter a higiene e preservar o equilíbrio ambiental. O banho diário realizado em rios e córregos brasileiros era e ainda é uma prática comum entre nossos povos originários, “o ato do banho de rio, para os Laklãnõ ou para qualquer povo indígena, significa um momento de diversão, de lazer, de socialização e principalmente de aprendizagem” (Namblá, 2019, p. 312).

Figura 29 – Brincadeiras no rio - povo Laklãnõ.



Namblá, 2019

Algumas etnias também fazem uso da planta saboeiro (*Sapindus saponaria*), conhecida como ibaró, cujas propriedades detergentes naturais permitem a lavagem do corpo graças à espuma gerada pelo atrito com a água.

O descarte de resíduos humanos em áreas afastadas das aldeias, com as fezes cobertas por folhas ou terra para promover a decomposição natural e evitar a contaminação das águas, ainda é praticado em algumas aldeias. A baixa geração de resíduos sólidos, além da baixa densidade populacional dispensavam a necessidade

de aterros sanitários. Essas práticas demonstram um profundo conhecimento ecológico, refletindo maneiras eficientes de equilibrar saúde coletiva e preservação ambiental. Também nas análises das fontes foi possível observar um esforço por parte das pessoas em descartar os dejetos de modo a separar o sujo do limpo. Na simplicidade de manter a “casinha” limpa, aparece uma tentativa de distanciar o ambiente dedicado às necessidades fisiológicas: “Banheiro fica localizado do lado externo” (TJ, 2018).

Durante o período da escravidão no Brasil, os escravizados passaram a viver em condições desumanas e extremamente precárias de saúde e higiene, impostas pelo sistema escravagista, especialmente nas senzalas, que eram os alojamentos onde eram forçados a viver. Essas senzalas eram estruturas simples, caracterizadas por um grande cômodo de chão de terra, coberto de palha e totalmente insalubre. Feitas de madeira, barro ou outros materiais rudimentares, não ofereciam nenhum conforto ou condições mínimas de higiene. As construções eram mal ventiladas, superlotadas e não possuíam instalações sanitárias adequadas. Em geral, os compartimentos em que os cativos permaneciam “se comunicavam apenas com o terreiro, pela inexistência de janelas, pelos muros altos e pela entrada única fechada com portão” (Marquese, 2006, p. 42). Muitos escravizados eram obrigados a viver em espaços apertados e sem privacidade, o que dificultava ainda mais o cuidado com a higiene pessoal. A falta de ventilação e a necessidade de acender fogueiras internas para obter aquecimento e luz tornavam esses espaços ainda mais insalubres.

O mínimo cuidado dispensado ao local era de iniciativa dos próprios escravizados, que sem nenhum recurso tentavam manter alguma higiene, dadas as condições a que foram submetidos, a ausência de banheiros ou qualquer estrutura de esgoto. Sem a possibilidade de se afastar da senzala à noite, os cativos acabavam fazendo suas necessidades em um local bem próximo, isso quando não eram mantidos acorrentados. Ou seja, as necessidades fisiológicas colocavam as pessoas ainda mais em condições desumanas e insalubres.

“Francisco José Alves, famoso abolicionista, num artigo que se refere às senzalas menciona que foram transformadas em ‘pequenas casas asseadas’ para trabalhadores livres”, como descreve Cunha (2016, p. 27). Além disso, a autora relembra que “O século XIX assistiu a várias epidemias, dentre elas a de cólera bem como ao crescimento de um discurso higienista” (p. 27). Não havia fossas ou qualquer sistema de descarte adequado de resíduos. Em muitos casos, os escravizados

precisavam ir ao mato ou para locais afastados da senzala para aliviar suas necessidades durante o trabalho.

O sistema escravocrata foi o principal responsável por criar e perpetuar um quadro de desumanização de uma população inteira. Os donos de terras e engenhos não viam os escravizados como seres humanos plenos, mas como propriedade e, portanto, não se importavam com a qualidade de vida que esses trabalhadores forçados tinham, o que incluía as condições de higiene.

Os quilombos, por sua vez, surgiram no Brasil como comunidades formadas por africanos escravizados que fugiam das fazendas para viverem livres em comunidades de resistência. Esses espaços foram verdadeiros símbolos de resistência à escravidão, permitindo que as pessoas preservassem suas culturas, religiões e modos de vida. O Quilombo dos Palmares, em Alagoas, liderado por Zumbi dos Palmares, foi o mais famoso desses refúgios. Atualmente, o termo também se refere às comunidades remanescentes de quilombolas, que são reconhecidas pela Constituição de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Quilombolas são importantes na preservação da cultura afro-brasileira, com práticas agrícolas, culinárias, religiosas e artísticas que carregam a ancestralidade africana.

Figura 30 – Quilombo da Fazenda.

Petarnella, 28 nov. 2023

Figura 31 – Quilombo em Ubatuba.

FundArt, c.2025

Exemplos são os quilombos no Vale do Ribeira e também em Ubatuba, em São Paulo. A região de Ubatuba, até as primeiras décadas do século XIX, era formada principalmente por pequenas propriedades agrícolas de subsistência, com um número reduzido de escravizados por propriedade, devido às limitações financeiras dos proprietários locais. Esse cenário começou a mudar com a chegada de colonos estrangeiros, que adquiriram grandes porções de terra e passaram a investir em uma produção mais ampla. Para viabilizar esse modelo agrícola, trouxeram consigo um grande contingente de trabalhadores escravizados de origem africana, alterando significativamente a composição da população local.

Com o declínio da produção cafeeira, a partir da segunda metade do século XIX, muitas dessas fazendas foram abandonadas, loteadas e vendidas, levando à reorganização fundiária da região. Nesse contexto, muitos ex-escravizados permaneceram nas terras onde haviam trabalhado, formando comunidades que se tornaram núcleos importantes de resistência cultural e social. De acordo com a Fundação de Arte e Cultura de Ubatuba (FUNDART), essas comunidades, conhecidas hoje como quilombos remanescentes, foram essenciais para a preservação da cultura afro-brasileira na região, mantendo tradições como a produção agrícola sustentável, as manifestações culturais e religiosas, além de formas coletivas de organização social.

O Quilombo de Ivaporunduva teve um papel fundamental na formação de outras comunidades quilombolas na região. De acordo com registros históricos, sua origem remonta ao século XVII, quando dois irmãos chegaram à região trazendo consigo dez pessoas escravizadas para trabalhar na mineração de ouro. Conforme descrito no documento oficial da Comunidade Quilombola Ivaporunduva, “o povoado

de Ivaporunduva surgiu antes mesmo de Xiririca (que posteriormente passou a ser chamado Eldorado)" (INCRA, p. 2).

No mesmo período, uma senhora chamada Joanna Maria – por vezes citada como Maria Joana – também se estabeleceu no local com o objetivo de explorar ouro. O Livro do Tombo da Paróquia de Xiririca registra que, antes de sua morte, Joanna Maria doou suas terras e libertou as pessoas escravizadas que trabalhavam para ela. No entanto, os relatos orais divergem dessa versão oficial. Segundo a tradição oral, "Joanna Maria teria partido para Portugal, abandonando os escravizados em suas terras" (INCRA, p. 2).

O que não se fala dos territórios quilombolas são as condições precárias de saneamento básico e acesso à água que persistem em diversas regiões do país. O último censo aponta que: "Em Territórios Quilombolas, chega a 90,02% a proporção de moradores quilombolas que residem em domicílios com maior precariedade ou ausência de saneamento básico, seja em relação ao abastecimento de água ou à destinação do esgoto" (Britto, 19 jul. 2024).

Assim, da defecação feita no mato a um banheiro improvisado, não havia construções elaboradas, mas sim instalações simples, muitas vezes feitas de madeira, com fossas improvisadas que serviam como uma solução para o despejo de resíduos. Em alguns casos, o banheiro ficava escondido entre a vegetação, em locais afastados para garantir a privacidade e evitar que os trabalhadores interrompessem o ritmo do trabalho na lavoura. O grande desafio nas lavouras era a intensidade das tarefas: os trabalhadores não tinham como parar a colheita ou o corte para voltar para casa a cada necessidade fisiológica. Por isso, o próprio ambiente de trabalho, seja no mato ou nas proximidades das plantações, servia para todas as funções: trabalhar, comer e aliviar-se, sacrificando o corpo humano em sua exaustão. Portanto, não era apenas uma questão de adaptação à falta de infraestrutura, mas também uma forma de continuar o trabalho sem grandes interrupções, mostrando como o ritmo da lavoura, muitas vezes implacável, moldava as condições de vida no campo.

Essa configuração do banheiro externo com fossa faz parte do cotidiano desses trabalhadores ainda hoje – em algumas regiões do Brasil interiorano, as condições sanitárias nas lavouras não mudaram muito. Embora em algumas áreas já tenha havido um avanço na construção de banheiros adequados e sistemas de esgoto, a realidade das fossas e dos banheiros afastados ainda se faz presente na rotina de muitos trabalhadores rurais.

O “banheiro caipira” brasileiro é uma construção típica das áreas rurais, geralmente composto de uma pequena estrutura de madeira e/ou palha, com uma abertura no chão que leva a uma fossa rudimentar. Esses banheiros, localizados fora das residências e às vezes distantes delas, podem ou não possuir portas; quando presentes, são feitas de madeira e fechadas com uma “tramela”. Embora simples, essa solução atende às necessidades básicas de saneamento em locais sem acesso a sistemas de esgoto, refletindo a adaptação às condições locais e a utilização dos recursos disponíveis.

Historicamente, o processo de colonização não se limitou à expropriação de territórios e riquezas, mas estendeu-se também ao controle dos corpos e de seus resíduos. Ao longo desse período, a negação de direitos básicos, como o acesso ao saneamento e a banheiros, consolidou práticas de desumanização que ainda reverberam em nossas sociedades. Dessa forma, a destinação dos dejetos não foi apenas uma questão de higiene, mas também um marcador de hierarquias raciais e sociais, evidenciando desigualdades que persistem até hoje.

A colonialidade dos dejetos evidencia como a lógica colonial se perpetua no acesso ao banheiro e na divisão racializada do trabalho de limpeza. No período escravocrata, corpos negros eram responsáveis por lidar com os resíduos, mas não tinham direito ao uso de espaços sanitários dignos. A casa-grande tinha banheiro; a senzala, não. Essa hierarquia permaneceu ao longo da história: os “tigres” carregavam os dejetos nas cidades sem saneamento, enquanto as periferias continuaram excluídas do direito básico ao esgoto. Hoje, essa estrutura se atualiza no capitalismo: a maioria dos trabalhadores da limpeza urbana e empregadas domésticas são pessoas negras, enquanto as pessoas brancas, em grande parte, ocupam os espaços de quem usa o limpo e pode pagar.

O acesso ao banheiro pode ser considerado ainda um privilégio. No metrô, nos shoppings e nos espaços privados, quem não tem dinheiro ou está em situação de rua muitas vezes é impedido de usá-lo. A ausência de saneamento nas periferias, nas favelas, nos quilombos e nas aldeias indígenas reforça que a desigualdade no acesso ao banheiro segue um recorte racial e de classe. Assim, quem limpa e quem pode usar o limpo são marcadores de um racismo estrutural que persiste na organização do espaço urbano e da dignidade humana.

A partir daí, é possível articular as reflexões de Hartman (1997) sobre violência estrutural e a transformação do sofrimento em espetáculo, conectando-as com a

problemática do acesso aos banheiros e outras formas de privação que perpetuam a desumanização cotidiana dos corpos negros. Hartman (1997) nos lembra que a violência estrutural não se limita ao corpo físico, mas nega a própria humanidade daqueles que são subjugados. A ausência de banheiros funcionais em comunidades negras e pobres é uma continuidade dessa violência histórica: ao serem forçados a viver em meio aos próprios dejetos, esses corpos são desumanizados e marginalizados. Hartman (1997) nos leva a questionar como a dignidade – algo tão humano – é negada sistematicamente a grupos racializados e subalternizados, reforçando hierarquias que atravessam o tempo.

A proposta da autora é nos mostrar como a violência de ontem – especificamente, o regime escravocrata – projeta efeitos duradouros até o presente, resultando em práticas institucionais e culturais que perpetuam diferenças de poder. Para compreender a "privação" enfrentada por grupos mais pobres e racializados, é fundamental uma leitura histórica dos mecanismos de exploração e disciplina que se reinventaram ao longo do tempo, como as leis de vadiagem no pós-abolição, a criminalização seletiva de comportamentos e o encarceramento em massa.

Hartman (1997) enfatiza que a violência estrutural não atinge apenas a vida material (renda, moradia, saúde), mas também a subjetividade, a autoimagem e o sentido de valor humano. Nas palavras da autora:

> Em vez de despertar indignação, frequentemente elas nos enclausuram na dor em razão de sua familiaridade – o caráter muitas vezes repetido ou reencenado desses relatos e nosso distanciamento em relação a eles são sinalizados pela linguagem teatral geralmente empregada para descrever tais situações – e, sobretudo, porque elas reforçam o caráter espetacular do sofrimento negro (Hartman, 1997, p. 3, tradução própria).

Dessa forma, a desumanização não se manifesta apenas em atos físicos de agressão, mas também em atos subjetivos de perpetuação da dor. Esse cenário faz parte de um continuum de dominação iniciado no período escravista, ainda influenciando de modo profundo as sociedades contemporâneas. Então, em vez de nos comover, nos deixa "fechados" na dor, quase anestesiados por ela, porque nos acostumamos a vê-la. Assim, essa insensibilização ocorre justamente porque vemos tantas vezes as mesmas imagens ou relatos (seja na mídia, em livros de história, em notícias), tornando-se algo corriqueiro. Desse modo, essa constante reencenação

contribui para a banalização ou para a transformação do sofrimento em uma “performance” que já não choca como deveria.

Além disso, esse distanciamento emocional e empático também se mostra na forma “teatral” ou dramatizada como tais relatos costumam ser apresentados. Ou seja, regularmente são narrados de modo a espetacularizar o sofrimento, em vez de promover uma compreensão empática e crítica. Nesse sentido, a repetição, o distanciamento e a teatralização reforçam o que Hartman (1997) chama de “caráter espetacular do sofrimento negro”. Em outras palavras, o sofrimento de pessoas negras é constantemente exibido como um “espetáculo” que, ironicamente, deixa de provocar indignação e passa a ser tratado como “rotina” ou “entretenimento”, em vez de motivar uma resposta ética e política efetiva.

A autora mostra como a repetição de imagens de violência contra negros (passada ou presente) pode gerar uma espécie de apatia ou exaustão moral, no lugar de compaixão ou revolta. Dessa forma, transforma-se em uma espécie de “espetáculo” que se observa de fora. Portanto, a divulgação de cenas violentas deveria ser feita de modo a não reforçar a ideia de que a dor negra é algo “natural” ou “inevitável”, rompendo com a desumanização da população negra no Brasil vista desde os tempos em que eram forçados a carregar os dejetos: “O sistema de saneamento nas cidades brasileiras foi por muito tempo o do ‘tigre’ – o barril que ficava debaixo da escada dos sobrados, acumulando matérias dos urinóis, para ser então conduzido à praia pelos negros” (Freyre, 2003, p. 314).

Historicamente, o corpo negro foi alvo de segregação não apenas nas ruas e nos transportes públicos, mas também em espaços privados, como os banheiros. Em diversos momentos da história, as pessoas negras foram forçadas a usar banheiros separados, seja nas casas dos patrões ou em estabelecimentos públicos. No Brasil, as chamadas “casas-grandes” e as “senzalas” evidenciam essa separação física e simbólica entre as classes sociais e as raças, um legado de um apartheid mascarado que ainda reverbera na sociedade contemporânea.

O caso de Daiane dos Santos, campeã olímpica brasileira, é emblemático. Ela revelou em uma entrevista que algumas pessoas não usavam o mesmo banheiro que ela: “Não queriam usar o mesmo banheiro [...] tipo de coisa que nos faz pensar: ‘Opa, voltamos à segregação’. Banheiros para brancos e banheiros para pessoas de cor” (Rodrigues, 25 jul. 2021). Uma situação semelhante à separação dos banheiros para brancos e para negros que o filme *Histórias Cruzadas* (*The Help*) denuncia.

Esse episódio é apenas reflexo de um racismo cotidiano, que se manifesta em diversos espaços, do banheiro público à residência de patrões. A declaração de Daiane não é isolada, e o racismo, muitas vezes invisível, permeia as interações diárias. Em muitos lares brasileiros, especialmente nas casas de classe média e de classe alta, onde a mulher negra (cf. Vilela, 27 abr. 2022) ainda ocupa predominantemente a função de empregada doméstica, o banheiro destinado às funcionárias é com regularidade menor e mais precário do que o usado pelos patrões. Esse fenômeno é uma herança da escravidão, período em que o "quarto de empregada" era, na verdade, um espaço de subordinação e de separação de classe. O banheiro de empregada, tal como o quarto de empregada, revela como a segregação se manifesta até nos espaços mais íntimos e cotidianos.

O acesso a um banheiro digno e seguro está intimamente ligado à questão do saneamento básico[56], outro campo em que as desigualdades se manifestam. Comunidades racializadas, tanto em áreas urbanas quanto rurais, frequentemente sofrem com a falta de infraestrutura básica, incluindo o acesso a sistemas de água e esgoto adequados. De acordo com dados do IBGE, a população negra é desproporcionalmente afetada por essas desigualdades, refletindo um racismo estrutural que se perpetua também nas políticas públicas. No Brasil, cerca de 73,2% da população em situação de rua se declara negra (São Paulo, 2021), o que evidencia um vínculo entre a falta de acesso a banheiros adequados e a vulnerabilidade social imposta a esses grupos. Isso é especialmente grave em uma cidade como São Paulo, onde a segregação racial no acesso a serviços básicos é um reflexo de um sistema de classe que marginaliza corpos negros. O banheiro, portanto, torna-se um espaço de exclusão, não só material, mas também simbólica, onde a dignidade humana é negada.

No Filme *Que horas ela volta?* (2015), de Anna Muylaert, a personagem Val (Regina Casé), uma empregada doméstica, não participa das mesmas condições que seus patrões, vivendo uma realidade paralela que se reflete nas condições do seu trabalho e no lugar onde habita. A divisão de espaços dentro das casas dos ricos é

[56] O Dia Mundial do Toalete, celebrado em 19 de novembro, visa conscientizar sobre a crise global de saneamento, que afeta 3,5 bilhões de pessoas sem acesso a saneamento seguro. A falta de instalações adequadas compromete a saúde pública e a dignidade humana. O tema de 2024, "Saneamento para a paz", destaca a importância de serviços sanitários resilientes diante de conflitos e desastres (United Nations, c.2024). Para mais informações, visite os sites oficiais das Nações Unidas Brasil (https://brasil.un.org/pt-br/253020-dia-mundial-do-toalete) e UN-Water (https://www.unwater.org/our-work/world-toilet-day).

uma metáfora direta da segregação no Brasil, onde as mulheres negras, especialmente as empregadas, são relegadas aos cantos mais precários e distantes[57]. Mas a questão do banheiro não se limita apenas à segregação física ou à falta de acesso. Ela também carrega um simbolismo profundo sobre o que significa dignidade e humanidade.

No Brasil, a segregação de banheiros e a falta de saneamento básico estão longe de serem problemas resolvidos. A desvalorização histórica dos corpos negros no Brasil se reflete nos territórios em que as pessoas negras são forçadas a viver. A luta por um banheiro digno, por condições de vida adequadas e pela igualdade no acesso ao saneamento básico é também uma luta pela afirmação da humanidade e da dignidade da população negra[58].

Em filmes como *AmarElo – É tudo pra ontem* (2020), com Emicida, vemos uma reflexão sobre a estrutura racial da sociedade brasileira, um dos marcos dessa construção de desigualdade racial. O rapper fala sobre a brutalidade e a resistência de corpos negros na sociedade, refletindo sobre a histórica marginalização de negros e periféricos e sua luta pela dignidade, que também passa pelo simples direito de acessar um banheiro limpo e seguro.

O banheiro, como espelho da sociedade, reflete uma série de complexas dinâmicas sociais e raciais. Ele é um espaço de segregação e racismo no Brasil, onde o racismo é estrutural e se disfarça de várias maneiras, até mesmo o acesso ao banheiro se torna prerrogativa de quem é considerado digno de alcançar os bens básicos. E a negação da humanidade de povos racializados não acontece apenas no espaço público, é vivida no cotidiano, nas relações mais íntimas. O banheiro é, sem dúvida, um dos espaços onde essa negação se evidencia. Na própria DPESP, em uma unidade que manterei em sigilo, alguns defensores públicos não aceitavam compartilhar o banheiro com outras pessoas. O caso foi denunciado e a instituição precisou intervir, ante a pressão da associação de servidores.

É possível perceber como o racismo e o capitalismo estão entrelaçados na negação de direitos básicos, culminando em desigualdades que são manifestações visíveis de uma opressão profunda, refletindo a desvalorização de algumas vidas e a negação de direitos tão essenciais. Refletir sobre a falta de acesso a tais direitos

[57] Para aprofundar sobre o assunto ver: Viana; Trevisan, 2016.
[58] Ver mais em: Brasil/ IBGE, 2019.

básicos a partir de uma perspectiva crítica pode revelar mais que exclusão econômica e social, evidenciando o racismo perpetuado na desumanização de alguns corpos.

Nesse contexto, o espaço do banheiro exprime uma lógica eurocêntrica e ocidentalista que exclui aqueles que não se encaixam nos padrões da modernidade ocidental. A falta de banheiro, então, torna-se um reflexo da negação de direitos básicos e da marginalização de grupos não reconhecidos como parte dessa modernidade.

3.3 Distinção e status

O banheiro é um espaço que vai além de sua função básica e se torna um marcador social. O banheiro privado e luxuoso, associado ao consumo e à higiene, simboliza o privilégio de quem pode transformá-lo em um espaço de bem-estar. Anúncios de imóveis em São Paulo dão ênfase à quantidade de banheiros das unidades – ter mais de um banheiro é destaque (SQuatro, c.2023). O banheiro, que era fétido e estava fora de casa, agora entra para o quarto principal e até nos quartos menores. A ideia de suíte remete a um status, quem tem apartamento com suítes está supostamente numa posição superior no direito de defecar com maior privacidade.

Wynter (2010) aponta que essas dinâmicas não se limitam a diferenças de classe. O gosto das elites ocidentais é frequentemente projetado como universal, marginalizando outras culturas e naturalizando essas separações. Em sua obra, Sylvia Wynter (2010) critica as narrativas culturais dominantes, que, segundo ela, reforçam as estruturas sociais estabelecidas e marginalizam perspectivas não ocidentais. Wynter argumenta que o imaginário cultural – ou seja, as representações e os símbolos utilizados pelas sociedades – é fundamental para a construção das normas sociais. Essas normas, por sua vez, não apenas organizam os valores de uma cultura, mas também recodificam as hierarquias sociais, dando legitimidade a determinados grupos e excluindo outros. O imaginário cultural contribui para a criação e manutenção das desigualdades sociais ao destacar que o gosto não é neutro, mas uma construção social usada para reforçar hierarquias e excluir alternativas que possam ameaçar a ordem dominante.

Se pensarmos bem, o banheiro é também espaço onde nos despimos – literal e simbolicamente – de nossas máscaras sociais (Goffman, 2015). No banheiro,

estamos fora do palco social, nos recolhemos para lidar com as necessidades do corpo e voltamos a ser humanos, mas mesmo ali somos observados pelas normas sociais invisíveis.

O que entra no banheiro deve sair limpo, purificado, como se o próprio espaço tivesse o poder de transformar o sujo em aceitável. O banheiro é, de certa forma, uma metáfora da sociedade: um lugar onde o que é rejeitado, o que é considerado abjeto, pode ser limpo, reorganizado e integrado novamente ao cotidiano. O banheiro pode ser um local onde enfrentamos aquilo que é abjeto – as excreções, os resíduos do corpo, aquilo que preferimos esquecer, mas que faz parte de nós. A abjeção é uma forma de definir os limites do que é humano e socialmente aceitável. O banheiro, nesse sentido, é onde lidamos com essas fronteiras, onde o que é “indesejado” se torna uma parte inescapável da nossa rotina. É um espaço paradoxal, ao mesmo tempo íntimo e regulado por normas que dizem muito sobre quem somos como sociedade.

Assim, o banheiro é um lugar onde as fronteiras entre o público e o privado se esbarram, onde o status e a identidade social são revelados, e onde enfrentamos, diariamente, as realidades mais básicas e universais da existência humana. Não há espaço mais íntimo e, ao mesmo tempo, mais profundamente conectado às estruturas sociais que nos cercam. Muitas vezes não possuem itens considerados necessários para atender às exigências capitalistas de disfarçar os odores naturais humanos. Em vez disso, os dejetos são simplesmente eliminados, e a ausência de sofisticações e comodidades, como água quente e portas para garantir a privacidade, passa a ser um marcador de exclusão econômica e culpabilização.

A falta de acesso ao banheiro é mais do que uma simples ausência de espaço; é um símbolo de exclusão e marginalização. A presença do banheiro externo é uma metáfora para as barreiras econômicas e sociais que continuam a separar os “privilegiados” dos “marginalizados”. Revisitando minhas experiências profissionais e pessoais, lembro aqui dos atendimentos cotidianos e dos lugares onde estive, além dos documentos que já analisei, neles sempre existe algo a dizer sobre o banheiro, das condições materiais às de higiene.

O banheiro é um espaço de disputas e controle dos corpos, onde o poder se manifesta de forma sutil, mas constante. As normas de higiene, as políticas de acesso – quem pode usar o banheiro e quando – são todas questões que refletem as dinâmicas de controle dos corpos. A luta por banheiros multigênero, por exemplo,

evidencia como esse espaço é um campo de batalha para as disputas identitárias (Gazeta do Povo, 10 out. 2023; Gov.br, 23 set. 2023). O acesso ao banheiro é um reflexo da desumanização e da exclusão imposta pelo colonialismo. É um lembrete constante de que as estruturas coloniais ainda moldam a nossa realidade, marcando a separação entre o “civilizado” e o “não civilizado”, entre aqueles que podem e os que não podem acessá-lo. Trata-se de um espaço tido como necessário e imprescindível para a garantia de dignidade e pertencimento, que acaba por selecionar quem pode acessá-lo, de forma que esse espaço marginalizado revela a persistente marginalização dos corpos racializados.

O banheiro interno, com seus luxos e suas regulamentações, exprime práticas de controle e mudanças nas percepções culturais sobre o corpo e a higiene. A transformação do banheiro de um espaço marginal para um símbolo de status é um reflexo das transformações nas normas sociais e nas expectativas de conforto e privacidade. Portanto, o banheiro, um espaço que pode parecer trivial, revela-se um campo de batalha onde questões de classe, raça, poder e identidade são negociadas. Sua conversão de um local externo a um símbolo de conforto e status denota as complexas dinâmicas sociais e culturais que moldam nossa realidade. O banheiro não é apenas um espaço de higiene, mas um espaço de poder, controle e identidade, onde as lutas por dignidade e inclusão continuam a se desenrolar.

Os documentos analisados nesta pesquisa mostram que uma parcela da sociedade que não possui recursos econômicos e está em situação de vulnerabilidade não acessa o mesmo padrão de outras famílias. Nem todas as pessoas têm acesso à água, a banheiros ou banhos quentes. O banho quente, que parece uma rotina banal, seria um privilégio ou um direito? Seria um padrão? Uma regra? E ter em casa um chuveiro com água quente também é um direito? Alguns residentes em São Paulo ainda enfrentam a falta de um banheiro confortável em casa, dependendo, assim, da solidariedade dos vizinhos, conforme evidenciado nos registros documentais.

A discrepância entre diferentes realidades em São Paulo é evidente quando se observa o espaço do banheiro e suas comodidades. Enquanto anúncios promovem apartamentos com suítes em todas as regiões da cidade, oferecendo um espaço íntimo para cada residente, a realidade para muitos é bem diferente. Nessa mesma sociedade em que as ideias de conforto e privacidade são massivamente ofertadas, algumas pessoas ainda precisam compartilhar o banheiro com outras famílias.

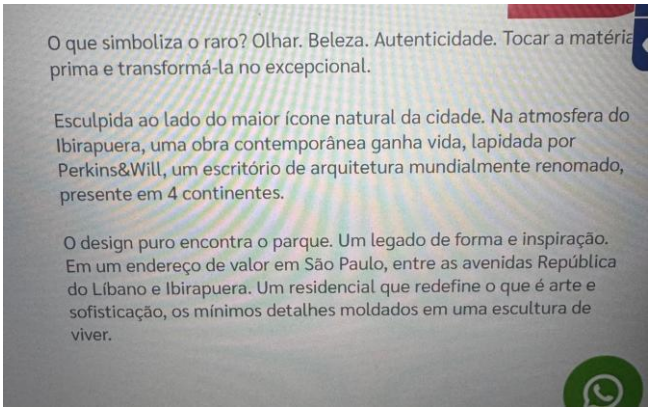
Considerando que o banheiro mudou muito ao longo dos anos, transformando-se de um espaço externo para um cômodo interno, a percepção sobre abjeção e higiene também mudou. O controle dos odores naturais da defecação mediante o uso de perfumes capazes de mascarar esses cheiros tornou-se uma questão de status. A intolerância aos odores naturais, agora considerados repugnantes, leva à busca de aromas que supostamente são mais agradáveis do que o cheiro da nossa própria natureza. “O perfume é um instrumento modelar nessa arte da aparência: é ainda mais enganador por escapar às referências visíveis” (Vigarello, 1996, p. 96). Ainda, “o perfume apaga tanto quanto dissimula [...]. Está diretamente associado a um objeto de limpeza. Seduz o olfato. [...]. É o inverso imediato do ‘sujo’ e já sua correção. [...]. Ele rejeita e apaga” (p. 100).

O banheiro espaço dessa eliminação dos dejetos também é um espaço de intimidade, e para isso ele passa a ser desodorizado de odores humanos e se converte em ambiente perfumado. Assim, odores são camuflados e o que era indesejado passa a ser símbolo de status. O banheiro passou a ser indispensável dentro das moradias e o espaço adentrou o quarto, o que era estranho agora é “natural”, como se sempre estivesse ali. Essa naturalização do banheiro dentro de casa, e mais ainda no quarto, remete às salas de banho. “O aposento dos banhos e a banheira de mármore que Luís XIV instalou em Versailles num gesto ostentatório, para lembrar vagamente a Roma Antiga [...]. Depois de várias metamorfoses, a própria banheira torna-se tanque de jardim” (Vigarello, 1996, p. 27).

De Versailles de Luís XIV para os apartamentos em São Paulo, com seus anúncios de apartamentos minúsculos, conhecidos como estúdios, o banheiro continua a ocupar a moradia. Esses pequenos apartamentos não transformaram o banheiro em um espaço coletivo, como ocorre com academias e áreas de lazer. Parece inadmissível a ideia de não ter banheiro em casa, por menor que seja esse espaço. Por outro lado, nos grandes apartamentos de luxo, com três quartos e sacada gourmet, o destaque está no número de suítes – ou seja, banheiros privados que não são compartilhados nem com a família. Essas características reforçam a exclusividade e o status dos moradores, criando uma distinção entre os próprios membros.

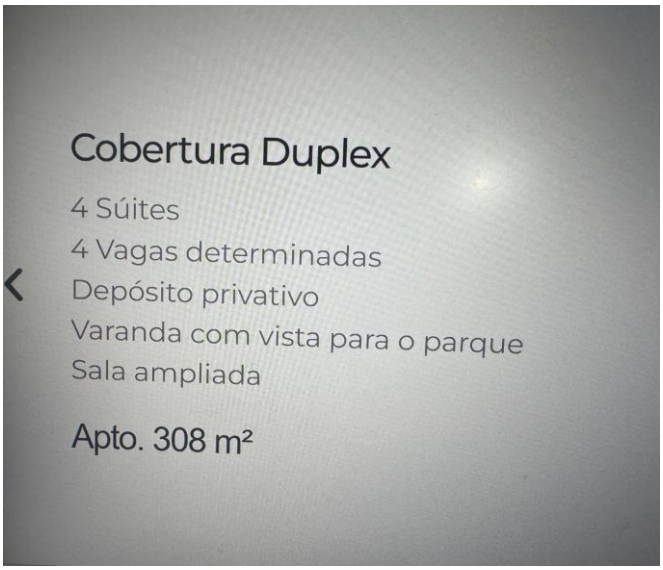
A estética do belo e do sofisticado reforçam a distinção entre aqueles que possuem recursos econômicos e aqueles cuja humanidade é constantemente negada. Essa diferenciação é amplamente consolidada pela publicidade, que exalta o belo, a arte, a sofisticação, além da exclusividade.

Figura 32 – Propaganda de um empreendimento imobiliário.



EZTEC, c.2024

Figura 33 – Propaganda de um empreendimento imobiliário.



FGF Engenharia, c.2024

Assim, é na exclusividade que o capitalismo opera. O capitalismo transforma tudo em mercadorias, mas não qualquer mercadoria – ele cria a ilusão do especial, do desejado, do exclusivo. Constrói uma aura em torno do objeto, dando a ele uma importância que vai além do que realmente é. Assim, um produto simples se torna status, pertencimento, distinção. Mas o capital não quer apenas satisfazer necessidades – ele fabrica desejos inalcançáveis para muitos. Porque é na falta, na desigualdade de acesso, que ele opera e gera demanda.

Planta de anúncio de vendas de apartamentos na cidade de São Paulo, a planta e o anúncio indicam que cada quarto é uma suíte, ou seja, cada membro da família que ocupar um desses quartos não vai precisar compartilhar o banheiro com

outros membros da família. Além disso, o apartamento conta com um lavabo para as visitas. É muito mais banheiros do que uma família pequena periférica tem, sem falar de famílias numerosas. O banheiro aqui poderia, portanto, representar o que distingue essa família de outras com uma situação econômica menos abastada. Em geral esse tipo de luxo não é possível nem para classe média que no máximo está entre uma ou duas suítes em algum bairro com um pouco de infraestrutura.

Outros privilégios aparecem nesse anúncio, como cinco vagas de carro, ou seja, nem dá para imaginar o tamanho dessa família. Mas esta pesquisa traz o elemento banheiro para a discussão. Assim sendo, a ideia de trazer para esta tese algumas reflexões sobre esse espaço deve-se ao seu potencial indicativo: o banheiro indica uma série de características culturais e subjetivas da sociedade contemporânea e, de modo mais específico, ocupa um lugar essencial para o entendimento dos sujeitos abordados neste estudo.

Em contraste, nos projetos de moradias populares, apartamentos de dois quartos e um banheiro já não possuem o mesmo diferencial. Na base da pirâmide econômica, o banheiro é reduzido a um espaço funcional, destinado apenas à eliminação de dejetos e à higiene básica, frequentemente sem as comodidades exigidas pelo padrão capitalista, como água quente, vaso sanitário, azulejos e portas que garantam a privacidade. A ausência dessas comodidades acaba se tornando um marcador de exclusão econômica e social.

Assim como o banheiro reflete transformações históricas e sociais, o banho carrega significados culturais e desigualdades que se manifestam no acesso a água e infraestrutura básica. A Etiópia, berço da humanidade, abriga uma diversidade impressionante de povos, cada um com suas tradições, modos de vida e práticas de higiene únicas. O acesso à água se diferencia entre os etíopes à medida que estão mais próximos de rios ou não. Entre eles, destacam-se os Mursi, os Dassanech, os Hamer e os Karo, grupos que habitam o Vale do Omo, no Sudoeste do país. Mas o que se sobressai são os banhos que as mulheres do Vale do Omo dão em seus filhos. Elas enchem a boca de água e, aos poucos, vão soltando-a em seus filhos e lavando-os.

Figuras 34 a 36 – Mulheres etíopes dando banho nos filhos.

Arquivo pessoal (2024)

Todos esses povos compartilham práticas de acordo com o acesso de água disponível. A conexão com a natureza e o respeito pelos recursos disponíveis refletem não apenas a sabedoria ancestral, mas também um modelo de sustentabilidade que desafia as práticas modernas de consumo excessivo e desperdício em um mundo cada vez mais afetado pelas mudanças climáticas e crises de recursos naturais[59]. Não é um convite ao retorno, mas de olhar para o passado para ajustar a rota do presente e do futuro.

Além disso, a colonização europeia não apenas redirecionou fronteiras geopolíticas e econômicas, também impôs profundas transformações culturais e sociais nas sociedades colonizadas. Um dos aspectos dessa dinâmica é a imposição de padrões ocidentais de saneamento e higiene, que impactaram significativamente as práticas locais relacionadas ao uso de banheiros e à gestão de água. A história dos banheiros e das práticas de saneamento é frequentemente narrada a partir de uma perspectiva ocidental contemporânea, destacando as mudanças e “inovações” das sociedades ocidentais e europeias como marcos fundamentais no desenvolvimento da higiene privada e pública. No entanto, uma visão eurocêntrica e ocidental muitas vezes desvaloriza e desconsidera práticas preexistentes.

A imposição de infraestruturas sanitárias nos territórios colonizados não foi apenas uma questão técnica, tornou-se também um instrumento de poder e controle

[59] As informações apresentadas neste texto têm como base minha experiência pessoal durante minha visita à Etiópia, onde pude conhecer de perto os povos Mursi, Dassanech, Hamer e Karo, observar suas práticas cotidianas e aprender com os relatos locais.

social. Ao redefinir os espaços públicos e privados, os colonizadores estabeleceram novas normas de sociabilidade. Nesse contexto, é essencial compreender como o poder moldou as práticas de saneamento nos países colonizados, influenciando não apenas a infraestrutura física, mas também as relações sociais e as percepções de dignidade e higiene. Essa imposição alterou a forma como os resíduos eram gerenciados e reforçou hierarquias sociais, de maneira que o acesso à água e ao saneamento básico se tornou um marcador de status e pertencimento.

3.3.1 Os rios de São Paulo no século XIX: lavadeiras, fugidos e a remoção da população negra

Segundo Sant'Anna (2007, p. 19), entre 1822 e 1901, a cidade de São Paulo era profundamente marcada por sua relação com os rios, que estruturavam o cotidiano da população e o funcionamento do comércio e das atividades produtivas. Próximo às margens do Tietê, do Tamanduateí e do Pinheiros, lavadeiras negras e indígenas trabalhavam incessantemente, e no ar se espalhava o cheiro do sabão feito com cinzas. Essas mulheres desempenhavam um papel fundamental tanto na organização doméstica das elites quanto no abastecimento hídrico da cidade.

Figura 37 – Lavadeiras em São Paulo, década de 1900.

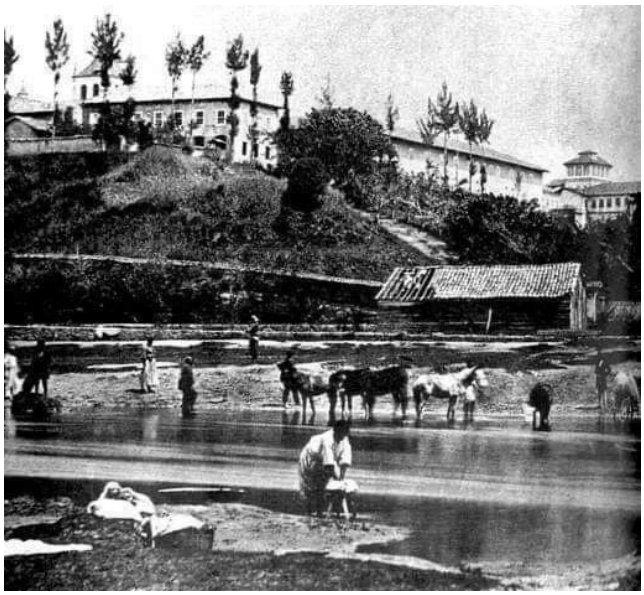


Foto de Hélio Nobre e José Rosael - Acervo Museu Paulista
Sant'Anna, 2007, p. 222

São Paulo era, então, o centro natural do sistema hidrográfico da região, e seus rios eram rotas de transporte e abastecimento. A navegação pelo Tietê e seus afluentes permitia que embarcações atracassem próximo ao Porto Geral, onde se iniciavam as principais ladeiras que conectavam o comércio da cidade (Sant'Anna, 2007, p. 19).

Ao longo dessas ladeiras, a cena cotidiana era marcada por um fluxo intenso de pessoas: tropeiros, escravizados, carregadores de água e pescadores. Como observa Sant'Anna (2007, p. 19), era comum encontrar "tropeiros, além de moleques e homens descalços carregando vasilhas repletas de água", caminhando pelas margens e ruas da cidade. Esses carregadores desempenhavam um papel crucial, uma vez que a infraestrutura urbana da época não oferecia um sistema eficiente de distribuição de água potável.

Outros rios menores, como o Cambuci e o Lavapés, também faziam parte desse cenário. Eles eram pontos de passagem, abastecimento e trabalho, utilizados tanto para pesca quanto para lavagem de roupas. Como destaca Sant'Anna (2007, p. 18), os rios de São Paulo, sinuosos ou retilíneos, caudalosos ou tranquilos, estreitos ou rasos, marcaram intensamente o cotidiano da cidade e dele receberam intervenções nem sempre favoráveis à manutenção da qualidade de suas águas.

Além de abastecer a cidade, os rios tinham outra função crucial na história dos escravizados: eram espaços de fuga e resistência. Segundo Mello Nóbrega (*apud* Sant'Anna, 2007, p. 66), o Rio Tietê foi "coiteiro", pois escondeu muitos escravizados fugidos em suas margens e alimentou diversos homens em fuga. Suas áreas de mata densa e ilhas fluviais tornavam-se esconderijos naturais para aqueles que escapavam do cativeiro, representando um dos muitos caminhos possíveis para a liberdade.

Outro aspecto central da economia e da cultura material paulistana no século XIX era a produção de vasilhas e potes de barro, essenciais para o transporte e armazenamento de água. Antes do período imperial, as margens dos rios e os arredores da cidade eram povoados por paneleiras e poteiras, muitas delas indígenas ou mulheres negras. Essas mulheres dominavam as técnicas tradicionais da cerâmica, produzindo utensílios indispensáveis para a vida urbana (Sant'Anna, 2007, p. 79). Os fornos de barro, além de fundamentais para a produção cerâmica, testemunham a permanência dos saberes indígenas e afrodescendentes na cultura material da cidade.

A população negra, que havia sido fundamental para o funcionamento da cidade, começou a ser expulsa do centro urbano a partir do final do século XIX, num processo que se intensificou no início do século XX. Adão (2023, p. 85) descreve como essas pessoas habitavam os bairros centrais, como Bixiga, Sé, Liberdade e Barra Funda, vivendo em cortiços e exercendo atividades como o comércio de rua, os serviços domésticos e o trabalho como lavadeiras. No entanto, a elite paulistana iniciou um projeto de modernização excludente:

> Existiam os rios na região central, onde eles lavavam as roupas, onde tinham o encontro das lavadeiras, os mercados de rua nos quais as pessoas vendiam frutas, legumes, verduras e também existiam os erveiros. Então, todo o centro da cidade de São Paulo era habitado por essas pessoas (Adão, 2023, p. 85).

Sob influência dos modelos urbanos europeus, o prefeito Antônio Prado (1899-1911) implementou uma série de políticas higienistas e racistas, justificadas pelo discurso da modernização e da ordem urbana. Como destaca Adão (2023, p. 85), “Através de políticas higienistas e racistas, essa população foi dispersa”. Querendo se parecer com Paris, Antônio Prado falou em melhoramento da cidade e expulsou os negros dessa região. Começaram a destruir os cortiços. A remoção forçada da população negra do Centro fez parte de um projeto racializado de reorganização da cidade, que consolidou a segregação urbana e empurrou essas comunidades para as periferias emergentes. Os rios, que antes eram espaços de trabalho e sobrevivência, passaram a ser vistos como obstáculos ao crescimento urbano, sendo canalizados e transformados em esgotos a céu aberto.

A cidade crescia e a população negra era afastada dos rios e dos centros. A distância entre ricos e pobres na cidade criava um abismo entre eles. Os pobres e negros eram afastados, e os ricos passaram a tomar banhos, criar clube de regata. As crianças que tomavam banho nos rios da cidade eram impedidas em nome da moral e dos bons costumes: “[...] meninos de 10 a 15 anos, todos os dias, iam ao vale do Anhangabaú [...] brincar e tomar banho” – pelo entendido, eles tomavam banho nus, como relata Santa’Anna (2007, p. 283). Nos centros, as casas de banho reuniam “os proprietários paulistanos, viajantes ilustres e comerciantes” (p. 283).

Dessa forma, a história dos rios de São Paulo não pode ser dissociada das políticas de exclusão racial e das disputas pelo espaço urbano. O apagamento dessas populações da paisagem do Centro revela que o projeto de modernização da cidade

não foi neutro, mas um processo que reforçou hierarquias raciais e econômicas. Se antes os rios sustentavam a vida de lavadeiras, paneleiras e trabalhadores negros, hoje sua degradação reflete o descaso ambiental e o esquecimento imposto a essas memórias coletivas.

Assim, a falta de acesso à água na favela e o saneamento básico foram consequências dessa exclusão e expulsão da região central, mas também um projeto higienista de afastamento dos perigosos e indesejáveis da região que se pretendia moderna, higiênica e ordeira.

3.3.2 Acesso à água e ao saneamento básico na favela

A falta de água nas favelas de São Paulo é um problema persistente que afeta milhares de moradores diariamente. Em muitas dessas comunidades, o abastecimento é irregular, com interrupções frequentes que comprometem tarefas básicas, como cozinhar, tomar banho e higienizar os espaços. A infraestrutura precária de saneamento agrava a situação, pois vazamentos e ligações clandestinas contribuem para a perda de água e a contaminação dos reservatórios. Essa realidade evidencia a desigualdade no acesso a um recurso essencial, ressaltando a urgência de políticas públicas que priorizem investimentos em infraestrutura, ampliação do abastecimento e garantia de dignidade para essas populações.

A privatização da Sabesp, empresa responsável pelo abastecimento de água e pelo saneamento em São Paulo, gera controvérsias e preocupações, especialmente nas favelas e áreas mais vulneráveis da cidade. Muitos temem que a busca de lucro por parte de investidores privados possa resultar no aumento das tarifas e na exclusão de comunidades que já enfrentam dificuldades no acesso à água. Além disso, há o receio de que a priorização de áreas mais lucrativas intensifique a desigualdade no fornecimento, deixando os moradores das favelas ainda mais expostos à escassez. Por outro lado, defensores da privatização argumentam que a gestão privada pode trazer maior eficiência e investimentos, mas é essencial que sejam implementadas garantias de acesso universal e controle rigoroso para evitar que a população mais carente seja prejudicada.

3.3.3 A mina, a bica

Sobre o acesso à água na periferia, quando a água não chegava na torneira, os moradores da favela tinham duas opções: entrar na fila com seus baldes para pegar água no caminhão-pipa trazido pelos funcionários da SABESP[60] – o calor escaldante queimando a cabeça, as crianças brincando ou segurando fila para os pais – ou usar a água da mina (assim era conhecida), uma bica que jorrava água dia e noite. “Antes de ir para o trabalho, havia que buscar água na bica comum da favela” (Gonzalez, 2020, p. 40). Lá brincávamos, as mulheres lavavam roupas, davam banho nas crianças, levavam água para dentro de casa; bebíamos daquela água, tomávamos banho, jogávamos água nas outras crianças. Quando o fornecimento era cortado, as filas para pegar água na bica eram imensas, algumas pessoas acordavam de madrugada para não precisar enfrentar a espera. Às vezes tinha briga, as famílias levavam as crianças, a gente não tinha paciência de esperar tanto e logo nos dispersávamos, as mães reclamavam, a gente corria.

Um tempo depois, foi construída uma creche no bairro, e com isso a mina (bica) foi aterrada. A comunidade reclamou, mas o “progresso” estava chegando e a água não pertencente à rede de fornecimento regular não deveria ter lugar. Com a urbanização do bairro e o fornecimento formal de água, a comunidade não teria mais o “gato” na água, pagaria pelo consumo e não poderia acessar a mina, uma água de origem duvidosa.

A comunidade chiou e a mina não foi aterrada. Meu pai[61] e outros moradores fizeram um encanamento levando água da nascente até a calçada, onde foi feita então uma caixa de cimento. Essa caixa me parecia mais funda, e eu muitas vezes tomei banho ou brinquei lá com meus amigos. Mas, com o tempo, ela ficou mais rasa – ou eu cresci. Eu era uma menina e ela mina, hoje eu mulher e ela pequenina.

A mina ainda está lá, ainda falamos dela assim, “a mina”, e ela continua jorrando água dia e noite, ainda abastece a comunidade, ainda usam sua água para lavar carros e cuidar dos afazeres domésticos. É engraçado que ela ainda me parece tão potente e imponente como sempre: corre, não secou com o tempo nem com o cimento, nunca abandonou a comunidade.

---

[60] João Alves de Quadros, *in memoriam*.
[61] Antonio Alves de Quadros, *in memoriam*.

Sua origem ainda é duvidosa para mim, mas ela continua jorrando. Persiste em sobreviver durante todos esses anos. Ela é viva, é vida, é persistente, deve mesmo ter sido uma nascente antes que os moradores e o asfalto chegassem, e só teve seu percurso desviado para que tivesse uma finalidade para nós. As novas gerações foram criadas em seu entorno, usando de sua água, sem saber como ela ficou assim. É como se ela estivesse sempre ali. Ela é para mim um cenário de lembranças importantes de minha infância e das relações com meus amigos.

Figuras 38 e 39 – A mina na Av. Água Vermelha.

Arquivo pessoal (2022)

Quando eu era criança, brincava no córrego com meus amigos e o atravessava para cortar caminho até a escola. Como ficávamos doentes e corríamos o risco de pegar algo mais sério, nossos pais resolveram construir um muro para que não acessássemos mais o córrego pela nossa viela. Eu tinha esquecido que por trás daquele muro há um córrego; por muitos anos, olhei para o muro como uma tela em branco (no caso, cinza).

Nas favelas são as mulheres as mais afetadas com a falta de água e saneamento básico, pois elas são a maioria nas comunidades, sobretudo as mulheres pretas (Habitat para a Humanidade Brasil, c.2023; 2022). Lélia Gonzalez (2020), que estuda a figura da mucama, destaca-se nessa lógica espacial determinada, enquanto

Bourdieu (2015, p. 50) reflete sobre como as mulheres são vistas nos espaços do úmido, do vergonhoso e como lidam com a água: “[...] situadas do lado do úmido, do baixo, do curvo e do contínuo [...] invisíveis e vergonhosos, como o cuidado das crianças e dos animais [...] os que levam a lidar com a água”. São as mulheres que mais sentem os efeitos da ausência de saneamento básico, as doenças decorrentes dessa ausência nas crianças, pois são elas as maiores responsáveis por seus lares e pelo cuidado de seus filhos. São elas a maioria nas favelas, segundo o censo de 2022 do IBGE, são elas as chefes de seus lares e que não têm coleta de esgoto.

> No Brasil, o número de mulheres que residem em casas sem coleta de esgoto saltou de 26,9 milhões para 41,4 milhões entre 2016 e 2019, ou seja, uma taxa de crescimento de 15,5% ao ano do número de brasileiras afetadas pelo problema. Nesse mesmo período, a população feminina prejudicada pela falta de água tratada passou de 15,2 milhões para 15,8 milhões e a ausência do serviço regular afeta 24,7 milhões. Já o índice de mulheres sem banheiro em casa cresceu 56,3% no acumulado do período, passando de 1,6 milhão para 2,5 milhões (Portal Saneamento Básico, 7 jun. 2022).

Em muitas comunidades o esgoto é dispensado nas ruas, em valas abertas, em ruas de barro, sem asfalto. Muitas famílias ainda vivem em bairros sem coleta de esgoto nem saneamento básico[62], que são fundamentais para garantir qualidade de vida e a saúde da população, principalmente nos bairros periféricos das cidades.

Quando consideramos a entrada da água pelos canos, estamos falando não apenas da melhoria das condições sanitárias, mas também da influência das inovações tecnológicas na vida cotidiana. A instalação de encanamentos e sistemas de drenagem permitiu que os banheiros se tornassem mais funcionais e menos dependentes de métodos improvisados de manejo da água e dos resíduos, possibilitando superar práticas desumanizadoras como visto no período em que os escravizados carregavam os dejetos nas cidades brasileiras: “O sistema de saneamento nas cidades brasileiras foi por muito tempo o do ‘tigre’ – o barril que ficava debaixo da escada dos sobrados, acumulando matérias dos urinóis, para ser então conduzido à praia pelos negros” (Freyre, 2003, p. 314).

As mudanças nas condições de fornecimento de água e coleta de dejetos foi perpassada por mudanças significativas. No entanto, essa tecnologia não é acessível a todos os grupos sociais, percebe-se que aqueles que carregavam os dejetos são ainda os que sofrem com a presença insistente de esgoto próximo de si, é nas favelas

[62] Sobre água potável e saneamento básico, ver: Brasil/ IPEA, c.2023.

que o saneamento básico é precário ou inexistente. “Uma ordem social outrora baseada na escravidão e na monarquia foi inventada como uma ordem baseada na ciência e no mérito, sem alterar de modo significativo a hierarquia social. Velhas desigualdades eram vestidas em novas roupas” (Dávila, 2006, p. 365).

A entrada de água e a saída de dejetos representam a implementação de um controle que visa disciplinar o espaço doméstico e, por extensão, a vida das pessoas que o habitam. Por outro lado, o escoamento de dejetos pelo ralo é simbólico de um processo mais profundo de exclusão e limpeza social. A água suja, ao ser eliminada, carrega consigo não apenas resíduos físicos, mas também vestígios de uma ordem social que procura manter o espaço doméstico limpo e organizado. Douglas (2014) aponta que a gestão do impuro é fundamental para a construção de sistemas simbólicos de ordem. O ato de limpar os dejetos e manter a água limpa reflete uma tentativa de criar uma separação entre o que é considerado aceitável e o que é rejeitado.

A mudança no banheiro, com a entrada da água e a saída dos dejetos, pode ser vista como um reflexo do processo civilizatório, em que a disciplina e o controle se manifestam através das tecnologias e das práticas domésticas. As mudanças do saneamento não apenas melhoraram as condições materiais, mas também ajudaram a institucionalizar padrões de comportamento e higiene que reforçam a ordem social (Elias, 1993). A implementação de tecnologias de poder sugere que o controle das práticas cotidianas – como tomar banho ou acessar o banheiro para defecar – é, na verdade, parte de uma rede de vigilância invisível, em que corpos e espaços são disciplinados de maneira quase imperceptível. Quando despejamos água suja pelo ralo, estamos, de fato, reproduzindo uma lógica de exclusão: o que é impuro deve ser eliminado, não apenas do espaço físico, mas da ordem social.

Os canos, portanto, não apenas conduzem água limpa para dentro de nossas casas, mas servem também como condutores de uma forma de poder disciplinar que organiza os espaços e os corpos. O sistema de esgoto, invisível sob os pisos e as paredes, reflete a fronteira entre o puro e o impuro. Ao eliminar os dejetos, reafirmamos uma separação simbólica entre aquilo que merece permanecer e o que deve ser descartado, mas essa separação não se limita ao mundo material. Ela ecoa na maneira como organizamos nossas relações sociais e raciais. O que é considerado “sujo” ou “limpo” muitas vezes revela preconceitos e hierarquias que foram consolidadas ao longo da história. A sociedade moderna tenta, a todo momento,

conter o caos; mas esse caos, representado pela sujeira, nunca está totalmente sob controle. As falhas nos canos, os entupimentos e os vazamentos representam o fracasso inevitável dessa tentativa de controle absoluto.

Os canos que levam a água para o banheiro, assim como os que retiram os resíduos simbolizam não apenas os fluxos materiais, mas também os fluxos de poder. Nessa dinâmica, o ralo é um ponto crucial. Ele simboliza a fronteira final entre o que é aceitável e o que deve ser eliminado, lembra-nos de que aquilo que descartamos – o que vemos como sujeira ou dejeto – não desaparece simplesmente. Ele permanece à margem, sempre ameaçando retornar. O entupimento do ralo, nesse sentido, é mais do que um incômodo doméstico; é uma metáfora poderosa para as falhas inevitáveis do sistema social – aquilo que é marginalizado ou excluído nunca desaparece completamente. A sujeira, tanto física quanto simbólica, sempre encontra uma forma de reaparecer, desafiando as fronteiras que tentamos estabelecer.

É possível pensar nas práticas cotidianas como estratégias de sobrevivência das classes marginalizadas, que muitas vezes envolvem uma negociação constante com as estruturas de poder. Assim, a água que corre pelos canos do banheiro não é apenas um recurso material. Ela é um símbolo das lutas cotidianas, das exclusões e hierarquias e das estratégias de resistência que permeiam a vida doméstica. Quando a torneira se abre e a água limpa flui, estamos, de fato, lidando com uma complexa rede de significados, em que o puro e o impuro, o incluído e o excluído, o visível e o invisível estão em constante tensão.

E a mercantilização de bens e serviços essenciais, como o acesso à água e ao esgoto, reflete a dinâmica do capitalismo, que transforma necessidades básicas em mercadorias sujeitas a um mercado competitivo. A água, portanto, torna-se um produto cuja disponibilidade e custo estão longe de ser universais, criando uma divisão entre os que podem e os que não podem pagar por esse direito. A infraestrutura e os serviços essenciais muitas vezes são inacessíveis para os pobres, que enfrentam condições precárias.

Assim, a análise combinada oferece uma perspectiva crítica sobre como a mercantilização do acesso à água e o acesso desigual a recursos básicos não só refletem, mas também ampliam as desigualdades sociais existentes. A falta de acesso a serviços essenciais como a água e o saneamento básico não é apenas uma questão de capacidade econômica individual, mas um indicador das profundas disparidades estruturais que permeiam o sistema capitalista.

3.3.4 O banho, sujidade e desigualdade social

Girar o registro e perceber a água entrando pelos canos e chegando ao chuveiro, sentir a água aquecida que escorre pelo corpo nu, o barulho da água misturando-se ao aroma do sabonete. Vestir roupas limpas e perfumadas. Preparar uma refeição com ingredientes frescos guardados na geladeira, saborear um prato quente em uma casa organizada. Deitar-se em uma cama com lençóis limpos. Essa sequência de ações cotidianas é, na verdade, um reflexo de condições materiais que nem todas as pessoas têm. Para muitas, o banho quente não vem. A geladeira está quebrada – quando existe. A roupa não está perfumada. A comida não é suficiente, ou a casa não é um abrigo seguro. O banheiro, muitas vezes, é a rua. E o corpo se torna um lugar de sofrimento – ao contrário do alívio humano, que deveria ser universal –, sem água quente, sem pasta de dente, sem roupa limpa.

Esses momentos, que envolvem cuidado e reconexão consigo, parecem quase triviais, mas carregam um privilégio invisível. Essa contextualização não é ficção nem exagero. É a vida de muitas pessoas, especialmente em uma cidade como São Paulo, onde cada casa e cada esquina carrega uma história de desigualdades.

A diarista que organiza a vida doméstica de uma casa confortável volta para sua própria casa, que talvez não tenha água ou luz. A mãe solo que cuida das crianças trabalha tanto que nem tem tempo de pensar no conforto de lençóis limpos. A família que vive com trabalho precário ou desemprego mal consegue garantir o básico para o dia seguinte. Essas diferenças não são apenas materiais; elas revelam a estrutura da desigualdade. Quem pode relaxar após um dia estressante? Quem pode acessar um livro, sentir o frescor de um banho quente ou preparar uma refeição com os temperos escolhidos? Essas condições humanas básicas se tornam privilégios em uma sociedade que exclui tantas pessoas.

O que define, afinal, quem pode ser plenamente humano? Qual o preço da dignidade? Quando olhamos para a cidade, percebemos que essas respostas estão marcadas pela cor da pele, pelo gênero, pela idade e pelo tipo de trabalho que as pessoas realizam. Cada questão – do banheiro ao prato de comida, do banho ao lençol limpo – carrega as marcas de uma desigualdade estrutural que nos obriga a refletir: quem pode viver com dignidade e quem precisa lutar, dia após dia, apenas para sobreviver?

O banho e o espaço para os cuidados do corpo foram mudando ao longo dos anos e, assim, cada sociedade constitui sua própria cultura em relação ao ato de se banhar. No Brasil, apesar de termos sido colonizados pelos europeus, nos distanciamos bastante dos seus hábitos de higiene, e os costumes são muito diferentes em cada região do país. Sobre os itens usados para higiene pessoal, no banheiro há uma variedade de possibilidades para todos os níveis sociais. Alguns itens são comumente encontrados no banheiro, como o papel higiênico, escova e pasta de dentes, sabonete e xampu.

No Brasil, pouco se sente dos odores do corpo, uma vez que ele é camuflado por perfume, antitranspirante, colônias e cremes. Assim, o banho torna-se exigência natural entre nós, mas o costume brasileiro do banho rotineiro não é comum em outros lugares do mundo, e podemos observar que os povos de muitas culturas distintas não costumam camuflar tanto os odores corporais.

Lavar o corpo, seja com água fria ou quente, envolveu rituais distintos ao longo da história, como nas piscinas termais na Idade Média e nos banhos coletivos na Europa. Temos como exemplo a população de Pompeia, na Itália, e seus banhos coletivos nas termas. O banho coletivo era comum e as termas públicas eram um espaço de socialização e política entre homens e mulheres nus, em piscinas rasas. Entretanto, com o passar dos séculos, o lugar acabou sendo frequentado com outros objetivos e, eventualmente, foi até mesmo proibido pela Igreja Católica. Assim, os banhos públicos passaram por mudanças e foram separados entre homens e mulheres.

Socialmente, o banho marca também momentos importantes na vida dos seres humanos, seja entre os recém-nascidos, os idosos ou no dia do casamento. Ao longo da vida, cada tempo histórico contou com distintas formas de se lavar. Por exemplo, em muitas épocas era comum apenas lavar as mãos, o rosto e os pés ou banhar todo o corpo numa bacia de madeira. Essas formas foram mudando ao longo dos anos. No contexto vigente, o mais comum no Brasil e, especificamente, em São Paulo do século XXI é o banho de chuveiro elétrico com água quente, em decorrência do clima e da premissa de não exposição dos cheiros do corpo.

O caso emblemático do Solar da Marquesa de Santos em São Paulo e a banheira, nada se sabe sobre a água, os dejetos, pode ser que aquele espaço seja um banheiro ou uma sala de banho. Fica o mistério.

Figura 40 – Banheira no Solar da Marquesa de Santos em São Paulo[63].

Anversa, 2020

Segundo Anversa (2020, p. 110),

> [...] o apagamento dos dois tipos de áreas de serviço implica em mais uma invisibilização, a de trabalhadoras e trabalhadores domésticos, responsáveis pelos serviços de limpeza e alimentação que mantêm as dinâmicas de abastecimento das famílias abastadas. À época da Marquesa, esses movimentos incluíam a coleta de água e o transporte de dejetos, assim como o preparo de banhos, por pessoas negras escravizadas. Nenhuma referência a esse tipo de trabalho acompanha a exibição da banheira em seu Solar.

O que destoa da realidade dos documentos analisados nesta pesquisa, que mostram que uma parcela da sociedade que não possui recursos econômicos e está em situação de vulnerabilidade não acessa o mesmo padrão de outras famílias da sociedade. Nem todas as pessoas têm acesso à água, banheiros ou banhos quentes. O banho quente, que parece uma rotina banal, seria um privilégio ou um direito? Seria um padrão? Uma regra? E ter em casa esse chuveiro com água quente também é um direito? Alguns residentes em São Paulo ainda enfrentam a falta de um banheiro confortável em casa, dependendo, assim, da solidariedade dos vizinhos, conforme evidenciado nos registros documentais.

Tomar banho de “canequinha” remete a um viver descolado da realidade de muitos nos dias de hoje: quando as pessoas não têm chuveiro, ou quando falta água,

[63] Endereço: R. Roberto Simonsen, 136 - Centro Histórico de São Paulo, São Paulo - SP, 01017-020.

é preciso se servir de um balde ou bacia cheia de água e uma “canequinha”, como se a água minguasse, molhasse aos poucos, não desse conta de molhar a totalidade do corpo pobre. É preciso que seja um banho curto, pois a “canequinha” molha uma parte e não outra, enxágua uma parte e deixa outra para a próxima levada de água; o corpo esfria e a água não é suficiente para lavar, limpar e enxaguar. Parece distante. No entanto, os dados atuais mostram que ainda existe uma parcela da população que toma banho de “canequinha” ou na casa da vizinha, por não ter água em casa, seja pela falta de pagamento e suspensão no fornecimento, seja pela falta de acesso.

O acesso aos banheiros e ao saneamento básico está profundamente marcado pelas desigualdades sociais, econômicas e raciais que estruturam a sociedade. O racismo se manifesta tanto no acesso físico quanto no simbólico, delimitando quem pode usufruir de condições adequadas de higiene e saúde. Nas favelas de São Paulo, essa desigualdade se evidencia na precariedade de infraestrutura, sendo possível verificar que populações majoritariamente negras e periféricas são relegadas a sistemas improvisados ou inexistentes. A ausência de políticas públicas eficazes para garantir o acesso universal a banheiros e saneamento reflete a exclusão histórica de corpos racializados dos direitos mais básicos, como a dignidade e a saúde.

Essa desigualdade encontra raízes profundas no colonialismo e na hierarquização racial que ele instaurou. Enquanto as elites globais se beneficiam de avanços tecnológicos e infraestrutura de ponta, comunidades negras, indígenas e pobres enfrentam uma luta diária por acesso a condições mínimas de higiene. Os banheiros, portanto, tornam-se espaços simbólicos dessa segregação, materializando como o racismo estrutural define quem é considerado digno de acessar o que é fundamental. Fechar essa lacuna exige reconhecer a relação entre racismo, classe e infraestrutura, além de adotar medidas que priorizem justiça social e o respeito à dignidade humana para todos.

4 – PERCEPÇÕES CULTURAIS

Quadro 25 – Limpo e organizado
“O cômodo estava limpo e organizado” (TJ, 2017);
“seu cômodo o qual estava limpo e organizado” (SAICA, 2017);
“A moradia dos requeridos estava organizada e higienizada” (TJ, 2016);
“A residência é composta por cozinha, banheiro e quarto, e no momento da visita limpa e bem organizada” (SAICA, 2015);
“Os ambientes estavam limpos e relativamente organizados” (TJ, 2016);
“A casa em geral estava limpa e organizada” (TJ, 2017);
“receptiva como sempre com a equipe, nos convidou para entrar em seu cômodo o qual estava limpo e organizado” (SAICA, 2017);
“O cômodo estava limpo e organizado” (TJ, 2017);
“estava tranquilo, com uma roupa limpa” (SAICA, 2018);
“constatamos que o espaço físico disponível a acomodação das crianças é satisfatório e organizado” (TJ, 2017);
“Observamos que no momento a habitação não apresenta asseamento e condições para receber seus irmãos” (SAICA, 2020);
“nos convidaram para conhecer sua residência, tudo simples e bem organizado” (SAICA, 2019);
“sua residência, muito simples, organizada e arrumada” (DPESP, 2016);
“Verificou ser uma residência muito simples, porém bem organizada” (SAICA, 2019);
“[...] informaram que, no dia anterior desta visita, eles haviam recebido a visita domiciliar dos técnicos do SAICA [...], os quais o ajudaram a limpar e organizar o ambiente doméstico” (TJ, 2017);
“Cômodos e o quintal se encontravam limpos e organizados, especialmente o quarto de C que possuía piso cerâmico e pintura nova nas paredes, bem como a cama arrumada com lençol aparentemente novo e o ambiente rodeado de brinquedos e com quadro do time de futebol do adolescente” (TJ, 2017).

Quadro 26 – Sujo e desorganizado
“A residência se encontrava desorganizada, exalava um mau cheiro” (CT, 2017);
“Dentro do imóvel notamos péssimas condições de higiene” (UVIS, 2017);
“Na sala havia pouca mobília, muita desorganização e sujeira, com roupas espalhadas e objetos amontoados por todo ambiente” (NPJ, 2015);
“Chegando até a residência encontramos a casa toda suja” (CT, 2020);
“Quanto às condições de moradia, observamos que a moradia apresentava condições precárias de higiene e organização” (TJ, 2018);

> “No momento da visita a habitação carecia de maiores cuidados domésticos” (SAICA, 2020);
>
> “Sra. E informa que está pleiteando cadastro para receber produtos de higiene e limpeza fornecidos por uma organização do bairro, devido pandemia do coronavírus” (SAICA, 2020);
>
> “Para entrar na casa tivemos que pisar no lixo que estava no quintal, impedindo a passagem” (SAICA, 2018);
>
> “nos recebeu do lado de fora; não tivemos acesso à residência, mas observamos o quanto havia de objetos/entulhos no corredor do quintal da casa” (SAS, 2018);
>
> “Pudemos observar que no quintal da frente da casa havia acumulo de materiais como madeiras, entulhos e inservíveis” (UVIS, 2017);
>
> “Encontraram a residência desorganizada, com acúmulo de objetos quebrados e lixo no quintal, pia e chão da cozinha com restos de alimentos, geladeira com alimentos estragados” (TJ, 2017);
>
> “Logo na entrada onde se localiza a lavanderia, pudemos perceber entulhos, muitas sacolas plásticas aparentemente com dejetos, baldes com panos com água apodrecida, móveis e brinquedos quebrados, resto de madeiras, vidros, entre outros objetos não identificados” (NPJ, 2015);
>
> “A casa encontrava-se com muito lixo e alimentos em decomposição, ainda dentro de sacos plásticos, espalhados tanto na cozinha como no quarto. Havia um odor fétido, além de muitos mosquitos na casa” (SAS, 2018).

Eu não provenho dos “bem-nascidos”. Venho de uma família pobre cuja condição econômica estava focada na subsistência. O acesso à água era limitado e os itens de higiene pessoal se resumiam ao sabonete e ao xampu o mais baratos possível. Na minha ignorância de infância, nunca imaginei que a pobreza pudesse ser associada a transgressão e perigo, e que seria necessário provar nossa limpeza. Lavar roupas à mão, sem máquina de lavar, era a realidade de todas as famílias da minha rua. Imagine lavar o cobertor quando o filho fazia xixi na cama: uma tarefa árdua. Muitas vezes a única solução possível era colocar o cobertor ao sol para secar e dissipar o cheiro.

Lavar roupas de crianças, sujas de brincadeira na terra, também era um desafio. Isso só era possível quando havia água na torneira; caso contrário, era preciso ir à mina, prática comum devido à escassez frequente de água. Os produtos de limpeza se limitavam a pedras de sabão, muitas vezes caseiras. Higiene significava apenas remover a sujeira, não perfumar. Perfumes, quando acessíveis, eram os populares da marca Avon, que às vezes nem chegavam devido a roubos durante as entregas. Assim, nossa casa e nosso corpo estavam asseados (quando possível, tendo água e sabão), mas raramente “perfumados”. A fragrância do sabonete durava

o tempo do banho. Escovar os dentes era um privilégio dos adultos; para as crianças, a higiene bucal só chegava na adolescência, quando o desejo do primeiro beijo se tornava um motivador e as condições econômicas melhoravam.

Nossos joelhos e cotovelos eram ásperos de ralados de brincar na rua e de encerar o chão vermelhão. A limpeza da casa se fazia com produtos simples: água sanitária, cera líquida ou em pasta, sabão em pasta para louças e desinfetantes vendidos pela vizinhança ou pelo carro que passava anunciando. À medida que a condição econômica melhorava, os bens de consumo se tornavam mais acessíveis e a diversidade de produtos aumentava. Os perfumes passaram a exalar e tornaram-se mais presentes.

Nunca imaginávamos que nossa higiene poderia ser vista como ameaça ou desordem, mas sabíamos que ela estava vinculada à nossa condição social. “Ser pobre, mas limpo” era nosso lema, uma afirmação de dignidade. No entanto, fora dali parece ter virado piada, tornando-se até bordão no programa humorístico *Sai de Baixo*, pela personagem da empregada doméstica Sirene. “Um dia, minha mãe falou de uma das empregadas que tivemos lá em casa, e ela falou que ela era pobre, mas era limpinha”, comentou Claudia Rodrigues, atriz que interpretava Sirene, em uma entrevista (Nossa Janela, 18 mar. 2020) quando perguntada sobre a origem do bordão “Sou pobre, mas sou limpinha”.

Eu, atravessada por marcadores sociais de classe social, gênero, orientação sexual e deficiência, todavia, não sou afetada pela cor da minha pele. Não sofro discriminação a partir da minha cor e reconheço não ser afetada pelo racismo – e, portanto, meu lugar de fala[64] não se estende a essa experiência, pois “o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas” (Ribeiro, 2019, p. 69). Refletir sobre esse contexto na escrita deste capítulo foi profundamente inquietante e revelador. Incomodou-me analisar a pobreza carregada de racismo, perceber que ela muitas vezes é associada a desvio e perigo e que a ideia de que “ser sujo” equivale a ser desviante, principalmente porque as noções de sujeira e falta de limpeza são muito subjetivas. Isso culminou no interesse em analisar o ponto de partida dessa avaliação que determina um padrão de limpeza: quais são os critérios objetivos que definem a organização e a limpeza?

[64] Para maior aprofundamento sobre o tema, ler: Ribeiro, 2019.

Também pesa em minha leitura a percepção de que a limpeza está sendo julgada por um sujeito que possivelmente tem recursos econômicos e acesso a água; que possivelmente tem máquina de lavar roupa e quiçá até máquina de lavar louças, aspirador-robô e todo tipo de eletrodoméstico que facilita a rotina estressante de cuidar da casa; que pode contar ainda com o auxílio de uma diarista ou de uma empregada doméstica; que tem acesso a todo tipo de produto de higiene pessoal e de limpeza para a remoção de manchas e de maus cheiros; que pode escolher a fragrância que deseja respirar em sua casa e em seu corpo. São tantas as possibilidades disponíveis que fica impossível listar todas elas, mas essa enumeração serve para ilustrar que os acessos são diversos e que a limpeza e a organização estão numa esfera subjetiva e ao mesmo tempo relacionam-se com a dimensão econômica e social.

Portanto, ao analisar registros produzidos por profissionais que ocupam diferentes degraus de classe econômica (não que se deva estar na mesma condição econômica para falar dela), procuro entender diferentes acessos econômicos e padrões que, sim, podem ser questionados criticamente. Assim como Barros (2023, p. 84), também me inquieto com o fato de que “assistentes sociais, com o legado historicamente construído na profissão, na defesa de direitos humanos, corroboram com essa situação quando não problematizam, não exercitam o pensamento crítico” e compartilham do pensamento burguês de modelo de família. Penso sobre esse profissional também não problematizar e não exercitar o pensamento crítico acerca de questões de higiene e organização. Falarei mais diretamente sobre o Serviço Social, pois essa é uma área em que atuo diretamente, contudo, a tese se direciona aos agentes de Estado que operam em diversos espaços sócio-ocupacionais.

Além disso, cabe considerar que o Serviço Social emergiu no Brasil em um contexto marcado pela doutrina social da Igreja Católica e pelas influências eugenistas, refletindo uma visão que transformava a questão social em um problema de moralidade. Como aponta Ferreira (2016), o serviço social incorporava práticas racistas, naturalizando a inferiorização da população negra, frequentemente associada a “deformações morais graves” e “problemas de conduta”. Esses discursos, veiculados em publicações da época, legitimaram a exclusão racial ao escamotear o racismo sob o manto de preocupações higienistas e civilizatórias.

A relação entre a eugenia positiva e o Serviço Social reforçou a ideia de que a solução para os “problemas nacionais” residia na higienização, enquanto a exclusão

dos negros das classes laboriosas consolidava sua marginalização como “classes perigosas” ou força de trabalho descartável (Ferreira, 2016; Iamamoto, 2011). O racismo está entranhado na sociedade brasileira. Assim, a luta contra a opressão racial é inseparável da luta de classes, pois sob a égide do capital, o escravismo foi benéfico para alguns e para manutenção de muitos privilégios é necessário perpetuar a opressão que mantém as bases de sua dominação.

As intervenções profissionais, aliadas às práticas institucionais, muitas vezes marcadas por discursos higienistas e eugenistas, naturalizam a discriminação racial e reforçam as desigualdades estruturais. Assim, a questão racial não é um tema periférico: está no centro das intervenções institucionais, influenciando a forma como o racismo é reproduzido e perpetuado por meio das práticas profissionais. Essa dinâmica destaca a necessidade de uma abordagem crítica que desafie as raízes do racismo estrutural em diversos campos de atuação.

Profissionais que atuam diretamente com a demanda de acolhimento e DPF, oriundos de espaços sócio-ocupacionais que não se relacionam com vigilância sanitária ou saúde – ainda que esses espaços possam e devam ser questionados (cf. Sevalho, 1993) –, e também aqueles que ocupam cargos no sistema de justiça (TJ, DPESP, MP) e na política de assistência social (CRAS, CREAS, SAICA, NPJ, CT), entre outros, seriam capazes de analisar tais condições? Qual o objetivo? A quem servem? O que esses registros buscam? Opino que nem sequer deveriam registrá-las. Com base em meu trabalho, concluo que a limpeza e a organização dos sujeitos e de suas casas não deveriam, de forma nenhuma, ser registradas, a não ser que houvesse definição crítica e criteriosa exclusivamente a fim de garantir direitos. Essa é minha tese.

Nas casas daqueles que são excluídos do acesso a bens de consumo e melhores condições de vida, frequentemente há visitas de muitos profissionais, agentes em nome do Estado, seja da vigilância sanitária, seja de unidades de saúde. Em minha pesquisa, entretanto, o foco são os processos judiciais de acolhimento e DPF, casos em que profissionais do sistema de justiça e demais políticas públicas são chamados a participar, produzindo relatórios que embasam as decisões judiciais. Assim, a fiscalização pode ser um instrumento escondido nesses pedidos conservadores (Fávero, 2018).

Por outro lado, nas residências dos bem-nascidos, herdeiros da exploração e representantes da burguesia, são comuns as “visitas” de empregadas domésticas,

diaristas, designers de interiores, especialistas em organização residencial e até consultores de harmonização e equilíbrio das energias, com práticas de Feng Shui. Nesses lares, estabelece-se um padrão de organização que é cuidadosamente planejado e mantido de forma constante.

Minha tese é que seja superada a ideia de visita domiciliar e seja realizado o atendimento e/ou entrevista no domicílio, e isso deve incluir uma linguagem com rigoroso senso analítico, ao invés do senso comum (Iamamoto, 2009). A ofensiva do Judiciário em detrimento da efetivação de direitos por meio de políticas públicas evidencia uma inversão preocupante de prioridades. Em vez de fortalecer mecanismos coletivos de proteção social e promoção da cidadania, o avanço judicial privilegia práticas de controle e disciplinamento, intensificando a judicialização das questões sociais. Nesse contexto, mesmo assistentes sociais dotados de conhecimento técnico e imbuídos de resistências ao avanço do conservadorismo podem ser conduzidos à condição de “gestores da barbárie, cúmplices da dominação burguesa, e não agentes de transformação” (Nogueira Neto, 2012, p. 51).

Em muitos casos a higiene ou a falta dela, vistas de um ponto de vista subjetivo, são usadas como critério para decidir a permanência ou a retirada de crianças de suas famílias. Durante a pesquisa, minha maior inquietação veio dos registros subjetivos que frequentemente carecem de análises críticas e reforçam preconceitos. Os recortes da pesquisa demonstrados ao longo do capítulo procuram dar conta de apresentar esses aspectos e seu padrão nos documentos.

Também sustento que alguns assuntos devem ser desconsiderados no registro de um atendimento no domicílio: não há nada que justifique a inclusão de pontos sensíveis que possam ferir a dignidade humana, que submetam os sujeitos à vergonha ou à exposição desnecessária. A higiene de uma residência, por exemplo, é uma questão que, do ponto de vista profissional, considero demasiado subjetiva, e cujo detalhamento nos relatórios não só fere a dignidade humana, como expõe as pessoas a situações vexatórias. Nesses casos, o que vier a ser considerado uma situação de risco deve ser discutido em rede com órgãos competentes, na busca de proteção aos envolvidos, e não de forma fiscalizatória.

> [...] foi realizada inspeção judicial na residência dos genitores com a presença do meritíssimo Juiz de Direito, com representantes do Ministério Público, do setor técnico do juízo, da psicóloga e da rede socioassistêncial, com o objetivo de advertir a família (TJ, 2018).

A situação narrada no trecho supracitado, extraído de um desses relatos, é por si só um exemplo gritante de violação à dignidade humana. A realização de uma inspeção judicial na casa de alguém, com a presença de um juiz e de representantes do Ministério Público, não é situação cotidiana, sobretudo com a intenção de advertir seus moradores sobre as condições de higiene da casa. Em situações de extrema vulnerabilidade, diferentes agentes podem ser acionados para participar da discussão tendo como fim o investimento na família e a superação da situação de vulnerabilidade a partir de acessos e inclusão, e não por meio de advertência e exposição. Esse tipo de trabalho, como foi feito, não se trata de investimento na família, e sim de uma abordagem fiscalizatória escancarada e literal que não teme a crítica, pois os documentos são sigilosos e estão sob o "manto da justiça". Assim, a violência se perpetua entre muros sem que se submeta a discussão crítica.

Outro ponto nevrálgico, ainda hoje, é o fato de que as cestas básicas não incluem itens de higiene pessoal e de limpeza, como se a dignidade fosse restrita à alimentação. Em desastres e enchentes, cestas básicas são distribuídas pelo poder público, mas raramente chegam com produtos de limpeza, exceto em ações isoladas realizadas por coletivos sociais, como ocorreu durante a pandemia, em 2020, ou durante as enchentes no Sul do país, em 2024. Em minha atuação na assistência social, quando o Programa Bolsa Família ainda não atendia a todas as famílias ou o valor era insuficiente para atender a todas as necessidades humanas (como é ainda hoje), a cesta básica sempre esteve nas políticas de assistência. Meu incômodo com a distribuição de cestas básicas era justamente que elas contam com essa restrição. Essa ausência de produtos de higiene e limpeza para os mais vulneráveis acompanha, ironicamente, a cobrança por uma família "asseada", refletindo a negligência com políticas públicas voltadas à higiene básica como parte fundamental da saúde.

Neste capítulo, dialogo com autores que oferecem uma perspectiva crítica sobre limpeza, sujidade, abjeção, perigo, desorganização e racismo. Trago para a análise um referencial bastante diversificado, para além do contexto e da construção histórica desses conceitos, procurando ampliar a discussão em vertentes importantes para a perspectiva que adoto.

Em Douglas (2014), por exemplo, é possível analisar as dicotomias pureza/impureza e ordem/desordem, explorando como categorias culturais moldam nossa percepção do mundo. Ahmed (2015) oferece a possibilidade de uma análise

crítica de como as emoções estruturam narrativas sociais e políticas. A autora me desafia a uma visão de que as emoções não são naturais ou universais, argumentando que são mediadas por histórias e relações de poder, tornando-se instrumentos de controle, resistência ou transformação social. Essa perspectiva oferece uma base teórica para explorar como as emoções participam na reprodução ou contestação de normas culturais, políticas identitárias e regimes de verdade.

Ahmed (2015) explora como certos grupos são rotulados emocionalmente como “raivosos”, “medrosos” ou “frágeis”, de maneira a justificar sua marginalização ou subordinação. Por exemplo, discursos sobre o medo frequentemente reforçam fronteiras entre “nós” e “eles”, justificando práticas de exclusão ou violência. Emoções como o ódio e o amor também são politizadas, funcionando como forças que tanto une quanto separam, moldando as formas como nos relacionamos com o outro.

Ruth Gauer (2005), em “A fundação da norma para além da racionalidade histórica”, dialoga com a tese ao problematizar a construção das normas sociais e jurídicas que sustentam processos de exclusão e marginalização (cf. Silva, 2011). A autora questiona como as normas, frequentemente apresentadas como neutras ou universais, são, na verdade, historicamente situadas e moldadas por relações de poder. Sua análise da “diferença perigosa” é particularmente relevante para investigar como determinadas identidades ou características são rotuladas como desviantes ou ameaçadoras, justificando a exclusão ou opressão. Gauer explora como as normas operam para estabelecer limites entre o que é aceitável e o que é excluído ou marginalizado. Esse processo está alinhado com a ideia de que certas identidades ou formas de existência são relegadas à condição de “outridade perigosa”, conectando-se a discussões sobre exclusão social, como a redução à “vida nua” em Agamben (2007).

Em Gauer (2005) as justificativas para a exclusão ou a desigualdade frequentemente ultrapassam o contexto histórico em que foram criadas e se tornam discursos aparentemente naturais. Isso é fundamental para compreender como as categorias de exclusão se perpetuam e ganham força institucional e cultural. A ideia de diferença perigosa conecta-se à construção do “outro” como uma ameaça à ordem social, cultural ou política. Isso ecoa com a ideia de Agamben (2007) ao analisar a distinção entre quem é digno de vida política e quem é descartável. Assim como Agamben, Gauer nos permite investigar não apenas a reprodução das normas excludentes, mas também as possibilidades de resistência a elas. Sua abordagem

pode iluminar estratégias adotadas por indivíduos e grupos marginalizados para questionar e subverter as normas que os desumanizam ou os colocam como perigosos (cf. Lau, 2016). Gauer contribui com uma perspectiva crítica que sustenta a tese ao fornecer um entendimento profundo das origens e implicações das normas que legitimam a exclusão, enquanto oferece bases para analisar as dinâmicas de poder, desigualdade e resistência no contexto das relações sociais e históricas.

Com Erving Goffman (2004; 2015) é possível explorar como as identidades são construídas e ajustadas nas interações sociais, destacando tanto os desafios enfrentados por indivíduos marginalizados quanto as ferramentas de “adaptação” e “manipulação” utilizadas no cotidiano. O autor observa os impactos da exclusão social sobre a identidade, revelando estratégias usadas para lidar com a percepção negativa associada a características estigmatizadas. Lança mão ainda da metáfora teatral para demonstrar que o “eu” é performado, com os indivíduos adaptando suas ações às expectativas do público, diferenciando o “palco”, onde apresentam uma imagem socialmente aceita, dos “bastidores”, onde relaxam e revelam facetas mais autênticas. A ideia central de que o “eu” é uma construção relacional permeia ambas as obras, sendo essencial para análises sobre identidade, desigualdade e dinâmicas de poder.

Junto a isso, as discussões deste capítulo e da tese como um todo mergulham profundamente na questão central do racismo e seus desdobramentos. Para enriquecer esse debate, trago contribuições de autores que têm influenciado meu aprendizado e desafiado as estruturas das minhas amarras brancas. Um deles é Agamben (2007), em “Homo Sacer”, que oferece uma base teórica crucial para entender a exclusão social e a redução de certos indivíduos à condição de “vida nua”. A distinção entre vida política (*bios*) e vida nua (*zoé*) proposta pelo autor é importante para compreender como a sociedade define quem é considerado digno de reconhecimento e quem é relegado à condição de descartável. Essa análise oferece uma lente poderosa para entender como as instituições políticas e jurídicas perpetuam desigualdades, regulando o acesso aos espaços políticos e mantendo certos grupos à margem. Essa dinâmica reflete o impacto de políticas públicas e práticas culturais na reprodução de desigualdades estruturais.

Além disso, o pensamento de Agamben (2007) ajuda a investigar como indivíduos e grupos resistem à condição de “vida nua”, buscando o reconhecimento e a reinserção em uma existência política plena. Ao conectar sua abordagem a questões de subjetividade, direitos humanos e justiça social, sua obra fornece um arcabouço

teórico robusto para explorar como a exclusão social e a desumanização são estruturadas nas sociedades contemporâneas, oferecendo fundamentos para analisar as dinâmicas entre poder, exclusão e resistência no contexto de identidades deterioradas ou marginalizadas.

A obra de bell hooks (2019) oferece uma análise essencial para a tese ao abordar exclusão social, desigualdade e identidade, destacando a interseção entre raça, representação e poder. hooks demonstra como as representações culturais reforçam narrativas opressivas, perpetuando estereótipos que reduzem indivíduos negros a categorias fixas e desumanizantes. Sua crítica revela como a branquitude constrói e controla essas narrativas, estetizando e fetichizando a negritude enquanto a despoja de contexto político e histórico. Essa análise dialoga com Agamben (2007), ao expor como o racismo relega negros a uma condição de “vida nua”, desprovida de subjetividade e agência; e com Gauer (2005), na crítica às normas históricas que legitimam exclusões sociais.

hooks (2019) também amplia a discussão proposta por Ahmed (2015) ao abordar a internalização do racismo, destacando como emoções como o auto-ódio são moldadas politicamente para reforçar hierarquias sociais. Essa internalização sustenta a lógica da comodificação da negritude, relacionada ao “continuum do primitivismo”, que transforma a diferença em objeto de desejo e consumo, ecoando uma nostalgia imperialista presente na cultura de massa. Para hooks, a resistência a essas práticas demanda um “ethos revolucionário” baseado na valorização da negritude e no amor como prática política – seja na forma de autoamor, solidariedade ou amor comunitário –, questionando narrativas dominantes, rompendo com o “auto-ódio” e ressignificando identidades marginalizadas. Sua análise conecta e expande os conceitos de poder, exclusão e resistência, fundamentando a tese em uma perspectiva crítica e emancipatória.

Becker (2008), por sua vez, contribui para a construção deste capítulo ao mostrar como o desvio é uma construção social resultante de processos de rotulação, em que normas culturais e agentes de controle social definem o que é considerado aceitável ou desviante. Esse conceito dialoga com Agamben (2007), ao revelar como as normas criam categorias de exclusão e desumanização; e com bell hooks (2019), ao mostrar os efeitos da internalização de estigmas na subjetividade de indivíduos marginalizados. Becker (2008) complementa a análise ao destacar o papel das instituições e do poder social na aplicação de normas que perpetuam exclusões,

fornecendo uma base para compreender como a rotulação molda identidades e reforça desigualdades estruturais. Sua obra ilumina a dinâmica relacional entre normas e exclusão, contribuindo para as discussões sobre identidade e resistência presentes no capítulo.

Em Vigarello (1996) é possível analisar como as práticas e normas de higiene corporal foram historicamente utilizadas para estabelecer hierarquias sociais, associando limpeza à civilidade e sujeira à marginalidade. Sua obra dialoga com Becker (2008), ao mostrar como normas culturais funcionam como ferramentas de exclusão, e com bell hooks (2019) e Quijano (2005), ao ressaltar a relação entre normas corporais e a colonialidade do poder. Vigarello (1996) também complementa Agamben (2007), uma vez que revela como o controle sobre os corpos através das práticas de higiene reforça processos de desumanização e exclusão. Ao explorar a construção cultural do “sujo” e sua associação a valores morais, sua análise contribui para entender como normas aparentemente neutras sustentam desigualdades sociais e raciais.

Elias (2011) complementa as análises de Vigarello (1996) sobre as normas de higiene e conduta e sua naturalização no processo de construção de uma suposta “civilidade”, regulando corpos e comportamentos em nome do controle social. Ambos os autores destacam como essas normas estabelecem hierarquias sociais e culturais, associando limpeza e autocontrole à civilidade e relegando os grupos que não se adequaram a uma posição de inferioridade. Essa análise dialoga com Quijano (2005), ao evidenciar a lógica colonial na imposição de padrões ocidentais de comportamento, e com hooks (2019), ao mostrar como essas práticas culturais reforçam desigualdades raciais e de classe. Elias (2011) ilumina como a normatização do corpo no projeto civilizador reforçou dinâmicas de exclusão, conectando práticas históricas às desigualdades estruturais contemporâneas. Assim, a introdução da etiqueta não foi um “avanço” técnico ou higiênico, mas um movimento cultural que alterou profundamente a relação entre as pessoas, a comida e o ambiente.

Analisar os registros dos processos que focalizamos neste estudo e perceber a interlocução crítica tem apresentado um referencial racista de desviante, abjeto e perigoso. Carneiro (2011; 2023) traz contribuições fundamentais para o entendimento das dinâmicas de exclusão social e a interseccionalidade entre raça, gênero e classe, revelando como as estruturas racistas e patriarcais tentam colocar a mulher negra em posições de subalternidade, e como o racismo e o machismo se entrelaçam para

criar um sistema de opressão que desumaniza e marginaliza as mulheres negras, mas também como essas mulheres protagonizam a luta por justiça social. Em “Dispositivo de racialidade”, Carneiro (2023) explica como o racismo opera como um dispositivo que estrutura a sociedade, construindo pessoas negras como “não seres” para legitimar sua exclusão e subordinação.

Essas reflexões dialogam diretamente com este capítulo da tese ao aprofundar o entendimento sobre como o racismo e o machismo sustentam dinâmicas de controle e exclusão, tanto em narrativas históricas quanto em práticas contemporâneas. Carneiro (2011; 2023) complementa autores como bell hooks (2019), ao destacar a necessidade de ressignificar a identidade negra e resistir aos dispositivos de opressão, e Quijano (2005), ao conectar essas práticas à lógica da colonialidade do poder. Sua obra oferece um arcabouço crítico que enriquece a tese e evidencia como a construção do “outro” como inferior é central para manter estruturas desiguais.

Assim, este capítulo busca compreender como as noções de sujeira, pureza e ordem social são construídas, mantidas e usadas para reforçar dinâmicas de exclusão. Práticas cotidianas de limpeza, embora pareçam banais, carregam significados profundos, refletindo desigualdades e moldando interações sociais e políticas públicas. As condições de higiene, seus desvios e estigmas revelam mais do que simples práticas: são reflexos de construções históricas e culturais que se transformam ao longo do tempo. A sujidade, nesse contexto, não é apenas uma questão de limpeza física, mas um conceito carregado de significados sociais e simbólicos. As sociedades, de acordo com seus paradigmas e valores, moldam suas percepções sobre higiene e sujeira. No âmbito religioso, por exemplo, a sujeira pode representar um afastamento do divino, enquanto a higiene se torna um ritual de purificação, um caminho de retorno ao sagrado.

No campo das hierarquias sociais, essa suposta sujeira classifica e exclui quem não se encaixa nos padrões do momento. A divisão do trabalho escancara isso: quem faz trabalho intelectual é colocado como superior, enquanto quem lida com limpeza, com aquilo que envolve esforço físico, é rebaixado ou inferior. A própria ideia de “lixeiro” carrega o estigma do lixo, como se o contato com a sujeira tornasse essa pessoa suja, e não um agente de limpeza – um “limpeiro”, por assim dizer, palavra que nem sequer existe em nosso vocabulário. “O catador de lixo leva ao ápice o mau

cheiro dos artesãos: é que, em sua pessoa, concentram-se os eflúvios nauseabundos do excremento" (Corbin, 1987, p. 187).

Esse estigma pesa especialmente sobre os mais pobres, que são vistos como sujos por estarem em contato direto com trabalhos braçais, como os de faxineira ou empregada doméstica. Questiono essa ordem social trazendo à discussão as noções de transgressão e abjeção: as formas como essas pessoas rotuladas como desprezíveis resistem todos os dias a essas imposições. Este capítulo vai além, explorando a história da higiene, sua relação com a saúde pública, com a eugenia (cf. Viotti, 2012) e o higienismo na cidade de São Paulo, e elaborando como essas exigências de adequação a determinados parâmetros sociais impactam as pessoas pobres, a maioria delas pretas e pardas.

Ao refletir sobre "Outsiders", de Becker (2008), percebo como o autor desafia as concepções tradicionais de desvio ao argumentar que essa não é uma característica intrínseca de certos atos ou indivíduos, mas uma construção social que resulta da aplicação de regras e sanções por parte de grupos sociais específicos. Becker evidencia como normas sociais são criadas, aplicadas e utilizadas para rotular certos indivíduos como desviantes, um processo que reflete relações de poder e molda identidades. Essa perspectiva me leva a questionar as definições convencionais de normalidade e a reconhecer a importância de compreender o contexto social na construção e reprodução de identidades desviantes.

Minha pesquisa tenta ir além dos estigmas da sujidade e da desorganização, revelando como essas famílias são monitoradas e julgadas, e como tudo isso está profundamente ligado à questão de classe, gênero e raça/cor. Sempre recai sobre a mulher – e, mais especificamente, sobre a mulher pobre – a obrigação de manter o espaço limpo e organizado. E essa mulher pobre tem cor! Como apresentei nos capítulos anteriores, o sujeito da pesquisa é uma mulher que, pelos meus conhecimentos de diário de campo nesses mais de 14 anos de instituição, tem uma cor que não é a branca. Nesta pesquisa usei os espaços do banheiro para explorar suas descrições nos documentos, e agora, neste capítulo, dialogo com a sujidade e a desorganização.

4.1 Valores sociais e culturais da sujidade

Na Idade Média, os hábitos alimentares na Europa eram marcadamente comunitários: todos comiam nas mesmas vasilhas, compartilhando escudelas e travessas, sem distinção de talheres ou de louças. Contudo, a partir dos séculos XVII e XVIII, “o emprego dos dedos é cada vez mais proscrito” (Flandrin, 2009, p. 264) e surge a prática de se evitar tocar nos pratos alheios, marcando uma mudança significativa nos comportamentos à mesa. Cada pessoa passou a ter seu próprio prato, copo e talheres, que, segundo Flandrin (2009, p. 264), “erguem paredes invisíveis entre os comensais”. Essa separação não representa apenas uma “uma obsessão pela limpeza, como ainda um progresso do individualismo”, transformando o ato de comer em uma experiência privada, “encerrado numa espécie de gaiola imaterial” (p. 264).

Curiosamente, tais tendências surgiram “dois séculos antes de Pasteur descobrir a existência dos micróbios. O que vem a ser essa sujeira que tanto se teme? Não será principalmente o medo do contato com o outro?” (Flandrin, 2009, p. 264). Assim, o afastamento físico à mesa reflete um temor simbólico de sujeira, mais associado ao convívio humano do que à higiene propriamente dita. “Algumas das novas maneiras à mesa não tinham razões de ser evidentes [...] não sendo essencial a manutenção de práticas racionais e morais, mas sim o ajustamento aos procedimentos das elites” (p. 265).

Em algumas culturas, como na Etiópia, comer com as mãos vai além de uma simples escolha prática, envolvendo um ritual que simboliza respeito, pureza e preparação para a refeição. Tanto nas casas quanto nos restaurantes, é comum que, antes de comer, alguém traga um jarro com água, uma pequena bacia, sabão e um pano quente para secar as mãos após a lavagem. Tradicionalmente, utiliza-se a mão direita para se alimentar, já que a esquerda é historicamente associada à higiene pessoal e ao manuseio de dinheiro, sendo considerada impura. No entanto, hoje essa distinção tem se tornado mais flexível, especialmente porque ambas as mãos costumam ser lavadas no ritual. Para pessoas canhotas, como eu, essa adaptação ocorre de forma natural, mostrando como tradições profundamente enraizadas podem coexistir com respeito e compreensão em diferentes contextos culturais.

Figuras 41 a 43 – Lavagem das mãos na Etiópia.

Arquivo pessoal, 2024

Figuras 44 a 46 – Refeições na Etiópia.

Arquivo pessoal, 2024

Práticas ancestrais como comer com as mãos não são apenas uma forma de interação direta com o alimento, mas também um ato profundamente coletivo. Em muitas culturas, o ato de partilhar a comida diretamente com as mãos reforça laços comunitários, simbolizando pertencimento e proximidade. Porém, não obstante “as densas camadas de significados por trás da prática de comer fazendo o uso das mãos, sem talheres, prática ainda comum em muitas partes do mundo [...] ainda guarda um estigma de incivilidade, primitivismo e inadequação” (Habib, 2024, p. 02).

Em sua “Narrative of a Voyage to Brazil”, Thomas Lindley (1805) considerou “indelicado e repugnante” o costume brasileiro de comer com os dedos. Henry Koster (1806), em “Travels to Brazil”, observou a ausência de facas nas refeições. John

Luccock (1820), em “Notes on Rio de Janeiro”, foi ainda mais perspicaz ao notar que apenas os homens utilizavam facas, enquanto mulheres e crianças serviam-se com os dedos. Já o missionário americano Daniel Kidder (1845), em “Sketches of Residence and Travels in Brazil”, indignou-se com os relatos de seus predecessores, que afirmavam que os brasileiros não utilizavam facas e garfos (*apud* Burke, 1996).

Esses relatos reafirmam a presença histórica do hábito de comer com as mãos no Brasil, prática que se conecta diretamente à nossa ancestralidade e à diáspora africana. Entre 1806 e 1845, os viajantes citados por Burke (1996) registraram a perpetuação desse costume, que, segundo Habib (2024, p. 5), “ainda que em declínio, segue vivo”. Essa memória afetiva persiste, evidenciando uma conexão ancestral e de coletividade. Segundo Habib (2024, p. 97), “a artista plástica Larissa de Souza diz algo parecido, mas com tinta acrílica, pérola de mica e giz de óleo em vez de palavras”[65].

Figura 47 – *Capitão*, de Larissa de Souza (2022).

[65] A obra “Capitão”, de Larissa de Souza (2022), compõe um tríptico, ou seja, uma obra dividida em três partes interdependentes. A cena retrata duas mulheres negras comendo com as mãos, um gesto carregado de significados culturais e históricos, remetendo a práticas ancestrais africanas e à resiliência de tradições afrodiaspóricas. A obra fez parte da mostra “Dos Brasis: Arte e Pensamento Negro”, exposição SESC Belezinho - Prêmio Pipa 2024.

A prática de comer e alimentar com as mãos também é encontrada na Etiópia, país não colonizado e considerado o berço da humanidade, onde essa tradição se mantém como um ato ancestral de compartilhamento e afeto. Diferentemente da concepção ocidental de higiene, essa prática não está relacionada à sujeira, mas à conexão humana e à coletividade. Trata-se de um hábito contra-hegemônico, que resiste no cotidiano dos povos e questiona os processos civilizatórios impostos pela modernidade.

Elias (2011) analisa como a imposição de normas de etiqueta, como o uso de talheres, foi parte de um movimento maior que visava disciplinar os corpos e separar o indivíduo do grupo, marcando distinções sociais e culturais. Vigarello (1996) complementa essa análise ao associar a transformação das práticas alimentares às noções de higiene e moralidade, que desqualificam tradições sensoriais e comunitárias como “primitivas”. Essa transição não apenas reorganizou o comportamento à mesa, mas também apagou formas de interação que conectam o indivíduo ao alimento e ao outro, substituindo o sensorial pelo normatizado e o coletivo pelo individual.

> Garfos eram símbolos de status. Simbolizavam o status não porque fossem inicialmente raros e caros, mas porque expressavam as pretensões de seu dono a certo grau de civilização, de superioridade perante as hordas de dedos engordurados.
> [...]
> Quem quer que tenha observado como, por exemplo, os hindus ou os malaios fazem suas refeições com a ajuda dos dedos terá notado que essa é (ou pode ser) uma arte. O domínio dessa arte poderia igualmente muito bem figurar como signo de refinamento, bem ao lado da posse de um conjunto de talheres (Burke, 1996).

A sujeira, enquanto conceito social, pode ser utilizada para justificar práticas de exclusão e marginalização: “A própria imagem do pobre e, sobretudo da miséria é que se modificam, tornando-se mais inquietantes e mais ameaçadoras com a nova cidade industrial” (Vigarello, 1996, p. 211). Grupos sociais ou indivíduos considerados “sujos” ou “impuros” podem ser tratados como ameaças à ordem social e, portanto, excluídos ou discriminados.

Esse uso simbólico da sujeira revela as dinâmicas de poder em uma sociedade, especialmente levando em conta que a definição do que é considerado sujo é muitas vezes controlada pelos grupos dominantes. Assim, o estudo da sujeira oferece *insights* valiosos sobre as formas como as sociedades lidam com a diferença,

o poder e a exclusão. A sujeira, nesse contexto, não é apenas material; é simbólica. Ela é associada ao desvio, à incapacidade, ao fracasso. Ser visto como “sujo” é ser colocado fora do lugar, fora da ordem social. E o que é “sujeira”, afinal, senão aquilo que escapa à norma?

A partir de Douglas (2014) é possível analisar como a sujeira é o que não se encaixa, o que transborda. Para quem observa de forma crítica, a sujeira pode revelar desigualdades e contextos ignorados; já o observador passivo, ao ver a sujeira, identifica o desviante e enxerga na desordem uma ameaça à ordem estabelecida – é observador passivo aquele que, na sujeira, não lê contextos ou causas, mas apenas reforça a necessidade de controle e punição. Assim, a “sujeira” de um lar pobre não consiste só em poeira ou manchas; é um marcador social, um lembrete de ausências e exclusões históricas, do que não se deve ser.

Nesse jogo de símbolos, a sujeira não é apenas dejeto; é ameaça. E assim a sujeira deixa de ser sujeira. Ela se transforma em uma narrativa de poder, em uma ferramenta que reforça desigualdades. Ela não está mais no chão ou na roupa; está nos discursos, nos registros, nas decisões judiciais. Está na mão de quem classifica, de quem olha e decide sobre a vida de quem vale mais ou menos. Está na política que entrega cestas básicas, mas ignora sabonetes. Está no sistema que cobra organização, mas não fornece água. O estigma de ser sujo ou desorganizado é, portanto, mais do que uma avaliação superficial. É uma sentença, uma forma de exclusão que se perpetua nos gestos, nas palavras e nas políticas públicas. É o peso de carregar, todos os dias, uma sujeira que não é sua, mas que o mundo insiste em colocar em você.

4.1.1 A transitoriedade do sujo e do puro: dinâmicas culturais e religiosas

Douglas (2014, p. 19) nos lembra que a “ideia de sujeira é composta de duas coisas, cuidados com a higiene e respeito por convenções”, destacando que, mais do que uma questão de higiene, a sujeira está entrelaçada com as convenções sociais que ditam o que é aceitável ou não. Os ritos religiosos desempenham um papel importante na manutenção dessas convenções. Durkheim (1989) analisa como funcionam na manutenção da coesão social, reforçando as distinções entre o sagrado e o profano. Ele propõe que essas fronteiras são centrais para a estabilidade social,

pois definem aqueles comportamentos e grupos que são considerados dentro ou fora da norma. Como ele afirma, “a religião é coisa eminentemente social” (p. 38).

Essas distinções entre pureza e impureza, frequentemente expressas em termos religiosos, ajudam a manter a ordem ao estabelecer fronteiras entre o que é socialmente aceitável e o que não é. O autor também sugere que os ritos, por mais bárbaros ou extravagantes que possam parecer, e os mitos, por mais estranhos que sejam, refletem necessidades humanas profundas e aspectos da vida tanto individual quanto social. Ele argumenta que “não podemos chegar a compreender as religiões mais recentes senão seguindo na história a maneira pela qual se constituíram progressivamente” (Durkheim, 1989, p. 31). Essa perspectiva histórica é essencial para entender a mudança das práticas religiosas e como elas continuam a moldar as normas sociais, inclusive nas periferias, como é o caso do território sobre o qual a pesquisa se debruçou no capítulo 2.

Em algumas culturas, a religião e as práticas de higiene andam de mãos dadas, influenciando a percepção do que é considerado puro ou impuro e determinando o comportamento humano. No entanto, há pesquisadores que dizem que muitas dessas práticas apenas mascaram alguns dos seus objetivos, “mesmo o mais exótico dos ritos antigos tem uma boa base higiênica [...] incenso não reside no fato de simbolizar a fumaça ascendente de sacrifício, mas por ser um meio de tornar tolerável o cheiro da desasseada humanidade” (Douglas, 2014, p. 43). A título de exemplo dessa variação cultural, podemos observar que na Índia o rio Ganges, apesar de altamente poluído (cf. Iansen; Gonçalves, 2022), é reverenciado como sagrado pelos hindus. O que poderia ser visto por outros como um rio d’água “suja”, para os praticantes da fé hindu é um local de purificação espiritual. Esse exemplo ilustra como a sujeira não é uma realidade objetiva, mas uma construção cultural que depende de quem olha, de onde olha e com quais lentes culturais interpreta.

Figura 48 – Banhistas no rio Ganges (Varanasi, Índia).

Arquivo pessoal, 2024

O Ganges, na Índia, é muito mais do que um simples curso de água. Ele é reverenciado não apenas como um rio, mas também como a deusa Ganga[66]. Em locais como Rishikesh, o Ganges se manifesta em sua forma mais pura. No entanto, a jornada de Ganga toma um rumo mais complicado à medida que se aproxima de Delhi, onde a cidade, com sua enorme população e desafios ambientais, contribui com uma carga significativa de poluição. Mesmo que o Ganges só passe por uma pequena parte da capital, a quantidade de sujeira que leva é notável, tornando um desafio para a deusa Ganga manter sua pureza enquanto navega pelos resíduos da poluição urbana.

Esse contraste entre a pureza em Rishikesh e a poluição em Delhi revela uma batalha entre o sagrado e o profano, a pureza e as tensões envolvidas nas complexidades da vida moderna. Assim, o Ganges, como rio e deusa, exemplifica a complexa relação entre pureza e sujeira: enquanto a deusa Ganga enfrenta a poluição em sua jornada, as práticas religiosas ajudam a entender como as percepções de pureza e impureza moldam e refletem nossas normas sociais. Ou seja, para os hindus, essa prática é uma forma de purificação espiritual e está intrinsecamente ligada à sua fé. “O que é limpo em relação a uma coisa pode ser sujo em relação a outra e vice-versa”, nos lembra Douglas (2014, p. 21).

[66] Segundo a tradição hinduísta, Ganga desceu dos céus para banhar a terra com suas águas sagradas, prometendo purificação e renovação espiritual. Em Rishikesh, o Ganges ainda reflete essa aura celestial. Suas águas límpidas convidam a banhos revitalizantes.

No judaísmo, por sua vez, a lavagem do corpo, conhecida como Tahará**,** simboliza a purificação da alma para sua jornada ao próximo mundo. Esse ritual é realizado pela Chevra Kadisha, uma sociedade sagrada da comunidade judaica. Durante o processo, o corpo é lavado com água pura enquanto bênçãos são recitadas. Depois, é envolvido em uma mortalha branca de linho chamada Tach'richim, representando a igualdade de todos perante Deus. Tradicionalmente, colocam-se pedras nos olhos e na boca, e o corpo é acomodado em um caixão simples, sem adornos, com a tampa fechada. A prática se baseia no versículo de Eclesiastes (5:15): "Assim como veio, assim irá."

Similarmente, no Islã, a pureza é fundamental. Os muçulmanos seguem rigorosos padrões de higiene, como uma forma de preparação para estar na presença de Deus. O Profeta Muhammad destacou a importância da limpeza, afirmando: "[...] como Deus vos tem disposto, porque Ele estima os que se arrependem e cuidam da purificação" (Alcorão, 2:222). Práticas como o *wudu* (ablução) e o *ghusl* (banho completo) são rituais de purificação realizados antes das orações e em outras circunstâncias específicas, como após relações sexuais ou no término do período menstrual.

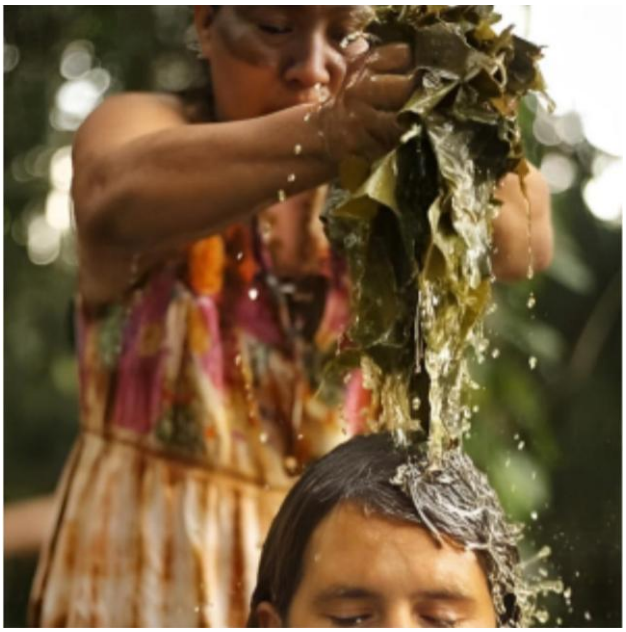
Na religião católica existe o ato de lavar as mãos durante a eucaristia, que carrega, segundo José Aldazábal (2024a), um simbolismo de purificação espiritual. A lavagem das mãos antes da Oração Eucarística remete ao Livro dos Salmos – "[...] na inocência lavo as minhas mãos" (Salmos, 26:6) – e teve sua importância destacada pelo bispo São Cirilo de Jerusalém não apenas como uma questão de higiene, mas também como símbolo da necessidade de limpar-se de pecados e iniquidades, expressando assim a pureza das ações do sacerdote (Aldazábal, 2024b). Assim, o gesto do lavabo é descrito por S. Cirilo como um símbolo de limpeza espiritual: "[...] de nenhuma maneira, por alguma sujidade corporal. Mas o lavarmo-nos é o símbolo de que convém que nos limpemos de todos os pecados e iniquidades" (*apud* Aldazábal, 2024a). O *Missal,* que trata especificamente da Liturgia Eucarística, explica que esse gesto reflete o desejo de purificação interior, enfatizando a humildade do sacerdote enquanto encarna Cristo Sacerdote: "[...] o sacerdote lava as mãos, ao lado do altar: com este rito se exprime o desejo de purificação interior" (IGMR, 76).

Similarmente, o batismo, outro ritual de purificação pela água, também tem uma grande importância nas igrejas cristãs protestantes, sendo visto como um sacramento que representa um pacto de fidelidade com Deus e a inserção na

comunidade. “O batismo substituiu, na nova aliança em Cristo, o sinal de pacto com Deus que a circuncisão representou no Antigo Testamento”, explica o pastor metodista Genildison da Silva Ribeiro (s/d), complementando que o batismo é “um ato litúrgico de inserção numa comunidade”.

O banho também é utilizado para purificação em religiões de matriz africana, nas quais “os banhos e sacudimentos são preparos de ervas feitos pelos babalorixás, sacerdote responsável pelo culto, no terreiro que tem a função de rescindir o ser e o espírito” (Braga; Barros; Rodrigues, 2017, p. 2). As plantas, selecionadas especialmente para cada situação (cf. D’Osogiyan, 2008), são aplicadas nos *bori*, banhos de limpeza ou descarrego, ou nos ebós de iniciação: “[...] precisamos nos harmonizar. Essa harmonização é feita por meio de um ebó chamado de limpeza, em que passamos por um processo de purificação profunda de nossos corpos e aura espiritual” (Gonçalves, 2020). Para a Umbanda, os banhos são “rituais sagrados, nos quais as propriedades e essências das plantas são utilizadas para limpar e harmonizar o corpo físico, emocional e espiritual” (Trinidad, p. 07).

Figura 49 – Banho de ervas.



@pontodeluzogunte_alphaville

Além disso, antes do recolhimento, o oficiado deve se submeter a métodos de limpeza espiritual, os sacudimentos, ações no corpo para o expurgo básico das energias negativas.

Figura 50 – Banho nas religiões de matriz africana - Guerreiros da Jurema.

@conexao.doaxe

Douglas (2014) sugere que as sociedades usam rituais de purificação para marcar a transição entre diferentes estados do ser, reforçando fronteiras culturais e sociais.

Esse breve apanhado ilustra em que medida as concepções de sujeira e pureza podem ser entendidas como construções culturais e religiosas, situadas no tempo e no espaço. Em cada período histórico, o que é considerado sujo pode ser reinterpretado, assim como em diferentes regiões, variando entre sociedades e ao longo do tempo. Com Vigarello (1996) é possível argumentar que a sujeira não é apenas uma questão de limpeza física, mas uma construção social que reflete normas culturais e valores morais, mostrando como a sujeira foi associada, em diferentes momentos históricos, não apenas à falta de limpeza física, mas também a estados morais. Isso amplia a discussão sobre como a sujeira é concebida e como sua percepção está intrinsecamente ligada às normas sociais e morais.

A sujeira, portanto, não se limita ao âmbito material; ela também funciona como uma ferramenta de controle social, um marcador de fronteiras entre o aceitável e o inaceitável, o puro e o impuro. Historicamente, a definição daquilo que é “sujo” tem sido usada para justificar a exclusão e a marginalização de grupos sociais, seja por razões de classe, raça ou gênero. O que é considerado “sujo” em uma sociedade pode ser visto como uma transgressão que desafia as normas estabelecidas, e é essa

transgressão que muitas vezes é usada como justificativa para manter certas hierarquias e desigualdades. Similarmente, a categorização de “puro” e “impuro” é fundamental para o pensamento simbólico humano. Lévi-Strauss (1976) argumenta que essas categorias ajudam a estruturar a realidade social, mantendo a ordem ao delinear o que é aceitável ou não.

4.1.2 Sujidade e ordem social

Para Douglas (2014), os conceitos de pureza e perigo estão intimamente ligados à questão da ordem social, que não se refere apenas a uma organização física, mas a um sistema de categorização que orienta comportamentos e estabelece normas sociais. Além disso, a sujeira é definida como “matéria fora do lugar”, uma ideia que reflete como as sociedades constroem a noção de impureza com base em suas próprias categorias culturais. “O lixo, assim como a sujeira, é simplesmente material no lugar errado” (Burke, 2001). O que é considerado sujo ou impuro é aquilo que não se encaixa nas classificações estabelecidas, representando uma ameaça à ordem social e, consequentemente, gerando repulsa e nojo. A autora também destaca que a manutenção da ordem social requer a exclusão do que é visto como impuro ou perigoso. Esse processo de exclusão é ao mesmo tempo físico e simbólico, pois estabelece fronteiras entre o aceitável e o inaceitável, o puro e o impuro. Essas categorias são ambíguas e, por isso, percebidas como ameaças à ordem e à estabilidade social. Símbolos que não se encaixam facilmente nas estruturas rígidas da ordem social são frequentemente vistos como perigosos, pois desafiam e desestabilizam as normas estabelecidas.

A ambiguidade é vista como um elemento que rompe com as normas, provocando uma sensação de ameaça. Douglas (2014) argumenta que, por isso, sociedades muitas vezes tentam controlar ou eliminar a ambiguidade através de rituais e normas que reafirmam a ordem e a pureza. No entanto, esses mesmos símbolos ambíguos são frequentemente integrados em rituais e práticas sagradas, especialmente em sociedades que ela descreve como “primitivas”. Nesses contextos, a ambiguidade e a sujeira são usadas de maneira ritualística para representar e lidar com transições, transformações e aspectos da vida que não podem ser facilmente categorizados. Esses rituais muitas vezes envolvem a incorporação de elementos que

estão fora da norma e, portanto, são vistos como impuros ou ameaçadores. O uso desses símbolos e práticas não é necessariamente uma contradição, mas sim uma maneira de a sociedade lidar com as incertezas e transições inevitáveis na vida social e individual. Assim, para Douglas (2014), a sujeira e a impureza são questões de desordem e também expressam como as sociedades entendem e regulam a ordem e a ambiguidade em seus sistemas simbólicos e rituais.

No mesmo sentido, Durkheim (2004) discute como as sociedades classificam comportamentos enquanto normais ou desviantes, o que pode incluir a categorização de certos comportamentos ou grupos como “sujos” ou “impuros”. Douglas (2014) explica que a percepção de perigo surge quando algo ou alguém desestabiliza as fronteiras simbólicas que organizam a sociedade, desafiando as noções de pureza e ordem. Becker (2008) complementa essa análise ao demonstrar que indivíduos que perturbam as normas estabelecidas são rotulados como desviantes. Para ele, o desvio não é uma característica intrínseca, mas o resultado da aplicação de regras e sanções sociais. Ao desafiar normas e categorias sociais, esses indivíduos são marcados como “perigosos” em relação à ordem dominante. Gauer (2005) aprofunda essa discussão ao investigar como aqueles considerados “perigosos” vivenciam essas categorizações e desenvolvem estratégias de resistência às dinâmicas sociais que os marginalizam.

Assim, a ênfase na limpeza e na pureza não é apenas uma questão de higiene, mas também de manutenção das normas sociais e culturais que definem a identidade de um grupo. A ideia de sujeira está, portanto, intrinsecamente ligada à noção de perigo, pois aquilo que é considerado impuro é frequentemente visto como uma ameaça à saúde e ao bem-estar social. O sujo é observado sempre pelos olhos do limpo: é o limpo que vê a transgressão do sujo e a nomeia como desviante. É seu olhar sobre o outro que o torna diferente e fora do lugar. E, uma vez nomeado o desvio, é a norma que vai ditar ao “outro” aquilo que ele pode ou não acessar a partir de sua sujeira. E, quando confrontado, o sujo precisa se adequar caso queira participar e acessar aquilo que o limpo controla.

Essa ameaça percebida pode ser tanto física quanto moral, afetando as noções de integridade e ordem dentro de uma sociedade. Nesse sentido, a análise de Douglas (2014) vai além da higiene e da pureza física, abordando como essas noções são utilizadas para reforçar fronteiras sociais e culturais, criando uma distinção entre o que é considerado seguro e perigoso, limpo e sujo, ordenado e desordenado.

Gauer (2005) discute como a sujeira é essencial para considerar a relação entre ordem e desordem. A sujeira simboliza o caos, uma ruptura na ordem estabelecida que deve ser controlada ou eliminada para manter a coesão social. Esse controle é manifestado em práticas de limpeza e purificação que são, muitas vezes, carregadas de significado simbólico. Do ponto de vista social, a sujeira é frequentemente interpretada como uma transgressão das normas e das categorias culturais estabelecidas, como algo fora do lugar, algo desviante. Poderíamos pensar, nesse sentido, que aquilo que uma cultura considera sujo é o que não se encaixa em suas categorias organizadas de compreensão do mundo; categorias que não podem sofrer desvios que abalem suas estruturas e sequência, sob o risco da instauração do caos.

Práticas ou comportamentos que desafiam as normas culturais de uma sociedade, por exemplo, podem ser considerados “sujos” ou “impuros”. Essa classificação é uma maneira de reforçar as fronteiras sociais, mantendo o que é considerado aceitável dentro dos limites e excluindo o que é visto como perigoso ou contaminado. A sujeira, portanto, está ligada a questões de poder e controle social. A manutenção da “limpeza”, para além de uma questão de higiene, é também uma forma de manter a ordem social, protegendo a comunidade de influências que poderiam perturbar sua coesão e estabilidade. Por isso, as práticas de limpeza e purificação têm uma dimensão ritual, servindo como uma forma de reafirmar os valores e as normas sociais e mantendo, assim, a ordem, a tranquilidade e a subserviência de parcelas da sociedade.

Douglas (2014) argumenta que, ao entender como diferentes sociedades definem e lidam com a sujeira, podemos compreender como se formam algumas estruturas sociais, sistemas de valores e mecanismos de controle. Portanto, a análise da sujeira do ponto de vista social é essencial para compreender a dinâmica entre pureza e perigo, ordem e desordem e a forma como esses conceitos moldam as interações sociais e culturais, uma vez que a sujeira não é uma qualidade intrínseca dos objetos ou substâncias, mas uma construção social que reflete as classificações culturais. Assim, o estudo da sujeira oferece pistas sobre como as sociedades lidam com a diferença, o poder e a exclusão.

É importante discutir como a sociedade moderna lida com a ambiguidade e a diferença, frequentemente classificando o que considera “fora de lugar” como perigoso ou indesejável. Os chamados *outsiders* são muitas vezes vistos como sujos,

diferentes, desajustados e, portanto, ameaçadores à ordem social estabelecida. Ao mesmo tempo, Vigarello (1996) aborda como a higiene corporal está ligada a aspectos de status social e identidade cultural. Práticas de higiene e cuidados corporais muitas vezes refletem e reforçam hierarquias sociais, com diferenças entre as classes sociais em termos de acessos. A noção de sujeira e limpeza, segundo o autor, é mais que uma questão de práticas individuais; é um reflexo de mudanças sociais mais amplas e de construções culturais sobre o corpo e a saúde.

A pureza e a impureza são conceitos que não existem de forma absoluta. Em vez disso, elas são construídas socialmente e variam de acordo com o sistema de classificação e as normas culturais de uma sociedade específica. Douglas (2014) enfatiza que a sujeira e a impureza são, na verdade, questões de desordem percebida em relação à ordem estabelecida pela cultura. Segundo a autora, a sujeira ofende a ordem social de quem observa, levando à criação de normas e práticas para evitar o contato com o que é considerado sujo. Isso pode se manifestar de diversas formas, como a exclusão de grupos marginalizados, a repressão de comportamentos não conformistas e a imposição de normas de higiene rigorosas para prevenir doenças. Práticas de purificação e rituais, por sua vez, são formas pelas quais as sociedades tentam restaurar a ordem e eliminar o que é considerado desordenado ou impuro. Essas práticas servem para reafirmar e manter os padrões sociais ao lidar com o que é visto como ameaça à ordem.

4.1.3 Controle, disciplina e punição

As práticas de justiça ajudam a estabelecer o que é considerado normal ou desviante, promovendo a conformidade através da imposição de normas que definem o comportamento aceitável. O sistema de justiça, com suas leis e punições, atua como um “observador invisível” que impõe disciplina através do medo do castigo, utilizando-se de um “duplo sistema de proteção” para aplicar essa disciplina. Nos casos estudados no âmbito desta pesquisa, a implicação da exclusão e da marginalização de indivíduos que não se enquadram nas normas estabelecidas é a perda de seus filhos. Dessa forma, o objetivo principal da pena não é simplesmente punir, mas corrigir, reeducar e “curar” o indivíduo, partindo do princípio de que a pena deve servir

como técnica de aperfeiçoamento, buscando transformar o infrator em um cidadão adequado às normas sociais, como nota Foucault (1987, p. 14).

Assim, o objetivo está em monitorar e corrigir o comportamento dos indivíduos, muitas vezes de forma invisível e sutil. Nesse contexto, práticas de organização e desorganização são moldadas e justificadas por um sistema de controle que busca corrigir e reformar, a correção moral contribuindo para a normatização e o controle dos indivíduos. A “vergonha de punir” se manifesta nas práticas institucionais com a utilização de métodos de controle mais sofisticados e menos visíveis, como a reeducação e a vigilância moral. Isso porque, com a modernização do sistema de justiça e a evolução das práticas de punição, o castigo passou a ser menos sobre infringir dor e mais sobre a suspensão de direitos.

Na modernidade, a punição deixa de se centrar no sofrimento físico para se concentrar na suspensão de direitos e liberdades, como parte de uma estratégia de controle social voltada para disciplinar e normatizar o comportamento. Como afirma Foucault (1987, p. 19-20), “a pena não mais se centralizava no suplício como técnica de sofrimento; tomou como objeto a perda de um bem ou de um direito [...]; não é mais o corpo, é a alma”. Essa transformação busca atuar profundamente sobre “o coração, o intelecto, a vontade, as disposições”, em vez de infligir sofrimento corporal direto.

A punição passa a ter como objetivo a alteração do comportamento do indivíduo, assegurando que ele não represente mais uma ameaça à sociedade. As medidas de segurança focam em controlar e neutralizar potenciais de periculosidade, refletindo uma abordagem que privilegia a prevenção de comportamentos desviantes futuros em detrimento da expiação do ato cometido. A pena, segundo essa lógica, cessa apenas quando o comportamento do condenado for transformado de acordo com as normas desejadas (Foucault, 1987).

Nesse contexto, quem vive em um espaço considerado “desorganizado” carrega nas costas não apenas o peso da falta de recursos, mas também o peso do olhar do outro – um olhar que transforma dificuldades em falhas pessoais, a pobreza em preguiça, o improviso em desleixo. O rótulo de “sujo” ou “desorganizado” também carrega consigo a exclusão emocional. Ele afasta, cria repulsa. Ahmed (2015) nos lembra que emoções como o nojo não são apenas pessoais; elas constroem barreiras sociais. O nojo separa, transforma “eles” em “outros”, em algo que precisa ser contido,

disciplinado, higienizado. É a materialização do medo de que a desordem se espalhe, contamine.

4.1.4 Sujidade e divisão do trabalho

Em Arendt (1958) é possível explorar como a sociedade moderna separa o trabalho manual (frequentemente associado à sujeira) da atividade intelectual (associada a um trabalho limpo), refletindo uma hierarquia de valor social. As práticas de limpar e organizar, frequentemente vistas como tarefas simples e cotidianas, revelam muito sobre as dinâmicas de poder que estruturam nossa sociedade. Elas não são apenas atividades domésticas banais; carregam em si um peso simbólico e social profundo, que reflete e reforça as desigualdades de gênero, raça e classe.

Para examinar tal separação, convoco ainda a contribuição teórica de Scott (1989) e Federici (2017), que auxiliam a compreender que essa divisão não é acidental, mas uma construção social que perpetua a subordinação das mulheres. Scott (1989) nos mostra que o trabalho doméstico é, muitas vezes, uma forma de legitimar a posição subalterna das mulheres, enquanto Federici (2017) argumenta que a desvalorização desse trabalho é crucial para o funcionamento do capitalismo, que se sustenta sobre o trabalho não remunerado das mulheres. Essas tarefas invisíveis e não reconhecidas são fundamentais para a manutenção da ordem social.

Como vemos, as práticas de limpeza e organização estão profundamente enraizadas nas normas de civilização. À medida que as sociedades se tornaram mais complexas, a pressão para manter a ordem e a limpeza aumentou, especialmente para as mulheres, que foram encarregadas de garantir que o lar fosse um reflexo das normas civilizatórias.

Com base em Elias (2011) é possível argumentar que essas práticas são uma forma de disciplinamento que reforça as hierarquias de gênero. As fronteiras entre o limpo e o sujo são construções sociais que refletem as ansiedades culturais em torno da ordem e da desordem. No contexto doméstico, essas práticas de limpar e organizar são uma forma de manter essas fronteiras, garantindo que o espaço doméstico seja visto como ordenado e moralmente puro. No entanto, essa preocupação com a pureza também pode ser uma fonte de opressão, especialmente para as mulheres, que são responsabilizadas por manter essas fronteiras intactas (Douglas, 2014).

Discutindo a função social das normas e dos rituais a partir de Durkheim (2004), é possível inferir que os rituais, incluindo as práticas de limpeza, são fundamentais para a coesão social, pois reafirmam as normas e os valores coletivos, de modo que também podem atuar como formas de controle social, reforçando as hierarquias de gênero e classe. Para as mulheres, ainda conforme o autor, a limpeza e a organização do lar se tornam rituais que reafirmam seu papel subordinado na sociedade, mas também podem ser reinterpretadas como atos de resistência quando as normas são questionadas e subvertidas. Essas práticas estão, evidentemente, ligadas às estruturas de poder.

Foucault (1987) argumenta que o poder não é apenas repressivo, mas também produtivo, moldando os corpos e as mentes das pessoas através de práticas cotidianas. Na privacidade do lar, a limpeza e a organização são formas de disciplina que moldam o comportamento das mulheres, mantendo-as dentro das normas sociais de gênero (cf. Pinheiro *et al*., 2023).

4.1.5 Desorganização e normas culturais

Os conceitos de “organizado” e “desorganizado” são importantes para a análise das condições de moradia nesta tese, pois oferecem uma lente poderosa para compreender como normas sociais e culturais moldam a percepção das condições de vida da população. Esses termos não são neutros; carregam em si implicações normativas que refletem valores, preconceitos e expectativas sociais. Frequentemente, a ideia de organização está associada a padrões de civilidade, controle e virtude, enquanto a desorganização é vista como símbolo de negligência, instabilidade ou até mesmo perigo.

A organização e a desorganização, assim como a ordem e a desordem, não são realidades fixas, mas construções que surgem da necessidade humana de dar sentido ao mundo. Como aponta Douglas (2014, p. 15), “ideias sobre separar, purificar, demarcar e punir transgressões, têm como função principal impor sistematização numa experiência inerentemente desordenada”, ou seja, é pela imposição de categorias e distinções que conseguimos criar um senso de ordem. No entanto, essa mesma ordem está sempre em transformação, pois “o mesmo impulso

para impor ordem que lhes dá existência está continuamente modificando-as e enriquecendo-as" (Douglas, 2014, p. 15).

Assim, o que chamamos de organização é, na verdade, um processo contínuo de ajuste, em que fatos que desafiam as classificações estabelecidas são frequentemente ignorados ou distorcidos, para que não abalem nossos pressupostos, pois "fatos desconfortáveis, que se recusam a ser ajustados, nós os ignoramos ou os distorcemos a fim de que não se perturbem aqueles pressupostos estabelecidos" (Douglas, 2014, p. 52). No entanto, a necessidade de adaptação sempre se impõe, pois, "à medida que o tempo passa e as experiências se empilham, fazemos um investimento cada vez maior em novo sistema de rótulos" (Douglas, 2014, p. 51), revelando que a busca da ordem nunca é definitiva, mas um esforço contínuo de acomodação do novo dentro dos sistemas que criamos.

Na costura entre essas reflexões, as fronteiras entre ordem e desordem, organização e desorganização são mais fluidas e ambíguas do que aparentam. A ideia é abandonar classificações rígidas e compreender que a desordem não pode ser simplesmente dividida entre "positiva" (geradora, construtora) e "negativa" (destrutiva, dispersora). Para Morin (2003a, p. 97), "a ordem e a organização produzem desordem (a partir de transformações)", a desordem não é um estado absoluto, mas um processo interligado à ordem, em que ambas coexistem de maneira dinâmica e interdependente.

O "desorganizado" evoca imagens de negligência, descontrole e, em muitos casos, de ameaça. Mas será que essa separação é tão nítida quanto parece? Ou será que, como propõe Morin (2003a, p. 99), "A desordem está em ação por toda parte. Ela permite (flutuações), alimenta (encontros) a constituição e o desenvolvimento dos fenômenos organizados". A organização e a desorganização coexistem em uma dança paradoxal e indissociável? Essa perspectiva nos convida a pensar que o que chamamos de "organização" ou "desorganização" em espaços de moradia, higiene ou mesmo na vida cotidiana está profundamente ligado às narrativas e aos sistemas de poder que moldam nossa percepção.

Nos contextos analisados na presente tese, o "desorganizado" muitas vezes se torna um rótulo aplicado às condições de moradia das populações mais vulneráveis. Uma casa desprovida de determinados produtos de limpeza ou organização estética pode ser vista como um espaço desordenado, um sinal de descaso ou até de desvio. Mas será que essa desorganização não carrega em si uma

outra lógica, uma outra forma de criar sentido e funcionalidade dentro das condições de escassez? A organização de um espaço, mesmo que longe dos padrões socialmente aceitos, pode refletir um esforço contínuo de resistir às adversidades, de criar ordem em um contexto estruturalmente caótico. Ao mesmo tempo, a desordem percebida por quem observa pode ser mais um reflexo do olhar externo do que do espaço em si. O observador não é mais um elemento neutro; ele faz parte do sistema observado. A desordem, nesse sentido, não é apenas um estado do mundo, mas uma projeção de valores, medos e preconceitos do observador.

Os conceitos de “organizado” e “desorganizado” dançam como partículas em um campo de incertezas, dissolvendo fronteiras que pareciam fixas, mas que, sob o olhar, se agitam, se desfazem e se reorganizam. O “organizado” é o que desejamos ser, o que tentamos desesperadamente construir, como uma casa erguida à beira do abismo. Já o “desorganizado” é o que tememos, o que julgamos perigoso, como se o caos nos puxasse para fora das nossas certezas. “[...] navegamos num oceano de incerteza por meio de arquipélagos de certezas locais” (MORIN, 2002b, p. 35).

Mas será que a ordem é mesmo a salvação? Será que a desordem é apenas desvio? Pensar a desordem não é o oposto da ordem, mas sua irmã gêmea. Elas nascem juntas, dividem o mesmo espaço, respiram o mesmo ar. No espaço “desorganizado” de uma casa sem objetos alinhados, separados em cores, milimetricamente organizados por tamanhos ou sem móveis alinhados há uma outra organização, invisível aos olhos de quem só conhece uma lógica.

Afinal, o que define o que é “organizado”? É a prateleira de especiarias em ordem alfabética ou é a vida que corre em meio à falta? Será a roupa estendida no varal de forma impecável ou será a habilidade de secar um cobertor ao sol, após o xixi da criança, e ainda seguir o dia tentando resistir às faltas? A “desordem” que tantos apontam como negligência pode ser, na verdade, o reflexo da batalha contra a ausência. É o grito silencioso de quem organiza a vida sem os recursos que sustentam o conceito de organização dos outros. “Sim, há ordem nesse universo, mas essa ordem se cria, se desenvolve, se corrompe, se destrói” (Morin, 2001, p. 229).

Mas quem observa? Quem escreve nos registros que a casa está “desorganizada”? Esses registros, essas palavras são como partículas projetadas, feitas mais de quem olha do que de quem vive. O observador é parte do sistema que observa. O olhar de quem classifica carrega os medos, as certezas, os preconceitos e até os desejos de controle. A desordem, então, não está apenas na casa ou na

pessoa, mas no olhar que não compreende ou não quer compreender. E o que acontece quando o caos vence? Quando a falta vira desintegração? Mesmo assim, algo resiste. A desordem carrega, em sua essência, sementes de criação. Ela é a terra fértil para a reinvenção, para o improviso, para o recomeço.

> [...] Desordem e ordem ao mesmo tempo se confundem, se chamam, se requerem, se combatem, se contradizem. Este diálogo se dá no grande jogo fenomenal das interações, transformações, organizações, em que trabalham cada uma por si, todas contra uma, todas contra todas... (MORIN, 2003a, p. 106).

Talvez a organização não seja apenas alinhar ou empilhar objetos, nem simplesmente separá-los por cores ou tamanhos. A desordem em nossos espaços pode ser o reflexo do acúmulo impulsionado por um sistema capitalista falido, que nos convence a desejar coisas que nunca precisamos. Esse sistema cria uma espiral infinita de necessidades fabricadas e descartáveis, aprisionando-nos em ciclos de consumo sem propósito. São gavetas abarrotadas de objetos sem utilidade, guarda-roupas cheios de roupas que raramente usamos, eletrodomésticos que só foram ligados uma vez. É como se cada item acumulado representasse uma falsa promessa de felicidade ou funcionalidade que nunca se concretizou. Esse acúmulo não é fruto de uma necessidade real, mas da imposição de um modelo de vida que nos afasta de nós mesmos, fazendo-nos confundir o “ter” com o “ser”.

> [...] Temos de aprender a pensar conjuntamente ordem e desordem. Vitalmente, sabemos trabalhar com o acaso; é aquilo que denominamos estratégia. Aprendemos, estatisticamente, de forma diversa, a trabalhar com a aleatoriedade. Devemos ir mais longe. A ciência em gestação aplica-se ao diálogo cada vez mais rico com a aleatoriedade, mas, para que esse diálogo seja cada vez mais profundo, temos de saber que a ordem é relativa e relacional e que a desordem é incerta (MORIN, 2001, p. 203).

Ao nos depararmos com a suposta desordem no espaço do outro e produzirmos no primeiro impulso um julgamento, talvez estejamos projetando a frustração que sentimos diante do nosso próprio excesso. O incômodo com o “caos do outro” pode ser um espelho do desconforto que temos com nossas próprias escolhas acumulativas.

Refletir sobre a nossa postura é um chamamento para alargar as classificações fáceis, os rótulos que não cabem na vida real. É um convite a olhar para o “organizado” e o “desorganizado” como faces de uma mesma moeda, partes de um

sistema maior em que a ordem não existe sem a desordem, e a desordem não é ausência, mas outra forma de estar. “[...] Há várias desordens embaralhadas e interferentes: há desordem na desordem. Há ordens na desordem” (MORIN, 2003a, p. 100)

Mas e quando o “desorganizado” deixa de ser apenas um estado e se torna um rótulo? Um estigma que gruda na pele, como se o pó da casa também estivesse na pessoa? Ser descrito como desorganizado ou sujo é mais do que uma observação sobre o ambiente; é um julgamento moral, que questiona a dignidade e o valor humano. Assim,

> O universo não pode estar submetido a um princípio supremo de ordem. Mais do que procurar o grande Princípio de Ordem e Desordem, precisamos considerar o tetragrama incompreensível: ordem / desordem / interações / organização. Não podemos eliminar nenhum desses termos. Para conceber o mundo dos fenômenos, precisamos sempre conceber um jogo combinatório entre ordem / desordem / interações / organização (Morin, 2001, p. 217).

Como aponta Goffman (2004, p. 6), o estigma é um “atributo profundamente depreciativo” que “confirma a normalidade de outrem”, operando em uma linguagem de relações, e não em atributos isolados. Esse estigma ergue barreiras invisíveis, de tal maneira que uma casa “desorganizada” pode justificar intervenções estatais ou até mesmo a perda de um filho.

A sujeira, nesse contexto, transforma-se em símbolo de desvio, identificando quem não se encaixa nas normas sociais. Contudo, para quem vive na escassez, a desorganização não é negligência, mas resistência, uma tentativa constante de fazer o possível com recursos limitados. Ainda assim, a sujeira é tratada como uma falha moral, ignorando-se que frequentemente é uma consequência direta das desigualdades estruturais que moldam essas condições de vida.

Na análise dos relatórios, sinto que existe uma espécie de obsessão pela categoria de “organização”, sendo que quase sempre a desorganização notada pelos profissionais desalinha o que se espera do indivíduo ou confirma que ele é desajustado ou está fora da ordem estabelecida. Parece existir um “descolamento” histórico nesses momentos, a ausência da percepção de que a organização e a desorganização são moldadas por normas culturais e sociais e de que essas normas influenciam o olhar sobre o outro e a forma como vive, impedindo de “pensar esse Outro como sujeito” (Ribeiro, 2019, p. 72).

Além disso, a forma como esses termos aparecem nos relatórios institucionais reflete preconceitos sobre diferentes grupos sociais e leva adiante narrativas que reforçam ainda mais os estigmas sobre esses grupos marginalizados. Um olhar que busca determinada organização na realidade desorganizada do sujeito ante seu interlocutor acaba influenciando a leitura das condições de moradia, deixando de perceber a realidade como ela é e, em vez disso, vendo-a de acordo com expectativas.

Goffman (2004) usa a metáfora do teatro para descrever a vida social. As pessoas são vistas como atores que desempenham papéis em diferentes contextos sociais, ajustando suas performances para se adequar ao público e ao cenário. O foco está na “gestão de impressões”, em como os indivíduos tentam controlar a imagem que projetam para os outros, o que inclui o uso de linguagem corporal, vestuário e outras formas de comunicação não verbal. Goffman (2004) diferencia as “frentes” (o que é mostrado ao público) e os “bastidores” (onde as pessoas se preparam e se comportam de maneiras que não mostrariam em público).

Essa distinção é crucial para entender como as pessoas gerenciam suas performances. O autor explora como as interações sociais são estruturadas e como as pessoas cooperam para manter a definição de uma situação, e elabora a ideia de “manutenção da face” para descrever como os indivíduos tentam evitar embaraços. É interessante analisar sob essa lente como a organização e a desorganização se manifestam nas interações sociais e nos espaços que as pessoas habitam.

Se vemos a organização como uma performance pela qual os indivíduos organizam suas apresentações de si mesmos para se adequarem às expectativas sociais, podemos entender a organização dos espaços e das ações como uma extensão dessa postura. Um espaço organizado pode ser uma tentativa de apresentar uma imagem de controle, ordem e eficiência, assim como a desorganização pode ser vista como um desvio em que a organização falha ou se desfaz. Essa ruptura com a expectativa é percebida como uma quebra na performance social, uma vez que a “desorganização” desafia as normas estabelecidas e reflete na maneira como os indivíduos ou grupos são vistos quando não conseguem manter as aparências desejadas. A organização de espaços e interações pode simbolizar a aderência a valores culturais, normas sociais e hierarquias de poder. A desorganização, por outro lado, pode ser interpretada como resistência ou incapacidade de “aderir” a essas normas.

Goffman (2004) identifica três tipos principais de estigmas: o primeiro é relacionado às deformidades físicas; o segundo, às características de personalidade que são vistas negativamente, como fraqueza de vontade ou comportamentos considerados desviantes, como vícios e distúrbios mentais; e o terceiro diz respeito a estigmas ligados à raça, à nacionalidade e à religião, que podem afetar famílias inteiras. Os três compartilham a capacidade de isolar o indivíduo, desviando a atenção de suas outras qualidades e prejudicando suas interações sociais, enquanto aqueles que não possuem essas características são considerados “normais” na sociedade (Goffman, 2004, p. 7-8).

Assim, Goffman (2004, p. 8) aborda as percepções e atitudes que as pessoas consideradas “normais” têm em relação aos indivíduos que carregam um estigma, notando que “acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações”. Ele continua: “construímos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa [...], tais como as de classe social”.

Aqueles que carregam um estigma tornam-se vulneráveis às percepções negativas dos outros sobre eles, de maneira que os estigmatizados podem começar a ver seus próprios atributos através das lentes da sociedade, percebendo-os como falhas ou defeitos. Os relatórios institucionais e as descrições de organização e desorganização nas moradias refletem esses processos de internalização, seja em como as pessoas são retratadas, seja na forma como esses retratos podem influenciar a maneira como elas se veem, reforçando ou desafiando as normas sociais. É importante notar, nesse sentido, como a vergonha e a autoimagem desempenham papéis importantes nesses processos do sujeito, “levando-o inevitavelmente, mesmo que em alguns poucos momentos, a concordar que, na verdade, ele ficou abaixo do que realmente deveria ser” (Goffman, 2004, p. 10).

Os registros analisados nesta tese refletem muitas vezes as normas e os valores sociais predominantes. Esses documentos podem, consciente ou inconscientemente, perpetuar estigmas ao descrever indivíduos de maneira a reforçar percepções negativas ou estereótipos. Quando os profissionais utilizam uma linguagem ou abordagem que destaca aspectos negativos ou desviantes de um indivíduo ou de um grupo, podem inadvertidamente contribuir para a exclusão social e a desigualdade. Isso pode acontecer, por exemplo, quando as condições de moradia são descritas enfatizando a desorganização, sem considerar contextos

socioeconômicos mais amplos. A linguagem e os padrões usados nos registros refletem normas sociais que contribuem, em alguma medida, para a exclusão.

Tendo em vista que o controle social e a disciplina são exercidos em diferentes contextos, mediante vigilância constante sobre o fazer do outro a partir da ideia de organização íntima e subjetiva, podemos pensar que a prática de verificação de uma suposta organização ou desorganização do espaço está intimamente ligada à ideia de controle e vigilância, uma vez que essa atitude não apenas monitora, mas também condiciona o comportamento dos sujeitos, levando-os a realizar tarefas de acordo com a determinação do outro. Ao mesmo tempo, o não cumprimento ou a resistência à execução dessas tarefas encontram uma punição justificável do ponto de vista sistêmico (Foucault, 1987).

À luz de Goffman (2004; 2015) e Foucault (1987) é possível analisar como essas percepções influenciam e são influenciadas pelas práticas de controle social. A disciplina é implementada através de mecanismos que regulam a conduta, promovendo a conformidade com normas sociais e institucionais. Entre esses mecanismos, a organização dos espaços físico e social é uma ferramenta fundamental de controle, já que esses são estruturados para facilitar a vigilância e a disciplina, garantindo que as normas sejam seguidas. As roupas largadas sobre os móveis, a cama na cozinha ou a pia do lado de fora do banheiro são categorias que identificam a desorganização do espaço a partir do que está estabelecido como padrão. Nesses casos, o poder é exercido através da normatização, que define que certos comportamentos e características são considerados normais e desejáveis, enquanto outros são marginalizados. Isso cria uma dinâmica em que a conformidade é incentivada e a resistência é desencorajada, reforçando estruturas de poder existentes.

Assim, a organização pode ser vista como um mecanismo para implementar e reforçar normas sociais, e práticas que priorizam a ordem e a previsibilidade podem ser usadas para justificar a intervenção e o controle, especialmente em contextos onde o desvio das normas é percebido como ameaça. Isso é reforçado pelo fato de que a desorganização é frequentemente utilizada como justificativa para intervenção social e institucional. Relatórios que enfatizam a desordem, apresentando a desorganização como um problema que precisa ser corrigido, acabam por legitimar ações de controle e vigilância.

4.1.6 Abjeção e transgressão

Douglas (2014) relaciona a sujeira a desvios que ameaçam a ordem social: uma pessoa é considerada “poluidora” ao ultrapassar limites ou adotar comportamentos vistos como inadequados, sendo rotulada como “impura” ou “fora de lugar”. Essas transgressões levam a sociedade a excluir ou eliminar tais elementos para preservar a estabilidade coletiva.

O conceito de abjeção influenciou Butler (2018; 2019), que o expandiu para uma análise sociológica. Pode-se argumentar que a abjeção desempenha um papel central na construção de sujeitos socialmente excluídos. Corpos e identidades que desafiam normas sociais e culturais são marcados como abjetos e relegados à margem da sociedade. Contudo, essa exclusão não se limita à marginalização; ela é essencial para a definição do que é considerado “normal”.

Os processos que estabelecem fronteiras entre o “normal” e o “anormal” sustentam as identidades dominantes ao criar um “exterior” que serve como contraste necessário para definir e reforçar o “interior” aceito. A abjeção social, nesse contexto, é um mecanismo que oprime corpos que transgridem as regras de inteligibilidade social. Assim, a ordem dominante “excrementaliza” esses sujeitos, relegando-os ao domínio do abjeto como parte do funcionamento das dinâmicas de poder.

Com base na ideia de abjeção de Kristeva (1982) e na perspectiva politizada de Butler (2018; 2019), é importante pensar em como essas exclusões aparecem nas dinâmicas sociais de hoje. Quem são os considerados “poluidores” ou “impuros” na sociedade? Qual é a classe, a cor e o gênero dessas pessoas que são vistas como abjetas? A partir das reflexões dessas autoras, surge a figura do sujeito desta pesquisa, que concentra as marcas das desigualdades de gênero, raça e classe. Esse estigma, sustentado pelo racismo estrutural, é evidente nos registros dos documentos judiciais que compõem esta tese.

O abjeto é o que a sociedade tenta excluir, eliminar ou esquecer. Essa exclusão é central para a organização do que consideramos puro ou impuro, dentro ou fora. Douglas (2014) contribui para essa discussão ao relacionar a ideia de “poluição” ao desvio das normas sociais. Com a autora é possível analisar que a sujeira não é apenas uma questão física, mas simbólica: o “fora de lugar” desestabiliza o que é aceito como normal e ameaça a estabilidade das estruturas sociais. Esse desvio exige mecanismos de exclusão para preservar as fronteiras simbólicas.

Ao trazer essas reflexões para o contexto contemporâneo, é fundamental reconhecer quem são os sujeitos considerados abjetos em nossa sociedade. No recorte desta análise, pessoas pobres e negras aparecem como os principais alvos desse processo de exclusão. Elas são relegadas a um espaço de invisibilidade e estigmatização, reforçando hierarquias de poder e as desigualdades estruturais de raça e classe. Essa exclusão, no entanto, não elimina sua presença, mas as transforma em figuras que desafiam constantemente a ordem simbólica.

Em Ahmed (2015) as emoções como o nojo são fundamentais para entender como operam as fronteiras da abjeção. O nojo é a reação ao que a sociedade considera inaceitável, àquilo que precisa ser afastado ou reprimido. Contudo, Ahmed (2015) alerta para os perigos de naturalizar essas reações, especialmente quando estão ligadas a preconceitos estruturais. O nojo, nesse sentido, torna-se um instrumento político que reforça exclusões e hierarquias, sustentando o racismo e o classismo ao associar certos corpos e grupos a sentimentos de repulsa.

Agamben (2007) também contribui para esse debate ao explorar como a exclusão de determinados grupos cria uma espécie de “zona de abjeção”, onde sujeitos vivem fora das normas sociais enquanto continuam sendo fundamentais para a manutenção dessas mesmas normas. Esse paradoxo evidencia que a exclusão nunca é total: os sujeitos abjetos permanecem como um lembrete incômodo das contradições que sustentam a ordem social. A transgressão, nesse contexto, é o ato de desafiar essas fronteiras. Quando os sujeitos marginalizados ocupam espaços ou reivindicam direitos que lhes foram negados, eles forçam a sociedade a confrontar aquilo que prefere esquecer ou esconder. Esse processo é um ato político que revela as falhas nas fronteiras simbólicas, expondo as tensões entre o puro e o impuro, o aceitável e o abjeto.

Por fim, Kristeva (1982) nos lembra de que o abjeto nunca desaparece completamente. Ele é uma parte inevitável da estrutura social, mesmo quando é relegado às margens. Reconhecer isso não é apenas aceitar sua presença, mas questionar as dinâmicas que produzem e sustentam essas exclusões. O abjeto, nesse sentido, não é apenas o que a sociedade rejeita, mas também o que desafia suas fronteiras, exigindo uma constante revisão de nossas normas e práticas.

4.2 Práticas de higiene e aparência

A relação entre práticas de higiene e status social é uma constante histórica que revela como a limpeza corporal e o acesso a recursos de higiene podem ser utilizados para marcar diferenças sociais. Vigarello (1996) demonstra que, em várias épocas, as elites sociais usaram práticas de higiene sofisticadas para se distinguir das classes consideradas mais baixas. Na Europa, durante o período que vai do final da Idade Média até o século XVIII, os cuidados com a limpeza eram focados na aparência, no que é visível, de forma que o uso de roupas brancas simbolizava asseio, especialmente se as golas e os punhos se mostrassem igualmente brancos (Revel, 2009, p. 192). O corpo em si era pouco lavado, e a água era considerada perigosa para a saúde, sendo evitada nos hábitos de higiene.

A prática da toalete era “seca”, priorizando fricções e perfumes, o que posteriormente se tornaria um mecanismo de controle comportamental, especialmente com a intervenção da medicina e da educação. Essas práticas não eram apenas uma questão de preferência pessoal, mas também um meio de reforçar hierarquias sociais e culturais. As normas de higiene podiam ser usadas para excluir ou estigmatizar aqueles que não podiam ou não desejavam “aderir” a elas, criando uma distinção viva entre “nós” e “eles”.

Existe uma diferença entre quem limpa e quem manda limpar, aquele que tem contato com a sujeira e o sujeito “limpo”, “higienizado”. Isso é particularmente evidente nas políticas de saúde pública (cf. Mansanera; Silva, 2000; Tancredi; Marins, 2014), que, em diferentes períodos históricos, muitas vezes focaram em disciplinar comportamentos de higiene entre as classes mais pobres (cf. Costa, 2024), justificando intervenções na vida privada como uma questão de bem-estar público.

Como nos lembra Agamben (2007), a vida desprovida de valor político pode ser vista nas políticas de exclusão e tratamento daqueles considerados impuros ou indesejáveis. Um exemplo radical desse mecanismo, a mão de obra escravizada desempenhou um papel crucial e degradante em diversas atividades urbanas, incluindo a coleta e o rejeito de dejetos humanos. Esses escravizados, muitas vezes chamados de “tigres”, eram responsáveis por esvaziar penicos e outros recipientes contendo dejetos e despejar o conteúdo em rios e mares. Essa prática foi um reflexo da falta de infraestrutura sanitária adequada durante o Brasil Império, o que não apenas afetou gravemente a saúde pública, mas também exacerbou as já terríveis

condições de vida impostas aos escravizados. A associação histórica entre essas populações e a falta de infraestrutura básica ajudou a perpetuar estereótipos racistas e preconceituosos vinculados à cor de sua pele.

As normas e os valores sobre o que é limpo ou sujo são internalizados e orientam comportamentos. Por exemplo, no final do século XIX, em “diversas cidades européias, de Edimburgo a Faenza, os moradores tinham permissão para esvaziar baldes de água suja na rua, desde que antes gritassem pela janela para dar aos passantes uma oportunidade de se abrigar” (Burke, 2001). Usando como metáfora as águas de uma casa, imaginemos agora o *habitus* como o sistema de encanamento. A sociedade, com suas normas e estruturas, é como a água que flui por esses canos, infiltrando-se em cada canto da nossa existência. Os canos, por sua vez, representam as disposições internas que formamos ao longo da vida, moldadas pela pressão constante dessa água social. Assim como a água carrega tanto o que é puro quanto os dejetos, o *habitus* acumula tanto as influências mais nobres quanto os resíduos culturais que absorvemos. Esses canos, embora fixos e duráveis, guiam o fluxo da água de maneira específica, direcionando como pensamos, sentimos e agimos. Ao mesmo tempo, nossas ações – como a água que retorna ao sistema – refletem de volta no mundo exterior, criando um ciclo de interiorização e exteriorização em que o social e o individual se misturam inextricavelmente.

4.2.1 Na corte do sabão: o cheiro do racismo[67] impregnando histórias

Ao longo dos séculos XIX e XX, as políticas eugênicas europeias e norte-americanas emergiram como expressões de um projeto modernizador que buscava moldar corpos, culturas e sociedades segundo ideais de “pureza” racial. Essas ideias, frequentemente apresentadas como científicas, não se limitaram a seus locais de origem, atravessaram fronteiras e influenciaram profundamente as práticas de exclusão em contextos coloniais e pós-coloniais. Nesse processo, consolidou-se uma narrativa que associava a população negra a um suposto atraso, colocando-a como um entrave ao progresso e à modernidade.

[67] Expressão emprestada de Vitor de Jesus (2022), em artigo sobre o higienismo brasileiro. Ver ainda: Almeida; Cota; Rodrigues, 2020.

Esses discursos ganharam força por meio de instituições políticas e culturais, incluindo propagandas publicitárias e imagens amplamente disseminadas que reforçam estereótipos e hierarquias raciais. Assim, a modernidade foi construída às custas da subordinação e exclusão de corpos negros, perpetuando uma lógica de supremacia racial que continua a manchar as estruturas sociais contemporâneas.

O texto de Renata Gonçalves (2018), “Quando a questão racial é o nó da questão social”, destaca como os discursos racistas, consolidados como ciência no século XIX, foram cruciais para justificar a exclusão da população negra no projeto de construção da nação brasileira. Gonçalves (2018) analisa como o discurso dominante propagava que os ex-escravizados eram desqualificados para participar da construção de uma nação capitalista, atribuindo à “deficiência de cor” o papel de entrave ao progresso. Essa narrativa racista legitimava políticas que marginalizavam pessoas negras, ao mesmo tempo que defendiam a supremacia branca e o ideal de branqueamento como solução para o futuro do país.

No contexto urbano, essa lógica foi materializada por meio de políticas higienistas que associavam a presença da população negra à desordem e à propagação de doenças. Como aponta Rolnik (1989), a demolição de cortiços e pensões em São Paulo, na região da Praça da Sé, exemplifica essa “limpeza”, que expulsou moradores negros e pobres para dar lugar a um espaço burguês destinado às elites. Processos semelhantes ocorreram no Rio de Janeiro, onde cortiços habitados por pessoas negras eram associados às epidemias, justificando intervenções que deslocavam a população negra para as periferias sob o pretexto de controle sanitário (Chalhoub, 1990, *apud* Gonçalves, 2018).

Essas práticas de exclusão não se limitaram às cidades. Na esfera econômica, o discurso racista reforçou a ideia de que os ex-escravizados eram incapazes de responder aos estímulos do trabalho livre, como argumenta Celso Furtado (2000, apud Gonçalves, 2018, p. XX) ao afirmar que, para essa parcela da sociedade, “a ideia de acumulação de riqueza é praticamente estranha”. Assim, a população negra foi relegada à condição de “vida nua” – facilmente descartável ou utilizada como reserva de mão de obra barata e sem acesso pleno às condições básicas de cidadania e dignidade (Gorender, 1990, *apud* Gonçalves, 2018).

Essas dinâmicas urbanas e econômicas evidenciam como o racismo estrutural moldou tanto as políticas de Estado quanto as relações sociais, consolidando desigualdades que perduram até hoje. Ao justificar essas práticas sob o

manto da ciência e da moralidade, o projeto de branqueamento e marginalização racial no Brasil não apenas excluiu a população negra dos centros de poder, mas também institucionalizou a segregação social e econômica que ainda impacta profundamente a sociedade brasileira.

Para ilustrar como essa ideologia foi propagada no imaginário coletivo, apresento a seguir uma série de imagens e propagandas publicitárias que circularam em diferentes períodos históricos. Esses materiais, facilmente encontrados em pesquisas rápidas, oferecem pistas importantes sobre a construção de narrativas racistas e suas conexões com projetos de exclusão social e cultural. A partir delas, proponho algumas leituras críticas para desvelar os mecanismos que sustentaram – e ainda sustentam – essas dinâmicas.

Figura 51 – “Anjo” e “diabo”[68].

[68] Foto da campanha publicitária “Anjo e diabo”, da grife italiana United Colors of Benetton, por Oliviero Toscani, veiculada em 1991. A campanha mostra a criança negra como diabinho e a criança branca como anjinho (Schwarcz, 2024).

Figura 52 – Anjinhos[69].

Como podemos observar nesses dois exemplos, em uma busca rápida na internet apenas da palavra *anjinho*, as figuras que mais aparecem estão atreladas a uma criança loira com roupas claras, enquanto a referência imaginária do “diabo”, por contraste, é de uma figura com chifres e, como podemos ver pelo exemplo da polêmica campanha da United Colors of Benetton, associada à negritude.

Também chamou a atenção, nessa busca, a forma como a indústria do sabão trabalhou incessantemente ao longo da história de sua publicidade na associação da pele negra à sujidade. São várias as propagandas que reforçam a ideia racista de que o negro está associado ao sujo, que é aquele que precisa ser limpo, higienizado e tornado limpo como o branco.

[69] Agrupamento de imagens encontradas a partir da pesquisa pela palavra “anjinho” em ferramenta de busca na Internet. Fontes: Pinterest. Oscar Tellez Sanchez. Disponível em: https://br.pinterest.com/pin/4644405858589460/. Acesso em: 8 jan. 2025. Pinterest. Vecteezy. Disponível em: https://br.pinterest.com/pin/277323289547790881/. Acesso em: 8 jan. 2025.

Figuras 53 a 58 – Publicidades antigas de marcas de sabão[70].

As imagens e os textos utilizados nas publicidades reforçam um mesmo estereótipo, baseado na associação do negro à sujeira e do branco à limpeza. A marca Fairy, por exemplo, veiculou uma propaganda que evidencia o racismo da época. A imagem mostra um menino branco vestindo roupas claras e aparentemente limpas perguntando a um menino negro, aproximadamente da mesma idade, com roupas maltrapilhas e cabelo crespo: “Por que sua mãe não o lava com sabão Fairy?” A mensagem subentendida sugere que o menino negro teria a pele escura por não usar o sabão Fairy, indicando que a cor de sua pele seria resultado de uma suposta sujeira, algo que só o sabão Fairy poderia “resolver”. A ideia, como vemos, não era só de vender um produto, mas perpetuar a noção de que a branquitude é o padrão de pureza e civilidade[71].

[70] Conjunto de propagandas de sabão em língua inglesa, divulgadas entre o final do século XIX e o começo do XX (Schwarcz, 2024).
[71] Para maiores análises das figuras e aprofundamento do assunto, ver: Schwarcz, 2024.

Figura 59 – “Embranquece e cura a pele”[72].

A propaganda do sabonete Arêgos, veiculada em Portugal por volta de 1917, sugere que o produto “embranquece e cura a pele”, exprimindo com isso que a pele negra precisa e deve ser curada. Aqui, mais uma vez, a pele negra é colocada como algo a ser “lavado” ou “corrigido”, o que sustenta a ideia de um padrão eurocêntrico em que a branquitude é a norma, símbolo de uma noção de pureza e civilidade.

Com um intervalo de 100 anos, o mesmo estereótipo aparece em outra propaganda, e o que se sugere é a mesma ideia da branquitude como padrão de higiene.

Figura 60 – Campanha publicitária no século XXI[73].

A campanha, já neste século, demonstra que o imaginário sobre a pessoa negra como suja ainda persiste na sociedade. A associação entre a pele negra e a

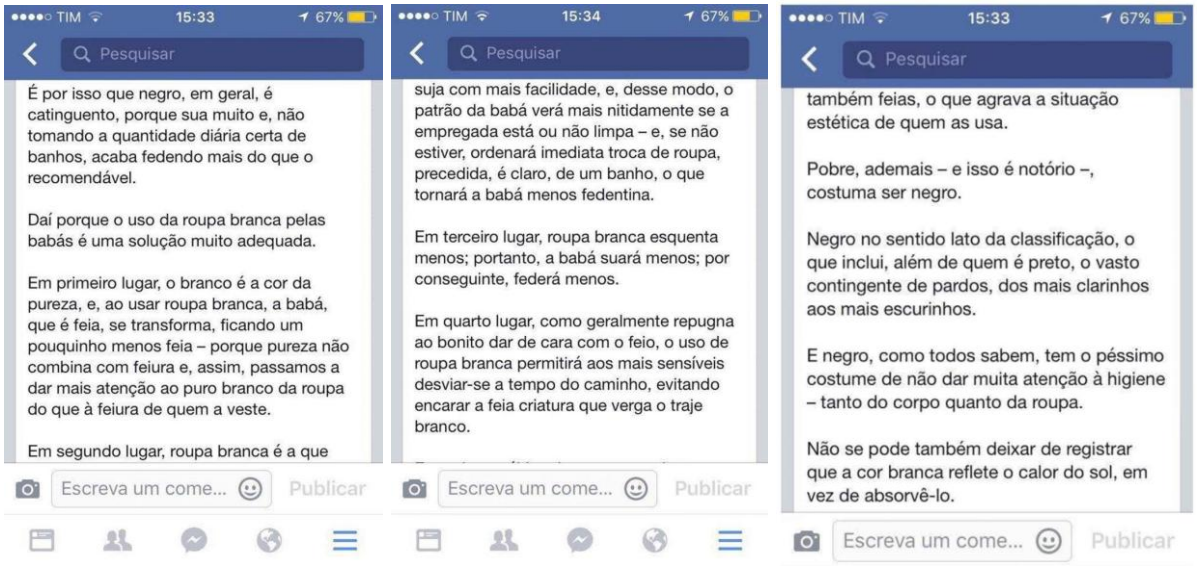
[72] Propaganda de sabonete da marca portuguesa Arêgos (Schwarcz, 2024).
[73] Campanha da marca Dove, veiculada em 2017 (Schwarcz, 2024).

sujeira, que permeia o imaginário social há séculos, encontra nas propagandas de sabão, desde o início do século XX, um retrato explícito desse preconceito. “A associação entre sabonetes, limpeza e questão racial é tão frequente que mais se parece com uma convenção visual” (Schwarcz, 2024, p. 255). Essas campanhas publicitárias, ao sugerirem que a cor da pele negra seria resultado da falta de higiene ou do não uso de um determinado produto de higiene, foram reforçando ao longo dos anos uma ideia que perpetua a mensagem subjacente de que a pele negra é algo a ser “corrigido” e “limpo”, como se sua existência por si só fosse um desvio da norma – a branquitude.

Esse preconceito não surgiu do nada. Ele é o legado direto de séculos de colonização, um período em que corpos negros e indígenas foram subalternizados e considerados primitivos, dando espaço apenas a um modelo eurocentrado de civilização. A ideia de pureza racial e a necessidade de “civilizar” populações pretas, pardas e indígenas são centrais no projeto colonial. Nesse contexto, essas propagandas de sabão não fazem apenas o marketing de um produto, elas naturalizam um racismo estrutural, associando limpeza à brancura e sujeira à negritude. E o impacto disso não é apenas simbólico, é efetivo e direto na vida das populações pretas, pardas e indígenas, afetando profundamente sua existência e seu direito de viver ou morrer (Agamben, 2007).

Esse reforço está inserido em todas as instâncias da sociedade e nas instituições jurídicas, por meio dos agentes do Estado, que não estão isentos de corroborar a perpetuação desse estigma. Um exemplo disso foi o caso ocorrido em grupo fechado no Facebook, formado por funcionários do Ministério Público Paulista, que torna evidente como as instituições aqui estudadas vão solidificando a ideia de que pobres são feios e geralmente negros.

Figuras 61 a 63 – Publicação[74] em grupo de funcionários do MPSP[75].



Mbembe (2020) também nos ajuda a entender como o racismo se manifesta em diferentes níveis, sendo mais do que apenas um preconceito individual; é uma estrutura que define quem é visto como valioso e quem pode ser descartado. A ideia de “limpar” a pele negra nada mais é que uma forma de fortalecer essas posições, desumanizando e marginalizando a população negra.

Essas associações continuam a se reproduzir, de maneiras mais sutis, na sociedade atual. Ainda vemos, por exemplo, uma indústria da beleza promovendo padrões baseados na branquitude, enquanto características negras são, na melhor das hipóteses, exotizadas. E, como é possível analisar a partir de Carneiro (2023), o

[74] No texto, lê-se: “É por isso que negro, em geral, é catinguento, porque sua muito e, não tomando a quantidade diária certa de banhos, acaba fedendo mais do que o recomendável. Daí porque o uso da roupa branca pelas babás é uma solução muito adequada. Em primeiro lugar, o branco é a cor da pureza, e, ao usar roupa branca, a babá, que é feia, se transforma, ficando um pouquinho menos feia – porque pureza não combina com feira e, assim, passamos a dar mais atenção ao branco puro da roupa do que à feiura de quem a veste. Em segundo lugar, roupa branca é a que suja com mais facilidade, e, desse modo, o patrão da babá verá mais nitidamente se a empregada está ou não limpa – e, se não estiver, ordenará imediata troca de roupa, precedida, é claro, de um banho, o que tornará a babá menos fedentina. Em terceiro lugar, roupa branca esquenta menos; por conseguinte, federá menos. Em quarto lugar, como geralmente repugna ao bonito dar de cara com o feio, o uso de roupa branca permitirá aos mais sensíveis desviar-se a tempo do caminho, evitando encarar a feia criatura que verga o traje branco. [...] Pobre, ademais – e isso é notório –, costuma ser negro. Negro no sentido lato da classificação, o que inclui, além de quem é preto, o vasto contingente de pardos, dos mais clarinhos aos mais escurinhos. E negro, como todos sabem, tem o péssimo costume de não dar muita atenção à higiene – tanto do corpo quanto da roupa. Não se pode também deixar de registrar que a cor branca reflete o calor do sol, em vez de absorvê-lo.”

[75] Capturas de telas de texto compartilhado em grupo fechado do MPSP. Para ver a reportagem na íntegra: Bassette, 4 out. 2017. Ver ainda: Dantas, 3 out. 2017.

racismo impõe às pessoas negras um lugar de subalternidade social que é reforçado dia após dia, de forma tão banal que muitas vezes passa despercebido.

Criam-se fronteiras para separar os “puros” dos “impuros”. No caso dessas propagandas, a fronteira é desenhada na cor da pele. Ao definir quem é limpo e quem é sujo, elas reafirmam a violência simbólica contra corpos racializados. A sujeira associada às pessoas negras não é apenas uma metáfora, é uma arma de controle social, usada para justificar práticas de exclusão, de marginalização e, em última instância, de desumanização. O racismo se infiltra nas estruturas de poder e nas representações sociais de maneira insidiosa.

Os documentos que descrevem as condições das moradias analisados nesta pesquisa acabam reforçando a ideia de que a sujeira é causada por esses corpos racializados. Na verdade, a sujeira não está na pele ou nas casas dessas pessoas, mas há um sistema particular que as empurra para margens sociais e geográficas, nas quais o acesso a serviços básicos como saneamento e moradia digna é sistematicamente negado. A descrição de casas como “desorganizadas” ou “sujas” é reflexo de uma sociedade que já define quem deve ocupar os espaços marginalizados e quem vai ocupar os espaços privilegiados, ou quem deve ocupar os espaços sociais não como pertencentes, mas como servos: “a jovem menina não é vista como uma criança, mas sim como uma servente [...] de paciente me tornei a servente negra” (Kilomba, 2019, p. 93).

Esse preconceito não é isolado, mas sim o resultado de séculos de colonização em que corpos negros e indígenas foram subalternizados e considerados “primitivos”, dando lugar a um modelo eurocentrado de civilização. Gilberto Freyre (2003, p. 265), em “Casa-Grande & Senzala”, afirmava que o colonizador europeu no Brasil teria “melhor confraternizado com as raças chamadas inferiores”, suavizando a brutalidade da escravidão e perpetuando o mito de uma relação harmônica. Freyre (2003) promove a ideia de que o negro teria uma mobilidade social, sugerindo haver uma convivência harmoniosa e a possibilidade de oportunidades de ascensão dentro da sociedade. Essa é uma falsa ideia de democracia racial (Nascimento, 2016), “que teve em Gilberto Freyre sua expressão maior e mais duradoura” (Carneiro, 2018, p. 15).

Quijano (2005) nos ajuda a entender essa lógica moderna ao falar da “colonialidade do poder”, na qual a construção social da higiene tem suas raízes. O sociólogo explica como a raça foi uma invenção colonial para justificar a subjugação

de povos não brancos. Ao associar a sujeira ao corpo negro, o racismo perpetua a lógica da inferiorização e da exclusão, alimentando-se das ideias de pureza e limpeza como símbolos. Segundo Quijano (2005), os europeus se imaginaram como “portadores exclusivos” da modernidade, criando um padrão mundial de civilização que hierarquiza e exclui o que não se alinha a essa norma. Ele observa que “o notável disso não é que os europeus se imaginaram e pensaram a si mesmos e ao restante da espécie desse modo, mas que foram capazes de difundir e estabelecer essa visão como hegemônica globalmente” (p. 7). Assim, não é apenas a autopercepção europeia que importa, mas a capacidade de consolidar essa perspectiva como dominante.

As propagandas de sabão são um exemplo explícito desse empreendimento colonial. Elas não fazem apenas o marketing de um produto; elas naturalizam o racismo, vinculando limpeza à mancha e sujeira à negritude. O impacto disso não é meramente simbólico; ele é efetivo e concreto, afetando diretamente a vida das populações pretas, pardas e indígenas. A publicidade e outros discursos reforçam de maneira insidiosa a ideia de que a negritude precisa ser “limpa” ou “corrigida”, perpetuando um projeto mais amplo de desumanização. Mbembe (2020) contribui para essa análise ao nos mostrar que o racismo é mais do que um preconceito individual; é uma estrutura que define quem é considerado importante e quem pode ser descartado. A ideia de “limpar” a pele negra nada mais é do que uma estratégia de desumanização – o sujo é, consequentemente, matável –, num jogo de quem merece viver e quem merece morrer.

Carneiro (2023) ressalta como o racismo continua a impor às pessoas negras um lugar de subalternidade. A sujeira associada à negritude não é apenas uma construção simbólica, mas uma arma usada para explicar a exclusão e o controle. Isso também se manifesta nos documentos que descrevem as casas de pessoas pobres – majoritariamente pretas e pardas – como espaços sujos e desorganizados. Esse registro reforça o estereótipo sob um discurso higienista-médico-jurídico e continua validando essa ideia.

A maioria das pessoas pobres no Brasil e em São Paulo é composta por pessoas pretas, pardas e indígenas, que herdaram a exclusão advinda da escravidão e da falta de acesso aos direitos após a abolição. Quando documentos institucionais descrevem as moradias de pessoas negras como “sujas”, não estão apenas relatando uma realidade; estão reforçando um projeto de poder que classifica, marginaliza e

subalterniza esses corpos, perpetuando uma lógica de controle racial sustentada pelo “pacto da branquitude” – “uma cumplicidade silenciosa entre pessoas brancas destinada a preservar seus privilégios” (Bento, 2022, p. 18).

Autoras como Maria Carolina de Jesus (2021) evidenciam essa realidade ao narrar suas experiências nas favelas, onde a pobreza é constantemente vinculada à falta de higiene. As palavras da escritora revelam a violência simbólica imposta às mulheres negras, que são vistas como portadoras de uma sujeira microbiana: “– Você negra suja!” (p. 40), “– Está escrevendo, negra fidida!” (p. 26). O que a autora vivenciou e escreveu ecoa falas que escutamos na mídia, como a associação do odor do sovaco à negritude, como na voz da personagem Adelaide, no programa Zorra Total, veiculado pela Rede Globo entre 2012 e 2013, ou como o comentário da ex-participante do programa televisivo BBB, Franciele Almeida, que disse ficar com “cheiro de neguinha” se não usa desodorante (Jesus, 2022, p. 3).

Esse conceito fronteiriço de sujidade aparece também no desabafo de Gloria Anzaldúa (1981) no ensaio “La Prieta”, em que lembra de sua infância e do tratamento de sua mãe: “‘No Salgas al sol’, mi mamá me decía cuando queria salir a jugar. ‘Si te pones más oscura pensarán que eres una índia. Y no te ensucies la ropa. No quieres que la gente diga que eres una mexicana puerca’”. Esses exemplos reforçam reiteradamente – de maneira crítica ou não – a associação de que pessoas pretas, pardas e indígenas são sujas ou podem ser vistas como sujas além das fronteiras do familiar: seu asseio precisa estar à mostra, em constante avaliação.

Documentos institucionais que descrevem as casas como “sujas” e “desorganizadas” ratificam uma narrativa que vincula a sujeira à falta de caráter ou de moral, projetando sobre essas famílias uma imagem que as coloca à margem do que é considerado socialmente adequado e cuja punição não é mais sobre seus corpos, mas sobre a sua maternidade. Esse mecanismo configura uma verdadeira prática eugenista de “melhoramento da raça” por meio de intervenções estatais, colocando “o problema da desigualdade social nessa estrutura explicativa geral de evolução e do darwinismo social. [...] Os projetos eugenistas também oferecem opções de políticas para melhorar a sociedade por meio da ciência” (Collins, 2022, p. 354).

Os olhares de Góes (2018) e Collins (2022) ajudam a compreender como essas questões são instrumentalizadas: a higiene é apresentada como uma ferramenta de civilização e progresso, mas, na prática, ela reforça fronteiras simbólicas, mantendo pessoas negras e pobres em um lugar de subalternidade a

partir de um projeto eugenista. “O discurso eugenista usava uma linguagem avaliativa de aptidão e inaptidão, um binômio que conjugava os discursos científicos sobre a anormalidade e a normalidade com os discursos morais sobre o normal e o desviante” (Collins, 2022, p. 355).

As fronteiras nos mostram que essas divisões não são apenas físicas, mas também culturais e simbólicas. A sujeira, além de funcionar como um marcador social, é uma ferramenta de exclusão poderosa, carrega em si o conceito do sujeito-abjeto. No contexto das discussões raciais e de higiene, a abjeção manifesta-se em práticas e discursos que buscam distanciar o “eu” do “outro”. A pessoa negra é frequentemente associada ao que é considerado impuro, desorganizado, perigoso e fora da ordem social. Esse distanciamento vai além do simbólico, refletindo-se também em barreiras territoriais e no acesso a recursos e oportunidades. Afastar o “impuro” torna-se uma prática constante, reforçando desigualdades estruturais. Como aponta Gauer (2005, p. 401): “Talvez possamos afirmar que o modelo de igualdade, tal como foi criado nos tempos modernos, tenha estruturado todas as ações sociais e políticas desde seu início com o objetivo de eliminar diferenças contaminadoras e, portanto, perigosas.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É utopia, idealismo?
Ou seria respeito à diversidade, compromisso ético-político?
Em tempos em que a naturalização, homogeneização e a barbárie tem sido a regra,
É necessário unir vozes e entrecruzar olhares.
Olhares "comprometidos e intrometidos",
Que (re)criam práticas de resistência,
Que defendem os direitos humanos e sociais,
E que, ao buscar ver além do aparente, problematizam, questionam, resistem e constroem coletivamente práticas antirracistas, anticapitalistas, antipatriarcais e antipunitivistas.
Gracielle Feitosa de Loiola, Inverno de 2022

É chegada a hora final. No percurso, mais e mais questionamentos emergiram. A pesquisa abriu perguntas a cada leitura e tecedura da escrita, e para cada uma delas novas investigações se fazem necessárias. No entanto, ao buscar um estudo em história, eu não queria ocupar o lugar de assistente social – como se isso fosse possível. Não queria falar do meu lugar de favelada nem das minhas histórias, nem do meu diário de campo como assistente social. Ilusório... Eu buscava uma pesquisa neutra, uma investigação historiográfica sobre organização e desorganização, sobre o sujo e o limpo, sobre os cômodos da casa. Estava me enganando e já sabia disso, mas, como estava em outro programa, me fiz ingênua. Pronto, decidi que esses aspectos mais íntimos das minhas inquietações poderiam ser abordados em publicações futuras, como devolutiva ao próprio processo de pesquisa.

E voltei-me ao que a pesquisa estava provocando. Fui atravessada por tantas questões a que, como mulher branca, não me atentava, estava eu preocupada com os registros das casas quando tantas questões provocavam aprofundamento. Percebo que por vezes tive que voltar à minha inquietação inicial para não me perder. A pesquisa ora caminhava para um lado, ora me pegava pela mão indo para outro lado. Eis que a percepção de um racismo estrutural batia à porta, um racismo que eu não conseguia ver, pois ele estava entranhado profundamente, enraizado na sociedade, a partir do lugar que ocupo como pessoa branca que só percebia ou só queria ver o racismo escancarado, revelado e gritado, sobre esse eu dizia ser antirracista. Mas o racismo silencioso, cotidiano, em gotas amargas que só a pessoa afetada pode dizer. Nunca foi "mi-mi-mi". Um racismo cujos tentáculos se estendem por todas as dimensões da vida: trabalho, renda, moradia, educação, saúde, acessos, território.

Eu sabia que as casas não estavam sujas, estavam sem acesso. Mas a exigência de uma assepsia inalcançável tinha outro viés, já que a ideia de sujo e limpo estava na seara do subjetivo e que não era exigida nos demais estratos sociais. Veja a organização e desorganização, estava ligada a uma ideia de higiene, limpeza. A desorganização como sujo na casa do pobre, mas na casa da classe média é sinônimo de crianças felizes. A classe média não se preocupa com a desorganização da casa, alguém organiza tudo. Assim, a desorganização subjetivamente definida pelo olhar de quem impõe normas e padrões jamais será satisfeita. Se o olhar é dirigido de fora, não há como ver com o olhar de quem vê de dentro. No fim, tudo é histórico, tudo é cultural. Não há como escapar disso.

A tese e suas considerações poderiam se encerrar aqui. Mas o prazer da descoberta é perceber que, durante o percurso, novas lacunas se abrem. Assim, chego às considerações finais retornando às considerações iniciais: o racismo é uma construção social, histórica e política que atravessa a sociedade subjugando o outro e transformando sua própria existência em uma ameaça. Ele cria a ideia de que o outro é estranho, inadequado, perigoso, abjeto e, por isso, precisa ser afastado. O Estado racista numa sociedade racista se instrumentaliza a serviço do capital, infiltra essa subjugação nas camadas mais íntimas da vida social. Ao outro, atribuem-se os adjetivos da desordem: inadequado, perigoso, sujo, desorganizado. E sobre ele recaem todas as responsabilidades de uma sociedade racista e excludente. Ele deve carregar a culpa, introjetar a ideia de sua falha, sua incapacidade.

Essa materialização da sujeira e da exclusão se expressa, de forma emblemática, no espaço do banheiro — o lugar destinado a eliminar os excessos, onde se descarta o que é impuro. Com base na materialidade desse espaço, as análises desta pesquisa foram apresentando como o racismo percorre todos os canos e despeja os dejetos. Um espaço considerado sujo, mas que também carrega a limpeza, o status, a distinção, que diferencia o humano do não humano.

Diante disso, é necessário revisitar as discussões levantadas por esta pesquisa ao longo dos anos. Se este trabalho, mais do que respostas definitivas, lançou novas perguntas e abriu novos diálogos é porque reafirma a complexidade do tema abordado. E se há uma certeza que emerge desse percurso é que a luta continua.

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar como os registros em processos judiciais de acolhimento e destituição do poder familiar- DPF operam como

dispositivos de controle social, mobilizando discursos racializados, moralistas e higienistas para justificar a separação de crianças e adolescentes de suas famílias. Ao longo da investigação, buscou-se compreender como o racismo estrutural influencia a fragmentação de famílias negras e periféricas, examinando os discursos que permeiam os processos judiciais e as dinâmicas institucionais que reforçam essas desigualdades a partir do discurso sujo e limpo, organizado e desorganizado.

A expressão “máquina de moer gente” sintetiza a realidade enfrentada por populações marginalizadas em um sistema que perpetua desigualdades e exclui milhões de indivíduos do acesso pleno à cidadania. Como discutido ao longo desta pesquisa, a estrutura social, política e econômica brasileira opera de maneira excludente, reforçando a precarização da vida e a reprodução de ciclos de pobreza e violência ao longo da história, e a história recente confirma que ela continua a todo vapor. O aspecto mais nefasto desse processo é a perpetuação do racismo estrutural e do pacto da branquitude. Mas a resistência desses sujeitos diante da violência estatal não se dá pelo profissional da ponta — cansado, acrítico, mal formado e explorado, que precisa emitir um parecer sob uma pilha de trabalho interminável. A resistência se dá contra o próprio Estado, que estrutura uma educação pública precarizada e uma educação privada voltada à formação acrítica da mão de obra. Como bem lembra Marx, essa formação serve a um exército de reserva. Como destacam tantos pensadores, há uma precarização do ensino, uma exploração do trabalho invisível e um controle sistemático que mantém um contingente populacional — que não é minoria — subjugado por um sistema econômico e racista que estrutura a sociedade brasileira.

A análise dos registros judiciais evidencia que a pobreza é tratada como suja, justificando intervenções punitivas que resultam no acolhimento institucional de crianças e adolescentes e na destituição do poder familiar. Esse controle social afeta desproporcionalmente famílias negras e periféricas. O Estado age por meio de seus agentes (assistentes sociais, psicólogas/os, médicas/os, juízas/juízes). E aqui cabe um parêntese sobre o grande contingente de trabalhadoras que estão na linha de frente do trabalho: ainda que as críticas também sejam dirigidas a elas, é dirigido ainda o reconhecimento às profissionais na ponta que mobilizam recursos cotidianos para exercer um bom trabalho, mesmo diante da investida do capital e da precarização do trabalho.

Nesse inventário, a lista da falta é sempre maior que a da presença. Defendo que os registros não devem contabilizar a falta a partir da culpabilização dos sujeitos, mas sim adotar uma leitura histórica e política. Uma crítica que evidencie a ausência do Estado e a manutenção proposital da pobreza e do racismo sob a égide do capital que lucra com a manutenção do privilégio. Considerando que os registros realizados devem servir como ferramenta para ampliar e garantir direitos, e não para expor ou violar esses direitos, é necessário que se retome a proposta de proteção e questione o que se registra, a quem se destina e com que objetivo.

O território e os registros sobre ele demonstram que a favela ainda é descrita como um espaço de risco e de desvio. A favela ainda é sinônimo de sujo e desviante. O território historicamente construído para depositar o descartáveis e inservíveis, reforçando a segregação socioespacial.

O Estado racista opera na favela buscando aniquilar a população suja e desorganizada. Parece extremo isso, mas as evidências de incursão na favela por parte da polícia são cotidianas, como nos casos de assassinato de jovens periféricos seja em bailes funk ou em abordagens suspeitas. Os matáveis estão por toda parte, os usuários de substâncias, as pessoas em situação de rua, os bandidos, os favelados, todos são carne barata e precisam ser eliminados ou afastados dos olhos para que se tenha uma sociedade asséptica, higienizada.

Assim, a separação de filhos de suas mães tem foco na infância para que o capital sempre tenha boa força de trabalho subserviente. O racismo estrutural presente nas decisões judiciais naturaliza essa lógica punitiva e higienista. O direito e a saúde sempre andam de mãos dadas, sem considerar a ausência histórica de políticas públicas que garantam moradia digna, acesso à cidade e saneamento básico. O conceito de vulnerabilidade é instrumentalizado para reforçar hierarquias raciais e sociais, silenciando as estratégias de resistência dessas mulheres.

A favela e outros territórios marginalizados são descritos nos registros institucionais como espaços de risco, reforçando estigmas que justificam intervenções punitivas, em detrimento de políticas públicas de reparação. Essa perspectiva se conecta a um padrão histórico no qual o Estado brasileiro protege a infância de forma seletiva, garantindo direitos apenas para determinadas parcelas da população. No contexto das decisões judiciais que envolvem o acolhimento institucional e a destituição do poder familiar, essa lógica se manifesta como um dispositivo de controle social, operando sob discursos racializados, moralistas e higienistas.

A pesquisa demonstra que a separação de crianças e adolescentes de suas famílias não ocorre de maneira neutra, mas está diretamente relacionada a critérios subjetivos que reforçam hierarquias raciais e de classe. A pesquisa identificou discursos moralistas, higienistas e eugênicos presentes nos registros dos processos judiciais, demonstrando como essas narrativas classificam famílias como inadequadas para a parentalidade. A pobreza, frequentemente associada à sujeira e má conduta, não é vista como uma falha estrutural do Estado, mas como uma falha individual, responsabilizando mães negras pela condição de vulnerabilidade em que vivem. Dessa forma, evidenciou-se que o acolhimento institucional, para além da proteção da infância, é atravessado por um projeto racializado de exclusão e controle social.

Desde o período escravocrata, famílias negras foram sistematicamente desfeitas sob justificativas ligadas a discursos sobre civilidade, ordem e higienização social. Esse padrão se repete nas práticas institucionais contemporâneas, nas quais a ausência de infraestrutura urbana e saneamento básico é utilizada como critério para a separação de mães e filhos, num projeto de assepsia das famílias em favor de interesses de uma infância protegida, mas nem tanto. Que sobreviva, mas que não avance muito, que seja o operário, e não o patrão.

Outro ponto abordado foi como a colonialidade do poder, do saber e do ser molda a atuação do Estado na regulação da parentalidade de famílias pobres e negras. Os registros analisados evidenciam que a sujeira e a desorganização são utilizadas como marcadores institucionais de inadequação, reforçando uma perspectiva elitista e racista sobre a infância e a parentalidade. A moralidade sanitária impõe padrões de vida idealizados, inviabilizando a permanência de crianças junto às suas famílias quando estas não se encaixam nesses critérios normativos, nos padrões da branquitude.

A pesquisa também investigou como os processos de acolhimento institucional e destituição do poder familiar estão diretamente conectados à lógica da “máquina de moer gente”, evidenciando seus impactos na reprodução das desigualdades. A criminalização da pobreza e a responsabilização individual das mães pelo ambiente em que vivem desviam o foco das estruturas que produzem essas condições. O Estado, em vez de investir em políticas que garantam moradia, saneamento e acesso à cidade, opta por medidas que fragmentam laços familiares sob o argumento da proteção da infância.

O banheiro surge como um dos dispositivos materiais dessa exclusão, sendo utilizado como critério subjetivo para classificar famílias como incapazes de exercer a parentalidade. A noção de higiene, atravessada por discursos raciais e de classe, tem sido historicamente mobilizada para justificar a separação de crianças do convívio familiar. Essa lógica está diretamente conectada ao higienismo e à eugenia, correntes que buscaram disciplinar corpos e territórios, excluindo aqueles que não se adequaram aos padrões dominantes de organização e limpeza.

A dificuldade de acesso aos processos judiciais enfrentada ao longo da pesquisa reforça a resistência institucional em expor os padrões de funcionamento, demonstrando como o sigilo opera como estratégia de proteção do próprio Judiciário. Esse fechamento institucional impede o avanço do debate público e da produção de conhecimento sobre a seletividade do sistema de justiça, garantindo a perpetuação do pacto da branquitude e das violências estatais contra populações racializadas e empobrecidas. Concedendo apenas aos que são próximos ou favorecendo pesquisadores internos, e não pesquisadores externos.

Dessa forma, esta tese não se constrói em neutralidade. Ela nasce de um compromisso ético, político e pessoal com a vida, a dignidade e a justiça social. A produção acadêmica não pode ser isenta de posicionamento, pois lidar com questões como racismo, desigualdade e violação de direitos exige uma postura clara de enfrentamento dessas injustiças. O que proponho nesta pesquisa não é apenas uma análise documental, mas um esforço de desvelar estruturas históricas e institucionais que perpetuam a exclusão e a marginalização das mulheres negras e periféricas.

A pesquisa analisou o papel das instituições judiciais e dos agentes do Estado na manutenção do racismo estrutural e do controle social da pobreza. Assim, foi possível verificar que o sujeito excluído tem cor, gênero e classe, e são essas Marias, negras e periféricas, que continuam lutando pela sobrevivência enquanto são desumanizadas por um sistema que insiste em culpabilizá-las pelo abandono que ele próprio produz. O compromisso desta pesquisa é, portanto, não apenas analisar essa dinâmica, mas também contribuir para a construção de um debate que questione e enfrente essas práticas institucionais, reivindicando políticas públicas que garantam a essas mulheres e crianças o direito fundamental à dignidade e à vida em família.

O racismo se reinventa e se infiltra em múltiplas esferas: educação, saúde mental e bucal, moradia, trabalho e renda, capital cultural, acessos e pertencimentos em espaços públicos e privados. Ele não deixa brechas para saídas individuais,

transformando a pedagogia da crueldade em um mecanismo implacável que corrói qualquer possibilidade de ascensão. Aqueles que atravessam esse estreito funil não apenas resistem, mas sobrevivem a uma lógica sistematicamente cruel e saem dela com histórias e marcas de uma exclusão social, não saem ilesos.

O capitalismo opera como motor e amplificador do racismo, estruturando desigualdades que se aprofundam diante da crise climática. As ondas de calor, intensificadas pelo colapso ambiental, não afetam a sociedade de forma homogênea; seus impactos são filtrados pelo fenótipo e pela posição social. Corpos negros e populações periféricas são os mais expostos aos efeitos extremos. Obrigados a ocupar territórios sem infraestrutura, arborização e acesso a meios de adaptação às condições extremas da crise climática. Assim, a crise climática não é apenas um impacto ambiental, mas um espelho das injustiças raciais e socioeconômicas que sustentam esse sistema.

A condição de pobreza, historicamente associada à negligência, é tratada não como um problema estrutural a ser resolvido por meio de políticas públicas, mas como uma falha moral da família, justificando intervenções punitivas e a dissolução de vínculos familiares. Essa lógica remete a processos históricos de exclusão, nos quais o Estado sempre interveio seletivamente sobre determinadas populações. No período escravocrata, famílias negras eram sistematicamente desfeitas pelo tráfico de pessoas escravizadas. No pós-abolição, a ausência de políticas inclusivas reparatórias forçou muitas famílias negras a viverem em condições de extrema precariedade.

No século XX, discursos higienistas e eugenistas consolidaram a ideia de que famílias negras e pobres representavam um risco social, justificando práticas de institucionalização e criminalização da pobreza. Como aponta Bonduki (2017, p. 150), a visão das elites sobre essas populações era atravessada pelo “eurocentrismo e pelo desprezo ao modo de vida do ‘povo’”, evidenciando uma perspectiva intervencionista que via a pobreza como algo a ser disciplinado. No presente, essa colonialidade do poder segue operando nos processos de acolhimento e DPF, nos quais o racismo estrutural se expressa de forma burocratizada e legalizada. As decisões judiciais mobilizam uma gramática moralista e higienista para definir quais famílias são consideradas capazes ou não de exercer a parentalidade. Assim, a pobreza não é reconhecida como uma violação de direitos que demanda políticas públicas, mas como uma falha que justifica a separação de mães e filhos.

A mercadificação impacta diretamente as populações mais vulneráveis, transformando direitos básicos, como saneamento, moradia e acesso à cidade, em mercadorias acessíveis apenas para aqueles que podem pagar. Da mesma forma, o direito à convivência familiar também se torna objeto de uma lógica excludente, em que a pobreza é criminalizada e a separação de famílias é naturalizada sob justificativas higienistas.

A colonialidade dos dejetos, conceito mobilizado por esta pesquisa, também se faz presente nesse cenário, ao reforçar a divisão entre os corpos que podem ser protegidos e os corpos que podem ser descartados, além de o direito de acessar um banheiro digno como mercadoria estar reservado há muito tempo aos que podem pagar e, para além disso, aos que são considerados humanos, levando em consideração a ausência de saneamento básico e infraestrutura no bairro. Define ainda quem tem direito a exercer a maternidade e quem tem sua parentalidade sistematicamente negada pelo Estado. O que está em jogo não é apenas a remoção de crianças e adolescentes de suas famílias, mas a continuidade de um projeto histórico de exclusão e disciplinamento da pobreza.

Assim, o estudo evidencia que os processos judiciais de acolhimento e DPF não são apenas mecanismos de proteção da infância, mas também dispositivos que reforçam o controle social sobre populações racializadas e marginalizadas. Ao mobilizar discursos higienistas e moralistas para justificar essas decisões, o Estado opera não para garantir direitos, mas para perpetuar desigualdades, reproduzindo a lógica colonial que criminaliza a pobreza e desestrutura famílias negras.

A crítica que faço vai além do ato de inventariar as ausências, abarca também as forças presentes nesses registros, a historicidade da necessidade desses registros. Além das ausências registradas, é necessária a leitura crítica acerca de quem está fazendo esses registros. Esses profissionais, agentes instruídos pelo Estado, agem como controle sobre esses corpos e essas famílias? Descrever os móveis, cômodos, eletrodomésticos e condições de higiene da casa, por vezes de forma detalhada ou com frases vazias, a partir da subjetividade “limpa e organizada” ou “suja e desorganizada”, remete a uma postura conservadora, acrítica e conivente com o Estado conservador numa sociedade estruturalmente racista. Esses mesmos agentes têm feito a catalogação da falta como se não tivessem crítica e historicidade como pano de fundo da situação.

A formação acadêmica conduz a agir de forma crítica e reflexiva e a empreender uma análise mais profunda das causas dessas condições, a formação profissional a realizar uma leitura crítica dessas realidades. A formação nas áreas citadas são incluem diferenciar os materiais utilizados nas construções, o posicionamento das janelas, a circulação de luz e ar, o melhor local para o banheiro, o tipo de instalação elétrica. Resta saber se as profissionais, agentes do Estado envolvidas nesses registros, têm uma visão crítica sobre o projeto político ao qual estão servindo. Foram formadas para questionar os interesses obscuros do Estado, e não para servi-lo.

Dialogo, nesta tese, em particular com assistentes sociais, minha área de atuação, todavia, cabe ressaltar que os registros não foram feitos apenas por elas. Assim, deixo marcado que os registros nesta pesquisa envolvem muitas outras profissões exercidas por agentes do Estado, entre elas psicólogas, que são grande parte das profissionais que compõem o serviço social nas instituições, mas não só.

Superar essa engrenagem de exclusão exige uma transformação radical na forma como o Estado lida com a proteção social, o direito à família e a justiça racial. Em vez de criminalizar a pobreza e fragmentar laços familiares, é necessário construir políticas públicas que garantam condições dignas para que essas famílias possam permanecer juntas. Afinal, não é a pobreza que deveria justificar a separação de mães e filhos, mas a desigualdade histórica que deveria ser combatida com prioridade.

Sendo assim, não se trata de negar as expressões da questão social – elas estão presentes e são evidentes. Tampouco se trata de mascarar as violências e necessidades reais das pessoas, a proteção necessária em casos de violências, negligências. O que proponho é transformar a forma como o inventário da falta é feito. Havendo a necessidade de registrar alguma falta, que ela seja acompanhada de um diálogo sobre a ausência do Estado, as dificuldades nas políticas públicas, a história dessas pessoas e o contexto em que estão inseridas, além da condição histórica, inclusive no contexto racial.

A pesquisa permitiu demonstrar que a culpabilização individual dos sujeitos é uma estratégia conveniente, promovida pelo próprio Estado. Ao focar na situação individual, torna-se mais fácil responsabilizar os indivíduos pela falta, desviando o olhar da construção histórica e sistêmica dessas condições. O sistema judiciário, por sua vez, funciona como braço desse mecanismo, operando sob o discurso de “melhor interesse da criança” e, na prática, responsabilizando as famílias por condições que

são fruto de políticas estruturais excludentes e desiguais. Além de não dar acesso aos processos judiciais para a pesquisa, procurando garantir que o debate e o conhecimento não avancem, que o pacto da branquitude se perpetue e que as violências estatais sejam mantidas nesse sigilo.

Ao longo deste trabalho, busquei retratar o lado violento e difícil das famílias que enfrentam processos de acolhimento e destituição do poder familiar. No entanto, reconheço e valorizo profundamente o trabalho da rede socioassistencial e dos profissionais que realmente se importam com a população, comprometendo-se diariamente com a efetivação de direitos. Caso a rede não esteja sendo retratada como merece, peço desculpas aos profissionais que desempenham seu papel com dedicação e sensibilidade.

É importante ressaltar que, assim como em todos os espaços de trabalho, há uma parcela mínima de profissionais que, comprometidos com uma visão conservadora e racista, acabam reproduzindo práticas que necessitam ser revistas. A existência desses casos não anula a relevância da rede, mas aponta para a necessidade de uma análise crítica que possibilite transformações estruturais. Nesse sentido, este trabalho também se propõe a examinar essas dinâmicas, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas e da rede de proteção de forma mais equitativa e justa.

As políticas públicas são fundamentais para a superação das vulnerabilidades historicamente construídas, mas, diante dos anos de violência, desigualdade e falta de acesso a direitos básicos, ainda são insuficientes. O fortalecimento da rede e a revisão crítica das práticas institucionais são essenciais para garantir que os direitos sejam efetivados de maneira ampla e não perpetuem desigualdades e injustiças. Assim, esta tese busca trazer contribuições para a construção de um olhar mais cuidadoso e comprometido com a dignidade das famílias e com a transformação social. Em vez de perpetuar a marginalização e a exclusão em uma atuação sem crítica, é preciso considerar que os registros são uma ferramenta potente se usada corretamente.

A pesquisa não nega a necessidade do acolhimento depois de esgotadas todas as possibilidades de proteção, também não nega o trabalho das profissionais para efetivar direitos, e reconhece a importância do trabalho e dos registros. Contudo, que esses registros sejam para garantir direitos e que as profissionais tenham uma visão crítica acerca do Brasil e da dívida histórica por conta de um longo período de

escravidão. Além disso, devem reconhecer que as possibilidades de ser são inúmeras e que, em outras culturas e outros tempos, o que é limpo pode ser considerado sujo, ou o contrário, entendendo que a sociedade é construída cultural e historicamente.

Por fim, esta pesquisa não trata apenas de banheiros, saneamento ou acolhimento institucional. Ela trata da maneira como o racismo estrutura até as dimensões mais cotidianas da vida, estabelecendo quem pode acessar o limpo e quem deve lidar com a sujeira, quem pode formar uma família e quem tem sua parentalidade negada pelo Estado. No centro dessa lógica excludente está sempre a mesma figura: a mulher negra e pobre, que historicamente foi responsabilizada tanto pelo cuidado da casa dos outros quanto pela desorganização da sua própria vida, vista como suja, desajustada e indesejável. Assim, o corpo excluído tem cor, gênero e classe, e são essas Marias, negras e periféricas, que continuam lutando pela sobrevivência enquanto são desumanizadas por um sistema que insiste em culpabilizá-las pelo abandono que ele próprio produz.

Portanto, as respostas aos objetivos geral e específicos são dadas a partir do racismo estrutural e do controle social dos corpos. A análise dos registros judiciais de acolhimento e DPF revela que os discursos moralistas, higienistas e eugênicos continuam operando de forma estruturante nas decisões do sistema de justiça. A forma como as condições de moradia, higiene e organização dos espaços são descritas demonstra que há uma forte associação entre a precariedade material e a suposta incapacidade parental, desconsiderando as desigualdades estruturais que historicamente afetam famílias negras e pobres.

O racismo estrutural e o controle da pobreza se apresentam como a grande resposta para as fragmentações familiares impostas pelo Estado, evidenciando que a seletividade do sistema judicial não é aleatória, mas profundamente enraizada em lógicas raciais e de classe. As decisões sobre a DPF refletem um padrão histórico de controle social sobre populações marginalizadas, em que a criminalização da pobreza e da desordem se torna justificativa para a retirada de crianças de seus lares.

Nesse sentido, há uma continuidade entre as práticas históricas de regulação de corpos negros e pobres e as políticas contemporâneas de intervenção estatal. O discurso jurídico, longe de ser neutro, opera como um mecanismo de reprodução das desigualdades, legitimando a separação de famílias sob o pretexto de proteção infantil. A colonialidade do poder, do saber e do ser se manifesta na forma como o

Estado define quem tem ou não o direito de exercer a parentalidade, mantendo intactas as hierarquias raciais que estruturam a sociedade brasileira.

A relação entre os processos de DPF e a lógica da “máquina de moer gente” reforça essa dimensão racializada do controle social. A reprodução das desigualdades não é um efeito colateral dessas práticas institucionais, mas um dos seus objetivos centrais, operando por meio de discursos que desumanizam e criminalizam famílias negras. A estrutura do Estado e os agentes do sistema de justiça desempenham um papel central na perpetuação desse racismo estrutural, uma vez que são eles que constroem e aplicam as normas que legitimam essa forma de violência institucional.

Assim, esta pesquisa evidencia que a organização e a desorganização, o limpo e o sujo, o adequado e o inadequado são categorias que carregam julgamentos morais e raciais, sendo utilizadas para justificar a intervenção estatal na vida das famílias mais vulneráveis. Desafiar essas classificações implica questionar os fundamentos históricos do sistema de justiça e sua função na manutenção das desigualdades. A desordem que o Estado enxerga na vida dessas famílias não é falha individual, mas reflexo de um modelo social que sistematicamente marginaliza corpos e territórios negros. Portanto, repensar essas práticas é um passo essencial para a construção de políticas públicas que respeitem os direitos e a autonomia das famílias negras, garantindo sua existência sem o peso constante da vigilância e do controle estatal. Seguimos sempre na luta com práticas antirracistas, anticapitalistas, antipatriarcais e antipunitivistas.

REFERÊNCIAS

A MÃO DA LIMPEZA. Intérprete: Gilberto Gil. Composição: Gilberto Gil. In: A RAÇA Humana. Intérprete: Gilberto Gil. Warner Bros, Records, 1984. LP, faixa B2.

ABREU JÚNIOR, Laerthe de Moraes; CARVALHO, Eliane Vianey de. O discurso médico-higienista no Brasil do início do século XX. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, nov. 2012, p. 427-451. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/rYdphf4bjPSgTXXMJcXP3vb/?lang=pt. Acesso em: 23 abr. 2023.

ACS. **Segredo de justiça e sigilo**. TJDFT, 5 set. 2014. Disponível em: https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/segredo-de-justica-e-sigilo. Acesso em: 23 nov. 2024.

ADÃO, Claudia Rosalina. Territórios negros e periféricos: articulação entre a pandemia da covid-19, falsa abolição, necropolítica e (re)existências. *In*: FÁVERO, Eunice Teresinha; NOVA, Adeildo Vila (orgs.). **Racismo, infância e juventude**: entre a (des)proteção, o extermínio e a educação. São Paulo: Educ, 2023.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Tradução: Henrique Burigo. 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

AHMED, Sara. **A política cultural das emoções**. Traducción: Cecilia Olivares Mansuy. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Programa Universitario de Estudios de Género, 2015.

ALDAZÁBAL, José. **Dicionário elementar de liturgia**. Verbete: Lavabo, lavar, lava-pés. Disponível em: https://www.liturgia.pt/dicionario/dici_ver.php?cod_dici=228. Acesso em: 28 jun.2023.

ALI, Pamella Cosme; JESUS, Luciana Aparecida Netto de; RAMOS, Larissa Letícia Andara. Espaços livres de uso público no contexto da segurança urbana. **Ambiente Construído**, v. 20, n. 3, p. 67–86, jul. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s1678-86212020000300418.

ALMEIDA, Lorena Sampaio; COTA, Ana Lídia Soares; RODRIGUES, Diego Freitas. Saneamento, arboviroses e determinantes ambientais: impactos na saúde urbana. **Ciência & Saúde Pública**, v. 25, n. 10, p. 3857-3868, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/SYkNjBXG7JMCJxCjshr7sLB/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 28 jun. 2023.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas**: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

AMARELO – É tudo pra ontem. Direção: Fred Ouro Preto. Laboratório Fantasma, 2020 (Documentário, Netflix, 89 min).

ANDINA. Agencia Peruana de Noticias. **Arqueólogos peruanos hallan un segundo baño del Inca en Huánuco Pampa**. 14 abr. 2023. Disponível em: https://andina.pe/agencia/noticia-hallazgo-arqueologico-investigadores-descubren-un-segundo-bano-del-inca-huanuco-pampa-936428.aspx. Acesso em: 28 jun. 2024.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. **A cidade e a saúde**: o movimento higienista em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1980.

ANDRADE, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ANVERSA, J. S. **Gênero e patrimônio**: o Solar da Marquesa de Santos e a memória de Domitila. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-29042021-163736/publico/MEJuliaSavagliaAnversa_rev.pdf. Acesso em: 18 abr. 2024.

ANZALDÚA, Gloria. La Prieta. *In*: MORAGA, Cherríe; ANZALDÚA, Gloria (eds.). **This Bridge Called My Back**: Writings by Radical Women of Color. New York: Kitchen Table, 1981.

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands**: the new mestiza - La frontera I Gloria Anzaldua. 1st ed. San Francisco: Aunt Lute, 1987.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

ARENDT, Hannah. **The human condition**. Chicago: University of Chicago Press, 1958.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução: Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2012.

ARIZA, Marília B. A. **Mães Infames, Filhos Venturosos**: Trabalho, Pobreza, Escravidão e Emancipação no Cotidiano de São Paulo (século XIX). São Paulo: Alameda, 2020.

ASSIS, Simone Gonçalves; FARIAS, Luís Otávio Pires (orgs.). **Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento**. São Paulo: Hucitec, 2013.

ASSOCIAÇÃO DOS REGISTRADORES DE PESSOAS NATURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Justiça determina que Cartório registre criança sem o nome da mãe. **Jusbrasil**, 26 nov. 2024. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/noticias/justica-determina-que-cartorio-registre-crianca-sem-o-nome-da-mae/3129730. Acesso em: 14 mar. 2024.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

BARCELLOS, Caco. **Rota 66**. 29. ed. São Paulo: Globo, 1997.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de ética do/a assistente social comentado**. Organização: Conselho Federal de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.

BARROS, Douglas Rodrigues. **Lugar de negro, lugar de branco?** Esboço para uma crítica à metafísica racial. São Paulo: Hedra, 2019.

BARROS, Luiza Aparecida de. **A identidade profissional dos assistentes sociais diante da judicialização da questão social**: particularidades na Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

BARROS, Luiza Aparecida de. **O posicionamento ético-político de assistentes sociais sobre o direito à maternidade de mulheres em situação de rua**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

BARROS, Marcus Aurélio de Freitas. A Assistência Social como direito social: o SUAS e o Sistema de Justiça. *In*: RIZZOTI, Maria Luiza do Amaral; PAULA, Renato Francisco dos Santos (orgs.). **O futuro da Assistência Social e a Assistência Social no futuro**: contexto de crise e desafios pós-pandemia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Hucitec, 2023.

BASSETTE, Fernanda. 'Foi irônico do começo ao fim', diz promotor sobre post 'racista'. **Veja**, São Paulo, 4 out. 2017. Disponível em: https://veja.abril.com.br/brasil/foi-ironico-do-comeco-ao-fim-diz-promotor-sobre-post-racista. Acesso em: 8 jan. 2025.

BATISTA, Thaís Tononi. Igualdade parental e desigualdade de gênero: é possível compatibilizar? *In*: JORNADA Internacional de Políticas Públicas, XI. **Anais** [...]. Maranhão, 2023.

BECKER, Howard. S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio: Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BELANDI, Caio. Em 2021, pobreza tem aumento recorde e atinge 62,5 milhões de pessoas, maior nível desde 2012. **Agência IBGE Notícias**, 2 dez. 2022. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012. Acesso em: 29 ago. 2022.

BENCHIMOL, J. L. **Dos micróbios aos mosquitos**: febre amarela e revolução pasteuriana no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Editora UFRJ, 1999.

BENCHIMOL, J. L. (coord.). **Febre amarela**: a doença e a vacina, uma história inacabada. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERTH, Joice. **Se a cidade fosse nossa**: racismo, falocentrismo e opressões nas cidades. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2023.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Louis Pasteur, um químico francês que mudou a forma como se combatiam as doenças**. 9 abr. 2020. Disponível em: https://antigo.bn.gov.br/acontece/noticias/ 2020/04/louis-pasteur-um-quimico-frances-que-mudou-forma-como. Acesso em: 28 mar. 2024.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**: ou o ofício de historiador. Tradução: André Talles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 7. ed. São Paulo: Estação Liberdade, FAPESP, 2017.

BORTOLI, Francieli Regina; MOREIRA, Marcelo Aldrighi; MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio; BOTAZZO, Carlos; KOVALESKI, Douglas Francisco. Percepção da saúde bucal em mulheres com perdas dentárias extensas. **Saúde e Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 533-544, 2017.

BOTELHO, Manoel Henrique Campos. O mistério do marketing das lajotas quebradas. **Revista Brasil Engenharia**, ed. 614, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Capital cultural, escuela y espacio social**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2015b.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. 2. ed. Tradução: Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. Porto Alegre, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

Kern; Guilherme J. F. Teixeira. 2. ed. Porto Alegre: Editora Zouk, 2017.

BRAGA, Alexandre Pinheiro; BARROS, Adriana Rolim Campos; RODRIGUES, Antonio Carlos. Cosmovisão africana das ervas que atuam em “males” psíquicos em Fortaleza/Ceará. *In*: SIMPÓSIO de Pesquisa em Ciências Médicas, III. **Anais** [...]. Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2017. Disponível em: https://unifor.br/documents/392178/805154/simposiocienciasmedicas2017_artigo32.pdf/fdd15179-1524-6800-906d-8c35fafc924f. Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº. 591, de 6 de julho de 1992**. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Brasília, 1992. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 12.317, de 26 de agosto de 2010**. Acrescenta dispositivo à Lei no 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. Brasília, 2010. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12317.htm. Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL. IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica**, n. 41, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 13 abr. 2023.

BRASIL. CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Mães-cientistas**: o desafio do dia a dia. 8 mai. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/maes-cientistas-o-desafio-do-dia-a-dia. Acesso em: 13 out. 2024.

BRASIL. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Mapa da Defensoria Pública no Brasil**. c.2023. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/categoria-projetos-e-estatisticas/9932-mapa-da-defensoria-publica-no-brasil. Acesso em: 3 set. 2023.

BRASIL. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 6. Água potável e Saneamento. c.2023. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/ods/ods6.html. Acesso em: 8 dez. 2023.

BRESCIANI, Maria Stella M. **Londres e Paris no século XIX**: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 2013.

BRITTO, Vinícius. **Censo 2022**: 90% dos quilombolas em territórios delimitados convivem com precariedades no saneamento básico. Agência IBGE Notícias, 19 jul. 2024. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40707-censo-2022-90-dos-quilombolas-em-territorios-delimitados-convivem-com-precariedades-no-saneamento-basico. Acesso em: 21 mar. 2024.

BURKE, Peter. A civilização e o garfo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 set. 1996. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/9/08/mais!/14.html. Acesso em: 19 abr. 2023.

BURKE, Peter. Uma história social do lixo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 dez. 2001. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0912200109.htm. Acesso em: 22 set. 2023.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BUTLER, Judith. **Problema de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Vida precária**. Tradução: Andreas Lieber. Revisão técnica: Carla Rodrigues. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BUTLER, Judith. **Desfazer o gênero**. Tradução: Aléxia Bretas, Ana Luiza Gussen, Beatriz Zampieri, Gabriel Lisboa Ponciano, Luis Felipe Teixeira, Nathan Teixeira, Pietra Bastone e Victor Galdino. São Paulo: Editora UNESP, 2022.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34, 2000.

CANTERO, João Alberto. **A questão da qualidade arquitetônica dimensional e do custo no planejamento habitacional de interesse social**: a produção da COHAB-SP na década de 1990. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: https://doi.org/10.11606/D.16.2004.tde-21112024-123857. Acesso em: 28 fev. 2025.

CARCOPINO, J. **Le Maroc antique**. Paris: Gallimard, 1943.

CARCOPINO, Jérôme. **Daily life in Ancient Rome**. London: George Routledge and Sons Ltd, 1943. Digitalizado pelo IIIT Hyderabad, 2005. Disponível em: https://archive.org/details/dailylifeinancie035465mbp. Acesso em: 7 jan. 2025.

CARDOSO, Cinira Conceição Longo; EIK, Renata Romanholi; MENDES CASTRO, Tatiana de Cardoso e. Construindo o trabalho profissional: o Serviço Social na Defensoria Pública do Estado de São Paulo. *In*: CONGRESSO Internacional de Política Social: Desafios Contemporâneos, I. **Anais** [...]. Londrina, UEL, 9-12 jun. 2015. Disponível em: https://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo2/oral/21_construindo_o_trabalho....PDF. Acesso em: 2 jun. 2023.

CARDOSO, G. F. de L. **(Re)produção de famílias "incapazes"**: paradoxos à convivência familiar de crianças e adolescentes institucionalizados. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

CARDOSO, Lourenço. **O branco ante a rebeldia do desejo**: um estudo sobre a branquitude no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Araraquara, 2014. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/645aba97-055d-4909-9a17-d14 31f83ab74/content. Acesso em: 23 nov. 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. 2011. Disponível em: https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/. Acesso em: 13 fev. 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CASTILHO, Edimilsom Peres. A Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP): o principal agente da política de habitação popular da ditadura militar brasileira (1964-1985). *In*: SIMPÓSIO Nacional de História - ANPUH, 28. **Anais** [...]. Florianópolis, 2015. Disponível em:

https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434419770_ARQUIVO_Artigo_Edimilsom_Castilho_. Acesso em: 8 nov. 2024.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luci; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano 2**. Morar, cozinhar. Tradução: Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Produção de documentos e emissão de opinião técnica em Serviço Social**. Brasília, 2022. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/EbookCfess-DocOpiniaoTecnica2022-Final.pdf. Acesso em: 26 abr. 2024.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. Tradução: Fúlvia M. L. Morreto. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

CLETO, Mirna; COVOLAN, Nádia; SIGNORELLI, Marcos Cláudio. Mulheres-mães em situação de violência doméstica e familiar no contexto do acolhimento institucional de seus(as) filhos(as): o paradoxo da proteção integral. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 3, p. 157-170, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/ctwxpY7prmbzZZzGrT5rHsC/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 22 out. 2023.

COHAB-SP. **Relatório de gestão** - 2017 - Administração em 100 dias. 2017. Disponível em: https://cohab.sp.gov.br/FINAL_100DIAS.pdf. Acesso em: 1º nov. 2024.

COLLINS, Patrícia Hill. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patrícia Hill. **Interseccionalidade como teoria crítica**. São Paulo: Boitempo, 2022.

COMUNICAÇÃO ASDPESP. Coletivo Antirracista: Dia Internacional de Luta Contra a Discriminação Racial - 21/03/2024. **YouTube**, 21 mar. 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mPXUL6Km5Nk. Acesso em: 11 jul. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Produção de documentos e emissão de opinião técnica em Serviço Social**. Brasília, 2022.

CORBIN, Alain. **Saberes e odores**: o olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove. Tradução: Ligia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Influências do discurso médico e do higienismo no ordenamento urbano. **Revista da ANPEGE**, v. 9, n. 11, jan./jun. 2013, p. 63-73. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/6492. Acesso em: 27 abr. 2024.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. **O discurso higienista e a ordem urbana**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/45187/1/2014_ liv_mclcosta.pdf. Acesso em: 13 ago. 2023.

CUNHA, Joceneide. Senzalas de palha, choças e choupanas: apontamentos sobre a história da moradia escrava nas terras sergipanas (1801-1888). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, v. 46, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/rihgse/issue/view/933. Acesso em: 13 jul. 2023.

D'OSOGIYAN, Fernando *et al*. As Ervas. **Candomblé: o mundo dos orixás**, 2008. Disponível em: https://ocandomble.wordpress.com/ervas/. Acesso em: 18 set. 2021.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DANTAS, Dimitrius. Texto sobre racismo gera polêmica entre promotores de SP. **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 out. 2017. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/texto-sobre-racismo-gera-polemica-entre-promotores-de-sp-21904242. Acesso em: 8 jan. 2025.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura**: política social e racial no Brasil - 1917-1945. Tradução: Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2016.

DEFENSORIA ONLINE - SISTEMAS. **Versões do DOL**. c.2024. Disponível em: https://wiki.defensoria.sp.def.br/wiki/index.php?title=Vers%C3%B5es_do_DOL. Acesso em: 13 mar. 2024.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

DÍAZ, Rafhael Rodrigo Licheski; NUNES, Larissa dos Reis. A evolução do saneamento básico na história e o debate de sua privatização no Brasil. **Revista de Direito da Faculdade Guanambi**, v. 7, n. 2, p. 1-23, 2020. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/6080/608065705003/html/. Acesso em: 6 jan. 2024.

DICIONÁRIO da Administração Pública Brasileira do Período Imperial. Programa de Pesquisa Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA), s/d. Disponível em: https://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/15-dicionario/65-dicionario-da-administracao-publica-brasileira-do-periodo-imperial. Acesso em: 23 abr. 2024.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Trabalho doméstico**. c.2024. Disponível em: https://www.dieese.org.br/infografico/2023/trabalhoDomestico2023.pdf. Acesso em: 3 mar. 2024.

DIMPFL, Mike; MORAN, Sharon. Composting toilet. **Saving Earth**, c.2024. Disponível em: https://explore.britannica.com/explore/savingearth/composting-toilet. Acesso em: 19 dez. 2024.

DINIZ, Rodrigo. Territórios e racismo ambiental: algumas aproximações sobre infâncias, adolescências e juventudes periféricas. *In*: FÁVERO, Eunice Teresinha; NOVA, Adeildo Vila (orgs.). **Racismo, infância e juventude**: entre a (des)proteção, o extermínio e a educação. São Paulo: Educ, 2023.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Tradução: M. T. Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. Tradução: Monica Siqueira Leite de Barros; Zilda Zakia Pinto. São Paulo: Perspectiva, 2014.

DPESP. Defensoria Pública do Estado de São Paulo. **Deliberação CSDP nº 187, de 12 de agosto de 2010**. Disciplina a estrutura e funcionamento dos Centros de Atendimento Multidisciplinar. São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.defensoria.sp.def.br/transparencia/portal-da-transparencia/legislacoes/-/legislacao/643540. Acesso em: 13 mar. 2024.

DPESP. Defensoria Pública do Estado de São Paulo. **Quem pode ser atendido?** c.2024. Disponível em: https://www.defensoria.sp.def.br/atendimento/quem-pode-ser-atendido#:~:text=Em%20geral%2C%20s%C3%A3o%20atendidas%20pessoas,3%20sal%C3%A1rios%20m%C3%ADnimos%20por%20m%C3%AAs. Acesso em: 13 mar. 2024.

DPESP. Defensoria Pública do Estado de São Paulo. **Centro de Atendimento Multidisciplina**r - CAM. c.2024. Disponível em: https://www.defensoria.sp.def.br/centro-de-atendimento-multidisciplinar#:~:text=Centro%20de%20Atendimento%20Multidisciplinar%20%2D%20CAM&text=Os%2Fas%20agentes%20do%20CAM,com%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20em%20direitos. Acesso em: 28 nov. 2024.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares de vida religiosa**. São Paulo: Paulinas, 1989.

DURKHEIM, Émile. O que é um Facto Social? *In*: DURKHEIM, É. **As Regras do Método Sociológico**. Lisboa: Presença, 2004.

ECODEBATE. Racismo Ambiental: as consequências da desigualdade socioambiental para as comunidades marginalizadas. **CEE-Fiocruz**, 11 mai. 2023. Disponível em: https://cee.fiocruz.br/?q=racismo-ambiental-as-consequencias-da-desigualdade-socioambiental-para-as-comunidades-marginalizadas. Acesso em: 13 nov. 2024.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Vol. 1 - Uma história dos costumes. Tradução: Ruy Jungmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ELPIDIO, Maria Elena *et al*. (org.). **Desafios para o Serviço Social na luta antirracista**: questões étnico-racial em debate. São Paulo: Annablume, 2021.

EURICO, Márcia Campos. **Preta, preta, pretinha**: o racismo institucional no cotidiano de crianças e adolescentes negras(os) acolhidos(as). Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

EURICO, Márcia Campos. As encruzilhadas da rua: o direito à maternidade negra. **Emancipa**: o cotidiano em debate, n. 4, 2019. Disponível em: https://cress-sp.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Emancipa-2019-Site.pdf. Acesso em: 13 mar. 2023.

EVARISTO, Conceição. **Escrevivência**: a escrita de nós. São Paulo: Itaú Social, 2021. Disponível em: https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrevivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf. Acesso em: 26 mar. 2024.

EZTEC. Lançamento - Agami Park Residences. c.2024. Disponível em: https://www.eztec.com.br/imovel/agami/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQiAoJC-BhCSARIsAPhdfShkDlJK8Dt184ZrVnqYJx7m67t3D6fCCJRVbFvPTrXch9PbrvYgJhYaAtGTEALw_wcB. Acesso em: 16 dez. 2024.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIAS FILHO, J. A.; ALVIM, A. T. B. Higienismo e forma urbana: uma biopolítica do território em evolução. **Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 14, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/urbe/a/qhV5y3yN3m5cYXHXdMmmTKw/. Acesso em: 23 abr. 2023.

FASCINA, Alexandre. De Alexandre Graham Bell à ANATEL. **Pensamento & Realidade**, Ano V, n. 11, 2002. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/8493/6298. Acesso em: 6 dez. 2024.

FÁVERO, Eunice Teresinha; VITALE, Maria Amália Faller; BAPTISTA, Myrian Veras (orgs.). **Famílias de crianças e adolescentes abrigados**: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam. São Paulo: Paulus, 2008. Disponível em: https://www.neca.org.br/images/Familias_Abrigadas_miolo.pdf. Acesso em: 22 out. 2024.

FÁVERO, Eunice. Serviço Social no sociojurídico: requisições conservadoras e resistências na defesa de direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 131, p. 51-74, jan./abr. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n131/0101-6628-sssoc-131-0051.pdf.

FÁVERO, Eunice Teresinha; NOVA, Adeildo Vila (orgs.). **Racismo, infância e juventude**: entre a (des)proteção, o extermínio e a educação. São Paulo: Educ, 2023.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. Tradução: Letícia Mei. São Paulo: Ubu, 2022.

FERNANDES, Florestan; BASTIDE, Roger. **Brancos e Negros em São Paulo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

FERREIRA, Gracyelle Costa. **Assistência social, no enlace entre a cor e o gênero dos(as) que dela necessitam**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

FERREIRA, J. S. W. Favelas em São Paulo – censos, consensos e contra-sensos. **Revista Cadernos Metrópole**, v. 13, n. 25, p. 9-26, 2010. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/9294/6898. Acesso em: 13 mar. 2024.

FGF ENGENHARIA. The Garden Anália Franco. c.2024. Disponível em: https://thegardenanaliafranco.com.br/#plantas. Acesso em: 16 dez. 2024.

FLANDRIN, Jean-Louis. A distinção pelo gosto. *In*: CHARTIER, Roger (org.). **História da vida privada**, 3 - da Renascença ao Século das Luzes. Tradução: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FONSECA, Claudia. Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 11-30, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pusp/a/fxQjKZ6byk9xVz5BHsN7Ntg/?lang=pt. Acesso em: 13 mar. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da Violência indica que mais de 48 mil mulheres foram assassinadas no Brasil em uma década. **Fonte Segura**, 19 jun. 2024. Disponível em: https://fontesegura.forumseguranca.org.br/homicidio-de-mulheres-no-brasil/. Acesso em: 8 jan. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1987.

FRANCO, Sérgio Cohn. **História da cidade de São Paulo**: da fundação ao século XXI. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. São Paulo: Global, 2003.

FUNDART. **Quilombos**. c.2025. Disponível em: https://fundart.com.br/tradicao/comunidades/quilombos/. Acesso em: 31 jan. 2025.

GAUER, Ruth M. Chittó. Da diferença perigosa ao perigo da igualdade: reflexões em torno do paradoxo moderno. **Civitas Revista de Ciências Sociais**, v. 5, n. 2, p. 399-413, jul./dez. 2005.

GAZETA DO POVO. **Após resolução, escolas sem banheiros neutros podem ser denunciadas**. 10 out. 2023. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/apos-resolucao-escolas-sem-banheiros-neutros-podem-ser-denunciadas/. Acesso em 20 nov. 2024.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. Tradução: Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GÓES, Emanuelle Freitas. **Racismo, aborto e atenção à saúde**: uma perspectiva interseccional. Tese (Doutorado em Saúde Pública), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

GÓES, Weber Lopes. **Racismo e eugenia no pensamento conservador brasileiro**: a proposta de povo em Renato Kehl. São Paulo: Liber Ars, 2018.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

GÓIS JÚNIOR, Edivaldo. Movimento higienista e o processo civilizador: apontamentos metodológicos. *In*: SEMINÁRIO Internacional Processo Civilizador, X. **Anais** [...]. Campinas: UNICAMP, abr. 2007. Disponível em: https://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais10/Artigos_PDF/Edivaldo_Gois_Jr.pdf. Acesso em: 23 abr. 2023.

GOMES, Irene. Pobreza cai para 31,6% da população em 2022, após alcançar 36,7% em 2021. **Agência IBGE Notícias**, 6 dez. 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcancar-36-7-em-2021. Acesso em: 26 nov. 2022.

GOMES, Janaína Dantas Germano. **O cuidado em julgamento**: um olhar sobre os processos de destituição do poder familiar no Estado de São Paulo. Tese (Doutorado em Direitos Humanos) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-19012023-190700/publico/8875898DIC.pdf. Acesso em: 16 set. 2024.

GONÇALVES, Makota Celinha. Por que religiões tradicionais de matriz africana são agroecológicas. **Brasil de Fato**, 31 mar. 2020. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/03/31/artigo-por-que-religioes-tradicionais-de-matriz-africana-sao-agroecologicas/. Acesso em: 16. set. 2024.

GONÇALVES, Renata; GÓES, W. L. À margem de Outubro: comunistas e questão racial no Brasil. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol. 21, n. 38, p. 192-207, jan./jun. 2017.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/JGPd8LQgf3yWcxfRRWwjtFN/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 4 out. 2024.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOV.BR. **Governo Federal não determinou instalação de banheiros unissex**. 23 set. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contra-

fake/noticias/2023/09/governo-federal-nao-determinou-instalacao-de-banheiros-unissex. Acesso em: 23 ago. 2024.

GOV.BR. **Pardos são maioria da população brasileira pela primeira vez, indica IBGE**. 22 dez. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/12/pardos-sao-maioria-da-populacao-brasileira-pela-primeira-vez-indica-ibge. Acesso em: 4 nov. 2024.

GOV.BR. **O que é racismo ambiental e de que forma ele impacta populações mais vulneráveis**. 16 jan. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contra-fake/noticias/2024/o-que-e-racismo-ambiental-e-de-que-forma-impacta-populacoes-mais-vulneraveis. Acesso em: 13 nov. 2024.

GROSSI, Patrícia Krieger; GASPAROTTO, Geovana Prante; VIEIRA, Monique Soares. Mercantilização da política de educação: o processo de transformação do direito em mercadorias. *In:* SEMINÁRIO Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, Mostra de Trabalhos Jurídicos Científicos, XXI / VII. **Anais** [...]. Brasil, 2014. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/8151. Acesso em: 26 nov. 2024.

GUEDES, Ana Rosa Pinto. **Uso de urina humana na compostagem de resíduos verdes**. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Universidade Federal da Bahia, Escola Politécnica, Salvador, 2016.

GUERRAND, R. H. Cenas e locais: espaços privados. *In*: PERROT, M. (org.). **História da Vida Privada 4**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Tradução: Denise Bottmann e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

HABIB, Mateus Penna Carneiro. **Comer "de Mão" e o Caso do "Capitão"**: Corpos, Identidades e Resistências. Dissertação (Mestrado em Alimentação: Fontes, Cultura e Sociedade) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2024.

HABITAT PARA A HUMANIDADE BRASIL. **Relatório da Pesquisa de Percepção de Mudanças com as famílias atendidas pelo Programa Wash em 2021**. 2022. Disponível em: habitatbrasil.org.br. Acesso em: 8 dez. 2023.

HABITAT PARA A HUMANIDADE BRASIL. **Mulheres são maioria sem acesso à água e saneamento básico** – mães negras sofrem mais. c.2023. Disponível em: https://habitatbrasil.org.br/mulheres-acesso-a-agua-saneamento-basico/. Acesso em 8 dez. 2023.

HABITAT BRASIL. **Um em cada cinco brasileiros vive em habitação precária**. c.2025. Disponível em: https://habitatbrasil.org.br/brasileiros-vivem-em-habitacao-precaria. Acesso em: 12 jan. 2025.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Organização de Liv Sovik. Tradução: Adelaine Resende *et al*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HANNAH, Arendt. **A condição humana**. Tradução: Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

HARTMAN, Saidiya V. **Scenes of Subjection**: Terror, Slavery, and Self-Making in Nineteent- Century America. New York: Oxford University Press, 1997.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução: Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital**: e as crises do capitalismo. Tradução: João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Extremos**: o breve século XX (1914-1991). Tradução: Marcos Santarrita *et al*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Impérios**: 1875-1914. Tradução: Marcos Santarrita. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HOBSBAWM, Eric. Sobre história. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

hooks, bell. **Olhares negros**: raça e representação. Tradução: Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetichi**: capital financeiro, trabalho e questão social. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IANSEN, Gabriela Furlan; Gonçalves, Dimas Alcides. Conflito mundial das águas: análise dos recursos hídricos na Índia. *In*: SUSTENTARE E WIPIS: Workshop internacional de Sustentabilidade, Indicadores e Gestão de Recursos Hídricos, IV / VII. **Livro de Memórias** [...]. Piracicaba, 2022. Disponível em: http//www.even3.com.br/anais/sustentare_wipis_2022. Acesso em: 23 set 2024.

IBDFAM. Instituto Brasileiro de Direito de Família. **Paternidade responsável**: mais de 5,5 milhões de crianças brasileiras não têm o nome do pai na certidão de nascimento. 7 ago. 2019. Disponível em: https://ibdfam.org.br/noticias/7024/Paternidade+respons%C3%A1vel:+mais+de+5,5+milh%C3%B5es+de+crian%C3%A7as+brasileiras+n%C3%A3o+t%C3%AAm+o+nome+do+pai+na+certid%C3%A3o+de+nascimento. Acesso em: 13 jun. 2022.

INESC. **Organizações da sociedade civil lançam documento com princípios e diretrizes para combater o racismo ambiental**. 6 mar. 2024. Disponível em: https://inesc.org.br/organizacoes-da-sociedade-civil-lancam-documento-com-principios-e-diretrizes-para-combater-racismo-ambiental/. Acesso em: 13 nov. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Quilombo de Ivaporunduva**. Brasília: INCRA, [s.d.]. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/ivaporunduva.pdf. Acesso em: 9 nov. 2023.

JANSEN SERRA. Amo a ZL - Material Extra Créditos Finais do Especial Toneladas de Humor | Stand Up Comedy. **YouTube**, 25 mar. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MuDpn8oQFAo. Acesso em: 8 out. 2023.

JESUS, Carolina Maria de. **Casa de alvenaria** - Volume 2: Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

JESUS, Victor de. O cheiro do racismo na cultura político-afetiva higienista brasileira: o saneamento do corpo-dejeto. **Psicologia & Sociedade**, v. 34, e257400, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psoc/a/xDknztyNdbWBskJkhTjZmYw/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 12 abr. 2024.

KAWAKAMI, Mieko. **Peitos e ovos**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Gobogó, 2019.

KOBAYASHI, Elizabete; HOCHMAN, Gilberto. O “CC” e a patologização do natural: higiene, publicidade e modernização no Brasil do pós-Segunda Guerra Mundial. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 67-89, jan./jun. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/anaismp/a/zsRZrznx7FD7vdHzc6Zzh3v/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 8 dez. 2023.

KONZEN, Melissa. Do pó vieste e ao pó retornarás: conheça a tradição judaica de despedida dos entes queridos. **Revista Arco**, 26 jan. 2020. Disponível em: https://www.ufsm.br/midias/arco/finados-judaismo. Acesso em: 28 abr. 2022.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma Patrícia Maas. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC/RIO, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Histórias de Conceitos**: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social. Tradução: Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Sujeira e imaginário social urbano no Brasil. **Política & Trabalho**: Revista de Ciências Sociais, n. 27-30, p. 15-34, 2009. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/6801. Acesso em: 8 dez. 2023.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

KRISTEVA, Julia. **Approaching Abjection, Powers of Horror**. New York: Columbia University Press, 1982.

LAMENHA-LINS, Renata Matos *et al.* **Racismo estrutural e saúde bucal**. Belo Horizonte: FAO UFMG, 2022.

LAPORTE, Dominique. **História de la Mierda**. Tradução: Nuria Pérez de Lara. Valência: Pré-Textos, 1998. [Original: Histoire de la Merde, 1978]

LARA, Fernão Lopes Ginez de. **Modernização e desenvolvimentismo**: formação das primeiras favelas de São Paulo e a favela do Vergueiro. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

LAU, George Ferreira. **Classes perigosas e os argumentos cientificistas de Nina Rodrigues**: uma questão de cor e territorialidade. Tese (Doutorado em História e Cultura Afrodescendente) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/32699/32699.PDF. Acesso em: 3 abr. 2024.

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural dois**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

LIRA, José Tavares Correia de. **Higiene e cidade**: São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Annablume, 1995.

LOIOLA, Gracielle Feitosa de. **"Nós somos gente... nós pode ser mãe..."**: existências e resistências à retirada compulsória de filhas/os pelo Estado. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/29578/1/Gracielle%20Feitosa%20de%20Loiola.pdf.

LUENGO, Fabiola Colombani. **A história da higienização no Brasil**: o controle, a eugenia e a ordem social como justificativa. Editora Unesp, 2010. Disponível em: https://books.scielo.org/id/sw26r/pdf/luengo-9788579830877-02.pdf. Acesso em: 23 abr. 2023.

MACARO, Alysson Leandro. As instituições do Estado: uma apresentação. **IREE**, Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa, 4 nov. 2021. Disponível em: https://iree.org.br/as-instituicoes-do-estado-uma-apresentacao/. Acesso em: 22 nov. 2024.

MAESTRINI, Karla Aparecida. **Em busca da cidade moderna**: as ações de saúde, de higiene e as intervenções urbanas em São Paulo durante a gestão de Antonio da Silva Prado (1899-1910). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

MALAQUIAS, Anderson Gonçalves. O micróbio protagonista: notas sobre a divulgação da bacteriologia na Gazeta Médica da Bahia, século XIX. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 733-756, jul./set. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/hcsm/a/zRnFzhYpkHnYknryjVvHnGP/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 4 set. 2022.

MANSANERA, Adriano Rodrigues; SILVA, Lúcia Cecília da. A influência das ideias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil. **Psicologia em Estudo**, v. 5, n. 1, p. 115-137, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pe/a/VSY9ddmBqr4ZmNXgDJr6j9g/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 13 ago. 2023.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 4, out. 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/spp/a/fZCnFGwPC3Yks9tXCg4MP8B/.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Revisitando casas-grandes e senzalas: a arquitetura das plantações escravistas americanas no século XIX. **Anais do Museu Paulista**, v. 14, n. 1, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/anaismp/a/FCqtpz8msNjczm6tvJxPn9L/. Acesso em: 8 fev. 2023.

MATOS, Odilon Nogueira de. A cidade de São Paulo no século XIX. **Revista de História**, v. 10, n. 21-22, jun. 1955.

MBEMBE, Achiles. **Necropolítica**. Tradução: Renata Santini. São Paulo, 2020.

MCTARNAGHAN, Sara; MARTÍN, Carlos; SRINI, Tanaya; COLLAZOS, Juan. Revisão da literatura sobre habitação na América Latina e no Caribe. Relatório de Pesquisa, out. 2016. Disponível em: https://www.habitat.org/sites/default/files/Global-Housing-Research-Initiative-PORTUGUESE-FINAL-Oct-2016.pdf. Acesso em: 8 jun. 2024.

MENDES, Juliana Thimóteo Nazareno. **O projeto de vida dos jovens pobres na vivência do tempo presente**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

MENEZES, Maíra. A revolução pasteuriana como ponto de partida. **Instituto Oswaldo Cruz**, 10 ago. 2022. Disponível em: https://www.ioc.fiocruz.br/noticias/revolucao-pasteuriana-como-ponto-de-partida. Acesso em: 28 nov. 2024.

MIRANDA, M. M. **O Serviço Social na Defensoria Pública do Estado de São Paulo**: arranjos, fronteiras e potências interdisciplinares para a garantia de direitos. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

MONCAU, Gabriela. SP tem 80 mil pessoas em situação de rua e disputa eleitoral expõe divergências sobre soluções. **Brasil de fato**, 24 out. 2024. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2024/10/24/sp-tem-80-mil-pessoas-em-situacao-de-rua-e-disputa-eleitoral-expoe-divergencias-sobre-solucoes. Acesso em: 19 nov. 2024.

MONTEIRO, John. **Tupis, tapuias e historiadores**: estudos de história indígena e do indigenismo. Tese (Livre-Docência em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MOREIRA, Thiago Pelúcio; NATIONS, Marilyn Kay; ALVES, Maria do Socorro Costa Feitosa. Dentes da desigualdade: marcas bucais da experiência vivida na pobreza pela comunidade do Dendê, Fortaleza, Ceará, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1383-1392, jun. 2007.

MORIN, Edgar. **Método I**: a natureza da natureza. Coleção Biblioteca Universitária, n. 28. Portugal: Europa-América, 1977.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 5. ed. Tradução: Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MORIN, E. **O método 4**: as idéias. 3. ed. Tradução: Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2002a.

MORIN, E. **Educação e complexidade**: os sete saberes e outros ensaios. Organização de M. da C. de Almeida e E. de A. Carvalho. São Paulo: Cortez, 2002b.

MORIN, E. **O método 2**: a vida da vida. 2. ed. Tradução: Marina Lobo. Porto Alegre: Sulina, 2002c.

MORIN, E. **Edgar Morin**: ninguém sabe o dia que nascerá. Tradução: Maria Leonor F. R. Loureiro. São Paulo: UNESP; Belém: Universidade Estadual do Pará, 2002d.

MORIN, E. **O método 1**: a natureza da natureza. 2. ed. Tradução: Ilana Heineberg. Porto Alegre: Sulina, 2003a.

MORIN, E. **O método 5**: a humanidade da humanidade. 2. ed. Tradução: Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2003b.

MORIN, E.; CIURANA, E. R.; MOTTA, R. D. **Educar na era planetária**: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana. Tradução: Sandra Trabucco Valenzuela. Revisão técnica: Edgard de Assis Carvalho. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2003.

NAMBLÁ, Marcondes. O banho de rio, a Barragem Norte e as transformações nos processos de produção do corpo entre as crianças Laklãnõ. **R@U, Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 11, n. 1, p. 308-329, jan./jun. 2019. Disponível em: https://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2019/10/13.pdf. Acesso em: 18 set. 2023.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NATIONAL GEOGRAPHIC. Mohenjo Daro 101. **YouTube**, 8 set. 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QUng-iHhSzU. Acesso em: 27 abr. 2024.

NATIONAL MUSEUM. **Pre-historic Archaeology Collection**. New Delhi, c.2024. Disponível em: https://nationalmuseumindia.gov.in/en/collections/index/6. Acesso em: 27 abr. 2024.

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque Tropical**: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NERY, Carmen; BRITTO, Vinícius. Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. **Agência IBGE Notícias**, 24 ago. 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia- de–noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas. Acesso em: 17 dez. 2023.

NOGUEIRA, Eder Luiz. **Mulheres que perderam filhos**: um estudo sobre identidade e maternidade. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-B2XPCF/1/disserta__o_de_mestrado_eder_luiz_nogueira.pdf. Acesso em: 19 out. 2023.

NOGUEIRA NETO, V. A judicialização da questão social — desafios e tensões na garantia de direitos. *In*: SEMINÁRIO Nacional: o Serviço Social no campo sociojurídico na perspectiva da concretização de direitos, II. **Anais** [...]. Brasília: CFESS, 2012.

NOSSA JANELA. **Nossa Janela entrevista Claudia Rodrigues**. Entrevista concedida a Lu Leal. 18 mar. 2020. Disponível em: https://sitenossajanela.com.br/2021/03/claudia-rodrigues.html. Acesso em: 12 abr. 2023.

NUNES, Larissa dos Reis; DÍAZ, Rafhael Rodrigo Licheski. A evolução do saneamento básico na história e o debate de sua privatização no Brasil. **Revista de Direito da Faculdade Guanambi**, v. 7, n. 2, p. 1-23, 2020. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/6080/608065705003/html/. Acesso em: 8 mar. 2022.

OBANDO, Manoel. Hallan segundo baño del Inca en zona arqueológica de Huánuco Pampa. **Infobae**, 13 abr. 2023. Disponível em: https://www.infobae.com/peru/2023/04/14/hallan-segundo-bano-del-inca-en-zona-arqueologica-de-huanuco-pampa/. Acesso em: 28 jun. 2024.

OEA. Organização dos Estados Americanos. **Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem**. Bogotá, 1948. Disponível em: https://www.oas.org/pt/cidh/mandato/Basicos/declaracion.asp.

OLIVEIRA SOBRINHO, Afonso Soares de. São Paulo e a Ideologia Higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 210-235, jan./abr. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/LJBz4P3sqLrM4ss4sNQJZSG/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 8 mar. 2022.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948**. Paris, 1948.

PAPALI, Maria Aparecida. A legislação de 1890, mães solteiras pobres e o trabalho infantil. **Projeto História**, São Paulo, n. 39, p. 209-216, jul./dez. 2009.

PASTERNAK, Suzana. Loteamentos irregulares no município de São Paulo: uma avaliação espacial urbanística. **PPP - Planejamento e Políticas Públicas**, n. 34, 2010. Disponível em: https://ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/170. Acesso em: 17 fev. 2024.

PASTERNAK, Suzana; BOGUS, Lúcia Maria Machado. Favelas na metrópole paulistana: permanências e mudanças. *In*: CONGRESSO Brasileiro de Sociologia, 21. **Anais** [...]. Belém: Universidade Federal do Pará, 2023.

PETARNELLA, Gabriela. Quilombo de Ubatuba é integrado aos roteiros étnicos turísticos de SP. **Costa Norte**, 28 nov. 2023. Disponível em: https://costanorte.com.br/turismo/quilombo-de-ubatuba-e-integrado-aos-roteiros-etnicos-turisticos-de-sp.html?cpid=txt. Acesso em: 31 jan. 2025.

PETRI, Kátia Cristina. A Sociedade Promotora de Imigração: a política de subvenção para imigração em São Paulo (1871-1894). *In*: ENCONTRO Estadual de História - ANPUH-RS, X. **Anais** [...]. Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, jul. 2010. Disponível em: https://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1277845733_ARQUIVO_TrabalhoCompletoRS-KatiaCPetri.pdf. Acesso em: 25 abr. 2023.

PINHEIRO, Luana; MEDEIROS, Marcelo; COSTA, Joana; BARBOSA, Ana de Holanda. **Gênero é o que importa**: determinantes do trabalho doméstico não remunerado no Brasil. Brasília: IPEA, set. 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12380/1/TD_2920_web.pdf. Acesso em: 5 jan. 2024.

PINTEREST. Oscar Tellez Sanchez. Disponível em: https://br.pinterest.com/pin/4644405858589460/. Acesso em: 8 jan. 2025.

PINTEREST. Vecteezy. Disponível em: https://br.pinterest.com/pin/277323289547790881/. Acesso em: 8 jan. 2025.

PORTAL SANEAMENTO BÁSICO. **Uma em cada quatro mulheres não têm acesso à água tratada no Brasil, mostra estudo**. 7 jun. 2022. Disponível em: https://saneamentobasico.com.br/abastecimento-de-agua/mulheres-acesso-agua-tratada-brasil/. Acesso em: 19 abr. 2024.

QHAPAQ ÑAN. **Se descubre baño del Inca en la zona arqueológica Huánuco Pampa**. 11 abr. 2023. Disponível em: https://qhapaqnan.cultura.pe/noticias/se-descubre-ba%C3%B1o-del-inca-en-la-zona-arqueol%C3%B3gica-hu%C3%A1nuco-pampa. Acesso em: 28 jun. 2024.

QUADROS, Leonice Fazola. “Dois tomates e dez ovos quebrados”: a visita domiciliar no Serviço Social. **Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo**, v. 3, n. 13, 2018. Disponível em:

https://www.defensoria.sp.def.br/documents/20122/5573eddc-3647-873a-a48a-62da5805ba78. Acesso em: 6 ago. 2023.

QUE HORAS ela volta? Direção: Anna Muylaert. África Filmes; Gullane Filmes, 2015 (Drama, DVD, 114 min).

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. Disponível em: https://books.scielo.org/id/z8477.

REBOUÇAS, Thais Cardinali. **Estabilização e higienização de fezes humanas através de compostagem em regime de batelada**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro Tecnológico, Vitória, 2010.

REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. *In*: CHARTIER, Roger. **História da vida privada 3**: da Renascença ao Século das Luzes. Tradução: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RIBEIRO, Pr. Genildison da Silva. **O batismo**. Universidade Metodista de São Paulo, s/d. Disponível em: https://metodista.br/faculdade-de-teologia/ex-alunos/o-batismo.

ROCHA, Fabio Dantas. **Saindo das sombras**: classe e raça na São Paulo pós-abolição (1887-1930). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2018.

RODRIGUES, Henrique. Racismo: Daiane dos Santos diz que alguns não usavam o mesmo banheiro que ela. **Revista Fórum**, 25 jul. 2021. Disponível em: https://revistaforum.com.br/brasil/2021/7/25/racismo-daiane-dos-santos-diz-que-alguns-no-usavam-mesmo-banheiro-que-ela-100901.html. Acesso em: 28 mai. 2023.

RODRIGUES, Priscila dos Santos; TAVEIRA, Rachel de Miranda. A atuação do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres da Defensoria Pública na 6º Jornada da Moradia Digna (2017- 2018): desafios e possibilidades. **Revista da Defensoria Pública do Estado de São Paulo**, v. 2, n. 1, jul. 2020. Disponível em: https://ojs.defensoria.sp.def.br/index.php/rdpsp/article/view/37. Acesso em: 22 out 2024.

ROLNIK, Raquel. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 17, 1989.

SAID, Edward W. **Orientalismo**. Tradução: M. Luisa Fuentes. 2. ed. Barcelona: Random House Mondadori, 2008.

SAMPAIO, M. R. A.; PEREIRA, P. C. X. Habitação em São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 167-183, 2003. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9929.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Corpo e história. **Cadernos de subjetividade**, São Paulo, v. 2, 1995, p. 243-266.

SANT'ANNA. Denise Bernuzzi de. Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901). São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SÃO PAULO (Estado). **História**. c.2024. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/historia. Acesso em: 15 out. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Desenvolvimento Social. **VIVALEITE**. c.2024. Disponível em: https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/ acoes-de-protecao-social/vivaleite/#:~:text=No%20ano%20de%201993%2C%20o,a%20funcionar%20nesta%20mesma%20pasta. Acesso em: 23 jul. 2024.

SÃO PAULO (Município). **Código de Posturas da Câmara Municipal da Imperial Cidade de S. Paulo**. São Paulo, 1875. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao/1875/resolucao-62-31.05.1875.html

SÃO PAULO (Município). **São Paulo Diverso** – Fórum de Desenvolvimento Econômico Inclusivo. Igualdade Racial em São Paulo: avanços e desafios. SMPIR, 2015. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/igualdade_racial/arquivos/Relatorio_Final_Virtual.pdf. Acesso em: 1º nov. 2024.

SÃO PAULO (Município). Comitê PopRua. Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua. Subcomitê Banheiros Públicos. **Relatório de Banheiros Públicos**. 2019. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/participacao_social/CONSELHOS/COMITE%20POPRUA/PUBLICACOES/Relatorio%20%20Banheiros.pdf. Acesso em: 8 abr. 2023.

SÃO PAULO (Município). **População em situação de rua - São Paulo**. Censo 2021. São Paulo, 2021. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2024/02/censo-populacao-de-rua-sao-paulo-2021.pdf. Acesso em: 8 set. 2023.

SÃO PAULO (Município). Comitê PopRua. Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua. Subcomitê Banheiros Públicos. Relatório de Banheiros Públicos. **Banheiros Públicos para População em Situação de Rua**. 2023. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/participacao_social/CONSELHOS/COMITE%20POPRUA/PUBLICACOES/II_RELATORIO_%20BANHEIROS_PUBLICOS-2023.pdf. Acesso em: 17 abr. 2023.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. **Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes** (SAICA). 14 nov. 2023. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/assistencia_social/w/rede_socioassistencial/criancas_e_adolescentes/331337. Acesso em: 28 nov. 2024.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Saúde. **Serviços de Saúde do município de São Paulo**. 9 mai. 2024. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/saude/w/estabelecimento_saude/311233. Acesso em: 13 jul. 2024.

SÃO PAULO (Município). Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. **Rede Socioassistencial**. 22 mai. 2024. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/assistencia_social/w/rede_socioassistencial/3200. Acesso em: 24 nov. 2024.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC). **Conselho Tutelar**. 18 nov. 2024. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/criancas_e_adolescentes/w/conselhos_tutelares/167426. Acesso em: 20 dez. 2024.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Saúde. **Centros de Atenção Psicossocial** (CAPS). 7 fev. 2025. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/saude/w/saude_mental_ad/204204. Acesso em: 20 fev. 2025.

SAULE JÚNIOR, Nelson; CARDOSO, Patrícia de Menezes. **O Direito à Moradia no Brasil**. São Paulo: Instituto Pólis, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Imagens da branquitude**: a presença da ausência. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

SCOTT, Joan Wallach. **Gender**: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York: Columbia University Press, 1989.

SEGATO, Rita Laura. Esos cuerpos vulnerables en el nuevo escenario bélico. **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 361-380, maio/ago. 2014.

SEVALHO, G. A Historical Approach to Social Representations of Health and Disease. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 349-363, jul./sep. 1993.

SEVALHO, Gil. Uma abordagem histórica das representações sociais de saúde e doença. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 349-363, jul./set. 1993. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/Y3XLZkQHjwjwwtGhVxKYZTN/?format=pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SILVA, Enid Rocha Andrade da. O perfil da criança e do adolescente nos abrigos pesquisados. *In*: SILVA, Enid Rocha Andrade da (coord.). **O Direito à Convivência Familiar e Comunitária**: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília, 2004. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=5481. Acesso em: 13 set. 2022.

SILVA, Geélison Ferreira da. Considerações sobre criminalidade: marginalização, medo e mitos no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, ano 5, ed. 8, fev./mar. 2011. Disponível em: https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/85/82. Acesso em: 8 mai. 2023.

SILVA, Ireuda. Moradia digna: direito básico e essencial e dever do Estado. **Nexo jornal**, 22 out 2021. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/moradia-digna-direito-basico-e-essencial-e-dever-do-estado. Acesso em: 15 out. 2024.

SILVA, Janmille Valdivino da; MACHADO, Flávia Christiane de Azevedo; FERREIRA, Maria Angela Fernandes. As desigualdades sociais e a saúde bucal nas capitais brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 8, ago. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/bwMVST4sZsPhRnQR7Vw3cPz/. Acesso em: 15. out. 2024.

SILVA, Mayara Grazielle Consentino Ferreira da. Algumas considerações sobre a reforma urbana Pereira Passos. urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/urbe/a/RZQZ3vhLgqTmYWXQXZrqSgJ/?lang=pt. Acesso em: 18.nov. 2024.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SIQUEIRA, Marina Toneli. Entre o fundamental e o contingente: dimensões da gentrificação contemporânea nas operações urbanas em São Paulo. **Cadernos Metrópole**, v. 16, n. 32, nov. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cm/a/6m6YDhmTj7zz59Hc6VMs85q/abstract/?lang=pt. Acesso em: 14 nov. 2024.

SOUZA NETO, J. C.; SCHWARTZ, R. M. P. B.; NASCIMENTO, R. M. L. Direitos Humanos e os clamores das mães de filhos em acolhimento institucional. *In*: BRABO, T. S. A. M. (org.). **Democracia, Direitos Humanos e Educação**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019. p. 151-176. Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/download/154/1150/2071?inline=1. Acesso em: 24. nov. 2024.

SOUZA, Ana Luiza de Figueiredo. **Ser mãe é foda**: mulheres, (não)maternidade e mídias sociais. Porto Alegre: Zouk, 2022.

SOUZA, Guilherme Ribeiro de. A história da cidade de São Paulo contada por números: um estudo acerca do crescimento populacional da capital paulistana desde a sua fundação até o início do século XXI. *In*: CONGRESSO de História Econômica:

Economia de guerra: geopolítica em tempos de pandemia e crise sistêmica, XI. **Anais** [...]. São Paulo, 23-27 nov. 2020. Disponível em: https://congressohistoriaeconomica.fflch.usp.br/sites/congressohistoriaeconomica.fflch.usp.br/files/publicacoes/XI-congresso-2020-anais-eletronicos-Guilherme-Ribeiro-de-Souza.pdf. Acesso em: 24. nov. 2024.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017. Disponível em: https://www.car.ba.gov.br/sites/default/files/2018-12/Jesse%CC%81-Souza-A-Elite-do-Atraso.pdf. Acesso em: 26. out. 2024

SOUZA, L. H. T. (et al.). Race (black-white) and sex inequalities in tooth loss: A population-based study. **PLoS ONE**, v. 17, n. 10, 2022, e0276103. Disponível em: https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0276103. Acesso em: 15 jan. 2025.

SPIS, Antonio Carlos. Onde estava o gás? **Folha de S. Paulo**, 9 jun. 1995. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/09/opiniao/10.html. Acesso em: 23 jul. 2024.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SQUATRO. **Apartamento com suíte**: luxo e privacidade garantidos. c.2023. Disponível em: https://squatro.com.br/mercado-imobiliario/apartamento-com-suite/. Acesso em: 18 dez. 2023.

TANCREDI, Rinaldini C. P.; MARINS, Bianca Ramos. Evolução da higiene e do controle de alimentos no contexto da saúde pública. *In*: MARINS, Bianca Ramos; TANCREDI, Rinaldini C. P.; GEMAL, André Luís (orgs.). **Segurança alimentar no contexto da vigilância sanitária**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2014. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/13760. Acesso em: 13 ago. 2023.

TAVARES, Leila Archezi; GARCIA, Leandro Enandro; MARCIA, Maria Lúcia Teixeira; SILVA, Rafaela Soares da. A perda de guarda de filhos: voz das mulheres, mães e usuárias de drogas. **Psicologia & Sociedade**, v. 33, e020007, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psoc/a/M95vkg8XP6nbHyPJsBvXmwg/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 13 abr. 2023.

TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **A história da FEBEM-SP**: uma perspectiva e um recorte. Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. 15 mar. 2010. Disponível em: https://www.aasptjsp.org.br/antigo/artigo/hist%C3%B3ria-da-febem-sp-uma-perspectiva-e-um-recorte. Acesso em: 18 set. 2023.

TJSP. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. **Fim do papel**. 26 ago. 2021. Disponível em: https://www.tjsp.jus.br/Noticias/Noticia?codigoNoticia=72105. Acesso em: 12 mar. 2024.

TJSP. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Adote um boa-noite**. c.2024. Disponível em: https://www.tjsp.jus.br/adoteumboanoite. Acesso em: 31 out. 24.

TJSP. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Corregedoria. **Núcleo de Apoio Profissional de Serviço Social e Psicologia**. c.2024. Disponível em: https://www.tjsp.jus.br/corregedoria/corregedoria/nucleoapoioprofissional servicosocialpsicologia. Acesso em: 28 nov. 2024.

UJVARI, Stefan Cunha. A história da disseminação dos microrganismos. **Estudos Avançados***,* v. 22, n. 64, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/dN4YZwzwQgzxTRGRHGVBY6s/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 8 jul. 2022.

UNESCO. **Sistemas de Saneamento em Harappa e Mohenjo-Daro**. c.2024. Disponível em: https://www.unesco.org/sistemas-saneamento-harappa-mohenjo-daro. Acesso em: 27 abr. 2024.

UNIFEM; IPEA. Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das Desigualdades**. Brasília, 2006. Disponível em: https://issuu.com/onumulheresbrasil/docs/retrato_segundaedicao. Acesso em: 13. out.2023.

UNITED NATIONS. **Toilets**: a place for peace. c.2024. Disponível em: https://www.un.org/en/observances/toilet-day. Acesso em: 22. out. 2024

VASCONCELOS, Andressa Mielke; GRIEBELER, Marcelo de C. Muito jovem ou pobre para casar? Efeito do Programa Bolsa Família sobre o casamento infantil feminino. **Revista Brasileira de Economia**, v. 77, n. 1, p. 1-25, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbe/a/hkvnZ4rbTVkHsSMjyYydPRv/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 23 mar. 2024.

VIANA, Maria Boratto Xavier; TREVISAN, Ricardo. **O “quartinho de empregada” e seu lugar na morada brasileira**. Porto Alegre, 2016.

VIGARELLO, Georges. **O Limpo e o Sujo**: uma história da Higiene Corporal. Tradução: Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VILELA, Pedro Rafael. Mulheres negras são 65% das trabalhadoras domésticas no país. **Agência Brasil**, 27 abr. 2022. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-04/mulheres-negras-sao-65-das-trabalhadoras-domesticas-no-pais. Acesso em: 18 out. 2023.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. **As práticas e os saberes médicos no Brasil Colonial** (1677-1808). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2012.

WEBER, Aline Meira; CARVALHO, Gabriel Julio Alves. Perfil idealizado: entrave à efetivação da adoção de crianças e adolescentes no Brasil. **IBDFAM** - Instituto Brasileiro de Direito de Família, 7 fev. 2024. Disponível em: https://ibdfam.org.br/artigos/2094/ Perfil+idealizado%3A+entrave+%C3%A0+efetiva%C3%A7%C3%A3o+da+ado%C3%A7%C3%A3o+de+crian%C3%A7as+e+adolescentes+no+Brasil. Acesso em: 31 jan. 2025.

WEISS, R.; BUENO, W. C. Pensar o mundo na encruzilhada: mulheres negras e a teoria social. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 24, n. 1, 2024.

WESTIN, Ricardo. Antes do Plano Real, inflação no Brasil chegou a 2.500% ao ano. **Agência Senado**, Arquivo S, 2 fev. 2024. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/antes-do-plano-real-inflacao-no-brasil-chegou-a-2-500-ao-ano. Acesso em: 23 nov. 2024.

WYNTER, Sylvia. Rethinking Aesthetics: notes towards a deciphering practice. *In*: CHAM, Mbye B. (ed.). **Ex-iles**: Essays on Caribbean Cinema. Trenton: Africa World Press, 1992.